

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais



DIVERSIFICAÇÃO E SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA:  
GÁS NATURAL E O CORREDOR MERIDIONAL

Frederico Emanuel Azevedo

Lisboa

2014

**FREDERICO EMANUEL AZEVEDO**

**DIVERSIFICAÇÃO E SEGURANÇA  
ENERGÉTICA EUROPEIA: GÁS NATURAL E O  
CORREDOR MERIDIONAL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto.

À minha avó Maria Teresa Prezado,

Pelo seu apoio.

# Agradecimentos

---

A realização desta dissertação contou com importantes apoios e incentivos, sem os quais não se teria realizado e aos quais eu estou profundamente grato.

Gostaria de endereçar as minhas primeiras palavras de gratidão ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e ao seu Director, o Professor Doutor João Carlos Espada, instituição que me recebeu, introduziu e alargou diferentes perspectivas sobre o vasto domínio das Relações Internacionais.

À minha orientadora, a Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto, cuja disponibilidade e cuidado foram constantes e pertinentes para a conclusão deste trabalho.

Ao meu mentor do Instituto de Estudos Políticos, o Professor Henrique Burnay, que em muito ajudou para desenvolver a estrutura do trabalho.

À minha família, em especial a minha avó e mãe, a quem devo o Mestrado e que em tempo algum deixaram de confiar e apoiar nas minhas decisões.

Ao Mário, amigo incansável e constante, cujo conhecimento e experiência em muito me guiaram na direcção certa.

Aos meus amigos, que directa e indirectamente me influenciaram a cumprir esta etapa, pelo interesse e curiosidade mostrados na apresentação do meu tema.

A todos e a cada um, o meu mais sincero e profundo agradecimento pela confiança mostrada ao longo desta viagem.

Bem Hajam!

# Resumo

---

A União Europeia enquanto uma das maiores economias globais é dependente do gás natural fornecido por terceiros. Considerando que os mercados deste recurso são regionais, derivado da maioria do seu transporte ser efectuado via gasoduto, o contexto geopolítico europeu depara-se com um conjunto de riscos, alguns de natureza política, que condicionam o estado de segurança energética relativa ao seu abastecimento de gás natural. Por conseguinte, a União Europeia implementou diversas estratégias que visam a criação de um mercado e espaço único relativo ao consumo de gás natural, tal como, tem procurado dinamizar as suas relações com outros exportadores, países-trânsito e consumidores. A respeito dessa dinamização de relações, a Comissão Europeia priorizou a criação de uma nova rota de abastecimento, o Corredor Meridional, composto por um sistema de gasodutos com o propósito de interligar potenciais produtores alternativos com os seus mercados consumidores. O objectivo deste projecto serve o aumento da sua diversificação, como uma das soluções fundamentais para o reforço da sua segurança energética. Todavia, as regiões alternativas incluídas nessa estratégia apresentam um conjunto de desafios com diversas origens que poderão condicionar o desenvolvimento do Corredor. Analisar e compreender todos estes contextos e em última instância, confirmar a importância da contribuição do Corredor Meridional para o aumento da segurança energética europeia, constituem os objectivos deste trabalho.

Palavras-chave: Segurança Energética Europeia, Gás Natural, Corredor Meridional, União Europeia, Cáspio.

# Abstract

---

As one of the major global economies, the European Union is dependent on external supplies of natural gas. Considering that its markets have a regional dimension, as main form of transportation of natural gas is effected through pipelines, the European geopolitical context faces a set of risks, some of which are political in nature, that undermine its energy security status regarding natural gas supplies. Hence, the European Union has implemented several strategies that aim to create a common market and space correlated to natural gas consumption; as it has been trying to boost its relations with other exporter, transit and consumer countries. Concerning such improvement in relations, the European Commission prioritized the creation of a new supply route, the Southern Corridor, composed by a pipeline system with the purpose of connecting potential alternative suppliers with its consumer markets. The main goal of this project serves the increase of diversification, as one of the fundamental solutions to reinforce European energy security. However, the alternative regions included in this strategy pose a number of challenges of diverse nature which may compromise the Corridor's development. To analyse and understand all these contexts and, ultimately, to confirm the importance of the Southern Corridor's contribution to the increase of the European energy security, are the objectives of this work.

Keywords: European Energy Security, Natural Gas, Southern Corridor, European Union, Caspian Region.

# Lista de Abreviaturas

---

- AIE – Agência Internacional para a Energia
- AIOC – Azerbaijan International Operation Company
- BMC – Biliões de Metros Cúbicos
- BP –British Petroleum
- BTC – Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline
- CE –Comissão Europeia
- CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
- CNPC – China National Petroleum Corporation
- CO2 – Dióxido de Carbono
- EI – Estado Islâmico
- EUA – Estados Unidos da América
- EURATOM – Comunidade Europeia de Energia Atômica
- GNL – Gás Natural Liquefeito
- GRC – Governo Regional do Curdistão
- INOGATE – Interstate Oil and Gas Transportation to Europe
- ITGI –Interconnector Turkey-Greece-Italy
- NIOC – National Iranian Oil Company
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PEV – Política Europeia de Vizinhança
- PIB – Produto Interno Bruto
- SCP – South Caucasus Pipeline
- SCPx – South Caucasus Pipeline Expansion

SEEP – South-East Europe Pipeline  
SOCAR – State Oil Company of Azerbaijan Republic  
TANAP – Trans Anatolian Pipeline  
TAP – Trans Adriatic Pipeline  
TCE – Tratado da Carta da Energia  
TCP – Trans Caspian Pipeline  
TMC – Triliões de Metros Cúbicos  
TPAO – Türkiye Petrolleri Anonim Ortaklığı  
TRACECA – Transport Corridor Europe Caucasus Asia  
UE – União Europeia  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
WTO – World Trade Organization  
ZEE – Zona Económica Exclusiva



# Índice

---

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Abstract .....	5
Lista de Abreviaturas .....	6
Índice de Gráficos .....	10
Índice de Tabelas.....	11
Introdução .....	12
1 – A Segurança Energética Europeia e o Gás Natural.....	16
1.1 – A Importância dos Recursos Energéticos.....	16
1.1.1 – O Carvão .....	17
1.1.2 – A Energia Nuclear.....	22
1.1.3 – O Petróleo.....	24
1.1.4 – O Gás Natural.....	30
1.1.5 – As Energias Renováveis.....	35
1.2 – O Gás Natural na UE.....	38
1.2.1 – Consumo de Gás Natural na UE.....	38
1.2.2 – As Reservas e a Produção de Gás Natural e Gás de Xisto na UE.....	40
1.2.3 – A Importação para a Garantia do Consumo .....	43
1.2.4- Os Conceitos e as Características da Segurança Energética .....	45
1.2.5 – Os Riscos para a Segurança Energética .....	48
1.2.6 – Os Desafios Associados aos Maiores Exportadores de Gás Natural para a UE. 55	
2 – As Soluções Políticas da UE para o Reforço da Segurança Energética do Gás Natural.. 75	
2.1 – A Natureza Política da Segurança Energética.....	75
2.2 – A Dimensão Interna da Estratégia Europeia para o Reforço da Segurança Energética .....	77
2.2.1 - A Integração de jure dos Mercados Internos .....	77
2.2.2 – A Integração de facto: A Interligação das Infra-estruturas .....	82
2.3 - A Política Externa Energética Europeia.....	85
2.3.1 – A Extensão do Acquis Communautaire Europeu a Terceiros .....	87
2.3.2 - O Diálogo com Terceiros e as Respectivas Ferramentas Políticas .....	93
2.3.3- A Diversificação de Fornecimento .....	101
3 – O Corredor Meridional: A Interligação Energética do Cáspio com a UE.....	107
3.1 – O Potencial Energético do Cáspio.....	109

3.1.1 - As Bacias Geológicas, e as Reservas de Gás Natural no Cáspio comparadas com as Reservas Globais.....	109
3.2 - As Dinâmicas Geopolíticas das Regiões do Cáspio e do Cáucaso-Sul.....	112
3.2.1 - A Questão Jurídica do Mar Cáspio .....	113
3.2.2 – Os Conflitos Étnicos do Cáspio.....	123
3.3 – The New Great Game.....	135
3.3.1 – A Reentrada do Azerbaijão nos Mercados Energéticos Internacionais.....	137
3.3.2 - Os Interesses das Potências Regionais e Internacionais no Cáspio .....	140
3.4 – A UE no Cáspio e o Desenvolvimento do Corredor Meridional.....	165
3.4.1 – Os Interesses Energéticos da UE na Região.....	165
3.4.2 – O Corredor Meridional.....	168
3.5 - A Contribuição do Corredor Meridional para a Segurança Energética Europeia ....	194
Conclusão .....	199
Bibliografia .....	205
Anexos.....	227

# Índice de Gráficos

---

Gráfico 1 – Energy Mix Europeu (2010-2030) .....	17
Gráfico 2 – Consumo e Produção de Combustíveis Sólidos na UE-27 (2010-2030).....	20
Gráfico 3 - Consumo de Combustíveis Sólidos por Sector em 2007, na UE-27 (%) .....	21
Gráfico 4 - Consumo e Produção de Energia Nuclear na UE-27 (2010-2030).....	24
Gráfico 5 - Consumo e Produção de Petróleo na UE-27 (2010-2030) .....	25
Gráfico 6 - Relação das Reservas de Petróleo Globais face à Produção Global Anual .....	28
Gráfico 7 - Países de Origem das Importações de Petróleo para a EU-27, em 2007 (%).....	29
Gráfico 8 - Consumo de Petróleo por Sector na UE-27, em 2007 (%) .....	30
Gráfico 9 - Consumo e Produção de Gás Natural na UE-27 (2010-2030).....	31
Gráfico 10 - Consumo de Gás Natural por Sector na UE-27, em 2007 (%) .....	32
Gráfico 11 - Consumo e Produção de Energias Renováveis na UE-27 (2010-2030) .....	35
Gráfico 12 - - Rácio de Reservas para a Produção e Consumo de Gás Natural na China (2010-2030).....	151

# Índice de Tabelas

---

<b>Tabela 1 - Emissões dos Combustíveis Fósseis em Libras por cada Bilião de Unidades Térmicas Britânicas (Bbtu).....</b>	<b>27</b>
<b>Tabela 2 – Reservas, Produção Anual, Consumo Anual, Importação Anual, Exportação Anual e Dependência da Importação para o Consumo Anual [(Imp-Exp)/Cons*100] de Gas Natural dos Estados-membros da UE-27, em 2012.....</b>	<b>40</b>
<b>Tabela 3 - Índices de liberdade e corrupção e tipos de governo dos maiores produtores mundiais de gás natural (2013) .....</b>	<b>51</b>
<b>Tabela 4 – Importações de Gás Natural para a UE-27, por país, em 2012.....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 5 – Reservas de Gás Natural Existentes nos Países Litorais do Cáspio, à exceção da Rússia e as Reservas Mundiais .....</b>	<b>111</b>

# Introdução

---

A União Europeia (UE), enquanto um bloco de países, é considerada a maior economia e o maior parceiro comercial do mundo. Esse estatuto está relacionado com o facto desta entidade supranacional ter integrado, ao longo do tempo, algumas das suas políticas, mercados e regulações, surgindo assim, como um bloco de interesses e objectivos comuns. Todavia, existem ainda algumas importantes áreas de actividade económica em que os interesses nacionais são dominantes, entre as quais, a energia. Neste contexto, a complexidade e a diversidade dos interesses, por vezes periféricos aos comuns da comunidade, fragmentam e fragilizam a posição da UE enquanto importadora de bens energéticos. Face a essa realidade, os estados-membros são gravemente dependentes das importações de gás natural para a garantia dos seus níveis de consumo. A todo esse contexto, acresce ainda, um cenário de possíveis interrupções de fornecimento associados aos maiores fornecedores de gás natural à UE.

Para tal, esta instituição tem desenvolvido um conjunto de estratégias que visam o aumento da sua segurança energética, nomeadamente através de uma crescente integração dos mercados; uma maior uniformização política e uma interligação plena das infra-estruturas, quanto ao seu domínio interno; e uma dinamização das suas relações externas com outros consumidores, países-trânsito e produtores, quanto a nível das suas relações externas.

O objectivo desta tese intitulada “Diversificação e Segurança Energética Europeia: Gás Natural e o Corredor Meridional”, é compreender todo este contexto e em que medida a contribuição do Corredor Meridional pode ser uma alternativa

geopolítica positiva para a estratégia europeia de diversificação de fornecimento de gás natural.

Para o efeito, elaborou-se a seguinte pergunta de partida: “Qual é a importância do Corredor Meridional para a estratégia europeia de diversificação de fornecimento de gás natural?”. Face ao exposto, este trabalho tem como baliza temporal o dia 13 de Novembro de 2008 e o dia 28 de Junho de 2013. A razão que justifica esta baliza está relacionada com a data da publicação da Segunda Revisão Estratégica da Energia, que inclui o Corredor Meridional como uma prioridade estratégica para a UE, na área da energia e a data em que o consórcio responsável pela exploração do campo de gás natural Shah Deniz II, liderado pela BP, optou pelo *Trans Adriatic Pipeline* como o gasoduto final para a interligação da sua produção com os mercados europeus. Mais ainda, esta tese está estruturada em três capítulos através dos quais se pretende compreender a importância do Corredor Meridional para o aumento da segurança energética europeia.

O primeiro capítulo tem no seu princípio o propósito de analisar a dimensão do gás natural no *mix* energético europeu, sendo que a manutenção dos níveis de consumo depende gradativamente do fornecimento de fontes externas. O conceito de segurança energética definido pelas instituições europeias reúne uma série de elementos interrelacionados, os quais, se algum destes for afectado, poderá condicionar a disponibilidade de fornecimento constante e acessível. Por conseguinte, esta condição pode ser interrompida devido a riscos de natureza diversa incluindo a política. No seu último ponto, procura-se compreender o actual estado de insegurança energética europeia relativa ao gás natural, ao analisar o conjunto de riscos existentes nos três maiores fornecedores da UE: a Noruega, a Argélia e a Rússia.

Cabe ao segundo capítulo identificar o conjunto de soluções políticas desenvolvidas pela UE com o objectivo de aumentar a sua segurança energética, dividindo-as em duas dimensões: a interna que respeita a criação de um mercado único europeu de gás natural, através da harmonização da regulamentação e das políticas internas, apoiadas pela integração das infra-estruturas nacionais de redistribuição para formar uma rede comum; e a externa que diz respeito à política externa energética da UE relativa ao gás natural, dividida conforme os vectores de acção política: a extensão do *acquis communautaire* a terceiros; a dinamização do diálogo com países produtores, trânsito e consumidores externos; e, a diversificação de fontes de fornecimento.

Tendo em consideração a análise deste último conjunto de soluções, o terceiro capítulo centra-se na diversificação de fontes de fornecimento e em especial, na criação do Corredor Meridional. Assim, após contextualizar as regiões do Cáspio e do Cáucaso Sul e os riscos nelas existentes para a sua segurança, analisam-se as interacções das maiores potências regionais e internacionais que poderão incutir efeitos convergentes ou divergentes para o desenvolvimento pleno de Corredor. Seguidamente, considera-se o papel da UE para a materialização do Corredor, apreciando o desenvolvimento e a concretização de cada um dos gasodutos componentes. Por fim, este capítulo procura argumentar que o início da interligação entre a produção de gás natural do Cáspio com os mercados consumidores europeus é uma conquista para a estratégia da UE que visa o aumento da sua segurança energética.

Em relação à metodologia adoptada, optou-se pela utilização múltipla de métodos quantitativos e qualitativos, dado que o objecto estudado compreende a interpretação de dados estatísticos, como também inclui, a análise de elementos não

mensuráveis. A análise quantitativa partiu do relacionamento de dados estatísticos retirados, na sua maioria, de publicações oficiais das instituições europeias e extra-europeias e de relatórios anuais de companhias ou consórcios petrolíferos. Os métodos qualitativos empregados respeitam à análise de fontes primárias, como os documentos oficiais das instituições europeias e à análise de fontes secundárias tais como livros e artigos.

Tendo em consideração que durante o período objecto de análise desta tese a UE era composta por 27 estados-membros, os dados estatísticos não contemplam a Croácia cuja adesão é posterior a Julho de 2013. Por último e atendendo às várias grafias encontradas relativas às denominações de alguns países e respectivas capitais optei por seguir como referência a Lista dos Estados, Territórios e Moedas do Código de Redação Interinstitucional do Serviço de Publicações da UE.



*“Natural gas is rapidly gaining in geopolitical importance. Gas has grown from a marginal fuel consumed in regionally disconnected markets to a fuel that is transported across great distances for consumption in many different economic sectors”*

- David G. Victor<sup>1</sup>.

# 1 – A Segurança Energética Europeia e o Gás Natural

---

## *1.1 – A Importância dos Recursos Energéticos*

A energia é responsável pelo desenvolvimento e manutenção de toda a estrutura social e económica, visto que, pelo facto de ter existido sempre em grande quantidade e de um modo acessível, suportou todo o progresso tecnológico até ao presente. De forma proporcional à que o crescimento económico global se acentua, a necessidade de um maior consumo de energia aumenta. Por isso, o *International Energy Outlook 2013* prevê que o consumo de energia mundial irá aumentar em cerca de 56% entre 2010 e 2040, chegando ao consumo de 820 quadrilhões de *British Thermal Units* (BTU)<sup>2</sup>. Contudo, desse enorme crescimento, os países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico são considerados responsáveis por apenas 10% desse aumento no consumo. Os restantes 90% cabem sobretudo à Índia e à China, que já no presente são os maiores consumidores de energia no mundo.

As energias renováveis e a energia nuclear são os recursos que mais crescem globalmente, cerca de 2,5% por ano. Todavia, os recursos fósseis irão predominar no

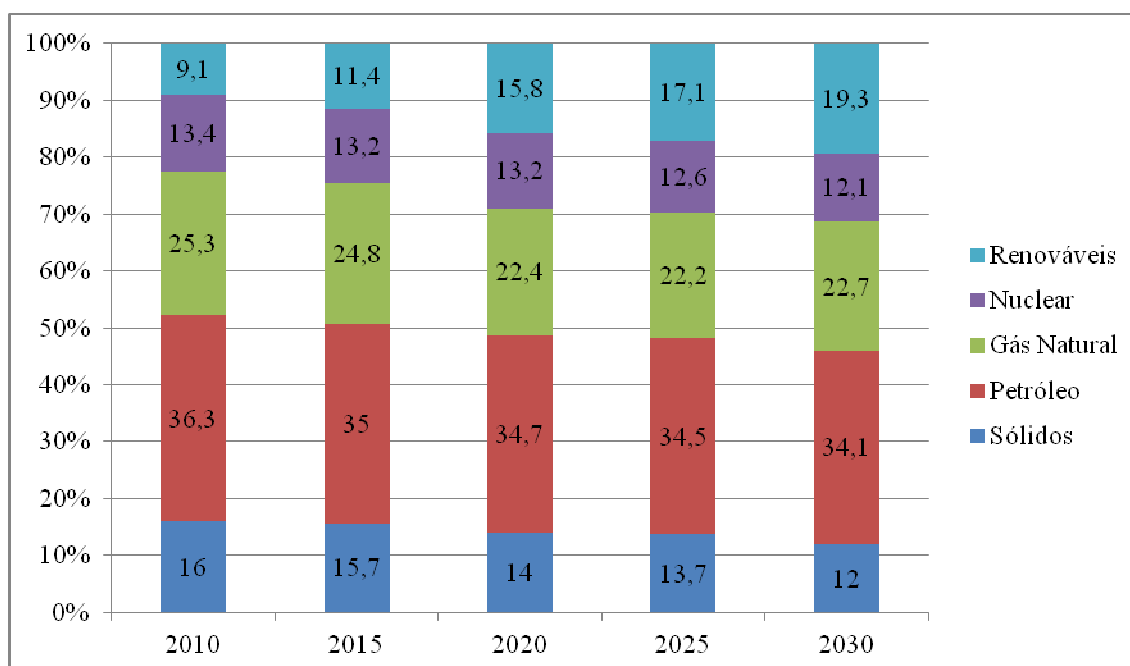
---

<sup>1</sup> François Lévêque (2010), pág. 91.

<sup>2</sup> Foram consumidos cerca de 524 quadrilhões de BTU no ano de 2010.

consumo energético global representando 80% do mesmo em 2040. Destes, o gás natural é o combustível em maior velocidade de ascensão, com valores a rondarem 1,7% por ano. Para compreendermos estes valores é necessário separar e descrever um pouco todos os recursos mais utilizados no presente, de forma a compará-los e percebermos a relevância do consumo de gás natural no presente e no futuro.

**Gráfico 1 – Energy Mix Europeu (2010-2030)**



Fonte: Valores obtidos em *Current Policy Scenario* em Comissão Europeia (2011c), pág. 66.

### 1.1.1 – O Carvão

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial no quadro energético europeu foram imensos. Antes da guerra, cerca de 90% das necessidades energéticas do velho continente eram supridas pelo carvão mineral<sup>3</sup>. Desta forma, até ao surgimento e posterior prevalência do petróleo nas sociedades modernas, este combustível era o mais utilizado para a geração de força-motriz para os sectores da indústria e dos transportes. Depois da Grande Guerra de 1939-45, a Europa ficou devastada, sendo

<sup>3</sup> Comissão Europeia (2001), pág. 34.

imediatamente necessária uma reconstrução e reestruturação das indústrias. Dado que, nesta altura a principal forma de gerar electricidade era obtida através do uso de carvão mineral e que as principais infra-estruturas para a sua exploração e geração de electricidade estavam destruídas, em 1951 foi assinado um tratado europeu entre seis países<sup>4</sup>. Este tratado tinha por objectivo a integração dos vários mercados nacionais de carvão e aço num só, de forma a garantir a sua distribuição justa e proporcional para os seus membros, com o objectivo culminante de eliminar os possíveis riscos de conflito inerentes à disputa regional sobre os dois recursos mais necessários para a reconstrução europeia. Através de um órgão institucional que protegia a igualdade de acesso aos recursos, a Alta Autoridade, a probabilidade da ressurgência de uma nova guerra entre os dois rivais históricos, a França e a Alemanha, passaria a ser não apenas impensável, mas também materialmente impossível<sup>5</sup>.

A maior necessidade de consumo de carvão na Europa rapidamente teve efeitos no mercado internacional devido ao aumento da sua procura. Dessa forma, para responder a uma maior procura, diversos outros países produtores com maiores reservas do que as europeias, que por sua vez, já se encontravam desgastadas pelo longo historial de extracção mineral, aumentaram a sua produção para responder a essa necessidade. Nesse sentido, a importação de carvão a preços mais competitivos enfraqueceu gradualmente a capacidade produtiva europeia que não os conseguia acompanhar<sup>6</sup>. Contudo, esta alteração produtiva europeia não foi apenas resultado de uma forte concorrência industrial, mas também da própria diversificação sobre outras formas de produção eléctrica.

---

<sup>4</sup> Itália, França., Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

<sup>5</sup> “*The solidarity in production thus established will make it plain that any war between France and Germany becomes not merely unthinkable, but materially impossible*” [Robert Schuman (1950)].

<sup>6</sup> Em 1960, foram extraídas 600 milhões de toneladas e, em 2000, foram extraídas apenas 86 milhões de toneladas [Comissão Europeia (2001), pág. 34].

No presente, a produção europeia de carvão mineral não é economicamente atractiva porque o seu preço de custo final é maior do que o valor de importação de outros países exportadores, como a África do Sul e a Colômbia<sup>7</sup>. Somada à falta de rentabilidade económica, é a forma de energia primária mais prejudicial para o ambiente, visto que, dentro de todas as formas de produção de electricidade, a Agência Internacional para a Energia (AIE) atribuiu-lhe mais de 44% das emissões totais de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para a atmosfera.<sup>8</sup> Ainda assim, esta matéria-prima continua a ser bastante utilizada dentro da UE-27, tendo em conta que em 2010 o seu consumo cresceu<sup>9</sup>, devendo uma boa parte do seu consumo a países que dependem principalmente dela para a produção de electricidade, como a Polónia, a Estónia, o Chipre, a Grécia e a Bulgária<sup>10</sup>.

Porém, é necessário ter em conta as próprias características comerciais deste recurso, que na adição de transformações no mercado poderão resultar em aumentos de consumo na Europa, tais como a sua disponibilidade de fornecimento era fraca e rara flutuação de preços quando comparadas com as de outros combustíveis (como o petróleo, por exemplo). Nesse caso, importa salientar o fenómeno da recente exploração de gás de xisto pelos Estados Unidos da América (EUA), que disponibilizou uma abundância de gás natural no mercado energético americano, substituindo parcialmente o carvão como fonte energética primária para a geração eléctrica<sup>11</sup>. Como resultado, o carvão americano excedente foi exportado a preços ainda mais competitivos para mercados internacionais como o europeu. Somado a

---

<sup>7</sup> Directorate-General for Energy (2010), pág. 22.

<sup>8</sup> United States Energy Information Administration (2013a), pág. 160.

<sup>9</sup> Consultar os valores presentes no Gráfico 2 na pág. 19.

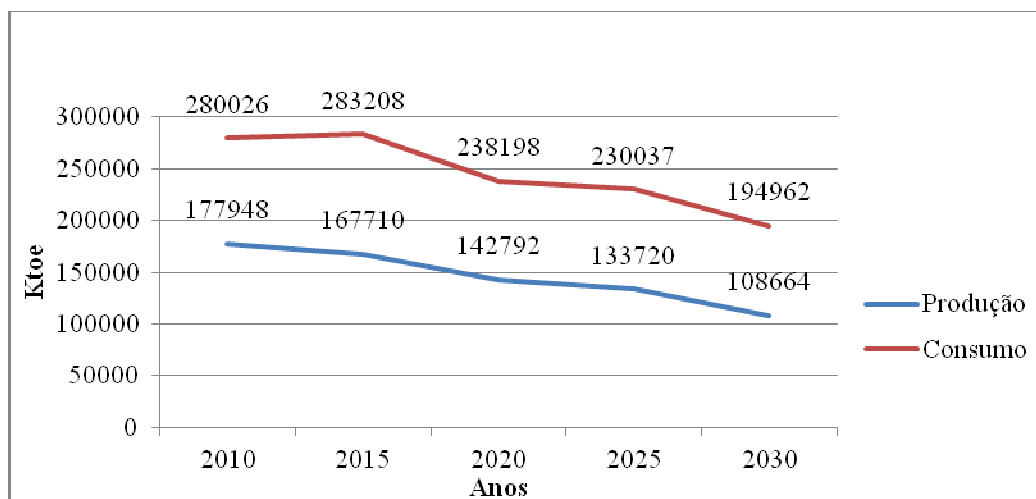
<sup>10</sup> Directorate-General for Energy (2011), pág. 23.

<sup>11</sup> A forte abundância de gás natural no mercado energético americano diminuiu o seu preço, de tal forma que ficou abaixo do preço do carvão. Esse factor económico somado à sua menor pegada ambiental transformou a indústria americana para a produção eléctrica, que o adoptou gradualmente como a fonte preferida [Rebecca Smith (2010)].

este contexto de maior oferta, há ainda os efeitos no consumo energético derivados da recessão económica europeia<sup>12</sup>. Generalizando-se à maioria dos países europeus no ano de 2010, a presente crise afectou o poder de consumo e produção de todos os agentes económicos envolvidos. Nesse prisma, considerando que as sociedades modernas dependem dos recursos energéticos para o seu funcionamento, também estes sofreram alterações.

O sector responsável pela produção de electricidade procurou diminuir os custos de produção, recorrendo a formas mais baratas para gerar a mesma ou uma maior quantidade de energia. Nesta perspectiva, o carvão mineral como recurso energético tem vindo a retomar uma maior posição no quadro energético global, sobretudo pelo consumo da Índia e da China, embora também na Europa se note um aumento do seu consumo neste período.

**Gráfico 2 – Consumo e Produção de Combustíveis Sólidos na UE-27 (2010-2030)**

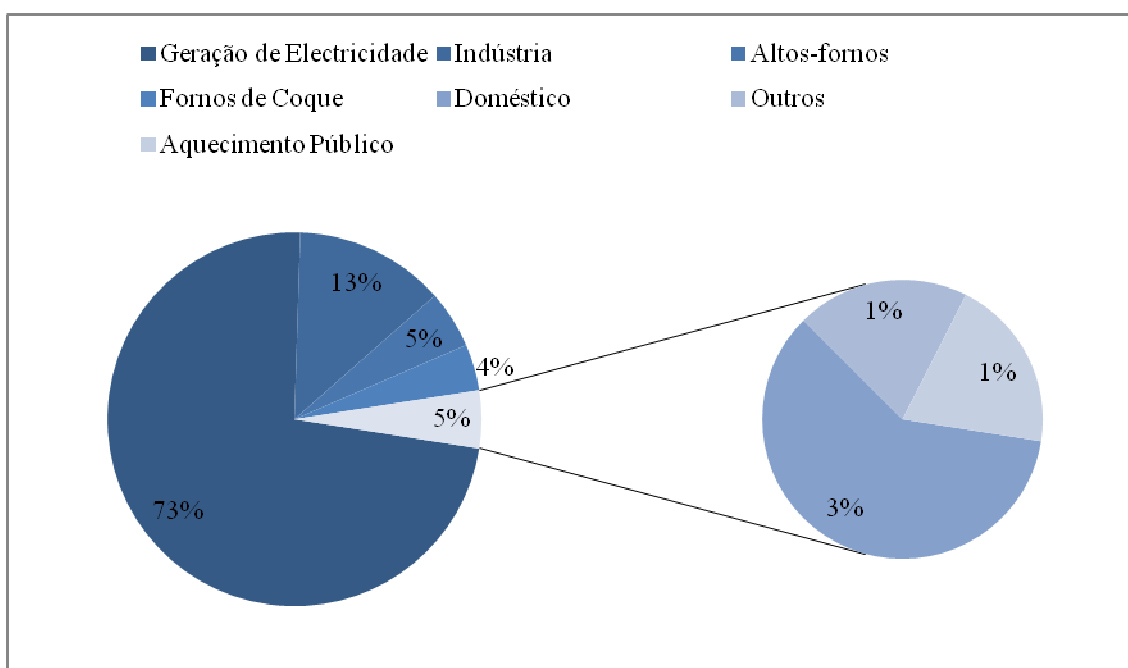


Fonte: Valores obtidos em *Current Policy Scenario* em Comissão Europeia (2011c), pág. 66.

<sup>12</sup> “Slower economic growth, though temporarily forestalling the need for incremental energy supplies and reducing greenhouse gas (GHG) emissions, does little to alter the basic trend lines and carries adverse consequences of its own” [Frank A. Verrastro et al (2010), pág. 2].

Esta situação é antagónica às directivas europeias que procuram reduzir as emissões carbónicas. Contudo, é necessário estabelecer o ponto em que este maior surto de carvão mineral nos mercados energéticos europeus parte de decisões privadas e nacionais. A Comissão Europeia (CE) tem desenvolvido várias iniciativas no ramo tecnológico para atenuar o máximo possível a poluição proveniente da exploração total desse mineral, entre as quais o *Carbon Capture and Storage*<sup>13</sup>. Contudo, é previsível que o seu consumo venha a cair cerca de 30% nos próximos trinta anos<sup>14</sup>. Essa meta irá sempre depender em parte do crescimento das energias renováveis e do próprio gás natural para a geração de electricidade, visto que 73% do consumo de carvão, semelhantes e derivados são direccionados para a geração de electricidade.

**Gráfico 3 - Consumo de Combustíveis Sólidos por Sector em 2007, na UE-27 (%)**



Fonte: Valores obtidos em Directorate-General for Energy (2010), pág. 16.

<sup>13</sup> É um processo de captura e posterior armazenamento dos resíduos carbónicos provenientes da geração de electricidade no subsolo, debaixo de formações geológicas, que procura não afectar a atmosfera nem os canais aquíferos.

<sup>14</sup> Consultar os valores presentes no Gráfico 2, na pág. 19.

### 1.1.2 – A Energia Nuclear

O desfecho da Segunda Grande Guerra na região do Pacífico ficou marcado pela detonação de duas bombas atómicas, uma em Hiroxima e outra em Nagasaki. A manipulação de uma nova forma de energia, a nuclear, para fins militares foi um desvio daquilo que era um potencial energético alternativo atendendo à sua eficácia económica e ambiental. Depois da interrupção do fornecimento de petróleo a alguns países europeus ocorrido durante a Crise do Suez, em 1956, quando o presidente egípcio, Gamal Nasser, nacionalizou todo o Canal, tornou-se óbvia a necessidade, na ainda incipiente comunidade europeia, de uma maior utilização da energia nuclear para atenuar a dependência energética sob fontes externas. Como tal, criou-se, em 1957, incluída no Tratado de Roma, a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM), com princípios semelhantes aos da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), embora relativos a outra matéria-prima: o urânio-235.

Após a constituição da EURATOM, a energia nuclear foi apontada como a fonte limpa, eficiente e alternativa à exploração energética dos combustíveis fósseis, registando-se a construção de diversas centrais nucleares por todo o continente<sup>15</sup>. Alguns países como a França priorizaram esta forma de geração energética no seu próprio *mix* energético, enquanto outros se opuseram à adopção de um programa nuclear no seu território. Por isso, a produção e consumo de energia nuclear na Europa não é uniforme, existindo, desde a sua implementação, fortes controvérsias relacionadas com os riscos de acidentes nucleares e com o fim dado aos seus resíduos.

O acidente nuclear de *Three Mile Island* em 1979 cristalizou o protesto anti-nuclear, protagonizado pelos movimentos civis e políticos que daí surgiram ou já

---

<sup>15</sup> À excepção de alguns países, como Portugal, Itália e Grécia.

existiam, que alertavam para os riscos para a saúde pública derivados de um acidente. A magnitude do acidente de Chernobil, em Abril de 1986, agravou as perspectivas para o desenvolvimento e ramificação da energia nuclear no mundo, dando origem a diversos e largos movimentos anti-nucleares com origem política e social. Por último, o acidente nuclear de Fukushima, ocorrido em Março de 2011, teve efeitos políticos enormes, em que diversos países começaram campanhas para a desnuclearização ou suspenderam os programas de nuclearização. Por isso, os acidentes nucleares implicam sempre retrocessos ou rescisões dos processos de nuclearização por desconfiança das elites políticas<sup>16</sup>, ou por pressão de organizações pró-ambientais ou da opinião pública. Por outro lado, a crescente preocupação mundial com os efeitos da exploração energética de recursos fósseis, considerando a sua enorme emissão de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, poderá constituir um incentivo para a exploração da energia atómica, quando consideradas as suas reduzidas emissões carbónicas e os avanços tecnológicos que lhe permitam funcionar com maior segurança.

Atendendo a que a energia nuclear é cada vez menos atractiva, à medida que a percepção dos riscos que a sua exploração comporta se vai generalizando e agravando, a perspectiva futura é a de que a sua produção e consumo decresçam. Alguns países vão implementando políticas para a desnuclearização ou interrompendo as suas políticas de nuclearização. Ainda assim, em países em que a energia nuclear é sobretudo importante para a produção eléctrica, é previsível que isso se mantenha por algum tempo, como em França. Feito esse balanço, o sector da energia nuclear na UE-27 irá perder importância no *mix* energético europeu de forma

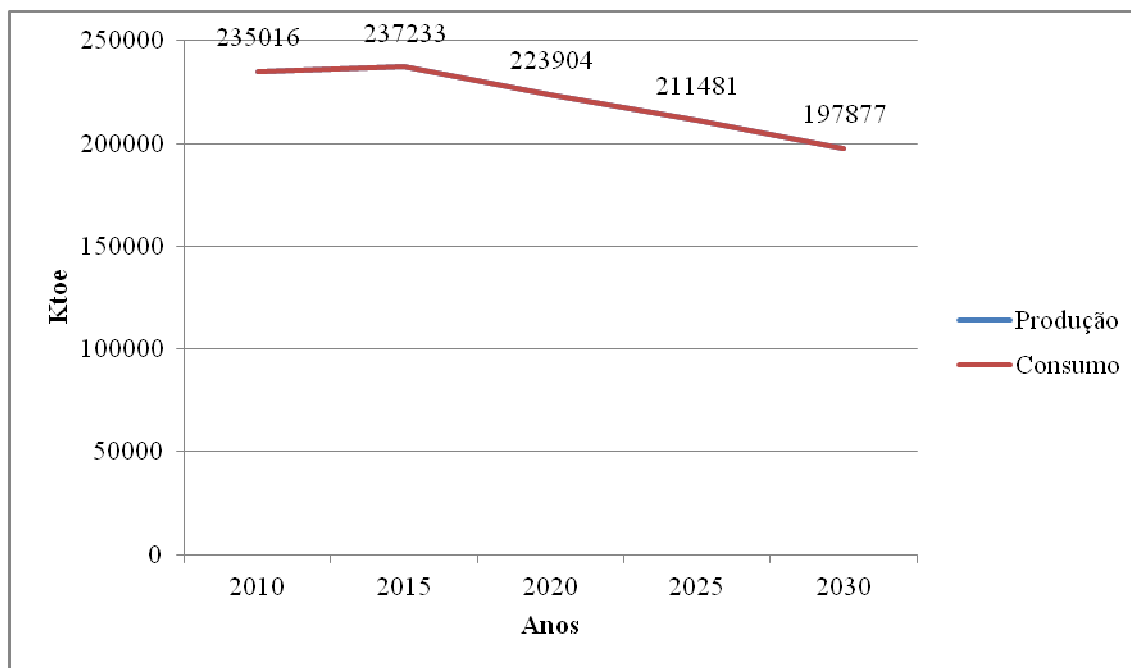
---

<sup>16</sup> Referindo a reacção do governo de Angela Merkel que, no rescaldo do acidente nuclear de Fukushima, retomou a política de desnuclearização [*Der Spiegel* (2011)].



gradual<sup>17</sup>, marcado pela diminuição da produção<sup>18</sup> desta energia, que serve a geração de electricidade em cerca de 16% no prazo de trinta anos. A menos que um avanço tecnológico elimine o risco de catástrofes associado à exploração de energia nuclear, este recurso energético dificilmente irá conhecer um maior uso.

**Gráfico 4 - Consumo e Produção de Energia Nuclear na UE-27 (2010-2030)**



Fonte: Valores obtidos em *Current Policy Scenario*, em Comissão Europeia (2011c), pág. 66.

### 1.1.3 – O Petróleo

A fácil acessibilidade e o elevado poder calorífico<sup>19</sup> são as vantagens comparativas mais importantes do petróleo que explicam a sua rápida ascensão como combustível mais utilizado globalmente a partir dos anos da década de 50 do século XX. Concretamente, as suas características aceleraram a expansão do sector dos transportes rodoviários, que ainda é dependente deste combustível para o seu

<sup>17</sup> Comissão Europeia (2001), pág 32.

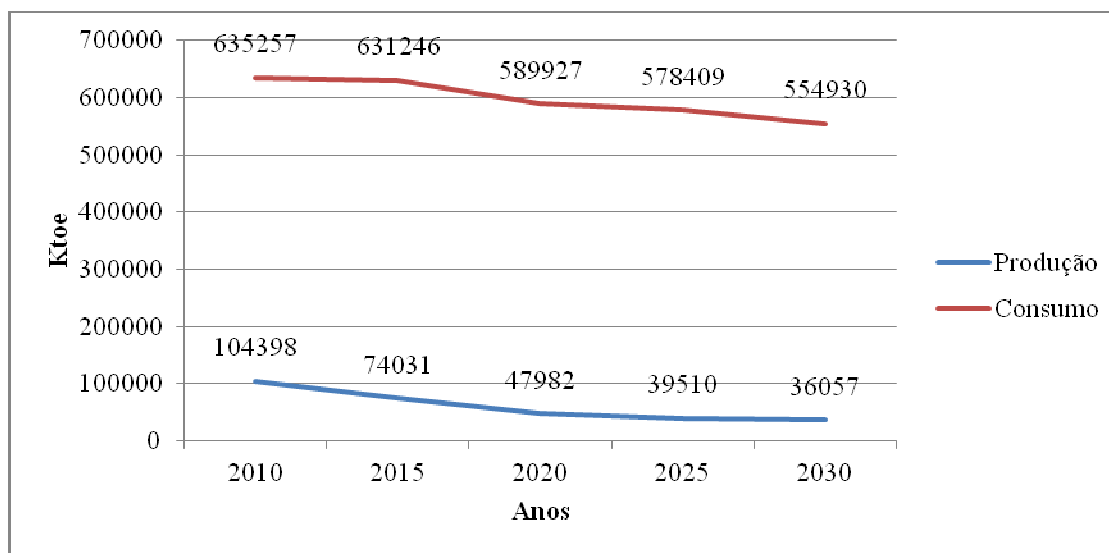
<sup>18</sup> Estes valores acompanham-se, como se pode verificar no Gráfico 4, porque a UE consome tudo o que produz, sendo por acaso a única forma de energia da qual não existem importações de terceiros.

<sup>19</sup> O poder calorífico é a quantidade de energia por unidade de massa libertada na oxidação de um determinado combustível (Infopédia Dicionários Porto Editora, disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$poder-calorifico](http://www.infopedia.pt/$poder-calorifico), acessado em Janeiro 7, 2014).

funcionamento<sup>20</sup>. Embora com uma velocidade diferente, o petróleo também substituiu o carvão para a geração de calor no plano doméstico.

Embora o mercado petrolífero seja global e conhecido pela sua tensão, considerando as interações consumidor-produtor, a volatilidade dos seus preços, a extinção ou o surgimento de novas reservas, os seus impactos ambientais, ou o peso da opinião pública, consequenciados acidentes que existem, na realidade, todas estas dinâmicas não implicam efeitos acentuados no seu consumo, quando considerada uma perspectiva global e macroeconómica. Essa constância é de certa maneira comprovada pelo crescimento do seu consumo até ao presente, que se espera vir a diminuir suavemente na UE-27 durante os próximos anos. O que importa salientar é que esta fonte energética representa mais de 33% do consumo energético total na UE-27<sup>21</sup> e que não é provável que esse valor venha a ser substituído no médio e longo prazo.

**Gráfico 5 - Consumo e Produção de Petróleo na UE-27 (2010-2030)**



Fonte: Dados Obtidos em *Current Policy Scenario*, em Comissão Europeia (2011c), pág. 66.

<sup>20</sup> Comissão Europeia (2001), pág. 37.

<sup>21</sup> Consultar os valores presentes no Gráfico 1, na pág. 16.

Um factor determinante para a existência de tensões no seu mercado global advém da existência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esta organização, agindo por cartel, ainda que reúna membros com características e posições bastante diferentes a vários níveis<sup>22</sup>, não deixa de agir de uma forma eficaz com o intuito de impor aos países importadores alguns dos seus objectivos extra-comerciais, como foi provado pelo choque de petróleo, em 1973, provocado deliberadamente por esta organização a fim de atingir objectivos políticos.

Ao longo dos últimos trinta anos, a eficiência energética, conjuntamente com o crescimento produtivo na origem de países não pertencentes à OPEP, tem contribuído significativamente para a erosão acentuada do peso dos países pertencentes à organização em relação ao mercado global petrolífero. Contudo, independentemente da emergência de uma maior variedade de países produtores de petróleo, alternativos, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo encontrados no continente americano, no Cáspio, na Oceânia e na África Ocidental<sup>23</sup>, somando ainda novas fontes de petróleo não convencionais (petróleo de xisto, petróleo de areia, entre outros), se houver um crescimento significativo na produção global de petróleo, está partirá principal e sempre desproporcionalmente da região do Médio Oriente, onde se encontram as maiores reservas mundiais deste recurso.

Todos os processos relativos à comercialização do petróleo, desde a sua extracção, passando pelo transporte e refinação e acabando no consumo final, envolvem uma avolumada emissão de vários gases para a atmosfera, tais como CO<sub>2</sub>, monóxido de carbono (CO), óxido de nitrogénio (NO), entre outros. Dos mais conhecidos, o CO<sub>2</sub> contribui gravemente para a degradação ambiental porque

---

<sup>22</sup> Como por exemplo, geoeconómicas quando se considera o peso que a indústria petrolífera exerce na economia nacional ou regional; e geopolíticas, considerando as suas diferentes relações diplomáticas e relações energéticas enquadradas numa região, entre outros factores diferenciativos.

<sup>23</sup> Em países como o Brasil, EUA, Canadá, Azerbaijão, Cazaquistão, Austrália, Angola, entre outros.

aumenta o efeito de estufa e o aquecimento global. Como se pode ver na Tabela 1, o crude e todos os seus derivados emitem valores bastante superiores quando comparados com o gás natural.

**Tabela 1 - Emissões dos Combustíveis Fósseis em Libras por cada Bilião de Unidades Térmicas Britânicas (Bbtu)**

<b>Poluente</b>	<b>Gás Natural</b>	<b>Petróleo</b>	<b>Carvão</b>
<b>Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>)</b>	117 000	64 000	208 000
<b>Monóxido de Carbono (CO)</b>	40	3	208
<b>Óxido Nitroso (N<sub>2</sub>O)</b>	92	48	57
<b>Dióxido de Enxofre (SO<sub>2</sub>)</b>	1	122	591
<b>Partículas</b>	7	4	744
<b>Mercúrio (Hg)</b>	0.000	0.007	0.016

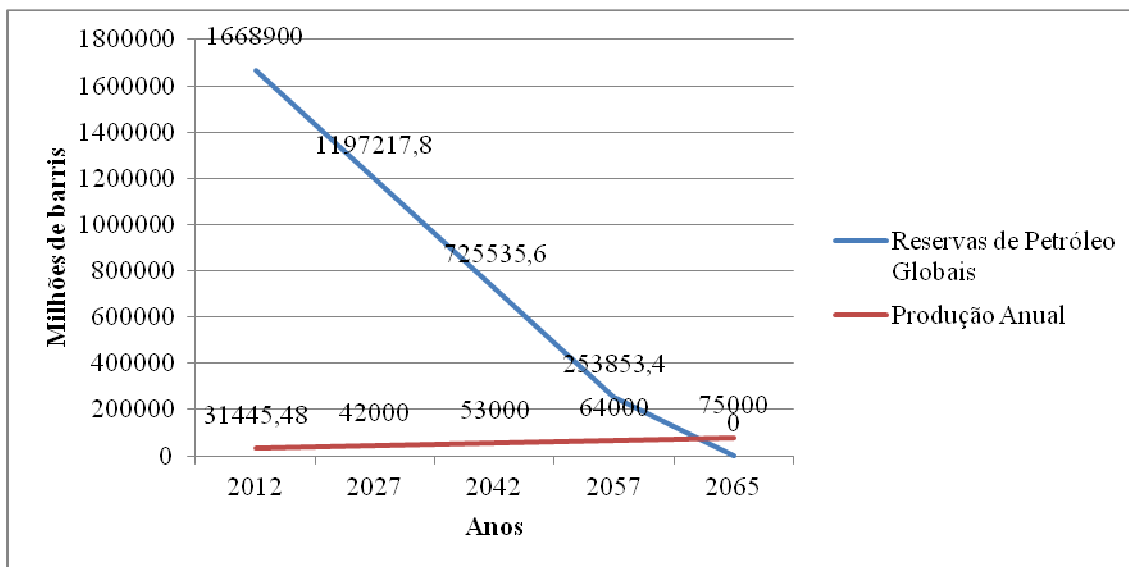
Fonte: Energy Information Administration (1999), pág 58.

Os valores presentes no Gráfico 5 indicam uma descida do consumo europeu de petróleo para as décadas seguintes. Contudo essa tendência não servirá de exemplo para o globo, visto que a Energy Information Administration (EIA) prevê um crescimento anual global de 2% para o consumo de petróleo<sup>24</sup>. Considerando as reservas encontradas até ao presente e o ritmo de produção anual de barris, conclui-se que, em menos de 53 anos, o petróleo desaparecerá.

---

<sup>24</sup>US Energy Information Administration (2013a), pág. 23.

**Gráfico 6 - Relação das Reservas de Petróleo Globais face à Produção Global Anual**



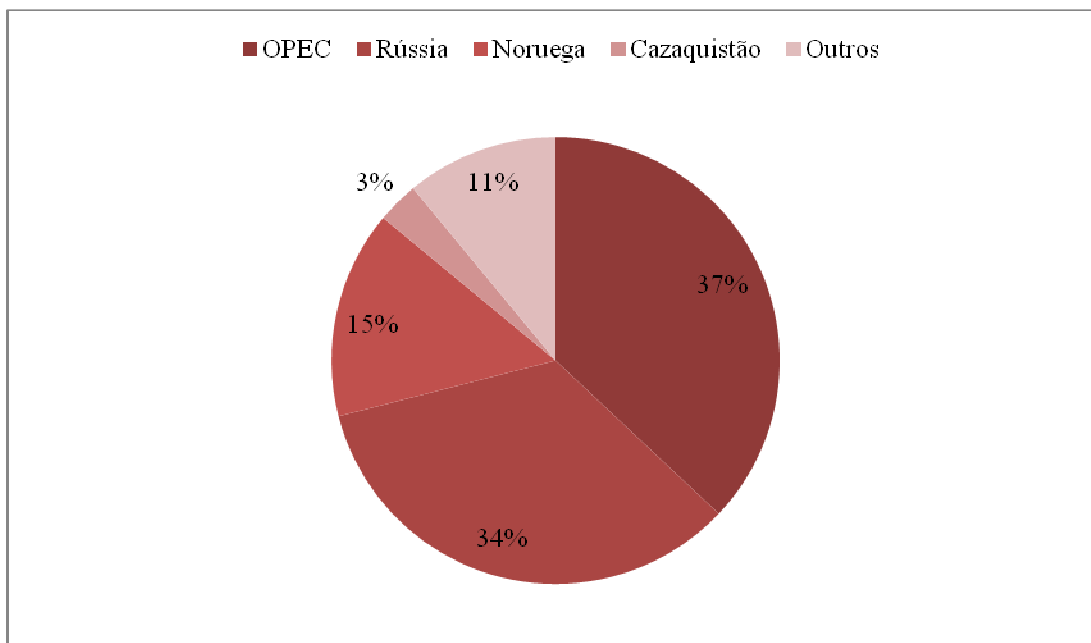
Nota: Os valores presentes no eixo (x) compreendem uma variação positiva anual de dois valores percentuais. Fonte: Dados obtidos em British Petroleum (2013), pág. 6 e 8.

Pela análise do Gráfico 5, também se torna clara a necessidade de importação crescente deste recurso a fim de se alcançar o consumo pretendido, visto que a produção da UE-27, em 2010, representou apenas cerca de 16% do consumo europeu do mesmo ano<sup>25</sup>. O que importa sublinhar é que cerca de 71% dessas importações provêm da OPEP e da Rússia<sup>26</sup>, parceiros que não garantem um fornecimento estável e justo. Atendendo a que esta grave dependência se encontra num contexto de escassez de recursos com tendência para se agravar, realça-se o imperativo da necessidade de mudar o consumo energético global, através do aumento da diversificação do *mix* energético.

<sup>25</sup> Valor relativo calculado com os dados presentes no Gráfico 5.

<sup>26</sup> Valor calculado com os dados presentes no Gráfico 7.

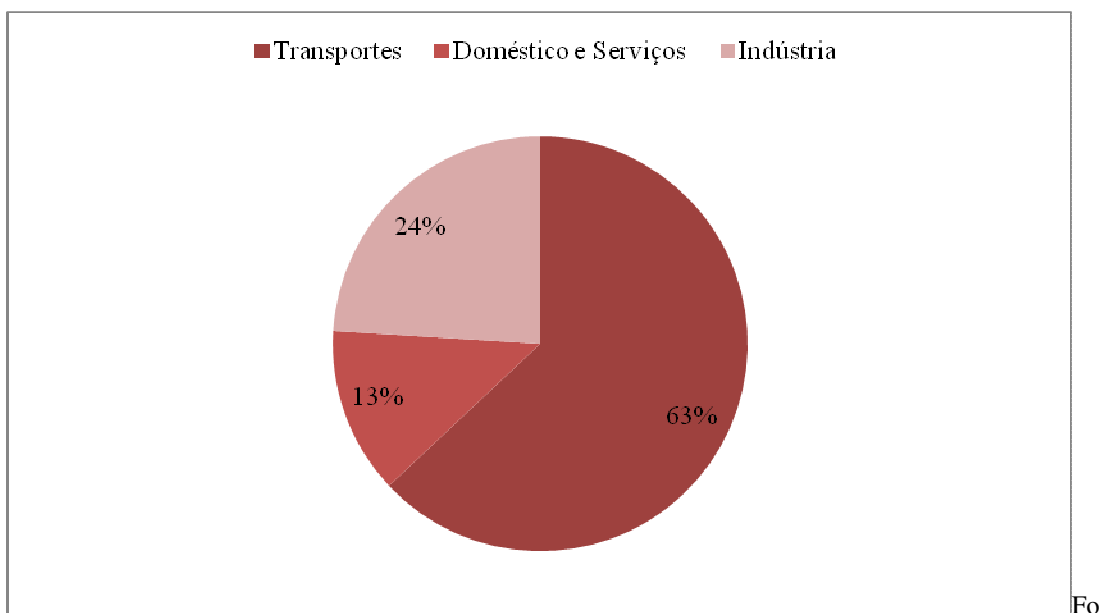
**Gráfico 7 - Países de Origem das Importações de Petróleo para a EU-27, em 2007 (%)**



Fonte: Directorate-General of Energy (2010), pág. 15.

Ao observarmos o Gráfico 8, dos três sectores de consumo de petróleo na UE-27, seria mais fácil desenvolver políticas e mudanças de forma gradual para substituir o consumo de petróleo nos sectores da indústria e no doméstico, já que o dos transportes seria muito mais complexo.

**Gráfico 8 - Consumo de Petróleo por Sector na UE-27, em 2007 (%)**



Fonte: Dados obtidos em Directorate-General of Energy (2010), pág. 12.

Se confrontarmos este gráfico com o Gráfico 10, também se conclui que, caso fosse complementada, a produção do gás natural poderia substituir parcialmente alguns dos sectores mencionados, reduzindo a dependência para um recurso geologicamente limitado, política e economicamente volátil e ambientalmente mais degradante.

#### *1.1.4 – O Gás Natural*

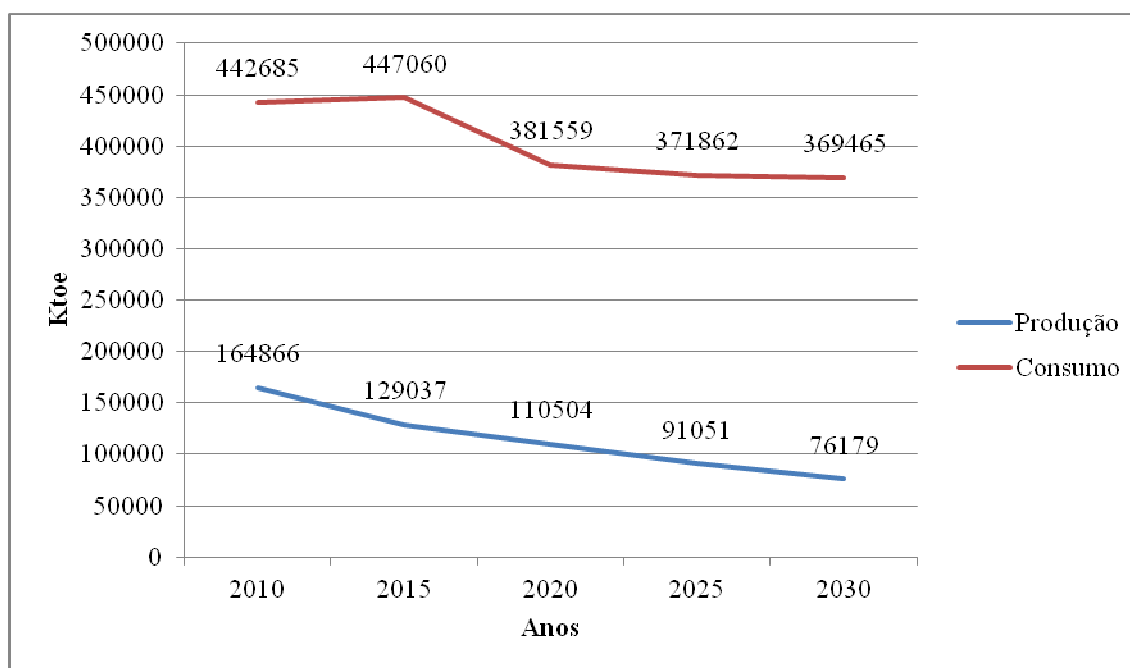
Inicialmente considerado um produto energético de segunda escala, pelo facto de ser considerado um excedente no processo de extracção de petróleo<sup>27</sup> e ser propositadamente desperdiçado pela inexistência de uma aplicabilidade viável face à sua procura<sup>28</sup>, a evolução do consumo deste recurso foi lenta, muito condicionada pelo domínio do petróleo no mercado energético. Embora, nos últimos anos, o

<sup>27</sup> Daí resultar a indexação dos preços do gás aos do petróleo, determinada por factores geológicos e comerciais. No processo de extracção petrolífera, uma certa quantidade de gás natural também é libertada. Contudo, antes da sua maior utilização, este era queimado no imediato. Esta relação secundária relativa ao petróleo está na origem da indexação do seu preço ao preço do petróleo. Esta prática ainda é a de algumas companhias com comportamentos monopolistas, que geralmente não têm concorrência de mercado, como poderemos analisar adiante.

<sup>28</sup> Visto que este recurso era, na sua maioria, direccionado para o sector doméstico, até recentemente.

consumo deste combustível tenha conhecido uma ascensão notável, originada sobretudo pela sua versatilidade, abrangendo correntemente todos os sectores dependentes de energia<sup>29</sup>, e também devido ao seu fácil uso que, contrariamente ao petróleo, não exige diversos processos de refinação. A crescente utilização do gás natural para um conjunto de sectores cada vez mais variado mas, sobretudo, para a produção de electricidade, tem impulsionado a iniciativa das instituições europeias para uma maior regulação e uniformização do seu mercado até à sua integração plena num mercado único<sup>30</sup>.

**Gráfico 9 - Consumo e Produção de Gás Natural na UE-27 (2010-2030)**



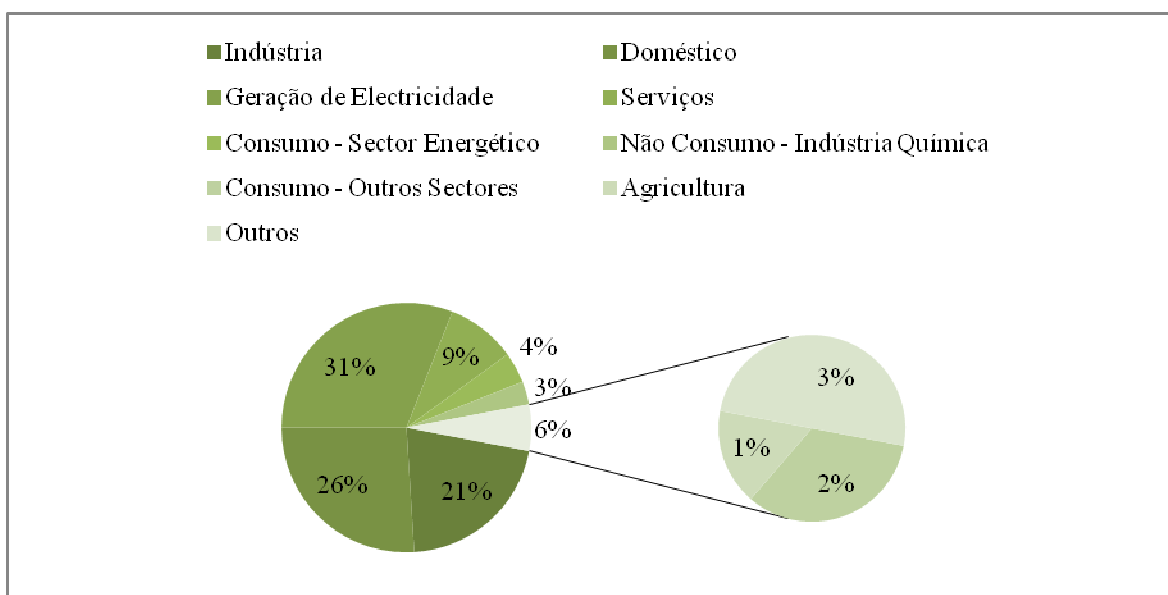
Fonte: Dados obtidos em *Current Policy Scenario*, em Comissão Europeia (2011c), pág. 66.

<sup>29</sup> Consultar os valores presentes no Gráfico 10, na pág. 30.

<sup>30</sup> Previsto para a 2014.



**Gráfico 10 - Consumo de Gás Natural por Sector na UE-27, em 2007 (%)**



Fonte: Dados obtidos em Directorate-General of Energy (2010), pág. 11.

No presente, o gás natural representa um dos elementos-chave para a estratégia de diversificação energética europeia sobre os recursos energéticos, pelas razões ligadas à sua pegada ambiental, à sua versatilidade e à sua eficiência económica. Quando limpo de todas as impurezas, resultando quase em metano puro, o gás natural é o combustível fóssil mais limpo, emitindo menos 30% de CO<sub>2</sub>, por unidade de calor face ao petróleo, e menos 45%, face ao carvão mineral<sup>31</sup>; e, quando utilizado, emite uma quantidade e uma variedade inferior de poluentes quando comparado com os restantes combustíveis fósseis<sup>32</sup>.

O Gráfico 10 indica a sua versatilidade. Na UE, utiliza-se o gás natural em mais de nove sectores de actividade, sendo o recurso energético mais versátil, e, por isso, aquele que reúne as maiores possibilidades de substituir o carvão e o petróleo em vários sectores. Inicialmente, seria indicado substituir os sectores domésticos e industriais e, a longo prazo, substituir os transportes, do sector público para o

<sup>31</sup> Nick Valery (2013).

<sup>32</sup> Consultar os valores presentes na Tabela 1, na pág. 8.

privado<sup>33</sup>. A sua eficiência provém da sua abundância geológica e da sua facilidade de manuseamento, evitando processos intermediários de transformação que, conseqüentemente, poupam também grandes investimentos financeiros face às energias convencionais. Por isso, é um recurso energético economicamente acessível e estável, mantendo o seu preço baixo.

Ainda que o seu preço seja indexado ao do petróleo, perante alguns fornecedores<sup>34</sup>, se houver um aumento no preço do barril, o preço do gás natural irá sofrer residualmente com isso, porque, na UE, o seu valor está fundamentalmente estipulado através da relação de procura e oferta da própria matéria-prima, embora as flutuações sejam sempre previstas, negociadas e incluídas nos contratos de longo-termo entre fornecedores e clientes<sup>35</sup>. Porém, normalmente, quando os preços são baixos a procura aumenta o que, por sua vez, poderá gradualmente exercer uma inflação. Esse fenómeno não tem acontecido relativamente ao gás natural, visto que este recurso é muito abundante<sup>36</sup>.

Deste modo, devido à sua maior relevância no mercado global energético, acresce também a sua importância geoestratégica, visto que se insere num contexto competitivo, no qual todas as partes procuram garantir o seu acesso, utilizando as suas ferramentas diplomáticas e militares<sup>37</sup>. O gás natural deixou de ser um combustível marginal, passando a ser consumido em larga escala. Contudo, devido à sua natureza gasosa, o transporte deste combustível é maioritariamente realizado via gasoduto, condicionando o desenvolvimento de um mercado global. Atendendo a

---

<sup>33</sup> Note-se o crescente uso de gás natural nos transportes públicos portugueses, como acontece na empresa Carris.

<sup>34</sup> Exemplo da Gazprom, como explicado adiante.

<sup>35</sup> Matthew Hulbert (2012).

<sup>36</sup> Além das reservas existentes de gás natural convencional, neste momento existe um potencial incalculável de outras fontes não convencionais de gás natural como, por exemplo, o gás de xisto e o gás de areia compactada (*Tight Gas*).

<sup>37</sup> Jakub J. Grygiel (2006), pág. X.

que as distâncias entre o produtor e o consumidor são limitadas, visto que são condicionadas pelo agravamento do custo económico da construção, conforme as condições geográficas e a distância o exigem, a maioria dos mercados é de dimensão regional.

Excepcionalmente, existe também a alternativa para o seu transporte marítimo, caso este seja Gás Natural Liquefeito (GNL). Contudo, a sua liquefacção, que proporciona uma maior flexibilidade de distribuição relativa à forma de transporte, exige uma posterior regaseificação para a sua repartição na rede interna e, finalmente, para o consumo. Todo este processo exige terminais de tratamento<sup>38</sup>, o que acaba por inflacionar o preço do GNL face ao gás canalizado por gasodutos que não comporta qualquer transformação. Devido à diferença de preços entre os dois processos de transporte, torna-se justificável a razão pela qual o GNL perfaz menos de metade do comércio mundial de gás natural via gasoduto<sup>39</sup>. Desse modo, encontra-se um maior comércio de GNL em países consumidores onde o transporte via gasoduto é condicionado por elementos geoeconómicos<sup>40</sup> ou geopolíticos<sup>41</sup>.

Porque a maioria do seu transporte é processado via terrestre, e a distribuição geológica do gás natural pelo globo é bastante assimétrica, compreende-se que existem países importadores (*downstream*) e exportadores (*upstream*) que se interligam por corredores onde existem ainda países-trânsito (*midstream*), com ou sem necessidade de importação. Desta interação surge um conjunto de relações

---

<sup>38</sup> Nos quais se destacam os terminais no Qatar, na Argélia, na Indonésia, na Malásia, nos Emirados Árabes Unidos, entre outros.

<sup>39</sup> Segundo os dados presentes na British Petroleum (2013), em 2012, os movimentos comerciais mundiais de GNL totalizaram 327,9 bcm. Os mesmos movimentos para gasodutos totalizaram cerca de 705,5 bcm no mesmo ano. Para a Europa, segundo a mesma fonte, a importação de GNL totalizou, em 2013, cerca de 65 bcm, contrastando com os 377,2 bcm importados via *pipeline*. Em termos relativos, a importação de GNL representa aproximadamente 14,4% do valor das importações totais.

<sup>40</sup> Tome-se o caso de Portugal que, face à sua localização e consequentes condicionantes geográficas, importa cerca de metade do seu consumo via GNL. Consultar os valores presentes na Tabela 4.

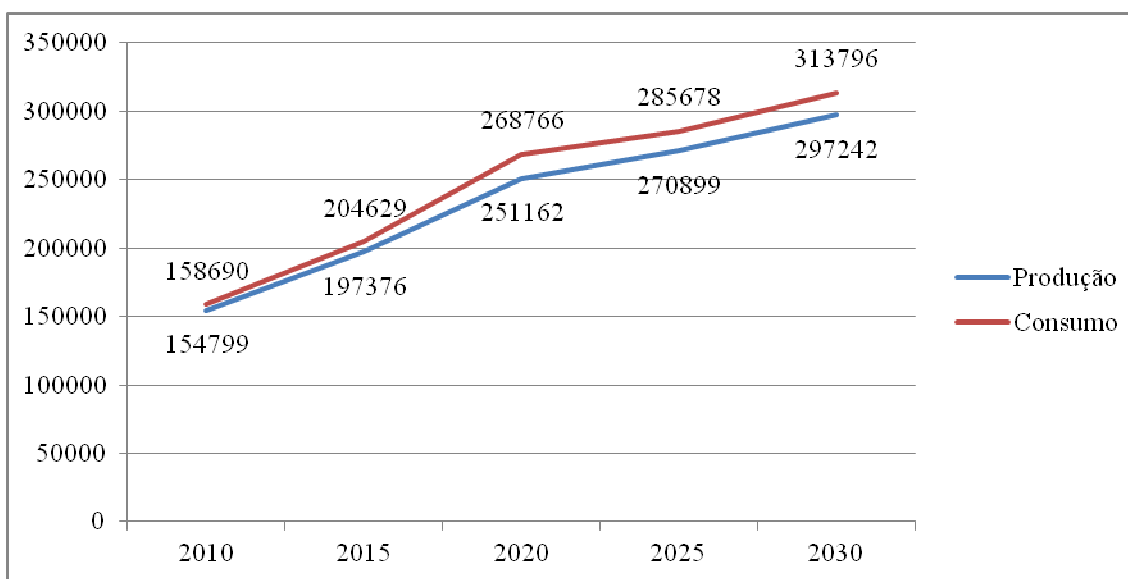
<sup>41</sup> Como acontece com a interrupção de fornecimento causada por motivações políticas, como se explica adiante.

externas complexas que incluem percepções geopolíticas e geoeconómicas diferenciadas.

### 1.1.5 – As Energias Renováveis

As Energias Renováveis englobam diversas formas de obtenção de energia, seja através da captação solar, eólica, ou da força das marés, entre outras. Apesar de origens e particularidades diferentes entre si, os pontos comuns que as englobam num só conceito são a sua inesgotabilidade, o seu impacto ecológico mínimo e a sua conversão final em electricidade.

**Gráfico 11 - Consumo e Produção de Energias Renováveis na UE-27 (2010-2030)**



Fonte: Dados obtidos em *Current Policy Scenario*, em Comissão Europeia (2011c), pág. 66.

Tendo em conta as metas europeias incluídas na estratégia para 2020<sup>42</sup>, de tornar esta fonte energética responsável por cerca do 20% do consumo energético total da UE, a produção energética a partir de fontes renováveis tem crescido em

<sup>42</sup> Presente no Pacote de Clima-Energia da CE para 2020 em Comissão Europeia. *The 2020 climate and energy package*. Disponível em [http://ec.europa.eu/clima/policies/package/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/clima/policies/package/index_en.htm), acedido em Outubro, 5, 2013.

média cerca de 3% por ano<sup>43</sup>, valores inferiores ao esperado que apontava o dobro da produção em 2010 (12%) em relação a 1997 (6%)<sup>44</sup>. Apesar de alguns países-membros terem seguido rigorosamente essa estratégia europeia, existiam duas condicionantes que limitaram o desenvolvimento do sector das renováveis.

Primeiro, a limitação sobre o desenvolvimento das renováveis no sector energético advém do próprio sistema económico e social contemporâneo, estreitamente ligado ao uso dos recursos fósseis. Por este sistema estar tão enraizado nas sociedades modernas, torna-se complexo e difícil haver uma estratégia conjunta e global a favor das renováveis, que necessitam de um pesado investimento, que só será economicamente retornado no médio-prazo. De forma adicional, bastará mencionar que até o tema das alterações climáticas ainda é muito controverso, condicionando ideologicamente o desenvolvimento do sector das energias renováveis. Nesta área, tem sido a UE a principal instituição a tomar a iniciativa de, através de protocolos e acordos internacionais, reduzir a emissão de gases de estufa e aquecimento global, entre outros<sup>45</sup>.

Segundo, decorrente da falta de consenso para o incremento das energias renováveis na UE, aumenta a fragmentação baseada nas preferências e necessidades nacionais que, num contexto de baixo crescimento económico, se rege pela procura de recursos fósseis mais baratos mas que contrariam a estratégia em prol das renováveis, relembrando o necessário e caro investimento a que estas obrigam. A transição energética alemã, conhecida por *Energiewende*, é a transição para uma economia sustentável, suportada pela eficiência energética e pelo desenvolvimento

---

<sup>43</sup> Considerando os valores apresentados na Tabela do *Current Policy Scenario* em Comissão Europeia (2011b).

<sup>44</sup> Comissão Europeia (2001), pág. 42.

<sup>45</sup> Alguns dos programas climáticos estão presentes em Comissão Europeia. *EU greenhouse gas emissions and targets*. Disponível em [http://ec.europa.eu/clima/policies/g-gas/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/clima/policies/g-gas/index_en.htm), acedido em Outubro, 15, 2013.

do sector das renováveis. Implementada em 2002, esta transição visava um aumento exponencial do consumo de renováveis para a geração de electricidade, que tem vindo a subir, em média, cerca de 1,7% ao ano<sup>46</sup>, percentagem um pouco aquém da inicialmente projectada. Isto porque o preço da electricidade sofre da necessidade de aumento para compensar economicamente o peso exercido pelos altos investimentos a que as renováveis obrigam. Para contrabalançar este ponto, consumiu-se mais carvão mineral (lignite), a preços historicamente reduzidos, aumentando as emissões carbónicas. Este ponto serve para mostrar que a transição para economias mais verdes deve pressupor condições mais harmoniosas, evitando “choques” económicos que, para serem resolvidos, obrigam a políticas antagónicas.

Por último, à parte os interesses nacionais, é necessário salientar a intervenção das companhias petrolíferas para a permanência do *mix* energético actual, realçando-se uma vez mais o forte investimento necessário para o sector das energias renováveis, que dificilmente resultará em retorno sustentável, sob o ponto de vista económico, a curto prazo<sup>47</sup>. Visto que o mercado energético europeu é liberalizado e é dominado por companhias privadas, a eficiência económica acaba por se encontrar numa posição hierarquicamente superior e condicionante face à sustentabilidade ambiental, sendo mais restritiva numa conjuntura recessiva e mais permissiva num contexto de crescimento. Desse modo, o gás natural é o recurso que melhor concilia as diversas variáveis e que converge para os mesmos objectivos, contribuindo assim para uma transição gradual e harmoniosa no consumo energético, coadunada com as metas ambientais planeadas.

---

<sup>46</sup> Valores obtidos em *The Economist* (2014).

<sup>47</sup> Paul Belkin (2008), pág. 23.

## 1.2 – O Gás Natural na UE

### 1.2.1 – Consumo de Gás Natural na UE

Como o primeiro subcapítulo procura evidenciar, é provável que o consumo europeu de gás natural venha a aumentar no futuro. Contudo, torna-se impossível determinar o quanto, porque existem análises contraditórias salientando condicionantes diferentes. Segundo os dados obtidos no *Roteiro para a Energia 2050*<sup>48</sup>, o consumo de gás natural irá diminuir no futuro nos vários e diferentes cenários. Este documento direcciona a estratégia europeia sobre a energia para a descarbonização segundo quatro caminhos possíveis<sup>49</sup>. O primeiro remete para o aumento da produção de energia proveniente de fontes renováveis que, como explicado no ponto anterior, se encontra condicionado pelo actual cenário de recessão económica. O segundo prevê uma maior produção de energia nuclear que, por motivos também já explicados, é uma opção bastante controversa, muito difícil de consensualizar, sobretudo numa instituição com características supranacionais, como é a UE. O terceiro caminho tenta implementar o sistema CCS, sobretudo nas centrais termoeléctricas alimentadas a carvão, que também pode ser aplicado no mesmo sistema alimentado a gás natural. E, por fim, através da eficiência energética<sup>50</sup>, o último caminho visa reduzir o consumo de energia primária<sup>51</sup> em 20%, até 2020, adoptando políticas que visem “um menor consumo para uma maior produção” para todos os sectores. Não incluindo estas diferentes estratégias, o Cenário das Políticas Correntes presente no referido documento indica-nos uma descida de cerca de 7,02% no consumo total de energia na UE-27, entre 2010 e 2030,

---

<sup>48</sup> Comissão Europeia (2011a).

<sup>49</sup> Idem, pág. 9.

<sup>50</sup> Idem, pág. 10.

<sup>51</sup> É o tipo de energia que provém directamente da natureza antes de ser transformada (ex. crude, gás natural, vento).

e uma descida de cerca de 16,54% no consumo de gás natural na UE-27 para o mesmo período.

A *Energy Information Administration*<sup>52</sup> aponta sobretudo a influência de factores externos, como a crise económica que se instalou e que certamente teve consequências sobre os hábitos de consumo energético europeu, como já pudemos analisar no ponto anterior. Não só por efeitos da crise, mas também por outros factores também mencionados, a UE-27 passou a importar e a consumir mais carvão em consequência da revolução de gás de xisto norte-americana, sofrendo baixas de preço face ao restante mercado internacional. Ainda assim, nota-se que no primeiro trimestre de 2013 o consumo de gás natural na Europa aumentou para valores de 3%, contrários aos do carvão que desceram em cerca de 6%, quando comparados aos do mesmo trimestre do ano anterior (2012)<sup>53</sup>.

Apesar de as reservas mundiais de gás natural estarem ligeiramente mais dispersamente distribuídas que as reservas do petróleo, o continente europeu apenas concentra menos de 2% do seu todo<sup>54</sup>. E esse valor provém das reservas encontradas na Roménia e nas reservas do Mar do Norte pertencentes às Zonas Económicas Exclusivas (ZEE)<sup>55</sup> do Reino Unido e da Holanda em regime *offshore*, devido aos respectivos direitos de exploração marítima.

---

<sup>52</sup> United States Energy Information Administration (2013a), pág. 44.

<sup>53</sup> Kopalek, Michael and Tejasvi Raghuvver (2013).

<sup>54</sup> British Petroleum (2013), pág. 20.

<sup>55</sup> Consultar Mapa 1 – Zonas Económicas Exclusivas do Mar do Norte, na página I dos Anexos.



### 1.2.2 – As Reservas e a Produção de Gás Natural e Gás de Xisto na UE

As reservas encontradas nestes três países, os maiores detentores de toda a UE-27, constituem cerca de 2.339 bilhões de metros cúbicos (bmc) de gás natural<sup>56</sup>. Como podemos ver na Tabela 2, com dados de 2012, todos os estados-membros da UE-27 detêm, em conjunto, cerca de 2.700 bmc de gás natural. Para compreendermos estes valores, basta indicar que, nesse ano, a UE-27 consumiu cerca de 444 bmc<sup>57</sup>. Ao consultar a mesma Tabela, tendo em conta que o ritmo de produção irá diminuir em todos os países produtores, não deixa de ser altamente provável que a sua maioria cesse de produzir num prazo máximo de 10 anos, considerando o ritmo de produção face às reservas existentes.

**Tabela 2 – Reservas, Produção Anual, Consumo Anual, Importação Anual, Exportação Anual e Dependência da Importação para o Consumo Anual [(Imp-Exp)/Cons\*100] de Gas Natural dos Estados-membros da UE-27, em 2012**

País	Reservas (bmc)	Produção Anual (bmc)	Consumo Anual (bmc)	Importação Anual (bmc)	Exportação Anual (bmc)	Dependência sobre a Importação (%)
Alemanha	80	10,1	75,2	86	12,5	97,74
Áustria	-	1,9	9	7,8	4,2	40
Bélgica	-	-	16,9	29,2	2,6	157,40
Bulgária	-	-	2,7	2,4	-	88,89
Chipre	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	95	5,8	3,9	0,3	2,9	<0
Eslováquia	-	-	6	4,2	-	70
Eslovénia	-	-	-	0,8	-	-
Espanha	-	-	31,4	32,9	2,6	96,49
Estónia	-	-	-	0,6	-	-
Finlândia	-	-	3,1	3,5	-	112,90
França	-	0,5	42,5	45,1	5,9	92,23
Grécia	-	-	4,2	4,2	-	100,16
Holanda	1230	78,2	36,4	15,4	54,5	<0
Hungria	-	2,5	9,7	6,1	-	62,88
Irlanda	-	0,4	4,5	5,3	-	117,78
Itália	62	8,4	68,7	67,2	0,3	97,37
Letónia	-	-	-	1,5	-	-
Lituânia	-	-	3,3	2,5	-	99,77
Luxemburgo	-	-	-	1,3	-	100
Malta	-	-	-	-	-	-
Polónia	88	4,1	16,6	11,30	-	68,07
Portugal	-	0	4,7	4,6	-	99,32

<sup>56</sup> Somando os valores das reservas da Roménia, Holanda e Inglaterra, presentes na Tabela 3.

<sup>57</sup> British Petroleum (2013), pág. 23.

<b>Reino Unido</b>	481	37,7	78,3	49,1	12	47,38
<b>República Checa</b>	-	-	8,2	10,2	-	89,98
<b>Roménia</b>	595	11	13,5	2,0	-	14,81
<b>Suécia</b>	-	-	1,1	1,1	-	100
<b>Total UE-27</b>	2700	201	443,9	440,7	97,5	77,31

Fontes: OPEC (2013) e British Petroleum (2013).

O mais recente fenómeno que certamente irá transformar os fluxos energéticos e geopolíticos globais é a exploração de gás de xisto. Recentes inovações científicas e tecnológicas desenvolvidas nos EUA, como o fracturamento hidráulico e a perfuração horizontal, permitiram a recuperação de enormes quantidades de gás natural nas formações subterrâneas de xisto argiloso, transformando esta nação importadora em nação exportadora desse recurso. Segundo o relatório anual da EIA, o *World Energy Outlook 2013*<sup>58</sup>, os EUA irão produzir mais gás natural do que a Rússia, em 2015. Doravante, a quantidade de gás natural extraída nos EUA irá certamente produzir enormes efeitos económicos e geoestratégicos nos mercados de gás natural existentes por todo o globo. Será expectável assistirmos a uma deflação global resultante de uma maior competição no mercado e de uma maior disponibilidade de gás natural nos mercados regionais.

Até agora, o *shale gas boom* originou efeitos positivos em todas as dimensões económicas. Localmente, a abertura de novos campos de exploração criou novos empregos e fomentou a economia local, como a criação de 100.000 novos postos de trabalho na Pensilvânia, devido ao campo de gás *Marcellus*<sup>59</sup>. A nível nacional, os efeitos também são vários. O preço do gás desceu de 9 dólares por Million Btu (MMBTU) em 2008 para menos de 3 dólares em 2012<sup>60</sup> o que, por consequência, baixou também o preço da electricidade, visto que esta é parcialmente

<sup>58</sup> United States Energy Information Administration (2013a), pág. 50.

<sup>59</sup> *The Economist* (2013).

<sup>60</sup> Consultar os valores presentes na pág. 27 da British Petroleum (2013).

gerada por centrais termoelétricas de gás natural por todo o país. Alguns economistas da *Citigroup* e *UBS* prevêem que todo o crescimento económico relacionado com a exploração de gás de xisto aumente o Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano em meio ponto percentual por ano, nos próximos tempos<sup>61</sup>. Ao considerarmos as consequências ambientais<sup>62</sup> que todo este processo envolve, conclui-se que os custos ambientais ainda são muito elevados. A contaminação dos lençóis de água, do ar e da terra e o aumento do risco de ocorrência de terremotos, devido à criação de fissuras na placa tectónica pelo processo do fracturamento horizontal, são algumas das consequências geológicas locais que têm impacto nas populações residentes.

Inicialmente, esperava-se que este fenómeno também surgisse na Europa com a mesma velocidade de propagação que nos EUA, de modo a que os europeus se tornassem menos dependentes energeticamente do exterior, mas também pelos efeitos locais, nacionais e regionais que um semelhante *boom* pudesse gerar. Contudo, esse não é o caso. Devido ao *modus operandi* da UE, as suas instituições ainda estão a avaliar se a legislação ambiental em vigor<sup>63</sup> é suficiente para lidar com as questões que é preciso tomarem consideração com a exploração e produção de gás de xisto, em especial o seu impacto ambiental e a respectiva percepção pública<sup>64</sup>. E neste ponto reside um problema funcional derivado da própria estrutura das instituições europeias, segundo Sergio Matalucci<sup>65</sup>, devido ao facto de os reguladores europeus serem forçados a desenhar políticas que reúnam de modo convergente as posições e os interesses de cada estado-membro, que podem ser originalmente

---

<sup>61</sup> *The Economist* (2013).

<sup>62</sup> Robert B. Jackson (2011), pág. 2-8.

<sup>63</sup> Note-se que a legislação europeia é muito mais restrigente, complexa e abrangente que a norte-americana.

<sup>64</sup> Sergio Matalucci (2013).

<sup>65</sup> *Idem*

divergentes entre si. Por isso, toda a legislação europeia demora muito tempo a ser criada.

De modo figurativo, as instituições europeias funcionam como um árbitro que não tem poder de iniciativa<sup>66</sup>. Essa capacidade depende dos países-membros interessados. Por isso, existem países, como a França e a Bulgária, onde o governo proibiu a exploração sob qualquer forma deste recurso, outros países, como o Reino Unido, onde, apesar da enorme vontade política, a sociedade civil e organizações pró-ambientais contestam a exploração, e ainda países, como a Polónia, onde já se começou a explorar. Em suma, a UE apresenta características normativas e funcionais bem diferentes das dos EUA relativamente à exploração de gás de xisto que condicionam uma rápida e total exploração deste recurso num curto-prazo.

### *1.2.3 – A Importação para a Garantia do Consumo*

Tomando por referência os dados retirados do relatório estatístico do *Current Policy Scenario*<sup>67</sup>, presentes do Gráfico 9, notamos que a necessidade de importação de gás natural em termos absolutos<sup>68</sup>, até 2030, irá aumentar em cerca de 20.000 Kilotonne of Oil Equivalent (Ktoe). Contudo, em termos relativos<sup>69</sup>, a necessidade de importação aumenta consideravelmente, de 62,76% em 2010, para 79,38% em 2030.

Considerando a conclusão do primeiro subcapítulo sobre a presente e futura relevância do gás natural para a Europa, torna-se necessário compreender em toda a sua amplitude a relevância destes dados obtidos referentes à crescente dependência

---

<sup>66</sup> Idem

<sup>67</sup> Comissão Europeia (2011c), pág. 67.

<sup>68</sup> Calculada a partir da seguinte fórmula:  $\text{Import. (n)} = \text{Consumo (n)} - \text{Produção (n)}$ .

<sup>69</sup>  $\text{Importação \% (n)} = [\text{Consumo (n)} - \text{Produção (n)}] * 100 / \text{Consumo (n)}$

externa europeia. Em primeiro lugar, quanto maior for essa dependência, maiores serão os riscos de interrupção de fornecimento de gás natural. O impacto da instabilidade no fornecimento de energia irá ser sempre directamente proporcional à sua dependência de fontes externas, transcrevendo a razão de que, quanto maior a dependência, maior o risco de instabilidade. Esse risco varia consoante a própria instabilidade geopolítica dos países-fornecedores e dos respectivos países-trânsito.

Como referido no subcapítulo anterior, os preços do gás natural na UE variam consoante um importante factor. Os contratos de longo-termo assinados por acordos bilaterais entre fornecedor e cliente, visto que a maioria do transporte deste recurso é efectuada através de gasodutos entre o seu remetente e o respectivo destinatário, têm sempre em conta, na estipulação do seu preço, algumas variáveis, como o fluxo comercial do recurso, a distância entre o *upstream* e o *downstream* e a respectiva quantidade de *midstreams*<sup>70</sup>. Mas, considerando alguns fornecedores como a Rússia, é obrigatório assinalar que o seu valor ainda permanece indexado ao preço do petróleo. Adiante, ao analisarmos o maior fornecedor de gás para a Europa<sup>71</sup>, a Rússia, entendemos que esta comporta-se como um oligopólio regional que acaba por formar um cartel funcional (RosNeft e Gazprom) que poderá exercer pressões, a fim de atingir uma variedade de objectivos comerciais e extra-comerciais. Esses eventos poderão ou não ter influência sobre os preços, consoante a própria relação e posteriores consequências entre fornecedor e cliente.

---

<sup>70</sup> A indústria relacionada com o gás natural e o petróleo é dividida entre três grandes sectores relacionados com a actividade. *Upstream* é o termo empregado para o sector da extracção e produção. *Downstream* é o termo adequado ao sector transformativo e distributivo dos recursos. E *midstream* respeita ao sector do transporte do recurso via terrestre ou marítima. Contudo, estes termos são também usados para distinguir a função de cada país relativa a uma interacção comercial em que o fornecedor é o *upstreamer*, o consumidor é o *downstreamer* e os países-trânsito são os *midstreamers*.

<sup>71</sup> Ver subcapítulo 1.3 que aprofunda o seu perfil.

#### *1.2.4- Os Conceitos e as Características da Segurança Energética*

Como pudemos ver nos subcapítulos anteriores, para a UE é impossível atingir um estado de independência energética. Essa condição é inatingível no presente e no futuro, considerando, além dos limites geológicos, todos os fluxos comerciais que, por si, formam diversas interdependências existentes por todo o globo entre países exportadores e importadores. Por isso, todos os países que interagem entre si no mercado global das energias são interdependentes. O ponto principal nessa dinâmica para cada estado, como Carlos Pascual<sup>72</sup> refere, é saber gerir essa relação efectivamente de modo a proteger os seus interesses. Por isso, a segurança energética não se entende no presente como sinónimo de independência energética<sup>73</sup>, mas sim de interdependência funcional no sector da energia.

Este mercado pressupõe produtores de gás natural e consumidores, por isso, o conceito de segurança energética é diferente consoante a posição de cada interveniente. Sendo a UE consumidora, teremos que tomar a sua perspectiva como dependente do fornecimento, portanto todo o conceito de segurança energética ronda o objectivo de garantir esse consumo, que compreende alguns riscos<sup>74</sup>. Tradicionalmente, a definição geralmente utilizada para o gás natural defende que a segurança energética pode ser definida pela condição de garantia que todos os volumes de gás natural necessários pelos consumidores irão ser cumpridos sem interrupções, a um preço razoavelmente aceitável<sup>75</sup>. Nesta definição,

---

<sup>72</sup> Carlos Pascual (2010), pág. 2.

<sup>73</sup> O crescimento da dependência externa de gás natural não deve ser relacionado com um aumento real de insegurança energética, embora haja mais probabilidades de isso acontecer.

<sup>74</sup> Sanam Salem Haghighi (2002), pág. 10.

<sup>75</sup> Giacomo Luciani (2004), pág. 3.

encontramos três elementos, ou características fundamentais, identificadas por Jonathan Elkind<sup>76</sup>.

A disponibilidade física do gás natural é o primeiro elemento encontrado na definição<sup>77</sup>, aracterizada pela capacidade dos consumidores obterem gás natural suficiente para corresponder às necessidades inerentes do funcionamento normal da sociedade. O segundo elemento<sup>78</sup>, Elkind identifica como confiança. A confiança necessária entre produtor e destinatário que, na posição de destinatário, será afirmada pela constância do seu abastecimento. O terceiro elemento<sup>79</sup> constitui-se na acessibilidade do preço praticado. Mais uma vez, considerando a óptica do consumidor, este elemento traduz a necessária estabilização do preço do gás natural. Esta estabilização inclui um preço acessível com um índice de baixa volatilidade ao longo do tempo. Contudo, segundo a definição dada pelas instituições europeias<sup>80</sup>, o propósito das políticas de segurança energética é o de assegurar para a UE, no imediato e longo-termo, a disponibilidade dos recursos energéticos (gás natural) necessários a um preço suportável por todos os consumidores respeitando, simultaneamente, todos os requisitos ambientais.

Comparando as duas definições, encontramos duas diferenças consideráveis que condicionam a estratégia e os objectivos apontados. Um ponto importante e original na definição europeia é referente ao peso ambiental existente. “Respeitando todos os requisitos ambientais” marca a necessidade de convergência entre o suprimento de forma estável das necessidades energéticas e os seus efeitos para o

---

<sup>76</sup> Carlos Pascual e Jonathan Elkind (2010), pág. 121-130.

<sup>77</sup> “garantia que todos os volumes de gás natural necessários pelos consumidores irão ser cumpridos”.

<sup>78</sup> “sem interrupções”.

<sup>79</sup> “a um preço razoavelmente aceitável”.

<sup>80</sup> Comissão Europeia (2001), pág. 2.

meio-ambiente. Jonathan Elkind<sup>81</sup> inclui este ponto como o quarto elemento que compõe o conceito de segurança energética europeia, a sustentabilidade. O gás natural, enquanto fonte energética, não conflitua com o conceito de sustentabilidade. Antes pelo contrário, segundo Christian von Hirschhausen<sup>82</sup>, que aponta o gás natural como a energia-chave para a transição para uma economia de baixo índice carbónico, porque comporta um baixo investimento, comparado com o investimento exigido pelas renováveis e pelo nuclear, e o menor índice de emissões de tóxicos poluentes, considerando a restante família dos combustíveis fósseis<sup>83</sup>.

A definição de segurança energética dada pelas instituições europeias inclui duas realidades temporais diferentes, o curto e o longo-prazo. Deste modo, toda a estratégia delineada pela UE deve ter a segurança energética como um objectivo de curto e longo prazo. Por isso, não poderá existir uma política que vise somente o curto-prazo, ignorando os seus efeitos a longo-prazo, nem o oposto. Nesta definição, encontra-se uma característica original face às anteriores, a complementaridade. Uma estratégia ideal terá que complementar esta condição para ambos os prazos. Fazendo uma análise idêntica à de Elkind, atribuindo elementos ao conceito, podemos determinar a existência de um quinto elemento que terá, pela sua natureza, um efeito de alongamento temporal sobre todos os outros quatro elementos.

Dos cinco elementos observados, a disponibilidade física é determinante para a equação da segurança energética. Porque, na inexistência ou interrupção desta, todos os outros elementos perdem sentido, originando por isso uma situação de insegurança energética. Ainda assim, este elemento é condicionado pela confiança encontrada na ininterrupção do abastecimento e pela sua acessibilidade. Por isso,

---

<sup>81</sup> Carlos Pascual e Jonathan Elkind (2010), pág. 128.

<sup>82</sup> François Lévêque (2010), pág. 6.

<sup>83</sup> Conforme as conclusões retiradas do subcapítulo 1.1.



qualquer acção que comprometa um destes três elementos a curto ou longo-prazo ameaçará o estado de segurança de fornecimento energético. A insegurança energética ameaça o vínculo existente entre a disponibilidade de energia e o desenvolvimento económico da sociedade, visto que a disponibilidade energética é uma condição para a manutenção e desenvolvimento de toda a estrutura económica. Não se torna difícil prová-lo relembrando as causas da crise de 1973 que desencadeou a inflação e a recessão económica da altura.

### *1.2.5 – Os Riscos para a Segurança Energética*

Desde do início da produção de petróleo que o conceito de segurança energética estava ligado ao fenómeno do esgotamento de reservas. Este era o factor determinante para avaliar uma possível situação de insegurança. Relacionando a quantidade total presente numa reserva com o ritmo de extracção anual, consegue-se determinar aproximadamente a durabilidade da reserva<sup>84</sup>. Esta fórmula é conhecida pela designação Rácio de Reservas para a Produção (R/P). Contudo, os valores obtidos são sempre variáveis, porque dependem do ritmo produtivo, dos avanços tecnológicos que podem facilitar a descoberta e a extracção de gás natural em camadas mais fundas<sup>85</sup> e da rentabilidade económica na continuação da exploração<sup>86</sup>. Quando, face à tecnologia presente, o recurso existente numa reserva perde rentabilidade económica<sup>87</sup>, a sua exploração cessa até à existência de uma nova tecnologia que o permita extrair de forma rentável. Contudo, com a emergência de mercados compostos por interacções entre produtor e consumidor, surgiram também riscos originais e mais complexos.

---

<sup>84</sup> Reserva (tcm) / Produção (tcm/n) = Anos (n).

<sup>85</sup> Sanam S. Haghighi (2007), pág 19.

<sup>86</sup> Jonathan Stern (2002), pág. 7.

<sup>87</sup> Entenda-se por prejuízo (custo > receita).

Dos diversos riscos que podem interromper o fornecimento de gás natural, Jonathan Stern<sup>88</sup>, primeiramente, agrupa-os em duas dimensões. Aqueles que interferem com a disponibilidade física num curto espaço temporal e aqueles que interferem com essa disponibilidade num longo período. Os riscos que condicionam o normal suprimento de gás natural por um tempo curto são transitórios, podendo ser causados por uma falha técnica, um acidente natural ou um crime. Estes serão desconsiderados para a presente tese visto que são de origem espontânea, não premeditada e não política. Por isso, a sua prevenção ou remediação é fundamentalmente técnica. Aqueles que podem interferir no abastecimento por um período de tempo prolongado devem ser prevenidos e incluídos numa estratégia. Relativamente a estes, Stern distribui-os por três origens. Aqueles que provêm da dependência da infra-estrutura industrial (*Facility Dependence*), da dependência da fonte (*Source Dependence*) e da dependência do trânsito (*Transit Dependence*).

Segundo Giacomo Luciani<sup>89</sup>, os riscos associados à dependência da infra-estrutura industrial são muito relevantes para a segurança energética no longo-prazo. A destruição de um centro de extracção ou produção de gás natural, ou a destruição de um *pipeline* infra-aquático<sup>90</sup> potenciam o desequilíbrio da rede europeia de *pipelines*, visto que esta se encontra sobrecarregada. Por estar sobrelotada e existir uma pequena capacidade de redireccionamento (*reverse flow*), a falha de uma componente importante pode comprometer o abastecimento de longo-prazo<sup>91</sup>. Apesar de a sua natureza poder ser de origem técnica, natural ou criminal, a sua prevenção parte de decisões políticas internas<sup>92</sup>. O autor italiano evidencia os vários casos em

---

<sup>88</sup> Jonathan Stern (2002), pág. 6.

<sup>89</sup> Giacomo Luciani (2004), pág. 5.

<sup>90</sup> A sua reparação torna-se mais complexa.

<sup>91</sup> Jonathan Stern (2002), pág. 15.

<sup>92</sup> Como poderemos ver no capítulo 2.

que as redes nacionais dependem de uma só linha de abastecimento<sup>93</sup> (consideram-se gasodutos) e que, conseqüentemente, são mais vulneráveis a estes riscos. Neste caso, fará pouco sentido tentar aumentar a segurança relativamente às importações se a própria rede doméstica não for capaz de cobrir uma condição de origem interna. Excluídos os riscos envolvidos na dependência da infra-estrutura industrial, restam aqueles que provêm da decisão política de alguma soberania como ferramenta de coacção sobre algum desacordo, seja esta tomada por um país-trânsito, ou pelo país de origem do gás natural. Por isso, os riscos provenientes da dependência da fonte e do trânsito são de natureza geopolítica.

Apesar de a base do conceito de geopolítica, aplicado anteriormente, ser desenvolvido por Kaplan<sup>94</sup>, estando o propósito da tese relacionado com a estratégia confinada à alternativa geopolítica com o objectivo de diversificação de fornecimento, o conceito presente na obra de Saul Bernard Cohen<sup>95</sup> torna-se mais adequado, quando analisadas as relações políticas entre os estados, determinadas, na maioria dos casos observados, pela relação comercial energética. Neste conceito, a perspectiva geográfica altera-se consoante a posição comercial de um estado, ou seja, se este é consumidor ou fornecedor; a distância entre um estado e outro é outro factor geográfico e ambos contribuem para a construção e diferenciação dos processos políticos. Como será analisado adiante, em alguns casos, quanto menor for a distância entre o exportador e o consumidor de gás natural, maior será a dependência

---

<sup>93</sup> Veja-se o caso de Portugal que depende de um *pipeline* – o *Europe Maghreb Pipeline* (Galp Energia. *Pipelines Internacionais*. Disponível em <http://www.galpennergia.com/PT/agalpennergia/ossos-negocios/Gas-Power/Gas-Natural/Aprovisionamento/Paginas/Pipelines-internacionais.aspx>, acedido em Novembro, 16, 2013).

<sup>94</sup> “*Geopolitics constitutes the study of the outside environment faced by every state when determining its own strategy: that environment being the struggling for survival and advantage*” [Robert D. Kaplan (2012), pág. 39].

<sup>95</sup> “*Geopolitics’ is defined in this volume as the analysis of the interaction between, on the one hand, geographical settings and perspectives and, on the other, political processes*” [Saul Bernard Cohen (2003), pág. 12].

do primeiro em relação ao segundo. Logo, este tende a exercer um domínio sobre o importador. Nesse caso, a inclusão do comportamento dominante na relação geopolítica entre dois países, admite-se o conceito de Maximilian Kuhn<sup>96</sup>, segundo o qual a geopolítica reflecte as conexões existentes entre poder, interesses, domínio e espaço geográfico. Considerando o contexto da segurança energética, este conceito refere-se à interacção dos recursos naturais, da decisão estratégica e do espaço geográfico, por um lado, e aos interesses e comportamentos individuais e colectivos dos vários actores estatais, por outro.

Jean-Marie Chevalier<sup>97</sup> realça duas características fundamentais e sempre associadas a um quadro de risco potencial: o nacionalismo dos recursos e a potencial instabilidade. Note-se que estas duas características estão inevitavelmente ligadas ao próprio regime de governo<sup>98</sup>.

**Tabela 3 - Índices de liberdade e corrupção e tipos de governo dos maiores produtores mundiais de gás natural (2013)**

Posição	Países	Produção Anual (bmc)	Índice de Liberdade / Classificação	Forma de Governo	Índice de Corrupção	Índice de Liberdades Cívicas
1º	EUA	681,4	1 / Livre	Democracia Consolidada	73/100	1
2º	Rússia	592,3	5,5 / Não livre	Regime Autoritário Consolidado	28/100	5
3º	Irão	160,5	6 / Não Livre	Regime Autoritário	25/100	6
4º	Qatar	157	5,5 / Não Livre	Regime Autoritário	28/100	5,5
5º	Canadá	156,5	1 / Livre	Democracia Consolidada	81/100	1
6º	Noruega	114,9	1 / Livre	Democracia Consolidada	86/100	1
7º	China	107,2	6,5 / Não Livre	Regime Autoritário	40/100	6
8º	Arábia Saudita	102,8	7 / Não Livre	Regime Autoritário	46/100	7
9º	Argélia	81,5	5,5 / Não	Regime	36/100	5

<sup>96</sup> Maximilian Kuhn (2012), pág. 23.

<sup>97</sup> Jean-Marie Chevalier (2009), pág. 30-32.

<sup>98</sup> Consultar os valores presentes na Tabela 3.

			Livre	Autoritário		
10º	Indonésia	71,1	2,5 / Livre	Democracia Semi- Consolidada	32/100	3

Fonte: Dados disponíveis em British Petroleum (2013), Economist Intelligence Unit (2013), Freedom House (Acedido em Novembro 14, 2013, disponível em <https://freedomhouse.org/regions#.VK8PLyusV1Y>) e Transparency International (Acedido em Novembro 14, disponível em <http://www.transparency.org/country>).

O nacionalismo de recursos relativo ao gás natural compreende a ideia de que um estado deve manter o controlo absoluto sobre as reservas de gás natural, incluindo o acesso à exploração e produção (frequentemente cedidos a empresas nacionais), o ritmo de desenvolvimento e produção, o regime tributário empreendido e as condições de exportação. Por outras palavras, o estado controla os sectores e mercados envolvidos na produção (extração), transporte e comercialização de determinado recurso. Esta forma de controlo gera diversos benefícios de carácter económico e também político. Além das enormes receitas retidas nos cofres do estado, este firma a sua soberania em relação ao recurso, evitando a sua exploração por empresas estrangeiras e, simultaneamente, consolida a sua integralidade no domínio interno e externo. O controlo total do estado, sobre o sector mais indispensável para a sustentabilidade económica de um país, consolida uma figura interna paternalista, mantendo-se a riqueza nacional dentro do território. Sob o ponto de vista externo, entenda-se que a maioria dos estados pretende projectar a sua autonomia relativa ao desenvolvimento do sector.

Considerando que o activo da balança comercial fica a dever-se em grande parte à própria exportação do recurso, estes países são dependentes da sua exportação para a sua manutenção. Esta dependência gera uma especialização de mercado que enfraquece outros sectores produtivos com contributo potencial para a balança comercial. Neste ponto de vista, forma-se um ciclo económico vicioso que torna o

estado produtor cada vez mais dependente do recurso em questão<sup>99</sup>. Este fenómeno foi identificado como a “Maldição dos Recursos Naturais”, por Michael Ross<sup>100</sup>, baseado no conceito económico, desenvolvido por W. Max Corden e J. Peter Neary, de “doença holandesa”.

Neste ambiente, é necessário estabelecer a ponte entre esta forma de governação e a muito provável existência de altos níveis de corrupção. Considerando que as receitas geradas são, nestes casos, canalizadas para o governo, grupos associados, empresas estatais e empresas nacionais ou internacionais, acaba por se gerar uma concentração de riqueza e poder num pequeno círculo de pessoas, por mecanismos de partilha mais susceptíveis à corrupção<sup>101</sup>. Neste tipo de ambiente assimétrico e com poucas opções de diversificação político-económica, forma-se um potencial de instabilidade. Regiões que comportam grandes desigualdades internas, regionais ou internacionais, são sempre palco fértil para revoluções. Do ponto de vista energético, torna-se provável a ocorrência de actos internos com impactos regionais capazes de comprometer ou bloquear o fornecimento e o transporte normal de gás natural para outros países. Considerando a dimensão destes riscos no espaço europeu, deparamo-nos com uma conjuntura geopolítica que Jonathan Stern<sup>102</sup> considera perigosa para a segurança energética europeia.

Para caracterizar esse ambiente, é necessário analisar, quando identificados os maiores exportadores de gás natural para a Europa via *pipeline*: a Rússia, a Noruega e a Argélia, os valores presentes na Tabela 4 para compreender o referido cenário.

---

<sup>99</sup> Jean-Marie Chevalier (2009), pág. 32.

<sup>100</sup> Ian Bannon e Paul Collier (2002), pág. 17.

<sup>101</sup> Consultar Coluna “Índice de Corrupção” na Tabela 3.

<sup>102</sup> François Lévêque (2010), pág. 57.

**Tabela 4 – Importações de Gás Natural para a UE-27, por país, em 2012**

Países Destino\Origem	Argélia (bmc)	Rússia (bmc)	Noruega (bmc)	Outros Fornecedores <sup>103</sup> (bmc)	Total de Importações (bmc)
Alemanha	0	32,877 (37,34% <sup>104</sup> )	25,711 (29,20%)	29,449 (33,50%)	88,037
Áustria	0	5,578 (60,06%)	1,404 (15,11%)	2,305 (24,82%)	9,287
Bélgica	0	0,058 (0,33%)	6,381 (37,23%)	10,876 (62,81%)	17,315
Bulgária	0	2,547 (100%)	0	0	2,547
Dinamarca	0	0	0	0	3,631
Eslováquia	0	4,474 (83,55%)	0	0,881 (16,45%)	5,355
Eslovénia	0,184 (22,91%)	0,484 (60,27%)	0	0,135 (16,81%)	0,803
Espanha	15,523 (44,21%)	0	1,898 (5,40%)	17,693 (50,39%)	35,114
Estónia	0	0,658 (100%)	0	0	0,658
Finlândia	0	3,757 (100%)	0	0	3,757
França	4,445 (9,32%)	7,631 (16%)	20,346 (42,66%)	15,262 (32%)	47,684
Grécia	0,813 (17,83%)	2,537 (55,62%)	0,232 (5,09%)	0,979 (21,46%)	4,561
Holanda	0	2,140 (5,18%)	20,985 (50,84%)	18,148 (43,97%)	41,273
Hungria	0	8,309 (79,89%)	0	2,091 (20,11%)	10,400
Irlanda	0	0	0	5,093 (100%)	5,093
Itália	22,302 (29,06%)	22,147 (28,85%)	3,699 (4,82%)	28,607 (37,27%)	76,755
Letónia	0	1,472 (100%)	0	0	1,472
Lituânia	0	5,510 (100%)	0	0	5,510
Luxemburgo	0	0,320 (20,34%)	0,687 (43,67%)	0,319 (20,28%)	1,573
Malta	-	-	-	-	-
Polónia	0	10,033 (58,57%)	0	7,098 (41,43%)	17,131
Portugal	2,624 (54,09%)	0	0	2,227 (45,91%)	4,851

<sup>103</sup> Considera-se outros fornecedores os países que exportam via GNL e alguns estados-membros que reexportam dentro da UE.

<sup>104</sup> A cor amarela destaca um valor, no qual existe um risco associado a uma possível necessidade de substituição, gerado pela incapacidade de substituir a quantidade por fornecedores alternativos, ou associado à existência de barreiras geopolíticas ou geoeconómicas. A cor vermelha assinala casos de elevada dependência de um só fornecedor.

<b>Reino Unido</b>	0,126 (0,15%)	0	28,694 (34,66%)	53,978 (65,19%)	82,798
<b>República Checa</b>	0	4,803 (57,47%)	0,930 (11,12%)	2,624 (31,41%)	8,357
<b>Roménia</b>	0	3,409 (24,33%)	0	10,603 (75,67%)	14,012
<b>Suécia</b>	0	0	0	1,259 (100%)	1,259
<b>UE - 27</b>	46,057 (9,41%)	118,726 (24,27%)	110,979 (22,68%)	213,471 (43,63%)	489,233

Fonte: Eurogas (2013), pág. 6-7.

## 1.2.6 – Os Desafios Associados aos Maiores Exportadores de Gás Natural para a UE

### 1.2.6.1 – A Noruega

A Noruega foi o segundo maior exportador de gás natural para a UE, em 2010. Este país difere dos restantes fornecedores em diversas características, sejam elas de natureza social, política ou económica<sup>105</sup>. O Reino da Noruega consta em primeiro lugar no ranking no Índice Democrático da *The Economist Intelligence Unit*<sup>106</sup> e obteve a pontuação máxima nos índices relativos à liberdade, liberdade cívicas e direitos políticos da *Freedom House*, em 2013. Deste modo, este país é um modelo democrático exemplar facilitando todos os processos de cooperação política e económica com a UE. Por pertencer ao Espaço Económico Europeu, partilha toda a legislação interna da própria UE relativa ao mercado interno de energia, leis de competitividade, regulações ambientais, novas tecnologias e direitos dos consumidores<sup>107</sup>. Desta parceria surgiu uma relação energética simbiótica que representa 61% de todo o comércio entre a Noruega e a UE.

<sup>105</sup> Consultar os valores presentes na Tabela 3.

<sup>106</sup> Com a pontuação global de 9,93. Este resultado é calculado pela média dos valores adquiridos referentes ao Processo Eleitoral (10), Função Governativa (9.64), Participação Política (10), Cultura Política (10) e Liberdades Cívicas (10) [The Economist Intelligence Unit (2013)].

<sup>107</sup> Ali Tekin e Paul A. Williams (2010), pág. 48.



A extracção de gás natural norueguês atingiu o seu pico produtivo em 2012. Nesse ano, foram extraídos cerca de 115 bmc de gás natural<sup>108</sup>, dos quais cerca de 101 bmc foram exportados para a UE-27<sup>109</sup>. Contudo, ao analisar o rácio de R/P, que considera o ritmo produtivo e as reservas disponíveis de 2012, conclui-se que estas esgotar-se-ão por volta de 2030<sup>110</sup>. Desta forma, é previsível que Oslo diminua o ritmo produtivo no futuro de forma a prolongar o tempo de vida das suas reservas, considerando os enormes custos que já condicionam a continuação da exploração das mesmas. Como referido anteriormente, para o cessar da exploração de uma determinada reserva não é necessário o recurso existente acabar, basta apenas a sua extracção não se mostrar rentável. Esta situação acaba por comprometer uma maior exportação de gás natural norueguês no futuro que dificilmente acompanhará a crescente dependência externa europeia. Também se torna importante esclarecer a diminuta existência de reservas de gás de xisto em território norueguês<sup>111</sup>, frisando desse modo a improvável colmatção produtiva de gás de xisto face à menor extracção de gás natural.

Com base nos valores presentes na Tabela 4, realça-se a posição fragilizada do Reino Unido, que devido ao seu isolamento geográfico é obrigado a procurar fornecedores alternativos via GNL, sendo esta a forma mais propícia para colmatar a diminuição produtiva norueguesa<sup>112</sup>. Apesar da sua centralidade geográfica no continente europeu, o que conseqüentemente irá facilitar o aprovisionamento de outras fontes, a Alemanha também se encontra numa posição fragilizada, importando cerca de 26 bmc anuais de gás natural da Noruega, que dificilmente poderão ser

---

<sup>108</sup> British Petroleum (2013), pág. 22.

<sup>109</sup> Consultar Total das Exportações da Noruega para a UE-27, na Tabela 4.

<sup>110</sup> British Petroleum (2013), pág. 20.

<sup>111</sup> United States Energy Information Administration (2013c), pág. 6.

<sup>112</sup> Considerando que a Noruega actualmente fornece cerca de 25 bmc anuais para o Reino Unido e que este importa cerca de 13,7 bmc via LNG de três fornecedores [British Petroleum (2013), pág. 28].

substituídos no curto prazo. Ainda considerando o potencial que o *Nord Stream* representa para o fornecimento alemão, este não poderá transportar mais de metade da sua capacidade (25 bmc) devido às restrições impostas pela CE<sup>113</sup>, aprofundadas nos capítulos posteriores.

Todos os outros países que dependem do gás natural norueguês encontram-se mais aptos a recorrer a fornecimentos alternativos, seja pela quantidade reduzida que importam, seja pela facilidade geoeconómica e geopolítica na sua obtenção. Em suma, o risco associado a este fornecedor não é de natureza geopolítica, mas sim geológica. A actual limitação geológica norueguesa, que terá um maior impacto de escassez no futuro quando contrastada com a crescente necessidade europeia de suprimento, enaltece a conclusão de que a Noruega, enquanto fornecedora de gás natural da UE, atravessará a incapacidade futura de manter os níveis actuais ou superiores de fornecimento. Desse modo, a Noruega será descartada como futuro potencial fornecedor de gás natural da UE.

#### *1.2.6.2 – A Argélia*

A crise de reféns, ocorrida no dia 16 de Janeiro de 2013, no complexo industrial de extracção de gás natural em In Amenas, no sul da Argélia, atingiu um novo patamar de violência (39 reféns mortos) com o objectivo de exponenciar a difusão das reivindicações de índole política do grupo Mokhtar Belmokhtar. Esta situação realçou, para diversos analistas, os riscos associados à instabilidade social interna e os riscos derivados da concentração de grupos extremistas na região.

A Argélia tem sido diversas vezes citada como um dos casos mais notáveis onde, ao longo dos últimos 50 anos, desde a guerra da independência, existiram

---

<sup>113</sup> Edward Lucas (2013).

diversos conflitos civis violentos e políticas antidemocráticas que nunca interferiram com as exportações energéticas. Todavia, este particularismo deveu-se sobretudo, segundo Richard Youngs<sup>114</sup>, à habilidade de o regime conseguir isolar as infraestruturas industriais e ao facto de os próprios grupos fundamentalistas e terroristas reconhecerem, por diversas vezes, a importância da assimetria social, provocada pela má gestão pública das receitas energéticas, nos próprios mecanismos de recrutamento.

Identificam-se algumas das características encontradas nos países exportadores de recursos naturais identificadas por Jean-Marie Chevalier<sup>115</sup>, especialmente aquelas que potenciam uma maior assimetria económica, política e social, características existentes nas populações alvo para os processos de recrutamento dos grupos extremistas. Segundo o autor, numa sociedade que já de si comporta uma multitude de riscos de instabilidade exógenos, como o sucesso da revolução Iraniana e a posterior intensificação da rivalidade entre o Xiismo iraniano e o Wahhabismo saudita, o conflito israelo-palestiniano e a guerra do Afeganistão, somando ainda os factores de risco endógenos<sup>116</sup>, tais como um crescimento demográfico desequilibrado e a crise económica que se instalou em 1986, é notório um ambiente instável e apelativo para uma maior existência de grupos radicais na região. Esta preponderância da região do Magrebe como o novo centro geoestratégico para o estabelecimento de diversos grupos fundamentalistas islâmicos ligados à rede Al-Qaeda deriva, segundo o ex-Presidente Interino Tunisino Moncef Marzouki<sup>117</sup>, do conjunto de factores que, na sua opinião, se mostram ideais para a sua alocação. Especificamente, o sul do Magrebe é uma região deserta escassamente povoada e com pouco controlo securitário resultante da fraca representação estatal, que ainda

---

<sup>114</sup> Richard Youngs (2009), pág. 54.

<sup>115</sup> O fenómeno explicado anteriormente, Nacionalismo de Recursos e as suas implicações para uma maior amplitude social e económica.

<sup>116</sup> Ana Catarina Mendes Pereira Leal (2008), pág. 47.

<sup>117</sup> Jemal Oumar (2012).

conta com uma forte resistência tribal à autoridade governamental. Paralelamente a esta questão, é importante mencionar o cenário regional de instabilidade política que advém da “Primavera Árabe”, cenário esse muito atractivo para os grupos fundamentalistas exercerem a terceira linha de acção que Mary Habeck<sup>118</sup> enuncia como a estratégia terrorista provável no desfecho da guerra do Iraque e do Afeganistão, a eliminação daqueles que, mesmo sendo muçulmanos, não acreditam e não agem de acordo com o “verdadeiro caminho” na região que consideram vital.

A elevada dependência da exportação de determinados recursos fósseis para a geração de receitas e financiamento do orçamento estatal torna o funcionamento do estado vulnerável à própria condição do sector e surge como um sector alvo de possíveis ataques terroristas. Considerando que, nestes casos, o sector energético garante parte das receitas orçamentais, é provável que ocorra uma maior incidência de ataques terroristas nas respectivas instalações para, assim, se conseguir um maior impacto de destabilização financeira no estado, exponenciando o caos social. A Sonatrach, a empresa estatal que explora o gás natural argelino, distribui as suas receitas por um conjunto restrito de pessoas ligadas ao estado (leia-se, as elites políticas), com uma conseqüente redistribuição reduzida pela restante população. Essa concentração de capital num conjunto diminuto de pessoas incrementa o fosso económico e social naquele país, circunstância que contribui para o agravamento da instabilidade política, social e económica.

O tecido social argelino, já instável pelo conjunto de factores exógenos e endógenos mencionados anteriormente, desfaz-se profundamente, facilitando de tal forma a condição fundamental caracterizada pelos próprios mecanismos de recrutamento das organizações terroristas. Estas organizações exploram o ambiente

---

<sup>118</sup> Marvin Perry and Howard E. Negrin (2008), pág. 74.

assimétrico, conotado com a degradação e com a crescente disparidade económica e social<sup>119</sup>, para aumentarem os seus efectivos através de um poderoso discurso retórico de massas, o qual legitima a luta contra os opressores com todos os meios possíveis<sup>120</sup>. De um estado de baixa interferência entre actos terroristas e segurança energética, vive-se num clima de crescente risco de interrupção comprovado por diversos incidentes que podem ou não ter efeitos no futuro<sup>121</sup>.

Acresce a este panorama um risco geoestratégico muito elevado. Se analisarmos o Mapa 2 – Rede de gasodutos da Argélia para o continente europeu<sup>122</sup>, reparamos que todas as ligações existentes, gasodutos ou estações de GNL, passam por um só centro de distribuição (*hub*) em Hassi R'Mel. O facto de quase toda a produção transitar por um só local exponencia o risco de interrupção, que se traduz numa situação de insegurança energética. Ao analisar os dados presentes na Tabela 4, a Espanha corre um risco de insegurança energética considerável, porque cerca de metade das suas importações de gás natural provém directamente dos gasodutos com origem em Hassi R'Mel e muito dificilmente seriam substituídas por outras alternativas<sup>123</sup>. Portugal corre um risco menor, devido ao facto de as suas importações argelinas simbolizarem apenas, em termos quantitativos, cerca de 2,6 bmc anuais, eventualmente substituídas por um maior fornecimento de LNG. Contudo, salienta-se hipoteticamente o facto de, numa situação de interrupção de fornecimento, os preços associados inflacionarem. Em suma, da tipologia de riscos enunciados por Stern, deparamo-nos com uma típica situação de *Facility*

---

<sup>119</sup> Jason Burke (2004), pág. 284.

<sup>120</sup>“ *The real power of Bin Laden's discourse is that, like Marxism, it explains a personal experience by reference to a convincing general theory and then provides a comprehensible program of action*” [Jason Burke (2004), pág. 286].

<sup>121</sup> O ataque a um autocarro cheio de trabalhadores da Kellog Brown and Root, empresa norte-americana de serviços, ligada aos campos de exploração de petróleo, em Dezembro de 2006, pelo grupo *al-Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM), forçou a sua retirada do mercado argelino.

<sup>122</sup> Consultar a página I dos Anexos.

<sup>123</sup> Note-se que a interconexão entre Espanha e França é muito limitada por factores geológicos (Pirinéus).

*Dependence* que se agrava pelo ambiente instável, fruto de eventos internos e externos.

### 1.2.6.3 – A Rússia

A Rússia é, actualmente, o segundo maior produtor de gás natural no mundo. Extraiu cerca de 592,3 bmc no ano de 2012<sup>124</sup>, consumiu 416,2 bmc e exportou cerca de 200,7 bmc via *pipeline* e GNL<sup>125</sup>. Também é o país fundador e o mais activo do Fórum para os Países Exportadores de Gás Natural, um cartel diferente da OPEP, visto que não decide de forma concertada limites de produção nacionais para diminuir ou reduzir a inflação e visto que reúne os maiores exportadores de gás natural a nível mundial<sup>126</sup>. Cerca de 29,02% das importações totais de gás natural para a UE, em 2010, provieram da Rússia. Contudo, este valor representa uma média de valores bastante dispersos conforme as regiões do continente europeu que analisarmos. A dependência observada nas regiões da Europa Ocidental, do Sul e do Norte é reduzida, comparativamente às regiões da Europa Central e de Leste, onde a dependência é elevada, chegando a atingir os 100%.

Contudo, não deixa de ser pertinente referir que a própria Rússia depende do mercado europeu, visto que este recebe cerca de dois terços das suas exportações totais de gás natural, que têm um impacto gigante na sua balança comercial e,

---

<sup>124</sup> Consultar os dados presentes na Tabela 3.

<sup>125</sup> Valores retirados de British Petroleum (2013), pág. 22 e 23. Os valores das exportações e do consumo perfazem um valor maior que a produção porque a Rússia aproveita a sua rede de *pipelines* para reexportar gás natural proveniente do Turquemenistão e do Cazaquistão, conforme será analisado no subcapítulo 3.1.2.

<sup>126</sup> Os seus membros permanentes são Argélia, Bolívia, Egipto, Guiné Equatorial, Irão, Líbia, Nigéria, Qatar, Rússia, Trindade e Tobago e a Venezuela, países que controlam, respectivamente, 36% da produção mundial e 47% do comércio mundial. Com o estatuto de observadores encontra-se a Holanda, o Cazaquistão e a Noruega. Os restantes grandes produtores, como a Austrália, Azerbaijão, Canadá, Indonésia, Malásia, Omã, Turquemenistão, EUA e os Emirados Árabes Unidos, não pertencem ao grupo.

consequentemente, no seu PIB<sup>127</sup>. Desse modo, teoricamente<sup>128</sup>, não poderá existir uma interrupção no fornecimento de gás natural para a EU sem que a própria Rússia sofra com isso. Desse modo, este resultado contribui de certa forma para a própria segurança energética da UE, consumidora, já que também parte da mesma condição, embora na óptica do fornecedor, garantir receitas sob a venda do determinado bem. Pelo contrário, ao considerarmos a relação comercial russo-europeia, este factor também actua contra a própria condição de segurança energética europeia, porque o facto de a UE ser o mercado mais importante<sup>129</sup> para a exportação energética russa que, simultaneamente, tem uma fraca prospecção de acesso a novos mercados com condições comerciais semelhantes, nomeadamente o asiático<sup>130</sup>, impulsiona ainda mais o monopólio já existente, através de campanhas de solidificação no mercado com acordos bilaterais mais extensos e através da sua participação financeira em redes europeias<sup>131</sup> de produção, distribuição e armazenamento.

Segundo Keith C. Smith<sup>132</sup>, parece que a UE se esqueceu desse facto no processo de decisão política relativo à criação da relação comercial com a Rússia, visto que este país não dispõe de capital nem de tecnologia necessária para a exploração dos seus enormes campos de gás natural. Na base dos acordos comerciais

---

<sup>127</sup> Ali Tekin e Paul A. Williams (2010), pág 69.

<sup>128</sup> Considerando a noção de segurança energética na óptica do produtor, que visa uma constante e normalizada exportação do recurso a preços estáveis, condições indispensáveis para a geração de uma parte substancial de receitas do estado [Sanam S. Haghighi (2007), pág. 16.]

<sup>129</sup> Recebeu, em 2011, cerca de metade das exportações totais da Gazprom [Michael Ratner (2013), pág. 10].

<sup>130</sup> Tome-se, como exemplo, a negociação entre Moscovo e Pequim para o acordo de exportação de gás natural russo para a China, sucessivamente atrasada pela resistência chinesa em adoptar os preços pagos pela UE pelo mesmo recurso. Esta intransigência acabou por ser ultrapassada, quando Moscovo renegociou os seus preços para os níveis exigidos pelo governo chinês, dado o condicionamento comercial imposto entre a Rússia, a Ucrânia e a UE, no rescaldo da Revolução Ucraniana de 2014 [Sergio Matalucci (2014)].

<sup>131</sup> Note-se as ofertas directas da Gazprom para a compra da dívida externa do Chipre a troco de direitos de exploração *off-shore*, bem como o seu interesse inicial na oferta directa para a compra de quotas da DESFA (*Hellenic Gas Transmission System Operator*), ganhas pela SOCAR [Alex Jackson (2013a)].

<sup>132</sup> Keith C. Smith (2006), pág. 2.

de longo-prazo deveriam estar normas que forçassem a Rússia a aderir aos protocolos comerciais internacionais da *World Trade Organization* (WTO) e do Tratado da Carta da Energia (TCE), condicionando dessa maneira o comportamento monopolista da Gazprom. Embora algumas circunstâncias do presente sejam diferentes, o autor salienta que a Rússia tem uma relação mais dependente face à Europa do que a Europa face a Rússia. Porém, as relações políticas e comerciais entre as potências evidenciam o contrário.

O modelo comercial entre a Rússia como fornecedora e a Europa como receptora tem sido o mesmo desde a sua fundação nos últimos anos da Guerra Fria. São elaborados acordos comerciais bilaterais, de índole “dinheiro por energia”, de longo-prazo, em que os preços do gás natural ainda são indexados aos do petróleo, embora a maioria dos seus competidores, mais flexível, já tenha adoptado a indexação global. A resistência moscovita para dinamizar as suas relações comerciais com a Europa, tornando o seu recurso mais competitivo, tem-se manifestado numa queda de exportações para um menor mercado europeu, que a Noruega tem vindo a conquistar.

Esta estratégia comercial não se coaduna com os propósitos e funcionamento de um mercado livre e aberto como o europeu. É provável, numa perspectiva macroscópica, que a Gazprom venha a perder cada vez mais mercado europeu. Não deixa de ser importante alertar para o facto de a própria capacidade russa de cumprir o fornecimento de gás natural estipulado nos contractos de longo-termo no futuro poder vir a ficar comprometida, fruto de uma má canalização das receitas provenientes e de uma forte centralização e politização da exploração do gás em território seu, inverso a um necessário esforço de investimento para a produção e



transporte<sup>133</sup>, devendo esta probabilidade ser seriamente considerada o maior risco de segurança energética russa para a Europa, segundo Richard Youngs<sup>134</sup>. Jeffrey Mankoff<sup>135</sup> considera que a produção energética russa se encontra em risco devido à sua ineficiência, subinvestimento, politização, impostos elevados e falta de competitividade, também referidas por Youngs, referindo que, em 2008, o governo federal tinha alocado cerca de 150 biliões de dólares para um fundo de investimento destinado às infra-estruturas petrolíferas que acabou por ser utilizado para atingir fins políticos<sup>136</sup>. Ao compararmos a produção da Gazprom, desde 2008 até 2012, percebe-se que essa produção tem vindo a diminuir<sup>137</sup> e, na falta de investimento<sup>138</sup> direccionado para a aumentar, através da exploração de novos poços ou na aquisição dos meios tecnológicos para explorar os já existentes, será impossível colmatar a crescente necessidade de importação europeia.

Contudo, no presente, a maior desconfiança deriva das considerações sobre os vários riscos associados a factores geopolíticos e geoeconómicos. O peso geográfico é determinante, visto que a dependência energética de um estado face ao fornecimento russo aumenta quando a sua proximidade geográfica é maior<sup>139</sup>. Somada a essa condição, naquilo a que Francisco Briosa e Gala apelida de

---

<sup>133</sup> Em 2006, Javier Solana, então Alto Representante da Política Externa e Segurança Comum da UE, disse que, devido aos gasodutos obsoletos e deteriorados, o equivalente a um quarto das exportações de gás natural destinadas à Europa perdia-se durante o transporte [Gal Luft e Anne Korin (2009), pág. 102].

<sup>134</sup> “One argument increasingly made was that the threat to European energy security derived not so much from Russia’s strength in playing power politics as from its weakness in modernizing and increasing domestic productive capacity.” [Richard Youngs (2009), pág. 92.]

<sup>135</sup> Jeffrey Mankoff (2009), pág. 11.

<sup>136</sup> “By 2008 the government had set aside nearly \$150 billion in an oil-investment fund, but this was used as a political slush fund and not primarily for structural investment” [Richard Youngs (2009), pág. 93].

<sup>137</sup> Em 2008, registou-se uma produção anual de 549,73 bmc e, em 2012, a produção foi de 487,02 bmc, resultando numa queda de produção de 62,71 bmc em quatro anos [Gazprom (2013)].

<sup>138</sup> Mikhail Krutikhin realça a importância da subinvestimento verificado pela diminuição do valor capital da empresa. De início totalizaria cerca de um trilião de dólares e no presente cerca de 100 biliões da mesma moeda [Mikhail Krutikhin (2013a)].

<sup>139</sup> Consultar os dados presentes na Tabela 4 referentes aos valores de dependência relativa ao fornecimento de gás natural pela Rússia.

“resquícios das desconfianças da guerra fria”<sup>140</sup>, deve considerar-se o terceiro vector de política externa inserido na doutrina de Putin, a hegemonia regional. Este, no seu discurso, argumenta que Moscovo deve seguir a estratégia de aprofundar a integração política, económica, social e cultural dos países ex-soviéticos como se fosse o cerne da sua política externa<sup>141</sup>. Criando uma área de influência adjacente, propositadamente oposta à da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da UE e, em última análise, à dos EUA, Moscovo exerce uma forte pressão política, diplomática e económica para a sua consolidação, recorrendo aos recursos fósseis, uma eficaz ferramenta para a projecção da sua política externa<sup>142</sup>. Contrariamente à maioria dos exportadores de hidrocarbonetos que os consideram bens transaccionáveis, Moscovo entende que estes recursos são elementos da sua soberania e o seu transporte é um imperativo de afirmação e desenvolvimento nacional.

Por oposição à dinâmica encontrada nas relações e nos protocolos de vizinhança entre a UE e os países circundantes<sup>143</sup> que visam o mútuo benefício, Carlos Pascual e Evie Zambetakis descrevem que as relações entre a Rússia e os países vizinhos se baseiam numa dinâmica em que Moscovo utiliza a sua exportação energética como ferramenta de coacção para ditar alguns aspectos políticos desse país<sup>144</sup>. Beneficiando desta vantagem geoeconómica, como Robert D. Kaplan e

---

<sup>140</sup> Francisco Briosa e Gala (2013), pág. 49.

<sup>141</sup> Leon Aron (2013).

<sup>142</sup> “... energy, especially natural gas and oil, now represents the most effective and “civilized” power political instrument for the Russian Government in the international arena” [Pami Aalto (2008), pág. 163].

<sup>143</sup> A lista destes países encontra-se presente European Union External Action. *European Neighbourhood Policy*. Disponível em [http://eeas.europa.eu/enp/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/enp/index_en.htm), acedido em Dezembro 19, 2013.

<sup>144</sup> “Finally, there are relationships that move beyond mutuality of benefit, relationships in which one party or another seeks to exploit its energy-related power to dictate other aspects of political or security relations with another country” [Carlos Pascual & Jonathan Elkind (2010), pág. 11]

Eugene Chausovsky referem<sup>145</sup>, Moscovo utiliza-a para influenciar os processos de decisão política de forma a proteger os seus interesses, oferecendo benefícios sobretudo de natureza comercial e económica a estados que cooperam, ou aumentando os preços e ocasionalmente interrompendo o fornecimento a países que não cooperem, ficando o preço dependente de objectivos políticos e não de conjunturas económicas<sup>146</sup>.

Apesar de só recentemente a Europa ter despertado para esta forma de chantagem política, Keith C. Smith<sup>147</sup> relembra que os estados da Europa de Leste já a conhecem desde 1990. Nesta data, Moscovo cortou o fornecimento energético aos estados do Báltico numa tentativa de abafar os movimentos pró-independentistas. A mesma estratégia viria a ser utilizada em 1992 contra os mesmos estados quando estes exigiram que a Rússia retirasse as suas tropas da região. Em 1993, 1994 e 2004, Moscovo voltou a chantagear outros países vizinhos sempre com o intuito de atingir determinados objectivos políticos. Alan Riley relatou que, em 2006, a Agência Sueca de Pesquisa de Defesa levou a cabo um estudo detalhado que identificou 44 interrupções no fornecimento de gás natural e petróleo russo por motivos políticos, entre 1991 e 2004<sup>148</sup>.

Apesar da sua libertação do jugo político soviético, em 1991, a maioria dos anteriores membros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) são ainda dependentes das principais infra-estruturas industriais russas da época. O sector energético é dos mais salientes, onde se nota um elevado controlo de Moscovo,

---

<sup>145</sup> Robert D. Kaplan e Eugene Chausovsky (2013).

<sup>146</sup> Drew Leifheit (2014).

<sup>147</sup> Keith C. Smith (2006), pág. 2.

<sup>148</sup> Natural Gas Europe (2013p).

porque a maioria dos *pipelines* da região são propriedade sua<sup>149</sup>. Ao analisarmos a Tabela 4, verificamos, como esperado, que existe uma relação estreita entre a proximidade geográfica e o grau de dependência do fornecimento russo: quanto mais perto um país consumidor de encontrar da Rússia, maior será a sua dependência do respectivo fornecimento. Alguns países da Europa de Leste são totalmente dependentes do gás natural russo, como a Ucrânia e a Bielorrússia. Seguidamente, se consultarmos o Mapa 3 – Rede de gasodutos provenientes da Rússia para a UE<sup>150</sup>, também reparamos que ambos são países-trânsito deste recurso para a UE. Nesta relação, existe um desequilíbrio muito perigoso para a segurança energética europeia, conforme Ali Tekin. Ambos os países têm exemplificado a dificuldade de equilibrar os papéis potencialmente conflituosos de importadores de gás para consumo próprio e, simultaneamente, países-trânsito fiáveis para outros países-consumidores.

Considerando que são uma parte histórica da URSS, a Ucrânia e a Bielorrússia usufruem de um subsídio de desconto sobre o preço do gás e do petróleo semelhante ao vigente na Rússia. Todavia, Moscovo utiliza este mecanismo como ferramenta coerciva quando surge alguma forma de desacordo entre as partes, renunciando o seu fim. Caso esse mecanismo não seja suficiente para aumentar a influência russa sobre um determinado assunto, ou para contrabalançar uma eventual gravitação política ou económica pró-ocidental<sup>151</sup>, a Gazprom acaba por interromper o fornecimento de gás a esse país, infligindo consequências graves, proporcionais ao seu grau de dependência energética.

---

<sup>149</sup> São propriedade da TransNeft e Gazprom, empresas estatais russas responsáveis por todas as infra-estruturas associadas ao transporte de petróleo e gás, respectivamente, na região.

<sup>150</sup> Página II dos Anexos.

<sup>151</sup> Considere-se, como exemplo, a influência russa como elemento determinante para a resignação ucraniana e arménia para a assinatura dos Acordos de Associação com a UE, durante a Terceira Parceria de Leste, em Vilnius, em 2013 [BBC (2013)].

Por fim, vários incidentes ocorreram entre Moscovo, Kiev e Minsk quando a Rosneft<sup>152</sup> e a Gazprom cortaram o abastecimento de petróleo e gás, em pleno Inverno, por desrespeito às reivindicações decorrentes das ditas alterações de preços. Como referido anteriormente, algumas inflações foram propositadas para aumentar a influência moscovita sobre a indústria ucraniana ou bielorrussa. Contudo, a disputa ocorrida em Janeiro de 2006 entre a Ucrânia e a Rússia aconteceu no contexto da Revolução Laranja, no qual Viktor Yushchenko e Yulia Tymoschenko, pró-ocidentais, saíram eleitos Presidente da República e Primeira-Ministra, respectivamente, da Ucrânia e da Bielorrússia. Claramente, esta revolução opôs-se aos interesses geopolíticos do Kremlin, que viu a sua área de influência ameaçada por uma efectiva mudança político-cultural. Seria inaceitável perder a sua *buffer zone* com o “Ocidente”, sobretudo se um vizinho comum a tal importância geoestratégica passasse a ser também incluído na esfera ocidental. Esta intenção política de Moscovo, em usar os preços do gás natural para punir o governo pró-ocidental de Viktor Yushchenko, foi admitida por diversos altos-dirigentes da Gazprom<sup>153</sup>.

As interrupções ocorridas em 2006 e 2009 provocaram destabilizações de ordem diplomática e política numa região considerada geoestrategicamente crucial pela UE<sup>154</sup> mas, sobretudo, atingiram directamente o consumo de gás natural no espaço europeu e tiveram origem em decisões políticas. Conceptualmente, a interrupção ocorrida em 2006 foi derivada dos riscos inerentes à dependência da fonte (*Source Dependence*) e a ocorrida em 2009 foi derivada dos riscos provenientes da dependência do trânsito (*Transit Dependence*), quando a Ucrânia decidiu consumir o gás natural destinado à Europa devido ao corte da Gazprom ao

---

<sup>152</sup> Empresa estatal russa que produz petróleo.

<sup>153</sup> Keith C. Smith (2006), pág 3.

<sup>154</sup> Tendo em conta que estes países marcam as fronteiras entre a Europa Ocidental e a Rússia.

seu consumo<sup>155</sup>. Considerando que, nesta altura, 80% do gás russo consumido pelos mercados europeus transitava por território ucraniano, todas estas interrupções tiveram efeitos indirectos enormes sobre o consumo europeu, agravados pelo facto de terem acontecido durante o Inverno, altura em que o consumo de gás natural aumenta devido ao aquecimento doméstico. Outro elemento de risco, enunciado por Mankoff, advém dos vários investimentos que as empresas estatais russas empreendem nas estruturas europeias, sejam refinarias ou *pipelines*<sup>156</sup>. Ao deterem os *pipelines*, reúnem o controlo sobre a origem dos produtos que por lá passam, podendo monopolizar o transporte a seu favor. Dessa forma, a Gazprom explora as infra-estruturas existentes nos países da Ásia Central, outrora membros da URSS, para boicotar qualquer tentativa de fornecimento directo entre esses e o mercado europeu<sup>157</sup>.

Mas que factos compõem todo este jogo? Em 1990, Vladimir Putin publicou um artigo científico na revista *Mineral Natural Resources*, no qual argumentava que os recursos fósseis russos eram a chave para a recuperação económica e para a própria entrada da Rússia nos mercados globais, a fim de a transformar novamente numa grande potência económica mundial. Devido à sua importância estratégica, estes recursos teriam de estar sob égide governamental<sup>158</sup>. De facto, à parte as suas primeiras eleições presidenciais terem sido largamente financiadas por doações de oligarcas provenientes da era Yeltsin<sup>159</sup>, Putin rapidamente empreendeu diversas políticas para os afastar de possíveis envolvimentos políticos, sabendo por

---

<sup>155</sup> Jeffrey Mankoff (2009), pág. 15.

<sup>156</sup> Idem, pág. 17.

<sup>157</sup> Idem, pág. 21.

<sup>158</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 77.

<sup>159</sup> Leonid Volkov (2014).

experiência que uma grande concentração de capital num indivíduo constitui um potencial risco quando este tenta envolver-se no meio político.

O caso mais evidente remonta ao envolvimento do magnata do petróleo, Mikhail Khodorkovsky<sup>160</sup>, na oposição política feita ao regime de Putin. A resposta do ex-agente do KGB foi severa, quando pressionado por todos os *siloviki*<sup>161</sup> que se sentiam ameaçados pelo considerado excessivo envolvimento dos oligarcas nos assuntos respeitantes ao Kremlin. Acusado de fraude, fuga aos impostos e lavagem de capitais, Mikhail Khodorkovsky foi condenado a 8 anos de prisão efectiva, cerca de 40% dos stocks da Yukos foram nacionalizados e a gestão da empresa teve que ser reconstituída por um quadro superior com melhores ligações ao Kremlin. Com estas e outras medidas, Putin tem vindo a concentrar aqueles que são considerados os bens essenciais (gás e petróleo) para a sustentabilidade e projecção política do Kremlin<sup>162</sup>, sob sua égide, sendo estimado que as receitas provenientes da venda dos hidrocarbonetos cubram cerca de metade do activo do orçamento federal<sup>163</sup>. Como Yergin salienta, esses recursos fósseis são tão determinantes para o estado russo no presente como foram para a ex-URSS<sup>164</sup>.

---

<sup>160</sup> Um dos maiores magnatas russos, primeiramente ligado ao negócio da banca (Menatep), que conseguiu tirar um enorme partido da reforma económica *Loans for Shares* relativa à privatização industrial lançada pelos economistas Yegor Gaidar e Anatoly Chubais, através da compra de 78% das quotas da YukosOil, que, na altura, valiam cerca de 5 biliões de dólares por apenas uns meros 310 milhões. Desde então, a forte expansão económica da empresa, privilegiada fiscalmente e pouco controlada por Moscovo, garantiu um rendimento acumulado a Khodorkovsky de cerca de 15 biliões de dólares, avaliado pela revista *Forbes* em Maio de 2004.

<sup>161</sup> Expressão russa dada a ex-militares provenientes das agências de segurança, como o KGB, FSB, GRU, entre outras, que se instalaram na política, maioritariamente na Duma (câmara baixa do parlamento).

<sup>162</sup> “*The presidential administration has played the leading role in the shaping of national energy policy with regards to both public and private segments of the energy market during Vladimir Putin’s presidency*” [Pami Aalto (2008), pág. 163].

<sup>163</sup> “*In 2012, Putin estimated that half of total russian government revenue came from oil and natural gas taxes*” Michael Ratner (2013), pág. 10.

<sup>164</sup> “*These natural resources—particularly oil and natural gas—were as critical to the new Russian state as they had been to the former Soviet Union*” [Daniel Yergin (2011), pág. 56].

A pesada dependência dos recursos fósseis para a manutenção económica tem vindo a nutrir debates nacionais sobre alternativas estratégicas. As receitas petrolíferas poderiam ser canalizadas para desenvolver o próprio sector energético, como também outros sectores de actividade, com o objectivo de diversificar a indústria e a economia russa, para diminuir a sua dependência relativa à exportação de energias. Mas tal processo iria ter efeitos indesejáveis na estrutura económica e política através das reformas profundas e necessárias<sup>165</sup>.

O ciclo vicioso descrito anteriormente, e apontado por Marie-Chevalier, respeitante à concentração de riqueza e poder num círculo restrito, provocando assimetrias e fortes índices de corrupção, enquadra-se perfeitamente neste caso. A concentração do gás russo pela empresa monopolista estritamente controlada pelo Kremlin, a Gazprom, que detém, em 2012, cerca de 72% das reservas de gás natural encontradas na Rússia, cerca de 74,4% da produção total russa<sup>166</sup> e 100% do seu transporte nas redes internas e externas, tem sido fruto de um longo e controverso processo de aquisição dos respectivos mercados a outras empresas concorrentes. Contudo, as remanescentes são gravemente condicionadas pelo mercado aberto artificial em que operam, visto que, conforme refere Mikhail Krutikhin<sup>167</sup>, não existe sequer um acesso ao mercado de forma igual entre as maiores empresas ligadas ao sector de exploração de gás natural. Segundo o autor, nenhuma das empresas privadas (Novatek, entre outras) tem mecanismos reais equiparados a um mercado aberto. A sua importância estratégica, ao considerar-se o mercado de gás natural, assume dimensões quantitativamente incalculáveis, que Nina Pussenkova<sup>168</sup> chega a

---

<sup>165</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 57.

<sup>166</sup> Gazprom (2013).

<sup>167</sup> Mikhail Krutikhin (2013a).

<sup>168</sup> Nina Pussenkova (2010).



invocar, usando um antigo cliché, que “o que é bom para a Gazprom é bom para a Rússia”<sup>169</sup>.

Tendo sido criada directamente pelo Ministério Soviético da Indústria do Gás, por contraste com a indústria do petróleo, o mercado da Gazprom não foi dividido por diversas companhias, concentrando-se sob seu comando, representado pelo controlo directo da exploração, produção e transporte do mercado de gás natural russo. Não obstante, todas as exportações de gás natural russas encontram-se sob égide desta empresa estatal, que canaliza a maioria das suas receitas para o aparelho federal, controlado também por alguns *siloviki*, sempre próximos de Putin e Medvedev<sup>170</sup>. Esta estrita ligação, que Vladimir Milov<sup>171</sup> sublinha, é clara, porque Putin efectivamente controla a Gazprom, decidindo sobre as suas melhores estratégias, dispondo de um conhecimento minucioso surpreendente sobre todos os detalhes das operações desta companhia<sup>172</sup> que se torna necessária visto a forte politização decorrente do uso do gás natural ser um elemento de chantagem política. No fundo, ao considerarmos toda a conjuntura relacionada com o fornecimento russo para a UE, concluímos a existência de um elevado risco de interrupção, sempre relacionado com a tipologia *Source Dependence e Transit Dependence* de Stern.

Embora por motivos diferentes, conseguimos perceber que os três maiores fornecedores de gás natural da UE comportam uma variedade de riscos que, apesar da sua diferença, comportam sempre o mesmo resultado , ou seja, uma possível

---

<sup>169</sup> “Whereas oil companies are important players, the role of Gazprom in today’s Russia is best described by an old cliché: “what is good for Gazprom is good for Russia””.

<sup>170</sup> “As a state-controlled firm, Gazprom has the closest possible links with top Russian leaders” [Michael Ratner (2013), pág. 10].

<sup>171</sup> Michael T. Klare (2008), pág. 116.

<sup>172</sup> “Putin effectively controls the company and makes all key decisions about its strategy and displays a surprising acquaintance—for a politician of his rank—with the minute details of its operations” [Michael T. Klare (2008), pág. 117].

situação de interrupção de fornecimento. Como se pretendeu expor, a importância do gás natural como forma de energia alternativa no padrão de consumo energético europeu tem crescido, acompanhando a versatilidade da sua aplicação a diversos sectores de actividade de maneira eficiente e limpa, quando comparado com os restantes combustíveis fósseis. Dessa forma, a sua utilização no sector doméstico estendeu-se para o industrial, para a produção eléctrica e, finalmente, para os transportes, como fonte energética de substituição. Isto é, nestes sectores de actividade, onde o grau de poluição é considerável devido ao facto de os combustíveis tradicionais serem o carvão e o petróleo, o gás natural apresenta-se como uma fonte energética alternativa, sobretudo pela sua acessibilidade económica e pela reduzida emissão de tóxicos poluentes para a atmosfera quando comparado com os restantes fósseis. Assim, é expectável que, por esse efeito de substituição, o seu consumo na UE venha a aumentar no futuro.

Independentemente das contradições relativas à variação do seu consumo na UE, todas as projecções são unânimes em reconhecer que a necessidade de importação irá aumentar para valores de 80%, devido à menor capacidade produtiva do Reino Unido e da Holanda provocada pela sua crescente escassez de recursos. Conceptualmente, quanto maior for a dependência de terceiros para o fornecimento de gás natural, maiores serão os riscos associados a uma possível interrupção de fornecimento. Nesse âmbito, a natureza dos riscos pode ser política, quando uma interrupção é gerada por interesses ou motivos políticos do país-fornecedor ou do país-trânsito. À parte a Noruega, que desenvolveu uma relação comercial simbiótica com a UE, em que o risco para a interrupção de fornecimento é puramente

geológico<sup>173</sup>, os outros dois principais fornecedores de gás natural à UE comportam uma série de características políticas, económicas e sociais que poderão determinar uma interrupção de fornecimento de gás natural à UE gerada por uma decisão política.

A Argélia localiza-se numa região política, económica e socialmente instável. A região do Magrebe, onde surgiu o fenómeno da Primavera Árabe, que abalou as estruturas de poder na região, tem acolhido diversos grupos fundamentalistas e terroristas que têm almejado as instalações associadas à extracção de hidrocarbonetos para potenciarem o “terror”. A esta conjuntura é imperativo adicionar que as infra-estruturas argelinas dependem de um só nó de distribuição, em Hassi R'Mel, o que agrava o risco de interrupção do fornecimento. Moscovo apresenta um desafio diferente. Por monopolizar o fornecimento dos mercados encontrados nas regiões da Europa Central e de Leste, a Gazprom, como empresa estatal russa ao serviço do Kremlin, utiliza esse fornecimento como mecanismo de coacção comercial de forma a pressionar os países que dele dependem para o cumprimento dos seus próprios objectivos políticos.

Posto este contexto, o próximo capítulo servirá para demonstrar o conjunto de soluções que a UE tem desenvolvido para aumentar a segurança no abastecimento de gás natural.

---

<sup>173</sup> Dificilmente conseguirá manter ou aumentar o ritmo de produção de gás natural, devido à limitação geológica e tecnológica das suas reservas.

*“A competitive, integrated EU gas market is advocated by the European Commission as being intrinsically more secure than the individual member states’ markets. Such reasoning is based primarily on scale: a larger, well-interconnected market receiving supplies from a variety of exporters is expected to be the best insurance against the risks indicated above”*

- Arno Behrens<sup>174</sup>.

## 2 – As Soluções Políticas da UE para o Reforço da Segurança Energética do Gás Natural

---

### *2.1 – A Natureza Política da Segurança Energética*

Embora os fluxos comerciais de gás natural sejam designados pelo sector privado, quer este esteja condicionado ou não pela sua relação ao estado a que pertence, existe sempre uma estreita relação política quando se considera o conceito de segurança energética. Considerando que a dinâmica das transacções se processa através de “dinheiro por energia”, e é rigorosamente estipulada nos contractos<sup>175</sup>, emerge *a priori* uma confiança comercial garantida a ambas as partes pelos contractos de fornecimento a longo-prazo. Fruto dessa relação contratualizada surge uma certa confiança ao nível comercial. Contudo, quando esta é quebrada, a resposta de natureza comercial é limitada, remetendo somente para a respectiva interrupção de pagamento ou fornecimento, ou para a tentativa de renegociação comercial. Porém, essas duas soluções de natureza comercial não poderão resolver uma situação de interrupção quando esta é motivada por forças não-comerciais que visam também,

---

<sup>174</sup> Arno Behrens (2009), pág. 2.

<sup>175</sup> Sendo a sua forma de transporte estática, via gasoduto.

na sua categoria, objectivos extracomerciais. Considerando a estreita relação entre a empresa fornecedora e o estado de dois dos principais fornecedores de gás natural à UE, torna-se claro que a probabilidade de uma eventual e abrupta interrupção seria incitada através de uma vontade política<sup>176</sup>.

A resposta nesses casos terá que surgir de uma iniciativa política, sendo esta mais abrangente. Como se pretendeu realçar ao longo do primeiro capítulo, a UE, dependente de terceiros relativamente ao suprimento de gás natural, corre um conjunto de riscos com origens distintas, embora com a mesma consequente finalidade, que é a interrupção do seu fornecimento. Embora algo tenha sido feito de forma a minimizar o impacto de uma eventual interrupção, só a partir do que ocorreu em 2006 na Ucrânia é que as elites políticas nacionais e supranacionais europeias começaram a considerar esta abordagem de modo sério.

Desde então, diversas medidas e iniciativas políticas europeias têm sido tomadas visando um conjunto de soluções, na sua maioria estabelecendo o propósito em comum de aumentar a condição de segurança energética dentro do espaço europeu. Nesse propósito existem diversas estratégias direccionadas para diferentes objectivos, embora convergindo sempre no último efeito. Nesse quadro, simplificam-se ao dividirem-se em dois âmbitos de acção. Aquelas que intentam transformações ou alterações dentro da UE, intra-europeias, como o aumento e a transformação da regulamentação, instituições e infra-estruturas comuns; e aquelas que incluem alterações ou acrescentos fora da UE, nomeadamente nas suas relações internacionais. Imediatamente convém sublinhar que apesar de actuarem em

---

<sup>176</sup> Por exemplo, a Sonatrach da Argélia e a Gazprom da Rússia.

ambientes de acção diferentes (interno e externo), estas diferentes estratégias complementam-se mutuamente<sup>177</sup>.

## *2.2 – A Dimensão Interna da Estratégia Europeia para o Reforço da Segurança Energética*

### *2.2.1 - A Integração de jure dos Mercados Internos*

Este subcapítulo enumerará, contextualizando quando necessário, as estratégias intra-europeias desenvolvidas pelas respectivas instituições, que procuram integrar o mercado e uniformizar a política energética interna de cada um dos seus estados-membros de forma a construir um conjunto de interesses comuns.

A questão energética foi um pilar da fundação e da integração europeia, visto que as suas primeiras instituições e tratados com carácter supranacional emergiram dessa mesma origem: a CECA com o objectivo de integrar as indústrias do carvão e do aço (principalmente francesas e alemãs) e a EURATOM partilhando a mesma finalidade da CECA, embora com um meio e actores energéticos diferentes (energia nuclear). Contudo, o capítulo fundador, princípio motor da integração europeia, foi secundarizado, considerando as respectivas dinâmicas integracionistas de todos os outros assuntos políticos e económicos, sendo aglomerada com outras actividades, como transportes e turismo, na sua parte legislativa, nos tratados europeus posteriores<sup>178</sup>. De facto, as decisões e políticas neste campo foram deixadas para as diferentes e variadas políticas nacionais, conforme os seus interesses.

---

<sup>177</sup> Richard Youngs (2009) dedica parte do seu segundo capítulo à separação entre os peritos inclinados para as soluções de mercado e os adeptos das soluções relacionadas com opções geopolíticas (págs. 6 e 7). Posteriormente, não obstante, defende uma postura europeia clássica de externalização política das soluções de mercado. Como poderemos analisar, essa postura existe dentro das instituições europeias, todavia, como efeito complementar à própria delimitação estratégica na procura de fornecedores alternativos. Em suma, as dinâmicas estratégicas relacionadas com o mercado complementam-se com as dinâmicas geopolíticas europeias, como será discutido posteriormente.

<sup>178</sup> Tratado de Roma (1958), Tratado de Maastricht (1992) e Tratado de Lisboa (2007).

Embora menos pertinente no foco de actividades das instituições europeias, derivado do sucesso sobre as sucessivas integrações de outros sectores, coexistiu sempre a noção de que uma gradual integração do mercado da energia iria beneficiar todos os seus membros, contrapondo o facto de que, caso esta dinâmica não fosse fomentada, tudo aquilo que já tinha sido conquistado no sector ficaria em risco. Dessa forma, em 1988, surge o primeiro *Green Paper* relativo ao sector energético a preconizar a necessidade de uma maior integração da rede e do mercado de electricidade e gás natural europeu<sup>179</sup>, visionando uma futura rede comum de gás natural e electricidade, em que cada consumidor pudesse obter estes bens de qualquer provedor dentro da comunidade, sem encontrar algum tipo de discriminação relacionada com a rede, independentemente da origem da sua propriedade<sup>180</sup>. Desde esta directiva que diversas políticas para a unificação do mercado têm sido implementadas e reformuladas de forma a trazerem uma maior velocidade para a liberalização e posterior unificação do mercado, através dos documentos conhecidos como Pacotes de Energia<sup>181</sup>.

De acordo com Per Ove Eikeland<sup>182</sup>, os mercados da electricidade e gás natural europeus estavam historicamente organizados como estruturas antagónicas às de um mercado liberal. As principais empresas fornecedoras e distribuidoras eram propriedade do próprio estado, de acordo comum a estrutura vertical reunindo maioritariamente estas duas funções. Nesse sentido, a sua caracterização, idêntica à das empresas russas, Gazprom e Rosneft, exercia uma actividade monopolista no mercado, através do controlo da rede de importação e distribuição do bem pelo

---

<sup>179</sup>Comissão das Comunidades Europeias (1988), pág. 4.

<sup>180</sup> Idem, pág. 22.

<sup>181</sup>Os Pacotes de Energia são directivas propostas pela CE e aprovadas pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu que visam um conjunto de medidas políticas que incidem sobre o sector da energia de forma a encaminhá-lo para a sua comunidade, considerando os diversos estados, através de uma maior competitividade e transparência.

<sup>182</sup> John S. Duffield & Vicky L. Birchfield (2011), pág. 14.

consumidor final, influenciando exclusivamente o preço final. Contudo, apesar de já existir permissão para a concorrência privada em alguns países, pela concessão de fatias de mercado, existia sempre um controlo governamental sobre estas empresas.

Relativamente a esta questão, a CE lançou diversas directivas para a criação de um mercado único europeu de gás, competitivo, focando quatro objectivos primários. O primeiro seria implementar um mercado único da energia que promovesse a competitividade e a eficiência na produção e distribuição de gás e electricidade; o segundo seria deflacionar e conceder garantia a todos os cidadãos de oportunidade de escolha do seu fornecedor até 2007; o terceiro seria diminuir o impacto ambiental; e o quarto seria aumentar a segurança energética<sup>183</sup>.

Estas sucessivas directivas culminam, em 1996, no primeiro Pacote da Energia que as reúne, embora original e principalmente visando o desmantelamento dos monopólios nacionais, para que passasse a existir uma competitividade real e livre, essencial para a efectivação do mercado interno da energia, através da separação jurídica das funções de importação e distribuição das funções de venda dos produtos. Esta separação da actividade foi determinante para eliminar o mecanismo que possibilitava o monopólio<sup>184</sup>. No entanto, nesta altura, a maioria dos estados-membros entendia que a política energética era demasiado importante para a sua condição e desenvolvimento económico para ceder o controlo nacional necessário para a construção de um mercado único, argumentando que, na Europa, as indústrias nacionais tinham até então, na maioria do seu tempo, garantido estabilidade aos mercados energéticos, independentemente deste tipo de protecção e centralismo

---

<sup>183</sup> Paul Belkin (2008), pág 24.

<sup>184</sup> Remonte-se à separação da Redes Energéticas Nacionais (REN) do grupo da Energias de Portugal (EDP), em Maio de 2000, concebendo a sua posição de concessionária da rede como entidade independente dos restantes operadores.



ser contrário à respectiva defesa teórica em prol da competitividade emergente em regimes de mercado aberto<sup>185</sup>.

O segundo Pacote é promulgado em 2003, contendo reformulações às Directivas existentes no Pacote antecedente, de forma a harmonizar-se o comércio, e as operações infra-estruturais transversais aos diferentes estados-membros, amortizando as possíveis distorções provocadas pela forte implementação das energias renováveis no *mix* energético europeu, sob estratégias diferentes consoante cada estado. Em 2007, a CE concluiu que os mercados grossistas nacionais eram demasiado concentrados, sendo dez estados-membros classificados como excessivamente concentrados e cinco altamente concentrados<sup>186</sup>, incluindo um reforço de medidas de liberação sobre o mercado no pacote seguinte.

Em 2009, a Comissão implementa o Terceiro Pacote, respeitando as três grandes metas para 2020: a redução nas emissões de gases dentro da UE em cerca de 20%; o aumento do uso das energias renováveis até representarem cerca de 20% do *energy-mix* total europeu; e uma descida no consumo total de energia até 20%, aumentando a eficiência energética<sup>187</sup>. Também é importante mencionar que esta directiva inclui alterações essenciais para a total efectivação das directivas incluídas nos pacotes antecedentes, de forma a se homogeneizar e incluir os diferentes mercados nacionais pelos ditames da transparência e da competitividade<sup>188</sup>, através de seis pontos.

---

<sup>185</sup> Paul Belkin (2008), pág. 25.

<sup>186</sup> Por exemplo, a França e a Espanha por ordem respectiva [John S. Duffield & Vicky L. Birchfield (2011), pág. 15].

<sup>187</sup> Considere-se eficiência energética a capacidade de se exponenciar o uso da energia, de forma a manter ou a aumentar o valor energético, porém, diminuindo o consumo energético. Para tal, a CE lançou, em 2011, o Plano de Eficiência Energética [Comissão Europeia (2011a)], propondo alterações aos hábitos de consumo energético, em especial, nos edifícios, nos transportes e na indústria, para cumprir objectivos propostos para 2020 (20% de eficiência energética).

<sup>188</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2007a), pág. 3.

O primeiro, pela separação efectiva entre as actividades de produção e fornecimento e a exploração da rede; o segundo, pelo reforço dos poderes e da independência das entidades reguladoras nacionais; o terceiro, pela criação de um mecanismo independente para a cooperação e tomada de decisões dos reguladores nacionais e da agência de cooperação dos reguladores da energia; o quarto, por uma maior cooperação eficaz entre os operadores das redes de transporte; o penúltimo, por uma melhoria do funcionamento do mercado; e o sexto, por uma maior solidariedade entre os países-membros com vista a reforçar a segurança do abastecimento.

Com incidência nas relações externas, torna-se determinante enaltecer o ponto 1.3, presente na proposta de alteração da Directiva 2003/55 da CE<sup>189</sup>, que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural, pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, que finalmente resulta na Directiva 2009/77, da Comissão. Este ponto transpõe a necessidade interna da “separação efectiva entre os operadores das redes de transporte e as actividades de fornecimento e produção” para qualquer empresa que actue em solo europeu, mesmo que a sua origem ou sediação seja extracomunitária.

Tal regulamentação incide contra qualquer iniciativa de construção futura de um *pipeline* pela Rússia, através da Gazprom, visto que esta empresa é a única responsável pela exportação dos recursos fósseis russos. Existe de facto um plano para construir um gasoduto russo para percorrer o sudeste europeu, culminando na Áustria, conhecido por *South Stream*<sup>190</sup>. Contudo, o começo da sua construção encontrou-se comprometido pela regulamentação do Terceiro Pacote de Energia, que

---

<sup>189</sup> Idem, pág. 7.

<sup>190</sup> Este visa reforçar a dependência nos países da região dos Balcãs e no Leste da Europa ao gás natural russo, competindo indirectamente com o Corredor Meridional. Este ponto irá ser aprofundado no terceiro capítulo.

condiciona o acesso de terceiros, que reúnam as actividades de produção, de transporte e de distribuição, a projectos de gasodutos que transitem em território pertencente à UE. Acrescenta-se o facto de a Gazprom ser alvo de um longo processo de investigação pela comunidade europeia a fim de se determinar e, posteriormente, julgar o seu envolvimento monopolista no mercado energético europeu<sup>191</sup>. Contudo, é necessário mencionar que esta regulamentação poderá ser anulada pela via das excepções atribuídas pela CE, caso esta instituição conclua que o projecto em causa serve de acordo com os interesses europeus<sup>192</sup>.

### *2.2.2 – A Integração de facto: A Interligação das Infra-estruturas*

As sucessivas regulamentações sobre o mercado interno de energia até à sua total efectivação, planeada para 2014, são apenas a parte legislativa referente ao processo de unificação do mercado. Este fenómeno pressupõe também a sua integração física. As características base de um mercado interno de um bem transaccionável, o Gás Natural, enunciadas pela CE<sup>193</sup> são a integração, a competitividade e a fluidez. Por integração física, neste tema, entende-se a “plena integração das redes e sistemas de energia da Europa”<sup>194</sup>, ou seja, a ligação efectiva<sup>195</sup> de todas as redes de transmissão (gasodutos) entre os diversos membros e o reforço das já existentes, de forma a homogeneizar os mercados bem como a assegurar o redireccionamento do combustível, caso algum estado sofra de uma interrupção. Criar um estado de fluidez permanente numa dimensão pan-europeia,

---

<sup>191</sup>Valentin Stoyanov (2013).

<sup>192</sup> Como poderemos ver no capítulo seguinte, estas excepções serão cedidas à State Oil Company of Azerbaijan Republic (SOCAR) entre outras, devido ao seu envolvimento na realização dos vários projectos componentes do Corredor Meridional.

<sup>193</sup> Comissão Europeia (2012), pág. 2.

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> De acordo com o Art. 2 da Directiva 2003/55/CE, um interconector ou uma interligação é “uma condução de transporte que atravessa ou transpõe uma fronteira entre Estados-Membros com a única finalidade de ligar as respectivas redes de transporte nacionais” [Parlamento Europeu e Conselho Europeu (2003), pág. 5].

que incentive a competitividade, beneficia, em última análise, os estados em termos de segurança energética e os consumidores na garantia de um preço mais reduzido possível, considerando a média europeia.

Segundo Arianna Checchi<sup>196</sup>, em 2009, existiam cerca de 60 interconectores espalhados pelo continente, porém, a maioria destes encontrava-se demasiado concentrada no centro continental, deixando as regiões periféricas, como a Península Ibérica, os Balcãs e o Leste europeu, deslocadas do potencial da integração da rede. Simultaneamente, algumas destas regiões encontram-se sob elevado risco de insegurança energética, considerando a sua elevada dependência de uma única fonte<sup>197</sup>. No contexto de isolamento geopolítico ou geoeconómico, os interconectores são fulcrais para o incremento da competitividade na abertura do mercado comum. Pela conexão de diferentes sistemas de transmissão de gás, conseguem incrementar a flexibilidade da rede europeia, aumentando, por consequência, a própria segurança energética. Dessa forma, os interconectores conseguem transportar pequenas quantidades de gás natural para regiões e países isolados ou totalmente dependentes de um só fornecedor, aumentando a sua diversificação e consequente segurança energética europeia.

A Comissão apoiou financeiramente<sup>198</sup>, no quadro do programa sobre a Rede de Energia Transeuropeia, a construção de diversos interconectores nestas

---

<sup>196</sup> Arianna Checchi (2009), pág. 1.

<sup>197</sup> “A dependência de uma única fonte, associada à ausência de infra-estruturas, é a situação prevalecente na Europa Oriental. É necessário dispor na UE já até 2020 de uma carteira diversificada de rotas e fontes físicas de gás e uma rede de gás bidireccional e plenamente interligada, quando adequado.” [Comissão Europeia (2010), pág. 7].

<sup>198</sup> “*The last proposal of the plan (20 March 2009) goes in this direction: €1,440 million have been allocated for gas interconnectors, including €150 million for the Baltic area, €290 million for Central and South East Europe interconnections, €365 million to reinforce the Mediterranean connections and €235 million for the North Sea area*” [Arianna Checchi (2009), pág. 2].

regiões, sendo estes considerados Projectos de Interesse Europeu<sup>199</sup>. Nestes, a CE priorizou a interligação Norte-Sul, no Leste Europeu, dada a sua elevada dependência de uma só fonte (Rússia)<sup>200</sup>, desde “a Região do Mar Báltico (incluindo a Polónia) aos mares Adriático e Egeu e depois ao Mar Negro, abrangendo alguns Estados-Membros da UE (Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Roménia e possivelmente Áustria) e Croácia”<sup>201</sup> com o propósito de criar uma rede mais flexível, incluindo nestes interconectores a capacidade de *reverse-flow*<sup>202</sup>, garantindo simultaneamente acesso a outras fontes externas de gás natural<sup>203</sup>. Um intuito semelhante repete-se noutra corredor de interligação Norte-Sul, prioritário, considerando a região da Europa Ocidental, visto que ainda existe uma interligação precária entre as redes da Península Ibérica e as da França e, conseqüentemente, as da restante Europa Continental.

No tema da presente tese, tome-se em especial atenção o impacto que as sucessivas políticas internas europeias têm exercido para o aumento da segurança energética de todos os estado-membros, embora a área geográfica focada seja a região central e leste da UE. A eficiência energética, considerada pela CE como um dos mais importantes “recursos energéticos”<sup>204</sup>, é uma condição que diminui os riscos associados à segurança energética, considerando que decresce o consumo. Através da homogeneização, aliada a uma crescente dinâmica de transparência, nasce um ambiente económico mais atractivo para potenciais novos fornecedores. Da competitividade gerada surge um ambiente de união determinante que contrapõe o

---

<sup>199</sup> Comissão Europeia. *PCI Interactive Map*. Disponível em [http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/transparency\\_platform/map-viewer/](http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/transparency_platform/map-viewer/), acessado em Fevereiro 26, 2014..

<sup>200</sup> Consultar os dados presentes na Tabela 4.

<sup>201</sup> Comissão Europeia (2010), pág. 36.

<sup>202</sup> Entende-se por *Reverse Flow*, também conhecido por *Backhauling*, pela habilidade de transportar o gás natural no gasoduto pelo sentido inverso relativamente ao sentido principal.

<sup>203</sup> Possível ligação futura com o Corredor Meridional, por exemplo.

<sup>204</sup> Comissão Europeia (2011a), pág. 2.

isolamento e conseqüente perda de negociação face à determinação das condições comerciais, emergindo um só bloco com mais poder de negociação, assegurando potencialmente um preço mais baixo.

Da integração e desenvolvimento das infra-estruturas num só mercado surge um reforço de solidariedade<sup>205</sup> representado pela capacidade física de suplementar uma maior necessidade local caso se verifique uma suspensão de fornecimento, atingida pela existência de uma maior fluidez do recurso por toda a rede europeia.

### *2.3 - A Política Externa Energética Europeia*

A política externa energética europeia estende-se para lá do conceito de segurança energética e da procura de uma melhor cooperação com os países produtores e com os países-trânsito. As alterações climáticas, a eficiência energética, os recursos renováveis, o desenvolvimento de novas tecnologias e investimentos e a produção de energia limpa e sustentável são tópicos que também integram o cerne da política externa europeia na área da energia. Com este sentido, a UE encoraja a cooperação bilateral e multilateral, procurando disseminar globalmente as questões nucleares da sua política interna, intrinsecamente relacionadas com as emissões carbónicas e a eficiência energética, figurando o equilíbrio necessário entre as necessidades energéticas e a preservação ambiental.

Adequadamente, a obra de Ali Tekin e Paul A. Williams<sup>206</sup> argumenta que a UE tem almejado a criação de uma política externa energética sustentada pela interdependência, cooperação, e mútua confiança, com os parceiros internacionais,

---

<sup>205</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2008a), pág. 4.

<sup>206</sup> Ali Tekin & Paul Andrew Williams (2011).

de modo a expandir o seu *acquis communautaire* geograficamente, com o fim de proporcionar uma dinâmica global assente na sustentabilidade e segurança energética total. Contudo, antes de transpor esta influência, a CE precisou a importância de progredir com a integração do mercado das energias e das suas políticas, como primeiro passo para uma política externa efectiva, porque a coerência política entre os diversos estados-membros manifesta-se na sociedade internacional a uma só voz. Desse modo, a CE discerniu que a conclusão da integração do mercado interno é uma pré-condição para atingir os interesses energéticos externos europeus, embora se deva respeitar o direito legítimo dos estados-membros de seguirem individualmente as suas relações internacionais, na tentativa de assegurarem a sua segurança energética<sup>207</sup>. A condução desta área da política externa é conduzida pela Direcção-Geral da Energia da CE, apesar de a segurança energética ter feito parte integral dos documentos estratégicos da Política Externa e de Segurança Comum da UE em 2008<sup>208</sup>.

No desenho da sua política externa energética, a CE incluiu um conjunto de objectivos mais ou menos directamente relacionados com efeitos comerciais. Destes, o desenvolvimento das infra-estruturas de produção e transporte, o desenvolvimento das relações com os países produtores e a diversificação de fornecedores e de produtos energéticos destacam-se como objectivos com efeitos directamente comerciais. Contudo, a promoção da boa governação e da transparência, a promoção da eficiência energética e o encorajamento na realização de acções conjuntas com parceiros que partilhem os princípios do acesso à energia de forma sustentável e

---

<sup>207</sup> Comissão Europeia (2006), pág. 1.

<sup>208</sup> Conselho da União Europeia (2009), pág. 15.

competitiva são considerados objectivos que visam efeitos comerciais indirectos ou até efeitos extracomerciais.

Por isso, deste conjunto, Ali Tekin e Paul A. Williams definem três vectores estratégicos que compreendem simultaneamente diferentes raios de acção, o regional e o global<sup>209</sup>. A primeira estratégia remete para a extensão das políticas internas europeias e dos mecanismos existentes no mercado interno para a arena internacional. A segunda relaciona-se com o diálogo com terceiros, sejam estes produtores, países-trânsito ou outros consumidores. A última estratégia relaciona-se com a diversificação baseada em novas rotas ou em acrescentos às já existentes<sup>210</sup>.

### *2.3.1 – A Extensão do Acquis Communautaire Europeu a Terceiros*

A difícil tarefa de exteriorizar o modo de funcionamento do seu mercado e a respectiva regulamentação assenta sobretudo na dificuldade de aceitação e adopção de alguns particularismos do mercado liberal europeu em mercados exportadores normalmente fechados. Essa estratégia certamente resultaria num reforço de segurança energética para a Europa, dado que lhe proporcionaria um fornecimento competitivo, traduzido em opções de fornecimento constante e abundante, deflacionando os preços.

Contudo, como visto anteriormente, o mesmo conceito assume uma perspectiva diferente quando aplicado a países exportadores. Para estes, a segurança da procura deve ser constantemente garantida a fim de compensar o investimento económico concretizado e de garantir remessas financeiras suficientes para manter a

---

<sup>209</sup> Note-se que, apesar de separadas, por motivos de organização lógica, estas linhas perfazem a abordagem europeia considerando as suas relações externas na área da energia, seja em regime bilateral ou multilateral.

<sup>210</sup> Alargamentos.



sua manutenção orçamental, visto que, maioritariamente, este sector é o mais relevante para a formação de activos financeiros, criando uma dependência cíclica, explicada no capítulo anterior. Caracteristicamente, a tendência já observada nestes casos demonstra uma inclinação na tentativa de monopolizar a sua relação comercial com os países-importadores, privilegiando, desta forma, as relações bilaterais. Neste ambiente, é pouco provável que um exportador com tendências monopolistas adira ou transforme a sua dinâmica comercial monopolista numa outra, liberalizada, correndo o risco de perder, relativamente, a necessária e constante procura. Ciente deste obstáculo, a UE assumiu com grande relevo a institucionalização da cooperação sobre a energia, pelas características inerentes da supranacionalidade, equidade e, sobretudo, pela forma de mediação multilateral, recorrendo a organizações já existentes, ou criando novas, como a Comunidade Energética.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é o regime fundamental para o comércio internacional, estendendo-se a várias áreas comerciais, incluindo a área da energia. Considerando o largo espectro da organização, Andrei Belyi<sup>211</sup> foca a questão da dupla fixação de preços como o assunto pertinente para o fraco relevo que esta instituição dá às relações interinstitucionais da UE na área da energia. Este fenómeno refere-se à prática de fixar o preço sobre um bem a dois níveis diferentes (mercado internacional e mercado doméstico), dependendo do seu mercado final, compreendendo variáveis diferentes. O preço internacional frequentemente reflecte variáveis mais competitivas, enquanto o preço doméstico é decidido de acordo quase exclusivamente com os interesses do Estado que, por sua vez, amortece alguns ou todos os custos envolvidos. Essa prática conflitua com os interesses e normas

---

<sup>211</sup> Andrei Belyi (2012), pág. 12.

europeias que ditam a uniformização do preço de modo a tratar todos os consumidores de modo igual.

O desacordo europeu sobre esta questão abrange especificamente a falta de regulamentação existente e incidente sobre a atribuição da tarifa doméstica a outros países. No caso da Rússia, nota-se um aumento de influência política e económica deste paísnas ex-repúblicas soviéticas, que pagam o preço doméstico, em contraste com o restante mercado de importação, que paga o regional. Como demonstrado no capítulo anterior, o risco do fim desta modalidade é regularmente usa do como mecanismo de chantagem política a esses países.

Pela limitação desta organização em influenciar as políticas domésticas dos países produtores, Andrei Belyi conclui que o envolvimento da UE perdeu protagonismo nos processos relacionados com a energia, sobretudo quando algumas interpretações alternativas sobre os princípios enunciados começaram a surgir. Desse modo, a UE tem uma recorrência fraca nesta área junto da OMC para respeitar os seus interesses e alargar a sua influência, relativamente às questões energéticas.

### *2.3.1.1 – A AIE e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)*

Surgida em 1973, como uma resposta organizada e concertada por diversos membros da OSCE à crise energética desencadeada pela OPEP, visto que a OSCE não estava preparada na altura para lidar com o tipo de problemas de foro energético envolvidos na crise<sup>212</sup>, a AIE foi estabelecida, de acordo com o modelo da OSCE, para encontrar soluções para as necessidades oriundas das organizações energéticas

---

<sup>212</sup> Richard Scott (1994), Pág. 33.

pertencentes aos países industrializados<sup>213</sup>. Apesar de reunir 20 países pertencentes à UE, as instituições europeias não são integradas como membros nesta agência. A Comissão das Comunidades Europeias integrou o grupo inicial para a fundação da agência, adquirindo um estatuto especial, embora este seja limitado quanto aos poderes administrativos<sup>214</sup>.

Em termos práticos, esse estatuto confere à actual CE o direito de assistir às reuniões da AIE, de receber informações partilhadas pela agência e de fazer propostas, mas impede a comissão de votar ou de ter desempenho activo nas decisões tomadas pela agência<sup>215</sup>. Em suma, a CE é apenas um observador activo na Agência Internacional da Energia.

### *2.3.1.2 – O TCE*

Para Andrei Belyi, o TCE representa a única tentativa na formação de uma instituição extra-europeia específica na área da energia. O subcapítulo anterior procurou mostrar a existência de um esforço político continuado para regulamentar o mercado europeu visando o seu desenvolvimento nos termos da competitividade, abertura e transparência. Em última análise, o conjunto destas regulamentações de forma singular e convergente também nutre efeitos sobre a própria condição de segurança energética europeia. Dada a elevada dependência da UE de terceiros para o consumo de gás natural num contexto em que existem diversas externalidades que condicionam o seu normal aprovisionamento, mostrou-se imperativa a criação de um tratado jurídico internacional que protegesse a sua condição de importadora, embora de modo equitativo aludindo às relações entre os importadores e exportadores de

---

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem, pág. 151.

<sup>215</sup> Idem, pág. 152.

energia. Dessa maneira, a institucionalização da regulamentação interna europeia, num organismo externo à mesma, facilitaria de forma legal a expansão da sua rede regulatória para as regiões vizinhas. Nesse sentido, em 1991, surge o Tratado da Carta Europeia da Energia (*Energy Charter Treaty*) com a assinatura de 50 países e da Comunidade Europeia com o objectivo da criação de “um quadro de cooperação internacional entre os países da Europa e outros países industrializados, com o objectivo, nomeadamente, de desenvolver o potencial energético dos países da Europa Central e Oriental e garantir a segurança do abastecimento de energia da UE”<sup>216</sup>. Posteriormente, em 1994, na sequência da insistência de países não-europeus para a sua adesão, como o Japão, o Canadá e a Austrália, este tratado é alargado globalmente, entrando em vigor em Abril de 1998.

De acordo com Sanam Salem Haghighi<sup>217</sup>, existem dois níveis fundamentais sobre os quais este tratado procura incidir. O primeiro respeita aos riscos de investimento relativos ao comércio energético, dirigindo as condições em que esses devem ser feitos comportando o mínimo risco possível<sup>218</sup>. O segundo é relativo ao estabelecimento de uma regulamentação comum alusiva ao trânsito e ao comércio de energia, visando o objectivo final de proteger a satisfação de ambas as partes envolvidas<sup>219</sup>. Os princípios e os objectivos fundadores do Tratado, em 1991, eram da maior importância para a Europa, dado o contexto regional do seu Leste, permitindo

---

<sup>216</sup> União Europeia. *Carta Europeia da Energia*. Disponível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/external\\_dimension\\_enlargement/l27028\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/external_dimension_enlargement/l27028_pt.htm), acedido em Abril 27, 2014.

<sup>217</sup> Sanam S. Haghighi (2007), pág. 187.

<sup>218</sup> Nesse sentido, é garantida a procura dos países consumidores através do seu acesso aos recursos e ao investimento na exploração e produção das respectivas reservas, embora respeitando a soberania do país-exportador sobre os mesmos. Desta forma, os estados-origem podem regular as condições em que o investimento deve ser feito, mas quando este é materializado, devem seguir conforme as regras presentes no TCE, protegendo-o totalmente.

<sup>219</sup> Sobre o comércio e trânsito dos recursos, o Tratado prescreve um conjunto de regras detalhadas que obrigam os seus membros a tomar as medidas necessárias para facilitar o trânsito da energia, consistente com os princípios garantidos sobre o trânsito energético constante

que a Comunidade dos Estados Independentes<sup>220</sup> e os países da Europa Central e Oriental desenvolvessem o seu potencial energético, contribuindo também para o aumento de segurança energética europeia. Desta iniciativa, só alguns estados é que assinaram e ratificaram o Tratado, cumprindo-o integralmente, como o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão. A Rússia aplica as regras do tratado provisionalmente, justificando esse comportamento, a partir da divergência sobre as perspectivas tomadas no Protocolo de Trânsito<sup>221</sup>.

Conforme Andrei Konoplyanik<sup>222</sup>, sendo o único instrumento legal internacional e multilateral relacionado com a energia que procura proteger equitativamente ambas as partes envolvidas no comércio e trânsito energético, o TCE deveria ser alargado a uma escala global de forma a garantir uma interacção mais harmonizada. Esse será também o intuito da UE face à evolução do TCE<sup>223</sup>, demonstrado em 1994 na globalização do Tratado, abrindo caminho para a criação de uma comunidade pan-europeia da energia.

### *2.3.1.3 – A Comunidade Energética*

A Comunidade Energética (antiga Comunidade Energética para o Sudeste da Europa) foi criada para expandir a rede reguladora energética da UE para as suas regiões periféricas, principalmente visando a região dos Balcãs. Com as suas

---

<sup>220</sup> É a organização regional, cujos membros são os países outrora pertencentes à antiga URSS, como a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, a Moldávia, a Rússia, o Tadjiquistão e o Uzbequistão. A Ucrânia e o Turquemenistão não ratificaram o tratado de associação, sendo apenas participantes.

<sup>221</sup> Para a Rússia, este deveria assegurar o compromisso exclusivo de longo prazo. Contrariamente, pela UE, este protocolo objectiva a competitividade e a flexibilidade do fornecimento.

<sup>222</sup> Hugo McPherson, W. Duncan Wood e Derek M. Robison (2004), pág. 85.

<sup>223</sup> O reforço da cooperação entre os signatários e a expansão geográfica do TCE é assumido como prioridade estratégica da política energética externa europeia (União Europeia. *Carta Europeia da Energia*. Disponível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/external\\_dimension\\_enlargement/127028\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/external_dimension_enlargement/127028_pt.htm), acedido em Abril 30, 2014.

assinaturas, as partes contratantes<sup>224</sup> comprometeram-se a implementar o *acquis communautaire* apropriado para desenvolver a sua rede regulatória e para liberalizar os seus mercados energéticos à semelhança do modelo europeu, consolidando os princípios presentes no Memorando de Atenas, o Memorando de Entendimento, assinado em 2003 entre as mesmas partes. A criação desta instituição tem como objectivo a promoção e a posterior integração da rede interna energética balcânica na rede europeia como parte do próprio processo de integração<sup>225</sup>, embora a prioridade imediata seja a expansão do *acquis* europeu energético pela região vizinha. Este ponto acaba por ser determinante para a sua diferenciação face ao TCE, visto que este último cria um sistema de governação internacional, enquanto a Comunidade Energética envolve a governação europeia directamente.

### *2.3.2 - O Diálogo com Terceiros e as Respectivas Ferramentas Políticas*

Outro elemento central para a política externa energética europeia inclui um estreitamento de relações com outros países consumidores, países fornecedores e países-trânsito, através de esforços multilaterais e bilaterais, não só atingidos por Memorandos de Entendimento e pelas diferentes Políticas Europeias de Vizinhança, como também através das iniciativas regionais multilaterais incluídas em Planos de Acção alargados a cada região.

A Segunda Revisão Estratégica sobre a Energia<sup>226</sup> indica claramente que, além dos acordos internacionais como o TCE, a UE concluiu um vasto número de

---

<sup>224</sup> No presente, as partes contratantes constituem-se pela UE, a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, o Kosovo, a República da Macedónia, a Moldávia, o Montenegro, a Sérvia e a Ucrânia, visto que a Bulgária e a Roménia integraram a UE em 2007, tendo acontecido o mesmo com a Croácia em 2013.

<sup>225</sup> Note-se que a República da Macedónia requereu a sua adesão e que na reunião do Conselho Europeu de 2002, em Copenhaga, confirmou-se a perspectiva europeia de uma potencial adesão da República da Albânia, da Bósnia e Herzegovina, da Sérvia e do Montenegro.

<sup>226</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2008), pág. 9.

Memorandos de Entendimento em energia com diversos países com o objectivo de ampliar a sua diversificação geográfica sobre o fornecimento de energia e respectivas rotas e aumentar a segurança nas já existentes. Os acordos estabelecidos com os países produtores visaram sobretudo o potencial da interdependência e do equilíbrio entre a segurança do aprovisionamento dos países importadores com a segurança da procura dos países exportadores.

Contudo, considerando a perspectiva europeia, estes acordos devem incluir sistematicamente os seus preceitos<sup>227</sup> para a reunião das condições favoráveis ao seu investimento, como a diminuição dos impedimentos ao acesso total do mercado, a liberalização do mesmo e a existência de mecanismos de resolução eficiente no caso de interrupção. Estas características interpretam-se *a priori* como a protecção de algumas garantias para o investimento e assumem-se de facto como uma forma de externalização dos princípios e da forma existente no mercado interno europeu<sup>228</sup>. Neste veio, a Política Europeia de Vizinhança (PEV) revela-se um sistema político vital para a implementação desta estratégia. No sentido em que é composta por acordos bilaterais entre a UE e os seus vizinhos<sup>229</sup>, embora num ambiente multilateral, a PEV compreende um conjunto de diversas ferramentas, como os Acordos de Associação<sup>230</sup> e os Acordos de Parceria e Cooperação<sup>231</sup>. Estas ferramentas procuram aprofundar as relações de cooperação de países terceiros com

---

<sup>227</sup> Considerando que as provisões dos acordos são baseadas no *acquis communautaire* quando apropriados e no TCE.

<sup>228</sup> Contudo, como poderemos analisar em seguida, essa tentativa de influência falha quando direccionada para países exportadores como a Rússia, fragilizando o próprio mecanismo de cooperação e entendimento entre ambas as partes. Quando tal acontece, a relação transforma-se de regime potencialmente cooperativo para um mero diálogo.

<sup>229</sup> Este acordo foi proposto à Argélia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egipto, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Moldávia, Marrocos, Palestina, Síria, Tunísia e Ucrânia.

<sup>230</sup> Entende-se por acordos internacionais aqueles que a UE conclui com países terceiros com o objectivo de criar um sistema abrangente para conduzir a relações bilaterais, visando por vezes a preparação destes para a sua inclusão na Comunidade.

<sup>231</sup> Estes constituem a base de aplicação da PEV com cada país parceiro da Europa Oriental e do Cáucaso Meridional.

a comunidade europeia em diversos sectores, incluindo também a energia, e adquiriram um papel importante para o estreitamento da cooperação neste sector. Note-se que, no conjunto dos países vizinhos que integram a PEV, quatro países são produtores de energia (Azerbaijão, Argélia, Egipto e Líbia) e cinco são países-trânsito (Geórgia, Ucrânia, Bielorrússia, Marrocos e Tunísia). Neste contexto, Ali Tekin e Paul A. Williams<sup>232</sup> referem que a cooperação energética reúne um vasto número de assuntos, incluindo o melhoramento das redes distribuidoras, a convergência legal e regulamentária sobre mercados e políticas, a promoção da respectiva eficiência do consumo, o fomento tecnológico e as oportunidades de negócio. Visto que as regiões vizinhas são cultural, social, política e economicamente heterogéneas, em consequência da sua dispersão geográfica, a UE iniciou diversos Planos de Acção<sup>233</sup> sobre a energia em regime bilateral e multilateral, designados para cada região, como o *EU-Russia Energy Dialogue*, o *Interstate Oil and Gas Transport to Europe*(INOGATE), integrado no programa regional *Transport Corridor Europe-Caucasus-Asia* (TRACECA) e a Parceria Euro-Mediterrânica<sup>234</sup>.

### 2.3.2.1 – O Diálogo UE-Rússia

Considerando que a maioria dos mais recentes Estados-membros<sup>235</sup> está apreensiva em relação à sua dependência energética face à Rússia, acresce o ponto em que as atitudes de Moscovo, como a utilização das suas exportações energéticas como ferramentas de política externa, exercem um efeito catalisador sobre a política

---

<sup>232</sup> Ali Tekin & Paul Andrew Williams (2011), pág. 46.

<sup>233</sup> Note-se que os diferentes Planos de Acção serão integrados nos mecanismos da PEV, quando apropriados. Caso os países designados não estejam incluídos na PEV, esses planos de acção enquadram características diferentes e próprias.

<sup>234</sup> Antigo Processo de Barcelona.

<sup>235</sup> Atendendo a que se localizam numa região vizinha e que, por consequência, são mais dependentes do seu fornecimento.



externa europeia na área da energia. Dada essa relação, acentua-se a importância do desenvolvimento e aprofundamento do diálogo e da cooperação euro-russa sobre esta matéria. Institucionalmente, as relações euro-russas evoluíram em três regimes, contudo, respeitando a área da energia, deve acrescentar-se um quarto regime.

Em 1994, a Rússia e a UE negociaram um Acordo de Parceria e Cooperação, que entrou em vigor em 1997, com a duração prevista de 10 anos, expirando em 2007. Este acordo continha disposições legais concernentes ao desenvolvimento do diálogo político, do comércio e cooperação em assuntos económicos e do desenvolvimento na cooperação bilateral em assuntos respeitantes à justiça e assuntos domésticos. O artigo nº 65 do referido acordo<sup>236</sup> remete directamente para o ponto da energia. Este estabelece o compromisso de um esforço de cooperação sobre os assuntos relacionados com a segurança do abastecimento de hidrocarbonetos, com as infra-estruturas, com a eficiência do consumo e com a formulação de uma política deste sector mutuamente beneficiante. Estes princípios de cooperação acordados foram um reflexo dos princípios presentes na Carta Europeia da Energia<sup>237</sup>. Neste primeiro ponto, reside desde logo um entrave. Como referido anteriormente, a Rússia não ratificou o TCE, excluindo a aplicação das provisões anteriormente referidas, todas elas inspiradas no TCE.

Desde Junho de 2008 que ambas as partes procuram negociar um novo acordo. Todavia, para Andrei Belyi<sup>238</sup>, surgem à partida dois problemas, aos quais é necessário adicionar um terceiro. O primeiro remete para a questão de que o trânsito da Ucrânia não é da competência deste tratado bilateral; o segundo considera que as

---

<sup>236</sup> Comissão das Comunidades Europeias (1997), pág. 73-74 .

<sup>237</sup> “A cooperação neste domínio realizar-se-á no âmbito dos princípios da economia de mercado e da Carta Europeia da Energia, num contexto de integração progressiva dos mercados da energia na Europa” (Idem, pág. 73).

<sup>238</sup> Andrei Belyi (2012), pág. 27.

dificuldades respeitantes às negociações sobre o TCE devem repetir-se, minimizando a probabilidade de que um novo acordo de carácter vinculativo sobre a energia venha a ser ratificado por Moscovo; o último obstáculo advém da oposição da Lituânia e da Polónia à conclusão de um novo acordo, ao exigirem a ratificação do TCE por Moscovo como condição para a negociação de um novo acordo. Na falta de correspondência do Kremlin para incorporar os princípios europeus, como consequência, as relações entre as duas potências migraram para outra plataforma, as Cimeiras Euro-Russas. Depois de um período no qual não existiu qualquer sinal de cooperação na área energética, na Cimeira de 2000, em Paris, ambas as partes se comprometeram a encetar um Diálogo sobre a Energia de forma a retomar a cooperação energética.

Dessa forma, iniciou-se entre a Rússia e a UE o diálogo sobre energia que, contrariamente ao APC, não criou uma estrutura de governação legal e vinculativa, apenas uma base de diálogo e de interacção política com o intuito de melhorar o mútuo entendimento entre as partes sobre as questões relacionadas com a energia. Ainda assim, a UE visou convencer Moscovo da importância e necessidade da eficiência e armazenamento energético, para a abertura do mercado respectivo, para a adopção de tecnologias de produção e extracção ambientalmente sustentáveis e para o desenvolvimento das condições de produção, transporte e investimento na Rússia<sup>239</sup>. Por conseguinte, como Belyi<sup>240</sup> nota, esta iniciativa nunca teve como objectivo ser um mecanismo conciliatório na crise entre a Rússia e a Ucrânia, enquanto as relações energéticas bilaterais entre Moscovo e Bruxelas permaneceram limitadas, e também nunca procurou introduzir aspectos normativos do TCE nem do Acordo de Parceria e Cooperação anteriormente enunciado.

---

<sup>239</sup> Ali Tekin e Paul A. Williams (2011), pág. 56.

<sup>240</sup> Andrei Belyi (2012), pág. 28.

De forma recíproca, fortalecendo o seu antagonismo aos princípios do TCE, a Rússia rejeitou a sua inclusão na PEV proposta. Como consequência de um novo afastamento, Bruxelas e Moscovo acordaram, em Maio de 2003, um novo regime de cooperação, o Roteiro para o Espaço Económico Comum<sup>241</sup>. Este novo regime incide sobre quatro domínios comuns. A economia, incluindo a área da energia, a política externa e de segurança, a justiça e assuntos domésticos e a cultura, a informação e a educação. Qualquer um destes regimes, segundo Ali Tekin e Paul A. Williams, não resolveu o vasto conjunto de problemas e divergências entre a UE e a Rússia, sinteticamente descrevendo a sua relação como propensa a conflitos e a divergências constantes. Por um lado, existe a dependência financeira da Gazprom do mercado europeu e, em contrapartida, como indicado pela Comissão em diversas comunicações, a UE tem a grande necessidade de fomentar o aprofundamento da vinculação legal da Rússia aos seus princípios.

Da noção mútua de divergência e incompatibilidade nasceu, em Fevereiro de 2011, um novo esforço de cooperação e entendimento: o Roteiro para a Cooperação Energética Euro-Russa até 2050<sup>242</sup>. Este documento assinala o facto de, apesar das políticas de energia serem diferentes, existirem pontos convergentes dos quais poderão resultar sinergias mutuamente beneficiantes caso exista um mecanismo de cooperação profundo<sup>243</sup>. Nesse âmbito, o objectivo estratégico para 2050, encontrado neste roteiro, é o de alcançar “um Espaço Pan-Europeu da Energia, com uma rede de infra-estruturas funcional e integrada, com mercados abertos, transparentes, eficientes e competitivos”<sup>244</sup>.

---

<sup>241</sup> European Union External Action. *Common Economic Space*. Disponível em [http://eeas.europa.eu/russia/common\\_spaces/economic\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/russia/common_spaces/economic_en.htm), acessado em Maio 16, 2014.

<sup>242</sup> Comissão Europeia & Governo Russo (2013)..

<sup>243</sup> Idem, pág. 4.

<sup>244</sup> Idem, pág. 5.

### *2.3.2.2 – A Parceria Euro-Mediterrânica: O Anel Mediterrânico de Gás Natural (MedGas Ring)*

Antes de 2008, referida como o Processo de Barcelona, a Parceria Euro-Mediterrânica (União para o Mediterrâneo) é um regime de cooperação que engloba diversos projectos regionais e sub-regionais com o propósito de uma maior cooperação e integração regional de acordo com os padrões institucionais europeus. Os projectos englobam as áreas da economia, ambiente, energia, saúde, migração e cultura, alargando-se a um total de 43 países<sup>245</sup>. Esta parceria refere-se à energia dentro do âmbito da Parceria Económica e Financeira, concentrando-se na harmonização dos diversos mercados existentes na região, através do cumprimento de três pontos: a aceleração reformista dos mercados energéticos dos países situados a sul do Mediterrâneo, para a sua integração gradual na rede de mercados euro-mediterrânica, o aumento de segurança no abastecimento energético e infra-estruturas relacionadas e o desenvolvimento de interconectores norte-sul. Nesta parceria, foi criado, em 1997, um fórum euro-mediterrânico permanente, no qual o comércio de gás natural regional é um dos tópicos mais debatidos. Neste contexto de debate, consensualizou-se a necessidade de criar um anel de interligação regional relativo às infra-estruturas de gás natural de modo a exponenciar o seu potencial.

O anel mediterrânico pressupõe a plena interligação das infra-estruturas energéticas do continente europeu ao Médio Oriente e ao continente africano através de um conjunto de interconectores de gás natural e electricidade visando, no futuro, a integração de regiões potenciais mas geopolítica e geo-economicamente ainda distantes, como o Iraque e outros países do Médio Oriente e a África Subariana<sup>246</sup>.

---

<sup>245</sup> Os actuais 28 estados-membros da UE somados à Albânia, Argélia, Bósnia e Herzegovina, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Mauritânia, Mónaco, Montenegro, Marrocos, Palestina, Síria (suspensão), Tunísia e Turquia.

<sup>246</sup> Direcção-Geral das Políticas Internas da União (2011), pág. 17.

Priorizando a interligação plena das infra-estruturas relacionadas com a produção de electricidade via fontes renováveis como os painéis solares e a sua canalização eficiente englobando toda a região mediterrânica não exclui, porém, um aprimoramento das infra-estruturas relacionadas com o gás natural. Respectivamente, foca também a necessidade de desenvolver e aprofundar as respectivas relações bilaterais e multilaterais, através da criação e progresso de políticas de cooperação e desenvolvimento comuns, sector no qual reside um potencial de integração enorme<sup>247</sup>. O sucesso de alguns projectos financiados pela UE prova que a integração sub-regional das infra-estruturas, como o *Euro-Arab Mashreq Gas Market*<sup>248</sup>, entre outros, tem criado um quadro de segurança e cooperação energética mais extenso.

#### 2.3.2.3 – O INOGATE

A região do Cáspio refere-se aos cinco estados litorais do Mar Cáspio, nomeadamente, o Azerbaijão, o Cazaquistão, o Irão, a Rússia e o Turquemenistão. Visto que a Rússia integra um regime próprio de diálogo com a UE, e não existem relações de foro energético entre a UE e o Irão, a primeira institucionalização das relações europeias com os países restantes da região no âmbito da energia começou em 1995, com o programa INOGATE. De início, a sua missão consistia em promover o investimento europeu nos países do Cáspio e na Ásia Central, com o retorno de um esforço de cooperação para o fornecimento energético em fontes alternativas. Em 2001, através do “*INOGATE Umbrella Agreement*”, evoluiu para um acordo de características vinculativas, para sistematizar os requisitos legais e institucionais necessários para o desenvolvimento dos sistemas de transporte de

---

<sup>247</sup> Parlamento Europeu (2011), pág. 89.

<sup>248</sup> EuropeAid, pág. 37.

petróleo e gás natural interestaduais e para o incentivo de o investimento necessário para a sua construção e operação<sup>249</sup>.

No dia 13 de Novembro de 2004, é lançada a Iniciativa de Bacu durante a Conferência Ministerial sobre a Energia e os Transportes, como um compromisso dos vários participantes<sup>250</sup> “para apoiar o desenvolvimento gradual dos mercados energéticos regionais dos estados litorais do Cáspio e seus países vizinhos, aumentando a captação de financiamento para novas infra-estruturas, para embarcar em políticas e programas de eficiência energética e fazer progressos no sentido de uma integração gradual entre os respectivos mercados de energia e o europeu”<sup>251</sup>. Sendo este o único regime de cooperação multilateral existente para esta região, no que respeita ao diálogo e à promoção da cooperação genérica sobre energia, torna-se necessário enfatizar que as relações europeias nesta região assumem-se largamente como bilaterais, como poderemos analisar no capítulo seguinte.

### *2.3.3- A Diversificação de Fornecimento*

A terceira estratégia delineada por Tekin e Williams<sup>252</sup> respeita a diversificação de fornecimento. Este termo é amplo, dependendo do tipo de diversificação de que se trata. Contudo, qualquer que seja a forma de diversificação, esta aumenta a segurança do abastecimento energético. Como mencionado no início deste capítulo, uma das principais metas apontadas para 2020 respeita o aumento da dimensão do consumo com origem nas energias renováveis para o total do *mix*

---

<sup>249</sup> Ali Tekin e Paul W. Williams (2011), pág. 52.

<sup>250</sup> Comissão Europeia, Azerbaijão, Arménia, Bulgária, Geórgia, Irão (observador), Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia (observador), Roménia, Tadjiquistão, Turquia, Ucrânia e Uzbequistão.

<sup>251</sup> Directorate-General Energy and Transport. *Baku Initiative*. Disponível em [http://ec.europa.eu/dgs/energy\\_transport/international/regional/caspian/energy\\_en.htm](http://ec.europa.eu/dgs/energy_transport/international/regional/caspian/energy_en.htm), acessado em Junho 02, 2014.

<sup>252</sup> Ali Tekin e Paul W. Williams (2011), pág. 46.

energético europeu em 20%. Esse objectivo pressupõe a diversificação dos hábitos de consumo médios da Europa, com o propósito de reduzir as emissões totais de carbono para a atmosfera. Neste caso, através do aumento relativo do uso de renováveis surge um efeito colateral respeitante ao consumo de gás natural. Independentemente da variação do consumo geral de energias primárias, se o uso de energias renováveis aumentar, menor será a necessidade de importar gás natural. Dessa forma, o aumento da diversificação do mix energético, sobretudo quando este resulta do aumento de produção energética de forma autónoma, diminui a dependência inerente de uma importação.

No que inteira à importação de gás natural, aplicam-se outras três formas diferentes de diversificação. A diversificação do meio de transporte, como avia marítima, obtida pelo já referido processo de liquidificação e regaseificação, conhecido por GNL, que imediatamente alterna tanto a origem como as rotas existentes, interligando directamente o mercado europeu com fornecedores longínquos e conseqüentemente impossíveis<sup>253</sup> de interligar via *pipeline*, como o Qatar. A diversificação de rotas (*midstream*) alude para a edificação de novos *pipelines* com a mesma origem, embora passando por regiões ou países diferentes, evitando interrupções propositadas com origem no intermediário<sup>254</sup>. Esta abordagem foi utilizada sobretudo após as interrupções ocorridas, em 2009, na Ucrânia. A diversificação da origem (*upstream*) respeita a integração de novas origens no fluxo de fornecimento de gás natural via *pipeline* para a Europa. Esse processo de diversificação é complexo, económica mas sobretudo politicamente, considerando o número de países-trânsito que incluirá e as sucessivas negociações para encontrar

---

<sup>253</sup> Sob o ponto de vista geoeconómico e geopolítico.

<sup>254</sup> Note-se o propósito da construção do *Nord Stream* ao interligar directamente o *upstreamer* (Rússia) com o *downstreamer* (Alemanha), evitando *mid-streamers* e do *South Stream* para evitar a Ucrânia como país-trânsito.

pontos de convergência, estes tendem a serem agrupados numa dimensão maior, os chamados Corredores. *A priori*, um corredor prefigura diversos pontos de origem, diversos pontos de passagem e alguns pontos de destino<sup>255</sup>, interligados por uma grande rede de gasodutos.

O ponto-chave desta forma de diversificação remete para o aumento estratégico e linear da segurança energética europeia. Além de originar benefícios de natureza económica, como os efeitos sobre os preços resultantes de uma maior competição num determinado segmento de mercado, o seu valor estratégico é fundamental, considerando a opção de alternativa de suprimento caso algum outro fornecedor interrompa o respectivo fluxo. Esta questão sobre a diversificação de fontes surgiu com um novo ímpeto após o primeiro corte russo à Ucrânia em 2006 que, conseqüentemente, afectou alguns países do leste europeu. O *Green Paper* de 2006 identifica claramente as prioridades para a construção de novas infra-estruturas necessárias para a segurança do aprovisionamento energético, particularmente novos gasodutos<sup>256</sup>. Todavia, a adição de um novo fluxo de gás natural ao conjunto de importadores pressupõe infra-estruturas para o transporte e conseqüente distribuição. Exceptuando o cenário em que o seu transporte se efectue via marítima (LNG), que já se pretendeu demonstrar como substancialmente menos provável, apenas poderá ser distribuído via *pipeline*, sendo esta infra-estrutura fundamental para o acesso material a novas fontes de gás natural, conforme referido no *Green Paper* de 2006 e posteriormente sublinhado no *Second Strategy Energy Review*<sup>257</sup>.

De acordo como parecer da CE, em 2006<sup>258</sup>, existiam diversos projectos capazes de criar novos corredores energéticos para aumentar a segurança energética

---

<sup>255</sup> Na sua maioria, nós de distribuição (*hubs*).

<sup>256</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2006), pág. 15.

<sup>257</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2008), pág. 5.

<sup>258</sup> Comissão Europeia (2006), pág. 3.



européia, provenientes das regiões da Rússia, da África do Norte, do Médio Oriente e da Noruega. Em Novembro de 2008, a CE respondeu ao pedido do Conselho para preparar um plano alargado sobre a segurança energética da União, com a publicação do *An EU Energy Security and Solidarity Action Plan* como introdução à Segunda Revisão Estratégica da Energia. Neste, a CE destacou cinco pontos, entre os quais, no que respeita à criação e apoio de um novo corredor, foca o Corredor Meridional como um dos projectos mais importantes para o incremento da segurança energética europeia: “O Corredor Meridional deve ser desenvolvido para o fornecimento de gás natural proveniente das fontes do Cáspio e do Médio Oriente, que poderão prover potencialmente uma parte significativa das necessidades europeias no futuro. Esta é uma das prioridades mais elevadas sobre a segurança energética europeia. A Comissão e os Estados-Membros precisam de trabalhar com os países relativos, particularmente com os parceiros como o Azerbaijão, o Turquemenistão, o Iraque e os países do Levante, entre outros, com o objectivo comum de assegurar rapidamente compromissos firmes para o fornecimento de gás natural e a construção dos gasodutos necessários para todos os estágios do seu desenvolvimento. No longo termo, quando as condições políticas o permitirem, os suprimentos de outros países da região, como o Usbequistão e o Irão, deverão representar também fontes de abastecimentos para a UE”<sup>259</sup>. Foi neste momento que surgiu o apoio político formal e directo da CE para os demais gasodutos projectados que transportassem directamente o gás natural proveniente da região do Cáspio para os mercados europeus.

No conjunto dos riscos diferenciados, que poderão contribuir para um estado de insegurança relativa ao abastecimento de gás natural da UE-27 expostos no

---

<sup>259</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2008), pág. 4 (trad.).

primeiro capítulo, identificaram-se dois dos seus maiores fornecedores, a Argélia e a Rússia, que apresentam, sobretudo, riscos de natureza política. Como tal, este capítulo começa por argumentar a incapacidade de uma resposta de natureza comercial para atenuar ou resolver esses riscos. Essa resposta terá de ser de natureza política. Nesse contexto, surge a UE como a entidade política que tem desenvolvido e implementado estratégias para o aumento da segurança energética<sup>260</sup>, relativa ao aprovisionamento de gás natural, que foram agrupadas consoante a sua dimensão.

Em primeiro lugar, as suas instituições procuraram integrar o mercado e uniformizar a política energética interna de cada um dos seus estados-membros de forma a construir um conjunto de interesses energéticos comuns. Para tal, promulgaram uma série de directivas que visam a integração e a homogeneização das regulamentações e mercados nacionais e incluíram diversos projectos de interligação física entre as redes nacionais de distribuição, os interconectores, para praticar a referida integração. Por outro lado, as mesmas instituições procuraram melhorar a sua política externa energética através de três vectores assinalados por Ali Tekin e Paul A. Williams<sup>261</sup>.

O primeiro trata da extensão da sua regulamentação, das suas políticas e do seu modelo de mercado energético interno para o exterior, com o objectivo de criar uma comunidade pan-europeia da energia. O segundo refere o diálogo com terceiros. Neste inserem-se os acordos internacionais e as parcerias energéticas realizadas com alguns países-produtores, países-trânsito e países consumidores, num ambiente multilateral. O último diz respeito à diversificação. Esta estratégia baseia-se no uso de instrumentos políticos, diplomáticos e financeiros para desenvolver ou criar infra-estruturas de produção e transporte de gás natural alternativas. É neste ponto que se

---

<sup>260</sup> No território que os seus estados-membros abrangem.

<sup>261</sup> Ali Tekin & Paul A. Williams (2010), pág. 44.

insere o objecto de estudo da presente tese, o Corredor Meridional, como uma linha de abastecimento proveniente de uma região que reúne diversos fornecedores de gás natural alternativos.

O próximo capítulo terá o propósito de contextualizar o potencial geológico e os desafios geopolíticos das regiões do Cáspio e do Cáucaso Sul, analisando e confirmando, em última análise, o contributo deste projecto europeu para o aumento da sua segurança energética relativa ao aprovisionamento de gás natural.

*“On no one quality, on no one process,  
On no one country, on no one route, and on no one field  
Must we be dependent.” – Wiston Churchill<sup>262</sup>.*

### 3 – O Corredor Meridional: A Interligação Energética do Cáspio com a UE

---

A UE atravessa uma fase delicada no que diz respeito ao consumo de gás natural. Considerando os objectivos europeus de transição para uma economia com menores emissões carbónicas, independente da variação do consumo absoluto, é provável que, no futuro, o consumo de gás natural venha a aumentar.

Entretanto, a produção interna debate-se com um caminho cada vez mais estreito e curto, sendo gradativamente necessária uma maior importação de gás natural. No panorama actual, os três maiores fornecedores de gás natural correm um conjunto de riscos com origens diferentes que poderão contribuir para a interrupção do fornecimento, imprescindivelmente constante e estável, para a UE que poderá, consoante a origem, alimentar aumentos de preço ou mesmo quebras no consumo. Nesse sentido, tornou-se elementar para as instituições europeias encontrar medidas preventivas e alternativas, quer no foro do funcionamento do seu mercado interno, quer também no das suas relações externas.

Tendo em consideração o atrás exposto, o aumento da segurança do aprovisionamento de gás natural é atingido de forma mais linear através da

---

<sup>262</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 509.

diversificação. Esta, articulada pela CE, fundamenta-se na suposição de natureza económica de que a existência de uma maior competição num dado mercado entre fornecedores contribuirá, não só, para atenuar ou suprimir inflações sobre o gás natural mas, principalmente, para minimizar os impactos de futuras crises de fornecimento energético decorrentes de conflitos entre países-trânsito e produtores ou de interrupções deliberadas.

Este capítulo enfatiza a região do Cáspio, nomeadamente o Azerbaijão, como uma alternativa positiva para o fornecimento de gás natural à UE de modo a aumentar a segurança energética europeia. No seu primeiro ponto, será referido o potencial geológico da região, analisando as bacias existentes e o modo como estas se distribuem e formam as reservas de gás natural da região, por país. Nos seus dois pontos seguintes, continuará a ser feita a análise regional, perspectivando os conflitos regionais e os impasses possíveis de interromper ou impedir ligação entre o Cáspio e a Europa. No seu quarto ponto, a análise incidirá sobre os interesses da UE na região do Cáspio e no desenvolvimento do Corredor Meridional. Por último, será defendida a tese da contribuição desse corredor para o aumento da segurança energética europeia.

## 3.1 – O Potencial Energético do Cáspio

### 3.1.1 - As Bacias Geológicas, e as Reservas de Gás Natural no Cáspio comparadas com as Reservas Globais

Desde o colapso da URSS que a região do Cáspio voltou às luzes da ribalta. Uma vez mais, conhecida por incluir Bacu, uma das capitais mais antigas e rentáveis da história da energia, especificamente o petróleo, esta região reabriu as suas fronteiras políticas a empresas multinacionais energéticas ansiosas por redescobrir as reservas fósseis da região. Inicialmente, fruto da especulação, estimou-se que as reservas do Cáspio se equiparavam às do Golfo Pérsico<sup>263</sup>. Contudo, no desenrolar de diversas perfurações e ressonâncias, estas multinacionais adquiriram uma postura mais prudente relativa ao potencial energético da região.

Os cinco países que rodeiam o Mar Cáspio -a Rússia, a Noroeste, o Irão, a Sul, o Azerbaijão, a Sudoeste, o Cazaquistão, a Noroeste, e o Turquemenistão, a Sudeste - ao contrário do normal, não assentam numa só bacia geológica, mas sim, por coincidência, em cinco<sup>264</sup> - a bacia do Sul do Cáspio<sup>265</sup>, a bacia do Norte do Cáspio<sup>266</sup>, a bacia do Norte de *Ustyurt*<sup>267</sup>, a bacia de Magyshlak<sup>268</sup> e a bacia de Amu-

---

<sup>263</sup> Michael T. Klare (2008), pág. 119.

<sup>264</sup> Ver Mapa 4 – As Bacias Geológicas do Cáspio, na pág. 13 dos Anexos.

<sup>265</sup> Ocupa a zona do Azerbaijão, estendendo-se ao Oeste do Turquemenistão e à parte Norte do Irão. Remontando a sua origem aos depósitos dos sedimentos aquíferos compreendidos entre a era do Jurássico Superior (161 milhões de anos atrás) e a era do Plioceno Zancleano (cerca de 5 milhões de anos atrás), surgiram diversas reservas de grande importância para a região [Linda S. Smith-Rouch (2006)]. Destas destacam-se a reserva *offshore* de Absheron com cerca de 250 bmc de gás natural (dados adquiridos pela Total, S.A., empresa com 40% dos direitos de exploração do campo de Absheron em <http://www.total.com/en/energies-expertise/oil-gas/exploration-production/projects-achievements/deep-offshore-projects/absheron-phase-1-project-azerbaidjan> (acedido em Junho 5, 2014) e a reserva de Shah Deniz com mais de 1000 bmc (dados adquiridos pela BP, empresa com 20% dos direitos de exploração do campo de Shah Deniz em [http://www.bp.com/en\\_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz/SDstage1.html](http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz/SDstage1.html) (acedido em Junho 5, 2014).

<sup>266</sup> Localiza-se na sua maioria no Cazaquistão, encontrando-se uma pequena parte em território russo. A sua origem remonta à era do Devoniano (entre 416 milhões e 359 milhões de anos atrás) sendo característico existirem grandes depósitos de crude e gás condensado [Gregory Ulmishkek (2001a)]. Até ao presente são explorados três grandes campos, o Tengiz, *on-shore*, com o sexto maior depósito de crude do mundo, o Kashagan, *offshore*, com grandes campos de crude e o Karachaganak, *on-shore*, com cerca de 1, 44 trilião de metros cúbicos de gás natural, ambos no Cazaquistão (dados adquiridos

Darya<sup>269</sup>. Cada uma delas contém características diferentes das restantes, dependendo do tipo e da idade da rocha, e das reservas hidrocarbónicas existentes.

Projeções oficiais sobre as reservas mundiais provadas de gás natural no início do ano 2013 variam entre os 187,3 triliões de metros cúbicos (tmc)<sup>270</sup> e os 205,37 tmc<sup>271</sup>. A Tabela 5 contém os valores respectivos das reservas de cada país da região litoral do Cáspio, à excepção da Rússia, visto que as deste país e a sua produção na região são pouco relevantes em contraste com os seus valores totais. A soma das reservas existentes nos restantes quatro países totaliza cerca de 25% das reservas mundiais. Contudo, devido à inexistência de relações comerciais energéticas entre a UE e o Irão, fruto de sanções e bloqueios económicos, este país assume um papel periférico ao longo do tema central da presente tese. Com o eventual restabelecimento das relações comerciais de foro energético, entre o Irão e UE, é provável que Teerão venha a adicionar importantes quantidades de gás natural ao Corredor Meridional, exponenciando, dessa maneira, o potencial estratégico relativo à diversificação europeia.

---

pela KPO, grupo formado para a exploração deste campo incluindo a ENI, a BG, a Chevron, a LukOil e a KazMunaiGas em <http://www.kpo.kz/about-kpo.html?&L=0> (acedido em Junho 5, 2014).

<sup>267</sup> Localizada nos territórios do Uzbequistão e do Cazaquistão, data do período Carbonífero (entre 359 milhões e os 245 milhões de anos atrás). As reservas de gás natural estimadas possuem cerca de 240 bmc [Gregory Ulmishek (2001b)].

<sup>268</sup> Posiciona-se inteiramente no Cazaquistão, excepto uma pequena parte que se estende ao oeste do Uzbequistão. Formada na era do Paleozoico Cambriano (entre os 542 milhões e 488 milhões de anos atrás), contém pequenos depósitos hidrocarbónicos, apesar de ter sido pouco explorada [Gregory Ulmishek (2001c)].

<sup>269</sup> Estende-se da parte leste do Turquemenistão ao território central do Uzbequistão, alcançando ainda uma pequena parte do Afeganistão. Sendo a sedimentação registada proveniente do período Jurássico, foram encontrados mais de 130 campos de gás natural, gás condensado e crude nesta bacia, embora cerca de 96% sejam de gás natural e os restantes 4%, de crude. A soma das reservas de gás natural distribuídas nesta bacia totaliza cerca de 6 tmc [Gregory F. Ulmishek (2006)].

<sup>270</sup> Dados obtidos pela BP (2013).

<sup>271</sup> Dados obtidos pela US EIA (2013a).

**Tabela 5 – Reservas de Gás Natural Existentes nos Países Litorais do Cáspio, à excepção da Rússia e as Reservas Mundiais**

<b>País / Organização</b>	<b>British Petroleum 2013 (tcm)</b>	<b>USEIA 2013 (tcm)</b>	<b>OPEP 2013 (tcm)</b>	<b>World Factbook 2013 (tcm)</b>
<b>Azerbaijão</b>	0.9	1.05	1.31	0.99
<b>Cazaquistão</b>	1.3	2.55	1.94	2.41
<b>Turquemenistão</b>	17.5	7.95	9.97	17.5
<b>Irão</b>	33.6	35.61	34.02	33.61
<b>Mundo</b>	187.3	205.37	200.36	204.7

Fontes: British Petroleum (2013), United States Energy Information Administration (2013b), OPEP (2013), World Factbook Proved Natural Gas Reserves 2013 (Acedido em Setembro, 16, 2014, disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2253rank.html>).

As reservas encontradas no Azerbaijão, no Cazaquistão e no Turquemenistão somam 10% das reservas mundiais<sup>272</sup>, considerando que o Turquemenistão concentra a sua maioria<sup>273</sup>, seguido pelo Cazaquistão<sup>274</sup>. Destes três países, o Azerbaijão detém o menor volume de reservas<sup>275</sup>, contudo será o primeiro dos estados litorais a enviar a sua produção directamente<sup>276</sup> via gasoduto para a UE. Com base nestes valores, as reservas referidas constituem uma grande atracção económica para os respectivos estados em que se encontram e constituem também uma grande atracção para os estados consumidores, sobretudo aqueles que desejam diversificar o seu leque de fornecedores, como a UE.

<sup>272</sup> Perto de 20 tmc.

<sup>273</sup> Cerca de 17,5 tmc, segundo os dados da BP (2013), presentes na Tabela 5.

<sup>274</sup> Cerca de 1,3 tmc, segundo os dados da BP (2013), presentes na Tabela 5.

<sup>275</sup> Cerca de 0.9 tmc, segundo os dados da BP (2013), presentes na Tabela 5.

<sup>276</sup> Todos estes países exportam indirectamente o seu gás natural para a UE, visto que a Rússia, ao aproveitar a antiga rede de gasodutos e o seu isolamento geográfico, lhes compra a produção para a revender aos mercados europeus. Esta estratégia será aprofundada posteriormente.



### 3.2 - As Dinâmicas Geopolíticas das Regiões do Cáspio e do Cáucaso-Sul

A região do Cáspio é central para qualquer objectivo de diversificação do abastecimento alternativo referente a hidrocarbonetos. Os países litorais do Cáspio à parte a Rússia e o Irão, como o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão, são, de facto, as mais potenciais fontes alternativas de crude e gás natural para a Europa<sup>277</sup>. Contudo, a interligação entre estas potenciais reservas e os mercados consumidores europeus tem sido demorada e complexa, visto que, para tal, é necessária a construção de um sistema de gasodutos que canalize as exportações desde as reservas *offshore* do Cáspio (*upstream*), por entre um conjunto de estados (*midstream*), até à UE (*downstream*).

Contudo, a construção de um sistema de gasodutos, naquilo que parece ser um desafio de natureza geográfica é, de facto, bastante mais complexo, considerando que envolve um conjunto vasto de intervenientes, tais como os estados produtores, os países-trânsito, os grupos étnico-separatistas e as potências regionais e internacionais que, mediante os seus próprios interesses, poderão condicionar o desenvolvimento de tais projectos, afectando, em última análise, a segurança energética europeia. Desse conjunto, o presente subcapítulo procura focar as principais interacções entre os vários agentes, que poderão apresentar condições e riscos ao desenvolvimento de tais interconexões.

---

<sup>277</sup> Jeffrey Mankoff (2009), pág. 22.

### 3.2.1 - A Questão Jurídica do Mar Cáspio

Até ao presente, a totalidade dos campos de gás potencial e directamente acessíveis desta região aos mercados europeus tem a sua localização no Mar Cáspio<sup>278</sup> (*offshore*<sup>279</sup>). Esse facto colide com um confronto jurídico antigo disputado entre os cinco estados litorais sobre a sua natureza, se é um mar ou um lago. Qualquer um destes dois conceitos pressupõe um estatuto e características jurídicas diferentes que determinam, sob uma perspectiva legal, o acesso e a detenção por parte dos ripários de importantes bacias fósseis *offshore*.

A referida disputa legal sobre o estatuto do Mar Cáspio surgiu no contexto do fim da URSS, quando apareceram três novos países independentes. Até à comunicação de Gorbachev, na noite de 25 de Dezembro de 1991, este mar era dividido entre o Irão e a URSS, no âmbito dos acordos assinados entre as duas partes, em 1921, o Tratado da Amizade, e o Tratado de Comércio e Navegação, em 1940<sup>280</sup>. Ambos os tratados equilibraram a balança de poder relativa ao domínio do mar, anteriormente concentrado nas mãos dos russos, através do direito de exclusividade para o estacionamento e passagem militar, obtido pelo Tratado de Paz de Golestan, em 1813, e reiterado no Tratado de Paz de Turkmanchai, em 1828.

Assinados na primeira metade do século XX, estes dois tratados concedem o direito ao Irão de também ter uma presença militar e reconhecem que este mar pertence exclusivamente a Teerão e a Moscovo, delimitando a linha de 10 milhas náuticas como o limite de pesca para estrangeiros. No entanto, nenhum deles refere o direito de retenção e exploração de reservas minerais e fósseis. Assim, aquilo que

---

<sup>278</sup>O Mar Cáspio é o maior corpo de água salgada fechado do mundo, ocupando uma área de 386.400 quilómetros quadrados, rico em reservas fósseis e cardumes de esturção.

<sup>279</sup> O campo de gás de Shah Deniz encontra-se a cerca de 70 km de Bacu, a capital.

<sup>280</sup> Kamyar Mehdiyoun (2000), pág. 5.

parecia ser um estatuto consensual e harmonioso sofreu com o surgimento de três novos estados litorais, obrigando a uma nova repartição de territórios marítimos<sup>281</sup>.

Como referido anteriormente, o advento de um conjunto de interesses autónomos e divergentes face a este ambiente bipolar, que repartia o Cáspio entre a Rússia e o Irão, desencadeou a actual controvérsia, marcada pelo protesto russo ocorrido em Janeiro de 1994, face ao estabelecimento unilateral de fronteiras marítimas pelo Azerbaijão e pelo Turquemenistão, seguido da assinatura do famoso “contrato do século”<sup>282</sup> entre Bacu e o consórcio de empresas petrolíferas ocidentais<sup>283</sup>.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, as nações costeiras podem reivindicar um limite de 12 milhas náuticas como mar territorial e para lá da costa podem fazê-lo até às 200 milhas náuticas como ZEE. Se esta regulamentação fosse aplicada ao Mar Cáspio, os limites territoriais seriam predefinidos por uma divisão equidistante do mar e dos recursos geológicos encontrados. Caso se determine que é um lago, o Cáspio e os seus recursos seriam explorados de forma conjunta, uma divisão referida como a abordagem de um condomínio<sup>284</sup>. A falta de consenso entre os ripários tem sido uma constante, devido à mudança de perspectivas e posições nos acordos bilaterais e às divergências multilaterais deles emergentes. Desde 1991 que todos estes países alteraram a sua opinião sobre a divisão legal do Cáspio.

Como Gawdat Bahgat nota<sup>285</sup>, com o fim dos estados soviéticos, a Rússia rejeitou a Convenção das Nações Unidas, alegando que o Cáspio era um corpo de

---

<sup>281</sup> O Cáspio tem um perímetro de 7000 quilómetros. A linha costeira do Cazaquistão tem 1894 kms (27,05%), a da Rússia, 1885 kms (26,93%), a do Turquemenistão, 1768 kms (25,26%), a do Irão, 740kms (10,57%) e a do Azerbaijão, 713 kms (10,19%).

<sup>282</sup> Ver mais abaixo.

<sup>283</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 20.

<sup>284</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 32; Gawdat Bahgat (2005), pág. 5.

<sup>285</sup> Gawdat Bahgat (2007), pág. 6.

água fechado, isto é, sem ligação ao oceano. Rejeitou igualmente a repartição equidistante da costa das zonas marítimas, dada a pouca concentração de hidrocarbonetos na sua ZEE. Por sua vez, reiterou que ambos os tratados assinados com o Irão, na primeira metade do século XX, ainda eram os documentos unicamente válidos. Esta posição veio a alterar-se durante os cinco anos seguintes por força dos tratados bilaterais, assinados com outros estados litorais, também pelos acordos comerciais de exploração celebrados com as multinacionais petrolíferas e pelo desgaste político resultante do conflito de interesses do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério dos Combustíveis e Energia<sup>286</sup> russos.

Cinco anos mais tarde, em 1996, Moscovo propôs aos ripários interessados a delimitação de uma zona até às 45 milhas, na qual cada país deteria os direitos e a exclusividade total sobre os recursos existentes. Além dessa linha costeira, o restante seria explorado em forma de condomínio, através da criação de uma sociedade que compreendesse de forma equitativa todos os cinco estados. Contudo, a rejeição desta proposta pelas capitais recentemente autónomas levou Moscovo a optar pela negociação bilateral apenas com os estados do Cazaquistão e do Azerbaijão.

O tracejamento de fronteiras medianas entre o território russo e o território vizinho do Cazaquistão e do Azerbaijão no fundo do mar<sup>287</sup> e o desenvolvimento de um sistema de propriedade mútua no que respeita às águas superficiais, como a pesca, o ambiente e a navegação, foram algumas das medidas incluídas nesses acordos bilaterais que permitiram a Moscovo garantir a manutenção de alguns dos seus interesses através da divisão da região nortenha do Cáspio. Inicialmente, o

---

<sup>286</sup> O Ministério das Relações Externas do Kremlin rejeitava qualquer tipo de iniciativa explorativa no Mar Cáspio, enquanto não se consensualizasse um acordo. Já o Ministério dos Combustíveis e da Energia, com relações próximas das empresas petrolíferas, menosprezava a questão jurídica do Cáspio, pelas contrapartidas tecnológicas e económicas da necessária participação russa nos projectos que surgissem. [Kamyar Mehdiyoun (2000), pág. 13].

<sup>287</sup> Na existência de reservas no limite, ou que residissem em ambos os territórios, a operação seria conjunta, tomando como exemplo os campos de Kurmangazy, Tsentralnoye e Khvalynskoye, entre o Cazaquistão e a Rússia.

acordo com Astana foi assinado entre o presidente russo, Boris Yeltsin, e o seu homólogo cazaque, Nazarbaev, em Julho de 1998, sendo imediatamente contestado por Teerão e Asgabade. Não obstante a forte contestação, este primeiro acordo impulsionou o bilateralismo como nova forma de abordagem e negociação deste assunto por Moscovo.

Em suma, a incessante recusa de Moscovo de aplicar o estatuto de mar ao Cáspio advém sobretudo das conseqüentes separações territoriais e aplicações das ZEE a cada estado. Apesar de deter cerca de um quarto da linha costeira, Moscovo perderia o acesso a reservas fósseis concentradas fora da sua jurisdição, além do facto de que, implantar e desenvolver as estruturas e os sistemas tecnológicos necessários para explorar uma região tecnologicamente obsoleta, obrigaria a novos investimentos e, sobretudo, a um redireccionamento regional estratégico<sup>288</sup> referente às indústrias do sector.

Teerão, pelo contrário, rejeita qualquer iniciativa unilateral ou bilateral para a divisão do Cáspio. A sua preferência figura-se pela criação de um sistema de detenção e exploração colectivo - condomínio - rejeitando até ao virar do século qualquer divisão sectorial. Após o início da nova década, flexibilizou um pouco a sua posição, permitindo a divisão do Cáspio em cinco sectores iguais (20% para cada um). As razões que suportam esta escolha jurídica assentam no conjunto de características políticas e económicas, mas especialmente geográficas, do Irão<sup>289</sup> que detém apenas cerca de 10% da orla costeira total do Cáspio e que, apesar da sua extensão marítima assentar sobre parte da bacia Sul do Cáspio, concentra poucos

---

<sup>288</sup> Note-se que as regiões produtoras estratégicas de gás natural encontram-se por ordem decrescente no Distrito Federal dos Urais e no Distrito Federal do Volga [Gazprom (2013)].

<sup>289</sup> Kamyar Mehdiyoun (2000), pág. 8.

campos de gás natural mas, apesar de pouco, todos eles com a maior profundidade registada no Mar Cáspio<sup>290</sup>.

Depreende-se que exploração dos recursos sob a forma de condomínio, pretendida por Teerão, compensaria a escassez e a inacessibilidade ou repartiria o investimento envolvido, permitindo-lhe obter maiores compensações económicas, bem como garantiria um certo controlo sobre o estabelecimento de multinacionais e respectiva influência ocidental na região do Cáspio. Para além disso, o facto de a maioria das indústrias iranianas do sector energético se localizar próximo da região do Golfo Pérsico compromete o proveito económico em proceder à exploração individual das suas reservas no Cáspio face ao investimento necessário. Por isso, a flexibilização da posição iraniana, para a divisão igualitária do Cáspio em sectores, resulta de uma nova estratégia aplicada à economia nacional, que atravessa uma época de constrangimentos obtidos sobretudo pelas sanções impostas pelo Ocidente.

A perspectiva dos outros três mais recentes países assemelha-se sob três características comuns. A primeira remete para o facto geológico de que ambas as zonas costeiras incluem as maiores reservas fósseis existentes do Cáspio. A segunda alude à necessidade económica imediata e constante de desenvolver os respectivos mercados e indústrias do sector fóssil a fim de substanciar o desenvolvimento económico dos países. Por fim, decorrente da segunda característica, existe uma vontade política assertiva para o acesso livre e espontâneo de cada país às reservas, impulsionada pelos investimentos internacionais alocados para o sector energético<sup>291</sup>. Estas três características comuns motivam estes três estados mais recentes a assumirem a separação sectorial do mar como a solução legal desejável.

---

<sup>290</sup> Gregory Ulmishek (2006).

<sup>291</sup> Gawdat Bahgat (2005), pág . 8.

Apesar da semelhança de perspectivas, o governo do Azerbaijão reafirma a aplicação da Convenção das Nações Unidas para a divisão do território em questão considerando importantes os factores geológicos, a necessidade e responsabilidade económica e as alianças políticas. Isto posto, seriam estabelecidas fronteiras marítimas entre sectores nacionais baseadas em delimitações medianas, visto que a largura máxima do Cáspio é de cerca de 270 milhas. Na costa azerbaijana encontram-se os maiores campos de gás natural e crude da bacia do sul a profundidades reduzidas, permitindo uma perfuração *offshore* acessível e rentável<sup>292</sup>. O fácil acesso e uma relativa abundância de hidrocarbonetos moldou de certa forma as dinâmicas económicas e políticas azerbaijanas originando uma dependência económica nacional no desenvolvimento do sector. A exploração contínua das reservas é uma componente imperiosa na estratégia nacional, que precisa de atrair investimento permanentemente, exigindo uma legitimidade transparente quanto à soberania das reservas em questão. A aliança norte-americana também rejeita qualquer envolvimento iraniano nos eventuais campos fósseis azerbaijanos, apoiando totalmente a posição legal e política de Bacu quanto ao estatuto legal do Cáspio<sup>293</sup>.

Considerando a inexistência de um consenso sobre a questão, Bacu tem assinado acordos bilaterais desde 1997, altura em que celebrou, com Astana, a delimitação de sectores através de linhas equidistantes e, com Moscovo, um acordo semelhante em 1998. Nesse mesmo ano, alcançou um entendimento com Asgabade sobre o princípio sectorial, embora houvesse um desentendimento quanto à delimitação das fronteiras.

Astana partilha da mesma vontade jurídica que Bacu, quanto ao estatuto do Cáspio, bem como de algumas características geológicas, económicas e políticas. É

---

<sup>292</sup> Gregory Ulmishek (2006).

<sup>293</sup> Kamyar Mehdiyoun, (2000), pág, 11.

na costa cazaque que se encontram as maiores reservas fósseis da bacia do Norte do Cáspio, a profundidades também economicamente acessíveis<sup>294</sup>. Desde o início da exploração do campo Tengiz que a economia cazaque começou a desenvolver-se e a depender do sector fóssil<sup>295</sup>, tornando politicamente prioritária a delimitação jurisdicional dos sectores. À semelhança de Bacu, Astana acordou bilateralmente com Moscovo e com Asgabade o estabelecimento de sectores durante os últimos anos da década de 90. Inicialmente, Asgabade aprovava a posição russa de 1996 sobre a delimitação de uma zona costeira até às 45 milhas, sendo o resto explorado de forma concertada. Porém, com a assinatura do acordo com Bacu, Asgabade também concorda com a divisão sectorial.

Em suma, a inexistência de um consenso sobre o estatuto legal do Cáspio, resultante dos interesses divergentes e díspares de cada país litoral, é a causa para o fracasso das sucessivas cimeiras ocorridas ao longo da primeira década do novo milénio<sup>296</sup>. Existe uma unissonância sobre a divisão sectorial<sup>297</sup> entre os países mais a Norte (Azerbaijão, Rússia, Cazaquistão e Turquemenistão) oposta às reivindicações do Irão, o país mais a Sul. Como referido, a origem problemática advém sobretudo da ambição económica e política de todos eles relativa à maior retenção possível das reservas de petróleo e gás natural existentes<sup>298</sup>.

A falta de consenso multilateral sobre o estatuto jurídico do Cáspio, originada pela colisão dos diferentes interesses geológicos nacionais, propicia o surgimento de acordos bilaterais e também tem efeitos para a militarização do mesmo espaço, mediante o incremento de uma presença naval dos vários

---

<sup>294</sup> Gregory Ulmishek (2001a).

<sup>295</sup> O referido ciclo económico descrito no capítulo II, aprofundado por Michael Ross.

<sup>296</sup> Na Cimeira de Bacu, ocorrida em 2010, os cinco chefes de estado assumiram a intenção de assinarem uma convenção sobre o estatuto legal do mar Cáspio, mas até ao momento nada foi acordado [Eka Siradze & Otabek Suleimanov (2013)].

<sup>297</sup> Consultar Mapa 5 – Campos de gás natural e as delimitações marítimas previstas nos acordos bilaterais, na página III dos Anexos.

<sup>298</sup> Alex Jackson (2013a).



intervenientes<sup>299</sup>. Supostamente, a militarização naval do Cáspio servirá para responder a possíveis ataques terroristas contra instalações *offshore* ou navios-tanque, proteger o trânsito comercial, combater a pesca ilegal de esturjão e o tráfico de droga e, controlar uma situação de acidente natural. Entretanto, comprovado pela história, a corrida ao armamento pode ser utilizada como efeito dissuasor contra interesses contrários.

Desde 2000 que a bacia marítima do Cáspio foi decretada por Putin como região estratégica de interesse nacional, tendo sido investidos cerca de 300 milhões de dólares em equipamento militar<sup>300</sup>. Porém, o afixamento de tropas americanas pela OTAN na região da Ásia Central, no rescaldo do 11 de Setembro, desequilibrou um pouco a hegemonia militar russa na região do Cáspio<sup>301</sup>, obrigando a um ainda maior investimento federal para a criação de mais bases militares (Olia, Derbent e Kaspiisk) e uma maior armada.

Com conhecimento de que o Golfo Pérsico é a zona estratégica de referência iraniana, onde o comércio de hidrocarbonetos e as tensões internacionais são maiores, o incremento naval iraniano no Cáspio foi posteriormente desencadeado, perante o maior desequilíbrio regional provocado pelo armamento russo e a presença de tropas ocidentais nos países vizinhos, embora a posição oficial do governo expresse a necessidade de contenção e desarmamento.

A capital do Azerbaijão, Bacu, foi até 1992 a base da armada soviética e é, no presente, o maior porto militar da região. Por vezes, difícil de conciliar, compreende dois programas estratégicos militares de origem externa e mutuamente

---

<sup>299</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 280.

<sup>300</sup> No espaço de uma década, a força naval russa dobrou o seu número para cerca de 100 navios [Marlène Laruelle & Sébastien Peyrouse (2009), pág. 24].

<sup>301</sup> Para conduzir as operações no Afeganistão e no Iraque, a OTAN instalou bases no Quirguistão e no Uzbequistão. (Council on Foreign Relations. *ASIA: U.S. Military Bases in Central Asia*. Disponível em <http://www.cfr.org/russia-and-central-asia/asia-us-military-bases-central-asia/p8440#p1>, acedido em Junho 14, 2014).

opostos, o russo e a OTAN. Ainda assim, é o segundo estado pós-soviético com as maiores forças navais, tendo recebido um quarto da força naval ex-soviética estacionada na região<sup>302</sup>. Rejeitando o acordo de partilha que Bacu aceitou, só a partir de 2003, com a descoberta do depósito de Kashagan, é que Astana anunciou a criação de uma força naval. Desde então, tem investido largamente visando a protecção integral das suas reservas e explorações *offshore*. No evento da degradação das relações diplomáticas com Bacu, Asgabade procurou desenvolver as suas forças navais, com o intuito de proteger as suas pretensões territoriais e interesses geológicos na região. Comprando equipamento militar à Ucrânia, a sua força é obsoleta, condicionando-a como a mais fraca perante as forças pertencentes aos restantes estados ripários.

Em última instância, o armamento destes cinco estados poderá criar o risco de um conflito. Em 2001, um navio militar iraniano acompanhado de apoio aéreo forçou dois navios de prospecção do Azerbaijão, Geofizik-3 e Alif Gadzhiev, que operavam para o consórcio da British Petroleum (BP), a abandonar a sua missão sobre o campo de Alov, que se encontra no sector azerbaijano, embora tal não seja reconhecido por Teerão<sup>303</sup>. Não obstante, a existência de um conflito com as dimensões suficientes para interromper ou anular a exploração de uma reserva é diminuta, via dois fenómenos interligados.

Por um lado, a crescente multipolarização da região do Cáspio<sup>304</sup>, resultado não só do aumento militar transversal aos estados ripários, mas também do aumento presencial de instituições internacionais, impele qualquer tipo de conflito para uma dinâmica de mediação multilateral através do envolvimento de estados externos. Por

---

<sup>302</sup>Obtida pelo Acordo de Partilha entre Moscovo, Bacu, Astana e Asgabade [Marlène Laruelle & Sébastien Peyrouse (2009), pág. 26].

<sup>303</sup>Marlène Laruelle & Sébastien Peyrouse (2009), pag. 21.

<sup>304</sup>Ver subcapítulo seguinte.

outro, a presença comercial estrangeira necessita de garantias securitárias. Segundo Marlène Laruelle e Sébastien Peyrouse<sup>305</sup>, o Mar Cáspio é considerado um sector estratégico para a OTAN, segundo diversas razões, entre as quais a garantia da segurança das empresas petrolíferas americanas e europeias participantes nos consórcios internacionais que exploram as reservas fósseis azerbaijanas e cazaques. Para tal, em 1996, Aşgabat anunciou o objectivo de proteger as reservas e as respectivas rotas de exportação sob a sua protecção militar, possível através da multiplicação das suas bases na região.

Com a intenção conjunta de assegurar esse mesmo objectivo, Washington lançou, em 2003, a Guarda do Cáspio, um programa de treino para a criação de uma rede de forças especiais e policiais ripárias, que permitem uma reacção rápida e efectiva a situações de emergência, em particular, ameaças contra depósitos e rotas de hidrocarbonetos. Esse programa realizou-se com as forças azerbaijanas. A resposta russa a esse programa materializou-se na tentativa da criação de uma frota comum que respondesse às ameaças transnacionais, a CASFOR<sup>306</sup>, com o interesse de cooperação do Turquemenistão.

Em suma, apesar de se notar um incremento das forças navais respectivas a cada estado ripário, conclui-se que tal armamento se destina, principalmente, no caso dos estados mais recentes, ao respeito do direito de soberania sobre importantes reservas localizadas *offshore* no Cáspio. Considerando que têm interesses estratégicos superiores no Mar Cáspio, devido a uma maior concentração de riqueza geológica nos seus sectores, face ao Irão e à Rússia, estes estados adquirem uma maior necessidade de assegurar a protecção às empresas relacionadas com a exploração e transporte dos recursos, contra eventuais riscos que possam

---

<sup>305</sup>Marlène Laruelle & Sébastien Peyrouse (2009), pág. 29.

<sup>306</sup>Annie Jafalian (2005).

comprometer o seu. Os motivos de Moscovo e Teerão servem propósitos estratégicos militares, considerando que existe uma maior presença ocidental na região, facto que, na sua óptica, deve ser contrabalançado, adicionando ainda que ambas as capitais competem entre si nessa mesma dinâmica.

### *3.2.2 – Os Conflitos Étnicos do Cáspio*

As fronteiras geográficas estabelecidas entre os países da região são ainda um tema bastante controverso, existindo no presente potenciais riscos de conflito relativos ao desacordo existente sobre a pertença do território, com origem na grande multietnicidade existente na região. Este ponto pretende contextualizar as origens de tal controvérsia, embora se concentre em três casos que poderão ter impacto sobre o desenvolvimento do Corredor Meridional: o conflito de Nagorno-Karabakh, no Azerbaijão, o caso da Ossétia do Sul, na Geórgia, e os curdos, na Turquia. Como referido, a origem destes conflitos advém da existência de vários grupos étnicos no mesmo território. As pré-condições para a existência de conflitos de base étnica derivam sobretudo da existência de vários grupos num determinado espaço, mas também de outros factores, que Thomas S. Szayna<sup>307</sup> mostra serem necessários mencionar, tais como a natureza política dos regimes e a respectiva capacidade de resolução de conflitos, as condições e disparidades socioeconómicas existentes e as ideologias nacionais oficiais e não oficiais face ao estatuto de cada etnia.

Teoricamente, qualquer regime da região analisada encontra a sua base de apoio e legitimação nos grupos étnicos maioritariamente representados na sua própria constituição. Para esse propósito, tendem a seguir políticas que visem consolidar a representação do seu grupo nas estruturas de poder, institucionalizando

---

<sup>307</sup> Olga Oliker & Thomas S. Szayna (2003), pág. 146.

a sua posição de etnia dominante. Para tal, prosseguem estratégias que assimilem, marginalizem ou deportem etnias minoritárias não-dominantes, considerando que o objectivo de longo-prazo é a construção de um tecido social e étnico homogéneo que suporte a permanência e a representação do regime em questão<sup>308</sup>. O seguimento dessas estratégias acentua a disparidade étnica derivada da falta de correspondência entre a identidade de uma certa etnia minoritária e a identidade nacional. Esse afastamento contribui para a criação de movimentos separatistas relativos ao país-natal e para a criação de movimentos integracionistas com outros países. Existe mais de uma dúzia de etnias caucasianas resultantes da convergência, sobreposição e miscigenação de várias culturas e povos que atravessaram a região, ao longo da história, como ponto de passagem entre os eixos Este-Oeste, e vice-versa.

De acordo com Shirin Akiner<sup>309</sup>, a primeira invasão ao local surgiu no século VII com a ocupação árabe da região do Irão e do Cáucaso, marcando o início da islamização da região. Após a sua sedentarização, até meados do século XII, diversos povos turquemenos<sup>310</sup> instalaram-se nas zonas marginais localizadas no Sudoeste do Cáspio (presente Azerbaijão). Nos 400 anos seguintes, a região é disputada pelos persas xiitas e pelos turcos sunitas. O século XVI foi marcante para a região, com a presença eslávica chegada através da conquista do canato de Astracã por Ivan, o Terrível, em 1556, estabelecendo para o futuro a presença russa na região do Cáspio. Doravante, diversos outros grupos étnicos instalaram-se na região do Cáspio, incluindo mongóis calmucos, no século XVII.

---

<sup>308</sup> Olga Olikier & Thomas S. Szayna (2003), pág. 163.

<sup>309</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 1.

<sup>310</sup> Os povos turquemenos são, no presente, a principal origem étnica dos azerbaijanos, dos cazaques, dos tártaros e dos turcos.

Acrescido a este historial de migrações, é crucial realçar o facto de que, durante o período estalinista, diversos povos foram deportados para esta região<sup>311</sup> e, no fim da Segunda Guerra Mundial, milhares de exilados retornaram também a estas terras. Esse facto, de acordo com Mustafa Aydin<sup>312</sup>, distorceu acentuadamente o tecido social da região, que já era, desde si, etnicamente diversificada. Contudo, o maior factor de importância para o surgimento de conflitos interétnicos remonta ao traçado das fronteiras na criação das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Arménia, da Geórgia e do Azerbaijão, em 1922. As fronteiras definidas dos estados outrora pertencentes à URSS, originalmente estabelecidas durante a era estalinista com o propósito de assegurar a dominação soviética da altura, são arbitrárias e raramente coincidem com as fronteiras históricas ou com as afinidades culturais, étnicas e linguísticas dos diferentes povos que nelas habitam. Nesse prisma, a região Oeste do Cáspio e do Cáucaso Norte reúne um conjunto de condições que alimenta possíveis conflitos de ordem étnica e territorial entre os estados.

### *3.2.2.1 – O Conflito de Nagorno-Karabakh*

A população do Azerbaijão pertence maioritariamente à etnia azerbaijana, embora existam diversas minorias étnicas na região, tais como os lezguianos, principalmente concentrados na região no Norte do Azerbaijão, os arménios, em Nagorno-Karabakh, os russos, nos principais centros urbanos, os ávaros, também no Norte, os talish, no Sudeste, e os tártaros, nos centros urbanos<sup>313</sup>. Apesar de o conflito entre Bacu e Erevan sobre a região de Nagorno-Karabakh ser um conflito interestadual, a sua evolução parte de um conflito étnico interno no Azerbaijão que,

---

<sup>311</sup> Como os tártaros da Crimeia, os germânicos do Volga, os tchetchenos e os polacos.

<sup>312</sup> Mustafa Aydin (1999), pág. 119.

<sup>313</sup> Olga Oliker & Thomas S. Szayna (2003), pág. 150.

na opinião de Sheila N. Heslin<sup>314</sup>, condiciona o desenvolvimento do corredor para o Ocidente.

A região discutida é na realidade um enclave<sup>315</sup> onde a maioria da sua população pertence à etnia arménia. Em 1921, Estaline, Comissário do Povo para as Nacionalidades da União Soviética (*Narkomnats*), incluiu as Repúblicas Socialistas Soviéticas Autónomas do Naquichevão e de Nagorno-Karabakh sob a administração da República Socialista Soviética do Azerbaijão, desconsiderando a diferença étnica entre as regiões. Como resultado, no dia 20 de Fevereiro de 1988, os deputados de Stepanakert<sup>316</sup> solicitaram ao Supremo da URSS, e aos Supremos da Arménia e do Azerbaijão, a desintegração do seu território do Azerbaijão e, posteriormente, a união do mesmo com a Arménia.

Contudo, paralelamente, no dia 30 de Agosto do mesmo ano, o Supremo do Azerbaijão aprovava a sua declaração de independência. Mais tarde, após o referendo ocorrido em Dezembro de 1991 ao estatuto oficial de Nagorno-Karabakh, que não levou em consideração a sua população de outras etnias, a República de Nagorno-Karabakh proclamou a sua independência em 1992, anexando ainda o Distrito de Shaumyan, pertencente ao Azerbaijão<sup>317</sup>. No curso do conflito militar, que já tinha começado em 1991, o exército de Nagorno-Karabakh, fortemente apoiado pelo exército arménio, ganhou o controlo sobre mais sete distritos contíguos<sup>318</sup>, em 1993, declarando-os uma zona de segurança. Em 1994, em Biskeque, a capital do Quirguistão, foi assinado um acordo de cessar-fogo, ainda vigente, apesar de ocasionalmente se sucederem algumas trocas de tiros nas regiões fronteiriças.

---

<sup>314</sup> Sheila N. Heslin (1998), pág. 10.

<sup>315</sup> Observar Mapa 6 – A região de Nagorno-Karabakh e os distritos contíguos ocupados, na pág. III dos Anexos.

<sup>316</sup> Capital da República Socialista Soviética Autónoma de Nagorno-Karabakh.

<sup>317</sup> Gennady Chufirin (2001), pág. 258.

<sup>318</sup> Observar Mapa 6 – A região de Nagorno-Karabakh e os distritos contíguos ocupados, na pág. III dos Anexos.

As posições dos estados vizinhos a este conflito podem ser, genericamente, agrupadas quanto à sua neutralidade<sup>319</sup>. Contudo, como consequência da não resolução do conflito e da formação de blocos regionais, devido à convergência de alguns interesses<sup>320</sup>, existem no presente dois eixos<sup>321</sup>, sobrando ainda os países estritamente neutrais, como o Cazaquistão e o Turquemenistão. Tendo oficialmente declarado a sua neutralidade respeitante ao conflito, os interesses regionais de Ancara pendem a favor de Bacu. Como poderemos analisar adiante, o seu objectivo de se afirmar como potência regional inclui o acesso aos recursos regionais e a existência de linhas de comunicação, a fim de se realizar como centro estratégico e energético entre o Oeste e o Este. Considerando esse ponto, o Azerbaijão apresenta-se mais atractivo do que a Arménia, que não é país produtor de hidrocarbonetos, nem tão pouco é vital como país-trânsito. Após o início das hostilidades, a Turquia cortou as suas relações diplomáticas com Yerevan e fechou as suas fronteiras terrestres. De facto, apesar de terem sido tomadas diversas iniciativas para o restabelecimento das relações diplomáticas, a execução destas depende do desenvolvimento do conflito de Nagorno.

Discutidos adiante, os interesses de Moscovo quanto a esta região espelham-se também neste conflito. A sua política externa procura sobretudo afirmar a sua figura como potência regional, pela estratégia de conter ou até anular a presença das potências ocidentais, incluindo a Turquia. Visto que, desde da sua independência, Bacu tem procurado relacionar-se com o Ocidente, Moscovo tem tomado decisões de forma a contrabalançar esse eixo, incluindo o seu apoio informal a Yerevan para a resolução do conflito. Para Teerão, este conflito mostrou-se uma oportunidade de

---

<sup>319</sup> Sendo essa a posição formal de quase todos os estados circundantes.

<sup>320</sup> Sobretudo geopolíticos e geoeconómicos.

<sup>321</sup> O eixo Arménia-Rússia-Irão e o eixo Azerbaijão-Turquia-Geórgia.



desenvolver as suas relações comerciais e políticas com a Arménia, que se encontra bloqueada pelos estados vizinhos a Leste e a Oeste.

De acordo com as resoluções 822, 853, 874 e 884 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as fronteiras do Azerbaijão são invioláveis e é inadmissível o uso da força para a ocupação do território, sendo, por isso, urgente retirar as forças ocupacionais de território azerbaijano. Porém, contrário ao juízo das Nações Unidas, o Grupo de Minsk<sup>322</sup>, mandatado pela OSCE para mediar a resolução do confronto, votou contra a resolução que protegia os interesses de Bacu. Por esta forma, surgiu um impasse para a resolução do conflito, que persiste inalterado. Durante os sucessivos encontros do Grupo de Minsk, algumas cedências de ambos os lados são discutidas, mas como Amanda Paul<sup>323</sup> refere, a falta de envolvimento de blocos internacionais, como a UE e os EUA, aliada à permanência de uma retórica negativa e agressiva por ambas as partes, contribuiu para a manutenção do *status quo*.

Considerando a estreita relação que as regiões do Cáucaso Norte e Cáspio têm com as suas reservas energéticas, é natural que qualquer tipo de conflito incida sobre determinados assuntos energéticos. Este caso não foi excepção. O deterioramento das relações entre Bacu e Yerevan, resultante da questão de Nagorno-Karabakh, provocou um desvio da rota inicial que pressupunha passar por território arménio, dado o factor de rentabilidade geoeconómica<sup>324</sup> relativa aos gasodutos com direcção aos mercados ocidentais. Heydar Aliyev, o então Presidente do Azerbaijão, decidiu que o corredor contornaria a Arménia, passando pela Geórgia<sup>325</sup>. Tal opção veio a ser acordada entre o referido presidente e os homólogos da Geórgia, da

---

<sup>322</sup> Presidido pela França, Rússia e EUA, incluindo a participação da Bielorrússia, Alemanha, Itália, Portugal, Holanda, Suécia, Finlândia, Turquia, Arménia e Azerbaijão.

<sup>323</sup> Amanda Paul (2011a).

<sup>324</sup> Observar Mapa 7 – Principais *pipelines* nas regiões do Cáspio e do Cáucaso, até 1995, na pág. IV dos Anexos.

<sup>325</sup> Kamer Kasin (2013).

Turquia, do Cazaquistão e do Turquemenistão, durante o encontro da OSCE em Istambul, em Novembro de 1999.

Dependendo do desenlace deste conflito, existem três hipóteses que provocam efeitos sobre o Corredor Meridional: a manutenção do *status quo*, a reactivação e a intensificação do conflito, ou um acordo de resolução entre as partes envolvidas. Todavia, as condições de ambos os lados têm mudado conforme se denota o diferente desenvolvimento de cada uma das partes. Apesar de o arrefecimento do conflito ter durado quase vinte anos a concretizar-se, salvo as ocasionais trocas de tiros, o contexto de ambos os países é bem diferente. Antes de mais, a exclusão do território arménio da rede de transporte de hidrocarbonetos azerbaijanos para a Europa privou-o de rendimentos substanciais, ao invés, ganhos pela Geórgia. Adicionado a este factor, acresce ainda o bloqueio económico imposto por Bacu e por Ancara, em resposta ao conflito, que tem retardado o desenvolvimento económico do país<sup>326</sup>.

Na esfera diplomática, as alterações de algumas dinâmicas também estão a afectar Yerevan. Por apoiar veemente a República de Nagorno-Karabakh, contrariando, por isso, a posição da sociedade internacional, Yerevan tem-se isolado gradualmente. Para contrariar esse efeito, a sua política externa baseia-se fortemente na criação de laços especiais em nações onde as comunidades arménias são importantes e poderão funcionar como *lobbies*, tais como a Argentina, a França, os EUA, o Canadá e a Grécia, entre outros. Embora, inicialmente, essa estratégia tenha vigorado para a protecção dos seus interesses, sobretudo no incidente no Grupo de Minsk, a crescente importância do Azerbaijão nos mercados internacionais de hidrocarbonetos, somado à aliança estratégica militar entre Bacu e a OTAN,

---

<sup>326</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 104.

fortalecida no pós 11 de Setembro, na luta contra o terrorismo<sup>327</sup>, atraiu Washington a partilhar alguns dos seus interesses.

A esfera militar também sofreu alterações nos últimos anos. Apesar da alegada entrega de armas russas no valor de 1 bilião de dólares a Yerevan, em 1994, e do apoio e cooperação militar russa contribuírem em larga medida para as forças armadas arménias<sup>328</sup>, Bacu tem disponibilidade financeira para aplicar sólidas receitas ao seu orçamento da defesa<sup>329</sup>. A respeito dessa questão, sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo, Bacu encontra vantagens militares sobre Yerevan. Embora o seu desfecho seja imprevisível, mediante o envolvimento regional e internacional no conflito, iria sempre incutir efeitos negativos no desenvolvimento do Corredor Meridional, visto que poderia reprimir futuros e existentes investimentos internacionais nos sectores de produção e transporte e, dependendo da localização dos confrontos, poderia afectar directamente o fluxo de exportações com a destruição de sectores dos gasodutos.

O último cenário permitiria a todas as partes envolvidas obter um conjunto de proveitos. A retoma das relações diplomáticas e económicas seria mutuamente beneficiante sob diversos pontos de vista e, em última análise, originaria a possível expansão territorial para a passagem do Corredor Meridional. Em suma, a continuidade do impasse desequilibra as reivindicações e o estado da Arménia, através do seu crescente isolacionismo diplomático e económico. Esta circunstância afecta o desenvolvimento do Corredor Meridional pelo condicionalismo territorial sobre a sua passagem.

---

<sup>327</sup> Amanda Paul (2011b).

<sup>328</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 104.

<sup>329</sup> Em 2010, alocou cerca de 3,12 biliões de dólares para o orçamento da defesa. Essa quantia é maior do que todo o orçamento de estado da Arménia.

### *3.2.2.2 – A Região Separatista da Ossétia do Sul*

Desde a sua independência que a Geórgia se tem deparado com movimentos secessionistas de raiz étnica, os ossetas e os abecásios. A população da Geórgia pertence maioritariamente à etnia georgiana, embora existam consideráveis minorias arménias, no Sul, minorias azerbaijanas, nos arredores de Tíblissi, ossetas, na Ossétia Central e do Sul, e abecásios, na região da Abecázia<sup>330</sup>. A região da Abecázia faz fronteira com a Rússia, no extremo Noroeste da Geórgia, o que acaba por não ter relevância para o presente subcapítulo visto a distância que a separa dos possíveis e existentes corredores para o Ocidente<sup>331</sup>. Pelo contrário, a região da Ossétia do Sul é localizada no centro norte do país, existindo um maior risco para o Corredor Meridional. A disputa territorial entre a Geórgia e a Ossétia do Sul tem alimentado confrontos militares entre os dois lados, culminando na invasão militar russa, em 2008.

Semelhante ao caso de Nagorno-Karabakh, a Ossétia do Sul era uma região autónoma pertencente à República Socialista Soviética da Geórgia, com intenções de se unir à Ossétia do Norte, situada dentro da Rússia, nos últimos anos do regime comunista. A falta de concordância de Tíblissi, para a união da Ossétia do Norte com a Ossétia do Sul, provocou uma série de eventos que, acompanhados pelo conflito em Abecázia, desencadeou um cenário de guerra civil, envolvendo, no fim, as tropas russas. O fim do confronto foi marcado pelo cessar-fogo, negociado em 1992, entre os presidentes Boris Yeltsin, da Rússia, e Eduard Shevardnadze, da Geórgia, garantindo a autonomia dos estados da Abecázia e da Ossétia do Sul<sup>332</sup>.

---

<sup>330</sup> Olga Olikier & Thomas S. Szayna (2003), pág. 152

<sup>331</sup> Observar Mapa 8 – A Abecázia e a Ossétia do Sul e a rota do BTC/SCP (negro) pelo território da Geórgia, na pág. IV dos Anexos.

<sup>332</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 112.

Quase 16 anos depois, entre avanços e recuos para a conciliação, Tíblissi lançou uma operação militar de larga escala contra a região da Ossétia do Sul, durante a noite de 7 de Agosto de 2008, em resposta aos bombardeamentos ocorridos contra aldeias georgianas periféricas a Tskhinvali<sup>333</sup>. No dia seguinte, Moscovo enviou um contingente militar e desfez o progresso militar georgiano. No dia 12 desse mês, foi assinado um novo acordo de cessar-fogo.

O estado actual mostra-se pelo reconhecimento da independência da Ossétia do Sul, por alguns países (Rússia, Nicarágua, Nauru e Venezuela) e o resto da comunidade internacional considera que esse território pertence à Geórgia, embora esteja ocupado militarmente pela Rússia. A diferença no envolvimento directo russo neste confronto contra o envolvimento indirecto em Nagorno-Karabakh deriva, segundo R. Hrair Dekmejian e Hovann H. Simonian<sup>334</sup>, da intenção de Moscovo em manter Tíblissi debaixo do seu controlo, através da fragmentação regional incentivada pelos conflitos étnicos. Desde que Eduard Shevardnadze assumiu a presidência, em 1992, que a Geórgia se tem distanciado da esfera de Moscovo, estabelecendo e aprofundando laços com os EUA, com a UE e com todas as ex-repúblicas soviéticas que se opõem ao retorno do hegemonismo regional russo<sup>335</sup>.

A reincidência de um conflito, especialmente na região da Ossétia do Sul, poderá ter implicações sobre o funcionamento do Corredor Meridional, considerando que as suas rotas se encontram a menos de 150 km em alguns pontos geográficos.

---

<sup>333</sup> Capital da Ossétia do Sul.

<sup>334</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 113.

<sup>335</sup> Destaca-se a Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Económico - GUAM, que reúne a Geórgia, a Ucrânia, o Azerbaijão e a Moldávia, com o propósito de desenvolver concertadamente a promoção dos valores democráticos, a sustentabilidade, a segurança regional e internacional e a integração europeia (GUAM (trad.)). Disponível em <http://guam-organization.org/node/240>, acedido em Julho 5, 2014).

### *3.2.2.3 – Os Curdos no Leste da Turquia*

Uma das prioridades para o chefe do governo turco, Recep Tayyip Erdogan, é estabelecer a Turquia como o maior intermediário entre as fontes energéticas orientais e os mercados europeus. Nesse sentido, Ancara tira partido da sua posição geoestratégica para transportar os recursos fósseis orientais pelo seu território, via gasodutos. Contudo, a região oriental turca é maioritariamente habitada pela maior minoria turca, os Curdos. Representando cerca de um quarto da população total turca, este grupo étnico tem sido alvo de constantes perseguições desde a fundação da República da Turquia, no dia 29 de Outubro de 1923. As sucessivas políticas de assimilação e a recusa oficial face à identidade curda, acompanhadas pelo contraste económico vivido na região em questão, impeliram diversas insurreições protagonizadas pelo movimento político separatista, o Partido Trabalhista do Curdistão, liderado por Abdullah Ocalan.

Semelhante aos casos anteriormente mencionados, com a criação do estado do Curdistão, passaria a existir um território maioritariamente povoado por elementos étnicos curdos que o contestam no plano político. Contudo, esse território encontra-se dividido por alguns estados, como o Iraque, a Síria, o Irão, a Arménia e a Turquia. Para tal, em 1978, foi fundado o Partido Trabalhista do Curdistão, como a facção política pró-separatista mais radical, recorrendo a acções militares que visassem a insurgência, praticando-as desde 1984. Diversos ataques de natureza terrorista<sup>336</sup> têm atingido as principais delegações políticas representativas do governo de Ancara, como forma de intimidação e persuasão para as reivindicações curdas, antagonizando os cessares-fogo previamente acordados<sup>337</sup>. Finalmente, após a sua prisão e captura, Abdullah Ocalan pediu o fim da luta armada, através da

---

<sup>336</sup> De facto, este grupo político é considerado terrorista pela Turquia, pelos EUA e pela UE.

<sup>337</sup> Gawdat Bahgat (2002), pág. 319.

deposição das armas, a favor de um crescente diálogo político e através da mobilização dos grupos armados para as respectivas bases no Norte do Iraque<sup>338</sup>.

Paralelamente, o governo de Ancara decidiu apoiar a autonomia financeira do Governo Regional do Curdistão (GRC) através da assinatura de um acordo que criou uma nova rota de exportação dos hidrocarbonetos<sup>339</sup> explorados pelo GRC, com ligação ao porto de Ceyhan<sup>340</sup>. Esta medida turca contribui para o cumprimento de dois objectivos de interesse nacional. Em primeiro lugar, reforça o acesso turco aos recursos fósseis da região do Curdistão, de forma independente a Bagdade, reafirmando a sua importância como *midstreamer*. Em segundo lugar, apoia a autonomia e construção de um estado cuja etnia dominante também ocupa as suas regiões mais a Leste, marcadas pelos confrontos. Dessa forma, qualquer apoio que vise o aumento de autonomia para a construção de um estado curdo poderá replicar efeitos positivos para a integridade turca. Para além disso, segundo Howri Mansurbeg, Nahro Zagros e Tyler Fisher<sup>341</sup>, quanto maior for a autonomia do Curdistão, maiores serão as garantias para a segurança energética regional, considerando que a criação do Curdistão poderá contrabalançar a presença do Estado Islâmico (EI) na região e desenvolver uma maior interligação entre os hidrocarbonetos do Norte do Iraque e os mercados ocidentais.

---

<sup>338</sup> Euronews (2013).

<sup>339</sup> Considere-se que a única rota de exportação existente para o petróleo explorado na região analisada pertence à rede estatal de Bagdade (Kirkouk-Ceyhan).

<sup>340</sup> Thrassy Marketos (2014).

<sup>341</sup> Howri Mansurbeg, Nahro Zagros & Tyler Fisher (2014).

### 3.3 – *The New Great Game*

A região do Cáspio foi considerada, por analistas, um novo Médio Oriente. Embora a realidade nos force a considerar o potencial energético da região de uma maneira mais contida, as suas reservas são desejáveis como fonte alternativa para os mercados internacionais. O potencial das suas reservas, combinado com a sua dimensão política, considerando que alguns dos seus estados têm menos de 25 anos de independência e autonomia, cativaram a atenção especial pela parte das várias potências regionais e mundiais, como pontos estratégicos para exercerem influência, atendendo ao conjunto dos seus interesses na região. Neste aspecto, a localização desta região entre a Rússia, a China, o Irão e a Turquia, somando os vários interesses de outras potências mais distantes, como os EUA, a UE, Israel, o Paquistão, entre outros, propicia uma possível competição geopolítica que poderá servir de elemento potenciador e exacerbador relativamente aos conflitos regionais já existentes.

Esta dinâmica de contenda entre os diversos actores pelos fósseis é recorrente num fenómeno conhecido por *The Great Game*<sup>342</sup>, que marcou a origem da competição internacional pelo controlo da rota da seda, entre a Grã-Bretanha, a Rússia Czarista e o Império Otomano, no século XIX. No final desse século, a disputa veio a tomar outra dimensão, quando várias companhias petrolíferas quiseram instalar-se na região, adquirindo o estatuto de *New Great Game*. Nesta data, Bacu era o epicentro da indústria petrolífera, de onde partia diariamente um fluxo de petróleo maior do que o conjunto da produção norte-americana<sup>343</sup>, exponenciando fortunas para algumas famílias, como a Nobel, da Suécia, ou a

---

<sup>342</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 90.

<sup>343</sup> Idem, pág. 117.



Rothschild, de França<sup>344</sup>.Consequentemente, toda a região em torno da capital azerbaijana floresceu e expandiu-se de forma repentina, atraindo de modo contínuo milhares de pessoas com esperança de retirar proveito, de modo directo ou indirecto, do surto económico verificado. Todavia, a ascensão de Baku rapidamente começou a decair devido à instabilidade política surgida com o colapso do Império Russo, seguida por sucessivas iniciativas revolucionárias bolcheviques, entre nas quais se encontrava Iosif Dzhughashvili, conhecido como Estaline.

Devido em parte à forte presença ocidental na região, o Azerbaijão autodeclarou-se República Democrática, estabelecendo um dos primeiros parlamentos modernos no mundo islâmico e garantindo o direito de voto às mulheres. Esse acontecimento contrapôs-se à necessidade estratégica de Lenine para incluir Baku na URSS<sup>345</sup>. Dessa forma, em 1920, os Bolcheviques tomam a capital e nacionalizam todas as indústrias circundantes, banindo todas as entidades de origem externa. Esta invasão marca o fim do *Great Game* e o início da estagnação e posterior degradação económica da região envolvente de Baku. Quando se relançou a exploração de petróleo na URSS, outra região, a Sibéria Ocidental, foi priorizada para adquirir as mais recentes inovações tecnológicas e investimentos, deixando a região de Baku tecnologicamente abandonada<sup>346</sup>.

Nos primeiros anos dos novos estados independentes do Cáspio, as grandes multinacionais energéticas, como a Chevron, a Exxon, a BP e a Shell, instalaram-se na região com esperanças de encontrar novas reservas capazes de disputar as já descobertas no Golfo Pérsico, especulando em larga escala sobre a sua dimensão. Estas companhias também se depararam com diversos constrangimentos comerciais de origem política, devido à instabilidade verificada nos primeiros anos de

---

<sup>344</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 102.

<sup>345</sup> Idem, pág. 103.

<sup>346</sup> Michael T. Klare (2008), pág. 118.

independência destes novos estados<sup>347</sup>. É nesta conjuntura que surge Heydar Aliyev, antigo secretário do Partido Comunista Azerbaijano e chefe do departamento do KGB local, que tinha sido exilado para a sua terra-natal, o enclave azerbaijano de Nakhichevan. Em 1993, na iminência de uma guerra civil no Azerbaijão, houve um golpe de estado, do qual Heydar saiu Presidente. Nos primeiros anos do seu mandato, Heydar Aliyev procurou a estabilização política e social do país, simultaneamente, atraindo o reconhecimento internacional sobre o direito soberano e o respectivo direito à integridade do seu país, usando a atracção comercial referente às suas reservas de hidrocarbonetos.

### *3.3.1 – A Reentrada do Azerbaijão nos Mercados Energéticos Internacionais*

A forte capacidade mediadora de Heydar Aliyev reiterou-se no evento que ficou conhecido pelo “Contrato do Século”. Em 1994, foi estabelecido um consórcio de companhias petrolíferas Azerbaijan International Operation Company (AIOC), que incluía a participação da SOCAR, da BP, da Amoco<sup>348</sup>, da Chevron, da Exxon Mobil, da *Türkiye Petrolleri Anonim Ortaklığı*, (TPAO), da Statoil, da Lukoil e, mais tarde, também da Itochu, entre outras com menor participação<sup>349</sup>, para a exploração conjunta de três campos de petróleo situados no sector azerbaijano *offshore* do Cáspio, o Azerbaijan, o Chirag e o Guneshli. A produção esperada serviria de novo catalisador para a indústria outrora estagnada, contribuindo largamente para o desenvolvimento económico do país e para o seu conseqüente retorno aos mercados internacionais, considerando que o destino do petróleo seria os mercados ocidentais.

---

<sup>347</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 107.

<sup>348</sup> Que se fundiu com a BP, em 1998.

<sup>349</sup> BP (2005). *Production Begins at Central Azeri in the Caspian Sea*. Disponível em <http://www.bp.com/en/global/corporate/press/press-releases/production-begins-at-central-azeri-in-the-caspian-sea2.html>, acedido em Julho 23, 2014.

Dessa forma, a canalização da produção para os mercados a Oeste assumia uma preponderância estratégica nacional. Contudo, esse foi também um dos maiores desafios para o presidente recentemente eleito.

Considerando que o seu transporte seria feito via gasoduto<sup>350</sup>, qual seria a melhor rota para a sua canalização? Existiam duas hipóteses, atendendo ao condicionalismo geográfico e geopolítico em que o Azerbaijão se encontrava. Seguiria para Norte, através do antigo sistema de *pipelines* soviético, compadecendo-se dos interesses do Kremlin em exercer influência política e económica sobre Bacu, ou encaminhar-se-ia para Oeste, passando pelo território georgiano em conflito separatista, a Ossétia do Sul, acabando no porto de Supsa, na costa do Mar Negro, onde navios-tanque fariam o seu transporte depois para o Mediterrâneo. Mediante as duas opções, existiam adversidades políticas para as partes envolvidas. Com essa percepção, Heydar Aliyev optou por construir ambos, agradando a todas as partes envolvidas e, concomitantemente, proporcionando uma maior segurança de transporte<sup>351</sup>. Assim surge, primeiramente, o *Northern Early Oil Pipeline*, interligando Bacu ao porto russo de Novorossiysk, cidade costeira no Mar Negro e, depois, o *Western Early Oil Pipeline*, interligando Bacu à cidade georgiana de Supsa, também localizada no Mar Negro.

No início do novo milénio, uma maior capacidade produtiva proveniente dos campos concessionados pela AIOC impeliu a necessidade de construção de um novo gasoduto. Considerando que a escala da extracção forçava um novo sistema de transporte, que só poderia ser realizado por um gasoduto, em certa medida, ressuscitou o dilema antecedente, embora agravado ainda por outro facto. Ambas as

---

<sup>350</sup> Devido à quantidade de barris produzida diariamente, o seu transporte ferroviário, apesar de muito usado no século anterior, limitava a capacidade exportadora, sendo por isso necessária a construção de um gasoduto que permitisse escoar a produção de forma contínua.

<sup>351</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 114.

rotas (Norte ou Oeste) tinham o mesmo destino, o Mar Negro, no qual seria preciso passar pelo Estreito do Bósforo, para culminar no Mediterrâneo. Neste estreito, encontra-se a área metropolitana de Istambul, capital da Turquia, que, na referida data, continha uma população de vários milhões de habitantes. Aliado ao facto de que este é o único ponto de passagem entre os dois mares, o trânsito marítimo existente já pressupunha um certo grau de risco de acidente marítimo, por isso, na opinião do governo de Ancara, era impossível conceder um maior fluxo marítimo comercial pelo Bósforo.

Porém, uma das alternativas existentes seria a atribuição de uma rota para Sul, para o Irão. Essa mostrou-se imediatamente inviável, pelo desagrado demonstrado pela diplomacia ocidental. Por isso, a alternativa, disputada pelos EUA, seria criar o mais longo e complexo oleoduto que partisse de Bacu, passasse pelo Sul de Tíblissi, entrasse em território turco e terminasse no porto de Ceyhan. A materialização deste projecto, conhecido por Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline (BTC), abriu um precedente histórico para o Corredor Meridional, visto que, conseqüentemente, abriu o caminho geopolítico e geoeconómico necessário para ulteriormente surgirem novos projectos de transporte, como o *South Caucasus Pipeline* (SCP), também conhecido por Baku-Tbilisi-Erzurum, que interliga directamente a produção de gás natural no campo de Shah Deniz aos mercados ocidentais.

### 3.3.2 - Os Interesses das Potências Regionais e Internacionais no Cáspio

Como referido, no âmbito das relações externas do Azerbaijão com a sociedade internacional, e no início do seu mandato, Heydar Aliyev priorizou o reconhecimento internacional relativo aos direitos de soberania e integridade do seu território. Tal estratégia visava atingir objectivos de curto-prazo, sobretudo direccionados para a mediação do conflito decorrente de Nagorno-Karabakh, mas também de médio e longo prazo. Após 50 anos de ocupação imperial russa e depois de 70 anos de ocupação soviética, a prioridade nacional passava por garantir o máximo de autonomia possível ao recente estado, de forma a resistir à influência dos poderes regionais, como a Rússia e o Irão.

Considerando os vários ciclos da história, sempre que uma grande potência numa dada região se desintegra, é natural que outras se imponham face ao vazio de poder que se instala. O fim da URSS replicou esse fenómeno na região<sup>352</sup>. Contra essa disputa, os líderes dos mais recentes países do Cáspio têm utilizado os depósitos de gás natural e petróleo encontrados no seu território como forma de atrair os capitais e o reconhecimento internacional necessário para construir uma identidade nacional suficiente para resistir a eventuais segregações regionais. Contudo, a geografia da região isola-os do acesso directo aos mercados internacionais, sendo constantemente necessário transportar as suas exportações pelos países que detêm ambições dominantes.

O ponto seguinte servirá para descrever os interesses de cada potência regional e internacional na região como elementos antagónicos ou concordantes face ao desenvolvimento do Corredor Meridional, tais como o Irão, a Rússia, a Turquia, a China e os EUA, os principais intervenientes do *New Great Game*.

---

<sup>352</sup> Gawdat Bahgat (2005), pág. 10.

### 3.3.2.1 – O Irão

A desintegração da URSS trouxe um novo cenário regional a Teerão, contendo um conjunto de oportunidades e desafios. A emergência de novos estados, libertados da dependência de Moscovo, proporcionou uma oportunidade única de reaproximação e cooperação política e económica, na base da partilha de traços culturais, tais como a religião<sup>353</sup> e a longa pertença ao Império Persa, através de um rápido reconhecimento e aproximação diplomática, na base bilateral e multilateral<sup>354</sup>. Sob a perspectiva geográfica, este país poderia facultar a interligação mais curta das exportações energéticas provenientes do Cáspio para os mercados internacionais situados no Golfo Pérsico, pelo seu território, já que o seu território se situa entre o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico e interliga a Península Arábica e o restante continente asiático.

Visto que as suas principais reservas de gás natural se localizam no Sul, na costa do Golfo Pérsico, a sua região do Norte é considerada, energeticamente, menos estratégica para Teerão, embora os maiores centros urbanos se encontrem no Norte, como Teerão, Mashhad e Karaj. Nesse ponto de vista, a política externa de energia iraniana incidente na região do Cáspio e do Cáucaso Sul determina-se na posição geoestratégica do país para estabelecer a interconexão entre as reservas do Cáspio e o seu posterior escoamento para os mercados internacionais originários no Golfo Pérsico, através de um sistema de *swap*<sup>355</sup>. Este modelo, que já é utilizado entre o Irão e o Azerbaijão para fornecer energeticamente o enclave isolado de Nakhchivan, poderá também atingir uma dimensão comercial, pressupondo a distribuição do fornecimento importado pelos centros urbanos do Norte, densamente povoados, e a

---

<sup>353</sup> Note-se que, apesar de oficialmente secular, no Azerbaijão, cerca de 80% da população é Xiita, como no Irão, onde a religião oficial é o Xiismo.

<sup>354</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 211.

<sup>355</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 36.

posterior remessa da mesma quantidade de gás ou petróleo de origem iraniana para os mercados internacionais, evitando custos de transporte acrescidos. Considerando que, geograficamente, é a mais curta, esta ligação também acarreta um conjunto de vantagens geoeconómicas e geopolíticas<sup>356</sup>, quando comparada com outras rotas.

Todavia, além de oportunidades, esse evento trouxe novos desafios e agravou alguns dos já existentes. De acordo com Siamak Namazi e Farshid Farzin<sup>357</sup>, essa nova composição de países, e as respectivas oportunidades que daí advieram, aconteceram numa altura em que a posição do Irão na sociedade internacional não lhe era favorável para materializar algumas dessas oportunidades. Independentemente da sua posição geoestratégica favorável para o escoamento dos recursos fósseis provenientes do Cáspio para os mercados internacionais, tais projectos encontraram uma forte oposição dos EUA e uma menor oposição da UE<sup>358</sup>, que lhes vetaram o caminho. Entre outros desafios que emergiram em 1992, o facto de cerca de um quarto da população iraniana ter origem étnica azerbaijana moldou a política externa iraniana na região do Cáucaso Sul, para uma dinâmica ligada à contenção e prevenção de riscos de conflito e à contenção da influência ocidental na região replicada, por exemplo, na questão da militarização ocorrida no Mar Cáspio<sup>359</sup>. Em suma, a abordagem bilateral e trilateral iraniana junto dos países mais recentes, dos quais existe uma semelhança cultural, procurou criar relações cooperativas para o mútuo desenvolvimento económico e securitário, de forma a contrabalançar o acentuado isolamento internacional do país.

---

<sup>356</sup> Entre as quais, as vantagens económicas e políticas são consequentes da curta distância e da existência de um só *mid-streamer*, traduzindo uma mediação mais simples.

<sup>357</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 221.

<sup>358</sup> Demonstradas, sobretudo, na pressão diplomática exercida sobre o governo de Baku para recusar o transporte dos seus recursos pelo Irão, sobre o trajecto do novo gasoduto proveniente dos campos ACG.

<sup>359</sup> Como explicada no subcapítulo sobre a questão jurídica do Mar Cáspio.

Relativamente à esfera económica, o Irão utiliza a sua posição geoestratégica como ponto intermediário para o transporte de gás natural e petróleo para os mercados internacionais. Tal objectivo tem sido antagonizado pela crescente existência e influência da presença ocidental na região, ainda que esta não seja consistente, mas que tem vindo a concorrer directamente com os interesses iranianos. Tal acontecimento, somado a um conjunto de outros factores, tem impellido a política externa de Teerão, para a região, para uma dinâmica de contenção de riscos existentes na região e contra a crescente influência ocidental, preferindo cooperar com regimes multilaterais que proporcionem o ambiente de concertação necessário para a promoção da segurança<sup>360</sup> e desenvolvimento económico na região, como a Organização de Cooperação Económica. Note-se ainda que, apesar das barreiras diplomáticas de foro comercial impostas pelos EUA, tem-se assistido à inclusão das empresas petrolíferas iranianas nos projectos de exploração da região, como a *National Iranian Oil Company* (NIOC), no consórcio de Shah Deniz.

### 3.3.2.2 – A Rússia

A dominação política russa e soviética nas regiões do Cáspio e do Cáucaso durou mais de 100 anos, deixando para trás um vasto legado que ainda permite à Rússia exercer alguma influência regional<sup>361</sup>. Como Daniel Yergin esclarece<sup>362</sup>, “a URSS tinha desaparecido mas os interesses russos não”. Outrora uma unidade política que integrava um aparelho económico e militar, após a sua fragmentação, diversas infra-estruturas industriais e até bases militares encontravam-se dispersas pela região. O propósito desse legado foi entendido na perspectiva das elites políticas

---

<sup>360</sup> Teerão está convencida de que o caminho para assegurar a paz e a estabilidade regional é percorrido através da cooperação regional [Gennady Chuftrin (2001), pág. 174].

<sup>361</sup> Daniel Moran & James A. Russel (2009), pág. 135.

<sup>362</sup> “*The Soviet Union has gone. But Russian interests were not.*” [Daniel Yergin (2011), pág. 94].



de Moscovo para designar toda a região como o “Exterior Próximo”. Essa linha de pensamento designa, pelo conjunto de legados estruturais e culturais obtidos pela convivência durante 100 anos, a região como parte integrante da esfera de influência russa. Visto que o Cáspio concentra abundantes reservas de hidrocarbonetos, que já lhes pertenceram, o envolvimento directo da Rússia na sua exploração e transporte também se inclui na sua linha de interesses.

De forma específica, os interesses russos na região podem dividir-se em três vertentes: a vertente militar, para promover a segurança da nação numa região considerada problemática; a vertente estratégica, para manter a influência russa na região através de meios diplomáticos e da presença militar na região; e a vertente económica, para criar um conjunto de estratégias que visassem o domínio russo sobre as actividades ligadas à exploração e transporte de energia no Cáspio. Contudo, diversos autores<sup>363</sup> distinguem duas dinâmicas na política externa russa incidente na região. A primeira, emergente nos primeiros anos do novo estado, fortemente arquitectada para prosseguir objectivos estratégicos regionais; e a segunda, emergente com a chegada ao poder de Vladimir Putin, não excluindo o cumprimento desses objectivos, continha elementos mais pragmáticos. Como Oksana Antonenko elucida<sup>364</sup>, a linha de pensamento geopolítico e estratégico dentro das elites relacionadas com a decisão sobre a política externa russa pós-soviética era marcada pelo desejo de manter os estados independentes da URSS como zona de influência exclusiva, rejeitando qualquer envolvimento externo na região. Pela limitação de recursos económicos necessários à execução das duas ambições geopolíticas, apoiaram-se sobretudo nos seus recursos militares, na sua extensa rede de informações e nas infra-estruturas remanescentes da era soviética.

---

<sup>363</sup> Como Jeffrey Mankoff (2009), Shirin Akiner (2004) e Yelena Kalyuzhnova et all. (2002), entre outros.

<sup>364</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 222.

A sucessão de conflitos separatistas de origem étnica, emergentes nas regiões do Cáspio e do Cáucaso, alertou Moscovo para a possível propagação generalizada em seu território, considerando que, apesar de russa, a sua maioria étnica também concentra uma miríade de outras minorias étnicas pelo vasto território. Essa percepção foi sedimentada pela experiência directa no conflito separatista provocado pelos tchechenos junto à sua fronteira do Cáucaso Norte. Entretanto, a capital russa conseguiu tirar partido da existência desse tipo de conflitos fora do seu território, para sedimentar a sua importância estratégica na região sob a perspectiva vizinha e internacional. O seu apoio militar indirecto aos movimentos secessionistas na Geórgia, da Abecázia e da Ossétia do Sul, permitiram-lhe penalizar a gravitação para o eixo ocidental do governo de Tíblissi, através da sua fragmentação territorial e política. O seu envolvimento na mediação do conflito entre a Arménia e o Azerbaijão, sobre a região de Nagorno-Karabakh, conferiu-lhe um estatuto superlativo no plano regional, como a única entidade regional capaz de mediar disputas internacionais, tentando conter de certa maneira o envolvimento internacional nos assuntos da região. Aliás, considerando a instalação de um vácuo de poder na região, procurou de imediato estabelecer organizações multilaterais, como a Comunidades dos Estados Independentes e a Organização do Tratado da Segurança Colectiva, que protegessem os interesses individuais e colectivos na região, na perspectiva russa<sup>365</sup>, simultaneamente contendo, de forma mais coesa, possíveis influências e externalidades ocidentais.

Naquele ambiente de pós-bipolarismo, para manter o estatuto de potência regional, além da forte capacidade diplomática, era também necessário ter um aparelho militar proporcional. Esse estatuto conferia uma série de prerrogativas, na

---

<sup>365</sup> Destaca-se a participação inactiva de todos os estados na CEI e a saída de três (Azerbaijão, Geórgia e Uzbequistão) dos fundadores até 2005.

óptica do Kremlin, sobre os depósitos de hidrocarbonetos assentes na região. Aliando os seus interesses económicos sobre esses depósitos com os estratégicos regionais assentes no princípio da exclusividade<sup>366</sup>, a Rússia procurou várias maneiras de reter o controlo sobre o comércio de petróleo e gás natural emergente nos países constituintes do “Estrangeiro Próximo”.

Com a falta de meios próprios para iniciar, paralelamente às companhias internacionais, a exploração dos seus depósitos, Moscovo optou por tirar partido do condicionalismo geográfico da região para a canalização da produção para os mercados internacionais, porque, na altura, era mais lucrativo revender os hidrocarbonetos nos mercados europeus do que investir num complexo de infra-estruturas novo. Dado que herdara a extensa rede de gasodutos soviéticos que tinha como direcção o seu próprio território, poderia utilizá-la para benefício próprio, servindo como o maior intermediário. Deste modo, Moscovo conseguiu isolar de modo directo, nos primeiros anos após a independência, as exportações de gás natural do Turquemenistão, na totalidade, e dos outros estados, na parcialidade, utilizando instrumentos políticos quando necessário para condicionar a emergência de rotas alternativas, embora tal tenha garantido resultados limitados<sup>367</sup>. Sendo o maior ou o único mercado para estes produtos, conseguia obtê-los a um preço muito abaixo relativamente ao preço a que depois vendia aos mercados internacionais<sup>368</sup>.

A rápida inserção de companhias petrolíferas ocidentais no Cáspio, atraídas pela forte especulação relativa às reservas existentes, dinamizou a região e cativou a atenção de muitas nações. Nesta realidade, Moscovo encontrava-se amplamente

---

<sup>366</sup> Em meados dos anos 90, quando perguntaram inocentemente a opinião ao ministro da energia russo sobre o desenvolvimento da indústria petrolífera, ele retorquiu, batendo com os punhos na mesa de conferência, “É o nosso petróleo” [Daniel Yergin (2011), pág. 95].

<sup>367</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 221.

<sup>368</sup> Antes de 2006, a Rússia comprava mil metros cúbicos de gás natural ao Turquemenistão a 65 dólares, vendendo-os depois aos mercados europeus por 235 dólares, obtendo elevadas margens de lucro [Michael T. Klare (2008), pág. 130].

atrasada. Em 2000, Vladimir Putin chega à presidência da Federação da Rússia. E, com ele, surge uma nova política externa regional para o Cáspio. Em linhas gerais, o novo presidente decidiu utilizar as várias ferramentas de política externa para gerar benefícios económicos para a sua nação<sup>369</sup>. Reconhecendo a importância do conceito de segurança de abastecimento, que os mercados europeus figuravam, continuou com a estratégia precedente sobre a utilização das condições geográficas para a escolha do seu território como local de trânsito.

Essa estratégia de reexportação sobre a produção atingiu uma nova escala, na negociação em 2006 com o presidente do Cazaquistão, Nazarbayev, sobre a inclusão do petróleo extraído do campo de Tengiz no Consórcio de Gasodutos do Cáspio<sup>370</sup>, detido pela Transneft, triplicando a quantidade inicialmente transportada<sup>371</sup>. Seguidamente, no mesmo ano, o presidente da Gazprom, Alexei Miller, negociou o transporte de 50 bmc anuais pelo Sistema de *Pipelines* da Ásia Central<sup>372</sup>, com o propósito de reexportação para os mercados europeus<sup>373</sup>. De uma dinâmica de interesses, sobretudo geopolíticos, que visava sobretudo a contenção da presença americana na região, o Kremlin aceitou esse facto e procurou estabelecer um compromisso construtivo com o governo norte-americano e com as companhias petrolíferas ocidentais.

Quando, em 1994, foi atribuída à Lukoil, dez por cento das quotas no consórcio internacional que explorava os campos Azerbaijan, Chirag e Guneshli,

---

<sup>369</sup>“It is vitally important to create such a system of promoting and protecting our economic interests abroad that would be capable of maximizing benefits for the Russian economy and minimizing the risks of our integration into the global market. In my opinion, the Foreign Ministry ought to show greater commitment to supporting major economic projects implemented in co-operation with foreign partners and to ensure that such projects fully match Russian national interests” – Discurso de Putin perante o collegium do Ministério dos Assuntos Externos, em Yelena Kalyuzhnova et al (2002), pág. 195-196.

<sup>370</sup>Caspian Pipeline Consortium (CPC).

<sup>371</sup>Michael T. Klare (2008), pág. 130.

<sup>372</sup>Central Asia – Center Gas Pipeline System (CAC).

<sup>373</sup>Michael T. Klare (2008), pág. 130.

como consequência do Kremlin ter suspenso a sua oposição à construção do BTC, o novo governo determinou que o envolvimento das empresas russas do sector nos consórcios internacionais para a exploração e transporte por rotas alternativas era também desejável para obter uma maior credibilidade e acesso às reservas extranacionais. Pela participação directa nessas entidades, seria também possível incorporar os interesses do estado em projectos de concorrência directa, como a participação da Lukoil no consórcio que explora o campo de gás azerbaijano de Shah Deniz. Existe ainda outro mecanismo, sublinhado na nova estratégia para a região, para diligenciar os interesses geoeconómicos governamentais: a competitividade. Observada a discrepância entre as companhias ocidentais e as respectivas companhias russas, o governo de Putin começou a preparar o desenvolvimento da indústria petrolífera russa no respectivo sector do Cáspio, com a criação da Companhia de Petróleo do Cáspio, com a participação da Lukoil, da Yukos e da Gazprom. Além da concorrência industrial para efeitos de exploração, existe ainda a concorrência directa no transporte.

Nesse âmbito, em 2007, é assinado um Memorando de Entendimento, em Roma, entre o vice-presidente da Gazprom, Alexander Medvedev, e o Director Executivo da Eni, Paolo Scaroni, para a construção de um gasoduto concorrente ao projecto europeu Nabucco, o *South Stream*. Saindo de estação de compressão de Russkaya, no Krai de Kasnodar, atravessa o Mar Negro até à costa da Bulgária, percorrendo-a até à Sérvia, onde se divide em dois sentidos. O primeiro, passa pela Hungria e pela Eslovénia, terminando no Norte de Itália e o outro, passa pela Hungria, terminando na Áustria. No entanto, existe ainda um conjunto de interconectores que partem do gasoduto principal e visam abastecer os países vizinhos, como a Croácia e a República Sérvia. No rescaldo dos incidentes ocorridos

entre a Ucrânia e a Gazprom, que forçaram interrupções no fornecimento, foi decidido construir novos gasodutos que transportassem o gás natural para os mercados europeus, embora contornando a Ucrânia e a Bielorrússia. É neste contexto que surge o *Nord Stream*. Embora estes projectos de ligação directa aumentem a segurança de abastecimento, também aumentam a dependência de uma só fonte, diminuindo a competitividade no fornecimento de gás natural aos mercados europeus.

Em suma, de uma estratégia de contenção assente em princípios maioritariamente geopolíticos, com o fim de influenciar e aglomerar os estados circundantes, a política externa russa evoluiu sob o comando político de Vladimir Putin para um sentido pragmático. A utilização das várias ferramentas disponíveis serviria o propósito de desenvolver a economia nacional. Contudo, as várias estratégias utilizadas nutrem efeitos negativos e anti-competitivos para os estados vizinhos e, em última instância, para os mercados europeus.

### 3.3.2.3 – A China

Quando a luta pela vantagem geopolítica na região do Cáspio recomeçou, nos primeiros anos da década de 90, parecia envolver duas partes: a Rússia e o Ocidente. Contudo, outro interveniente começava a seguir alguns interesses estratégicos na região: a República Popular da China. Diferentemente dos interesses da Rússia, esses interesses não passavam por exercer influência política e económica, mas centravam-se sobretudo na área da segurança e energia. O novo contexto geopolítico que surgiu após a desintegração soviética, marcado pelo surgimento de cinco novos países na sua periferia, nos quais existiam diversos grupos étnicos também existentes em seu território, alertou Pequim para um certo risco de conflito de raiz étnica susceptível de incidir, sobretudo, na região mais ocidental, Xinjiang,

onde existem fortes pretensões separatistas<sup>374</sup>. Desde a ocupação chinesa, em 1949, que esta região tem experienciado vários movimentos separatistas na base da diferença étnica e cultural bastante acentuada. Com essa apreensão, Pequim receava que as independências na Ásia Central encorajassem um maior fervor nos movimentos secessionistas<sup>375</sup> na sua região mais ocidental.

Contra esse risco, Pequim tomou a iniciativa de promover regimes de cooperação regional em assuntos relativos à protecção de fronteiras e antiterrorismo. Um caminho que acabou no estabelecimento do Shangai Cinco. Este consórcio composto pela China, pela Rússia, pelo Tadjiquistão, pelo Cazaquistão e pelo Quirguistão concertava estratégias conjuntas para o controlo de armas na região, na resolução para disputas sobre fronteiras, na luta contra o terrorismo, o separatismo étnico e o extremismo religioso, na luta contra o tráfico extensivo de droga e armas, contra a imigração ilegal e outras actividades criminais transfronteiriças<sup>376</sup>. A iniciativa e a participação activa nestas organizações aumentaram o papel de Pequim referente aos assuntos da segurança regional, abrindo caminho para poder sedimentar relações multilaterais e bilaterais sobre outras formas de cooperação com os outros estados regionais<sup>377</sup>. Entre outros tipos de cooperação, foi-lhe possível criar o ambiente de concertação política conducente à promoção da cooperação económica. No seu seguimento, em 2001, esta organização foi actualizada para um organismo regional com impacto internacional, a Organização de Cooperação de Xangai.

Além dos interesses securitários, a partir de 1993, quando a China passou de país exportador de petróleo para país importador, somaram-se outro tipo de

---

<sup>374</sup> Esta região é densamente povoada por povos de origem étnica turcomana, tais como, os oguzes, os usbeques, os cazaques, os quirguizes e os uígures, sendo conhecida por Turquestão Oriental [BBC (2014

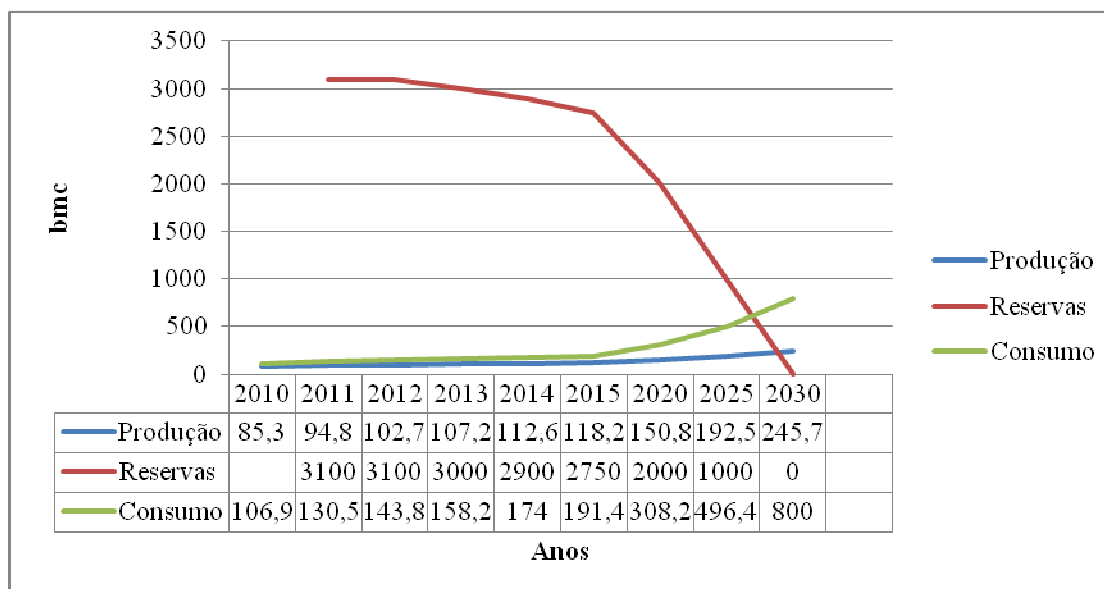
<sup>375</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 116.

<sup>376</sup> Gennady Chufrin (2001), pág. 334.

<sup>377</sup> Idem, pág. 334-335.

interesses na região do Cáspio, tais como, os energéticos. Como podemos observar no Gráfico 12, o rácio R/P chinês é muito curto, exigindo uma necessidade gradativa de maiores importações de gás natural.

**Gráfico 12 - - Rácio de Reservas para a Produção e Consumo de Gás Natural na China (2010-2030)**



Fonte: Dados obtidos em British Petroleum (2013), pág. 20 e 22.

Desde então que as elites políticas chinesas têm focado os depósitos do Cáspio, procurando interligá-los com os seus mercados, através de longos sistemas de gasodutos. De facto, desde a chegada de Hu Jintao à presidência, esse propósito de interligação foi tomado como prioridade governamental e Hu Jintao assumiu a responsabilidade pessoal de estreitar as relações entre os países constituintes dessa região<sup>378</sup>. Antes de mais, esta estratégia serve necessidades energéticas a médio e a longo prazo. Como referido anteriormente, antes de 1993, a China exportava petróleo e, devido à rápida necessidade de consumo, passou a importá-lo, alcançando a posição de segundo maior consumidor em 2003<sup>379</sup>, apenas dez anos depois. Apesar

<sup>378</sup> Michael T. Klare (2008), pág. 133.

<sup>379</sup> Gawdat Bahgat (2005), pág 13.



de deter consideráveis depósitos de petróleo e gás natural, Pequim é forçada a importar grandes quantidades para garantir os níveis expectados de consumo.

Com uma população de 1.350 milhões de habitantes, e com um crescimento económico entre os 8 por cento por ano<sup>380</sup>, as necessidades de consumo energético também cresceram a um ritmo exponencial. De acordo com os dados presentes no Gráfico 12<sup>381</sup>, observa-se que o consumo chinês de gás natural tem aumentando 10% ao ano. Isso reflecte um conjunto de políticas de incentivo que o governo chinês tem implementado para reduzir a dependência do carvão, diminuindo o impacto negativo no ambiente. No plano industrial, por exemplo, pretende quadruplicar o uso de gás natural para a geração de electricidade, substituindo em larga medida o uso tradicional do carvão<sup>382</sup>. No plano residencial, têm-se registado aumentos anuais na ordem dos 25% referentes ao consumo residencial de gás natural<sup>383</sup>.

Excluindo a futura dependência chinesa das importações de gás natural, sobressaem dois motivos que, na sua perspectiva, destacam o Cáspio. O primeiro trata-se da simples geografia, visto que os estados da Ásia Central encontram-se na sua periferia, é completamente acessível desenvolver acordos e construir gasodutos que transportem os hidrocarbonetos para as regiões mais interiores<sup>384</sup>, por isso, mais isoladas dos grandes centros económicos litorais. O segundo ponto depara-se com a acessibilidade que é uma característica fundamental para o conceito de segurança energética<sup>385</sup>. O facto de o Golfo Pérsico ser um mercado extremamente competitivo, com uma forte presença naval americana, para os líderes chineses que não possuem tamanha força naval, o ambiente militar assimétrico é pouco favorável para firmar a

---

<sup>380</sup> Tomou-se por referência a taxa de crescimento sobre o PIB chinês de 2012 disponível em <http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects/data?variable=NYGDPMKTPKDZ&region=EAP>, acessido em Setembro 6, 2014.

<sup>381</sup> Consultar a pág. 8 dos Anexos.

<sup>382</sup> Higashi Nobuyuki (2009), pág. 15.

<sup>383</sup> Idem, pág 15.

<sup>384</sup> Que, neste caso, também se encontram na região mais ocidental, como a já mencionada XinJiang.

<sup>385</sup> Consultar o quarto ponto, do segundo subcapítulo do primeiro capítulo (1.2.4).

sua presença<sup>386</sup>.Consequentemente, preferem aumentar o máximo possível o transporte terreno das suas importações de combustíveis fósseis. Nessa hipótese, sobram as regiões do Cáspio e da Rússia.

Participando em consórcios internacionais para a exploração de petróleo no Cazaquistão<sup>387</sup>, o governo de Hu Jiantao tem iniciado diversas negociações para a inclusão da China National Petroleum Corporation (CNPC) na exploração de diversos campos de gás natural no Turquemenistão<sup>388</sup>, no Cazaquistão<sup>389</sup> e no Usbequistão<sup>390</sup> e, também, no seu transporte através do Turkmenistan-China Pipeline, que parte do Turquemenistão, passa pelo Usbequistão e pelo Cazaquistão e termina na fronteira chinesa de Horgos<sup>391</sup>. Por sua vez, a nova visão estratégica do governo de Xi Jinping, para a criação da sua “rota da seda”, interligando a região central chinesa de Xi’na até Veneza<sup>392</sup>, exige uma maior presença comercial e política chinesa, comprovada pelas visitas oficiais do governo de Pequim e pelos contractos de fornecimento energético que este acordou com o governo de Asgabade<sup>393</sup>.

Em suma, a política externa chinesa incidente na região do Cáspio tem crescido de forma proporcional às crescentes necessidades energéticas, pela via dos investimentos e da participação económica em regimes multilaterais e bilaterais<sup>394</sup>, em detrimento de medidas políticas, exceptuando a área dos interesses securitários,

---

<sup>386</sup> Michael T. Klare (2008), pág. 134.

<sup>387</sup> Idem, pág 135.

<sup>388</sup> Na exploração do segundo maior campo de gás natural do Turquemenistão, o Galkynysh [Marat Gurt (2009)].

<sup>389</sup> Na exploração de vários campos de gás natural, entre os quais destaca-se o Urikhtau.

<sup>390</sup> Na exploração conjunta de vários depósitos de gás natural no Mar de Aral.

<sup>391</sup> CNPC. *Flow of natural gas from Central Asia*. Disponível em <http://www.cnpc.com.cn/en/FlowofnaturalgasfromCentralAsia/FlowofnaturalgasfromCentralAsia.shtml>, acedido em Setembro 8, 2014.

<sup>392</sup> Xinhuanet. *Silkway*. Disponível em <http://www.xinhuanet.com/world/newsilkway/index.htm>, acedido em Setembro 8, 2014.

<sup>393</sup> Eldar Latypov (2014).

<sup>394</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 98-99.

onde procura desenvolver regimes de cooperação multilateral. Visto que, no presente e no futuro, a dependência chinesa sobre a importação de hidrocarbonetos vai aumentar e as condições geoeconómicas e geopolíticas que os mercados do Cáspio apresentam são ideais para a manutenção da segurança energética, o governo chinês tem procurado desenvolver a presença da sua maior companhia petrolífera, a CNPC, em vários consórcios bilaterais e multilaterais para a exploração e o transporte de hidrocarbonetos. Esta forte penetração comercial chinesa no sector energético da região em estudo poderá nutrir condicionamentos indirectos relativos ao acesso europeu posterior, sobretudo a países aos quais ainda tem dificuldades, sobretudo geográficas, a aceder, como é o caso do Turquemenistão. A forte necessidade de suprimento chinês, conjunta ao seu forte poder de investimento, poderá preencher as alternativas futuras para a expansão geográfica do Corredor Meridional, na perspectiva económica.

#### *3.3.2.4 – Os EUA*

Em termos específicos, os interesses norte-americanos na região pertenciam à dimensão geopolítica, embora alguns fossem reforçados por considerações económicas centradas na exploração e transporte dos recursos fósseis disponíveis na região. De facto, existem duas teorias opostas sobre a natureza motivacional da política externa americana<sup>395</sup>, a primeira argumenta que o pleno acesso às reservas de hidrocarbonetos projectadas moldava a visão estratégica de Washington, e a segunda defende que os depósitos energéticos eram secundários para a agenda geopolítica norte-americana, em que a prioridade consistia em apoiar a Turquia para adquirir o estatuto de potência regional, em detrimento dos respectivos interesses do Irão e da

---

<sup>395</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 239.

Rússia. A segunda é suportada por dois factos. O primeiro evidencia que o interesse estratégico do governo norte-americano permaneceu constante, quando as expectativas quantitativas sobre o total das reservas regionais provaram ser exageradas. E o segundo surge da prevalência dos interesses estratégicos políticos do governo de Washington, sobre os interesses energéticos das grandes companhias petrolíferas, relativo à estratégia para o isolamento do Irão ao acesso e ao posterior transporte das explorações vizinhas.

A sua evolução pode ser dividida em três fases. A primeira, temporalmente situada entre a desintegração soviética até às seguintes eleições presidenciais americanas em 1993, centrava-se na conciliação diplomática com a Rússia, presidida por Boris Yeltsin, abstando-se de qualquer acto que fosse entendido como contraproducente para essa evolução de relações com a Rússia. Nessa lógica, os objectivos americanos declarados passavam por apoiar a consolidação democrática, por desenvolver a capacidade para a resolução de conflitos, por promover a democratização, por fomentar a liberalização da economia e dos mercados, por desnuclearizar o Cazaquistão, por difundir os princípios internacionais relativos aos direitos humanos e por prevenir a propagação do extremismo islâmico<sup>396</sup>.

Contudo, o envolvimento do governo de Moscovo nos conflitos separatistas ocorridos na Geórgia e no Azerbaijão, conjunto do crescente *lobby* oriundo das companhias petrolíferas americanas que se situaram na região, impeliram uma mudança radical na visão estratégica americana, dando origem gradual à segunda fase. O novo governo, assumido por Bill Clinton, traçou um conjunto de objectivos com um forte pendor geopolítico, entre os quais se encontrava a contenção da Rússia, o isolamento do Irão, a protecção dos velhos e dos novos aliados (Turquia, Geórgia e

---

<sup>396</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 132

Azerbaijão), a pacificação e resolução dos conflitos no Cáucaso (Nagorno-Karabakh, Ossétia do Sul e Abecázia), o desenvolvimento dos corredores energéticos alternativos para reduzir a dependência no Golfo Pérsico e a projecção da influência americana e turca na região de forma a contrabalançar a projecção russa e, possivelmente, iraniana<sup>397</sup>.

À medida que a estratégia russa para monopolizar a rede de interligação entre a exploração e os mercados internacionais se ia materializando, a percepção do risco relacionado no sector privado e nas elites políticas norte-americanas compulsava a sua cooperação para a criação de rotas alternativas. Foi esse contexto que catalisou a doutrina política americana para a contenção da presença da Rússia na região, porque reiterou, na perspectiva americana, o firme desejo de Moscovo de exercer um controlo e influência sobre a região<sup>398</sup>. Para tal, Washington reforçou as suas relações diplomáticas bilaterais com a maioria dos novos estados independentes. Após a conclusão do Contrato do Século, em Setembro de 1994, que sedimentou a importância das rotas alternativas, Bill Clinton ordenou a criação de um organismo especial sobre a região do Cáspio, sob o comando do assistente do secretário de estado, Strobe Talbott, com a missão específica de desenvolver e negociar rotas alternativas<sup>399</sup> à opção russa e iraniana.

As relações diplomáticas entre Washington e Teerão hostilizaram-se a partir da revolução iraniana de 1979. O potencial geoestratégico do Irão para o escoamento dos produtos fósseis representa uma ameaça estratégica para os EUA. Contra isso, os sucessivos governos norte-americanos têm procurado vigorosamente isolar e enfraquecer qualquer esforço de inserção iraniana nas estruturas energéticas

---

<sup>397</sup> Idem, pág. 138.

<sup>398</sup> Gennady Chufirin (2001), pág. 138.

<sup>399</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 134.

regionais<sup>400</sup>. Para esse propósito, aplicaram um conjunto vasto de sanções económicas, entre as quais, algumas direccionadas contra as próprias companhias energéticas ocidentais para prevenir potenciais investimentos em infra-estruturas de transporte de hidrocarbonetos em território iraniano. O aprofundamento das relações diplomáticas entre Bacu e Washington, incitado pela percepção americana de que Heydar Aliyev reunia a preferência de uma coligação com os poderes ocidentais, para conter a influência russa, originou a emergência de uma coligação regional. A formação do eixo Bacu-Ancara-Washington foi de crucial importância para o governo de Heydar Aliyev, pelo conjunto de oportunidades de cooperação<sup>401</sup> e representação<sup>402</sup> em diversas áreas que surgiram no estreitamento de relações com o Ocidente.

Esta coligação também foi de extrema importância para Washington, que conseguiu de modo efectivo atrair um exportador de hidrocarbonetos disponível, com a melhor posição geoestratégica da região, para a sua esfera de influência, garantindo o seu acesso de modo mais fácil e mais seguro às reservas e sedimentando a sua posição na região. Dos vários benefícios atingidos por este estreitar de relações políticas, destaca-se a criação de uma nova rota para o transporte de hidrocarbonetos para os mercados ocidentais, Bacu-Tíblissi-Ceyhan e Bacu-Tíblissi-Erzurum, para o petróleo e gás natural, respectivamente.

Referido anteriormente, o acréscimo na capacidade de exploração dos campos de Azerbaijan, Chirag e Guneshli obrigava à necessidade de se construir um oleoduto que a canalizasse para os mercados, na qualidade de Principal Oleoduto

---

<sup>400</sup> Gawdat Bahgat (2002), pág. 315.

<sup>401</sup> Entre as existentes, destaca-se as de foro securitário e militar, com a participação do Azerbaijão no Programa de Parceria para a Paz da OTAN, em vigor a partir de 1994.

<sup>402</sup> Por exemplo, no encontro da OSCE, em Dezembro de 1994, em Budapeste, os diplomatas norte-americanos tiveram sucesso em adquirir uma posição representativa no Grupo de Minsk, adquirindo acesso directo na mediação do conflito, equilibrando um pouco a balança dos interesses azeris.

para a Exportação<sup>403</sup>. Dadas as circunstâncias já referidas, o envolvimento directo da Casa Branca no planeamento estratégico das rotas de distribuição<sup>404</sup> originou um forte *lobby* diplomático norte-americano, acompanhado das entidades georgianas, azerbaijanas e turcas, nas empresas envolvidas, para a adopção de um trajecto que excluísse o Irão, a Rússia e a Arménia, passando, por isso, em território georgiano com destino à Turquia<sup>405</sup>. O grande desafio era de natureza económica<sup>406</sup>, visto que a ligação mais lucrativa seria a Sul, incluindo o Irão, que nem precisaria da construção de um oleoduto. Para além disso, o BTC seria o oleoduto mais extenso alguma vez construído, com 1768 quilómetros e passando perto de áreas de conflito (Ossétia do Sul e Leste da Turquia)<sup>407</sup>. Apesar desse constrangimento, o esforço diplomático da administração de Clinton e da que viria a suceder, a de Bush, surtiu na concretização do projecto. O início da exploração de gás natural no campo azerbaijano de Shah Deniz deu razão para a construção de um corredor paralelo ao BTC, para o transporte de gás natural para a Turquia, embora numa conjuntura política e comercial facilitada pelo anterior.

Os eventos do 11 de Setembro de 2001 transformaram o globo sob diversos pontos de vista. Devido à proximidade geográfica do Cáspio com o novo palco de guerra, situado no Afeganistão, o foco e a presença norte-americana na região aumentou consideravelmente. O acrescento ao valor estratégico militar da região incitou Washington a reforçar laços de cooperação militar com vários estados, como o Usbequistão e o Quirguistão, onde estabeleceu bases militares de apoio. Consequentemente, a priorização da estratégia militar afectou a importância estratégica da energia, porque, quando sucedeu a invasão militar norte-americana do

---

<sup>403</sup> *Main Export Pipeline* (MEP), em inglês.

<sup>404</sup> Michael T. Klare (2008), pág. 124.

<sup>405</sup> Hrair R. Dekmejian and Hovann H. Simonian (2003), pág. 136-137.

<sup>406</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 248.

<sup>407</sup> Michael T. Klare (2008), pág. 125.

Afeganistão, Washington aliviou a postura competitiva na região num esforço de encontrar o máximo de apoio e cooperação na região para o seguimento das operações contra-terroristas<sup>408</sup>. Esse alívio americano propiciou o ambiente adequado para o surgimento de uma postura mais assertiva e agressiva da Rússia, coincidente com a nova postura estratégica desenvolvida por Putin. Aliás, quando, em 2002, no rescaldo da primeira invasão, os EUA se começavam a preparar para invadir o Iraque, entre várias nações, a Rússia começou a contestar os interesses americanos na estabilização da região, defendendo que estes apenas seguiam o caminho dos próprios interesses energéticos<sup>409</sup>. Nessa conjuntura, a Rússia e a China iniciaram uma penetração nos mercados regionais mais ofensiva. A percepção dessa atitude por Washington lançou o seu *lobby* junto dos governos locais e das empresas multinacionais relacionadas para a construção de um maior número de rotas este-oeste alternativas, como o oleoduto BTC, o gasoduto SCP e o gasoduto *Trans-Caspian Pipeline*.

A terceira e presente fase sobre a evolução da política externa norte-americana na região em estudo pouco se diferencia dos últimos momentos da anterior. O que as distingue, realmente, é a participação activa de um novo actor, a UE, com interesses energéticos e políticos semelhantes. A criação desse eixo afectou a presença diplomática americana na região, que, simultaneamente, começou a concentrar-se nas regiões do Pacífico. O alinhamento dos interesses energéticos, especificamente semelhantes quanto à estratégia de diversificação para o aumento da segurança energética, deu lugar a uma maior cooperação nesse sentido nesta região.

---

<sup>408</sup>É nesta altura que a administração Bush concorda com a participação da Chevron na construção do Consórcio de Oleodutos do Cáspio, que transporta o petróleo explorado no campo de Tengiz para o porto russo de Novorossiysk.

<sup>409</sup>Michael T. Klare (2008), pág. 127.



Como discutido nos capítulos anteriores, a interrupção do fornecimento de gás natural sentida na Europa Central, na origem dos eventos de 2006 na Ucrânia, realçou as instituições europeias para a necessidade de uma maior diversificação além do habitual portefólio de fornecedores. Na cimeira euro-americana de 2007, ambas as partes acordaram em aumentar a cooperação sobre os tópicos relativos à energia, como a segurança energética. Daí para o futuro, Washington tem apoiado veemente o projecto relativo à expansão do Corredor Meridional<sup>410</sup>.

Em suma, a política externa norte-americana atravessou fases distintas, considerando a evolução dos seus interesses estratégicos na região. Inicialmente, após a queda do muro de Berlim, optou por tirar partido do contexto para se aproximar de Moscovo, querendo firmar a resolução do sistema bipolar. Para esse fim, mostrou-se necessário para a administração de George H. W. Bush não antagonizar o novo regime russo, através da intromissão política na região do Cáspio. Contudo, de modo gradual, os objectivos estratégicos modificaram-se, sobretudo, perante o surgimento de conflitos regionais, nos quais Moscovo tinha envolvimento, directa e indirectamente, tentando, por isso, aumentar a sua influência na região. O governo de Clinton optou por seguir uma estratégia contrária, conseguida através da intromissão directa do governo para facilitar a integração dos vários estados produtores nos mercados internacionais, com o pretexto de lhes conceder autonomia suficiente para resistir às iniciativas estratégicas de Moscovo e, simultaneamente, desenvolvera sua presença militar e diplomática para contrabalançar o vazio de poder instalado<sup>411</sup>.

---

<sup>410</sup> Michael Ratner (2013), pág. 13.

<sup>411</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 98-99.

Por fim, a adição dos interesses energéticos da UE na região deu origem a uma coligação de interesses comuns, que reúne o Azerbaijão, a Geórgia, a Turquia, os EUA e a UE, para o desenvolvimento do Corredor Meridional.

### *3.3.2.5 – A Turquia*

Desde 1991, que a política externa turca sobre o Cáspio tem sido conduzida pela sua ligação histórico-cultural e pelos interesses económico-energéticos, ambos incidentes na região. A dissolução da URSS providenciou à Turquia uma oportunidade auspiciosa para reforçar a sua relevância regional, elevando o seu estatuto aos olhos das restantes potências regionais e internacionais, porque o vazio de poder instalado nas regiões do Cáucaso e do Cáspio seria a oportunidade ideal para implementar um política externa capaz de replicar um impacto positivo noutras regiões diplomaticamente importantes para Ancara<sup>412</sup>, como a Europa Ocidental<sup>413</sup> e o Médio Oriente. Nos primeiros anos seguintes a 1991, essa oportunidade era entendida pelo governo de Ancara, pela ligação histórico-cultural e étnica que partilhava com cinco das novas repúblicas emergentes da era soviética, o Azerbaijão, o Cazaquistão, o Turquemenistão, o Usbequistão e o Quirguistão.

Essa ligação serviria de alavanca para executar uma cooperação diplomática efectiva, tanto a nível bilateral como multilateral. Ademais, a semelhança da raiz étnica<sup>414</sup> e cultural entre estas nações constituía-se um factor determinante para a convicção política de Ancara de que estes novos países estariam aptos para adoptar o modelo económico, social e político turco<sup>415</sup>. Esse objectivo iluminaria a importância geoestratégica da Turquia, em modo figurativo, como a ponte através da qual os

---

<sup>412</sup> Hrair R. Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág 108.

<sup>413</sup> Nomeadamente, para impressionar a CEE, no seu pedido de adesão, em 1987, rejeitado em 1989.

<sup>414</sup> Os povos turquemenos.

<sup>415</sup> Hrair R. Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág 108.

costumes ocidentais se expandiriam para Leste. Com esse intuito, Ancara foi dos primeiros países a reconhecer a independência de cada um desses países, estabelecendo embaixadas e consulados nesses territórios<sup>416</sup>, com o objectivo claro de consolidar a sua soberania e autonomia face aos outros concorrentes, a Rússia e o Irão. Essa perspectiva derivava sobretudo do conceito de que os interesses russos e iranianos eram antagónicos aos interesses da Turquia e aos interesses dos próprios países recentemente instituídos<sup>417</sup>.

De acordo com Dekmejian e Simonian<sup>418</sup>, a política externa turca para a região em estudo passou por três fases ao longo da década de 90. A primeira fase pode ser descrita pela exacerbação do idealismo do Panturquismo, o qual Ancara acreditava ser a ferramenta ideal para criar uma *Commonwealth*, em que seria a protagonista na difusão do seu sistema político, social e económico para a região da Ásia Central. Todavia, a falta de conhecimento das condições locais e a subestimação da influência russa na região, adquirida ao longo de mais de cem anos de ocupação, depressa condicionaram a estratégia desenvolvida pelo governo da Turquia. A segunda fase ficou marcada por um estado de indiferença relativa, induzida pelo sucesso muito limitado da primeira e pelo facto de se ter instalado uma crise política em Ancara, resultante da saída do Partido Republicano do Povo da anterior coligação com o Partido Democrático. A última fase, originada em 1997, ficou marcada pela transformação da percepção política turca. De modo discernível, a Turquia desenvolveu uma nova estratégia política externa para a região do Cáucaso Sul, despertada pelo seu potencial geoestratégico como ponte de ligação entre a exploração de hidrocarbonetos no Cáspio e os mercados ocidentais.

---

<sup>416</sup> Gawdat Bahgat (2002), pág. 317.

<sup>417</sup> Shirin Akiner (2004), pág. 198.

<sup>418</sup> Hrair R. Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 108.

Nesse sentido, a peça central para esta nova arquitectura foi a construção do BTC, o Principal Oleoduto para a Exportação do petróleo azerbaijano pelo seu território. Esta oportunidade salientava um conjunto de benefícios económicos e geopolíticos que incluía receitas sobre o trânsito e todo o conjunto de outros benefícios económicos relacionados directa e indirectamente com a esfera local, como a criação de empregos e o crescimento económico derivado, a redução da dependência das importações provenientes do Médio Oriente e da Rússia, a consolidação do seu posicionamento geoestratégico, como ponte de interligação entre o continente europeu e a Ásia Central, e o firmamento do seu envolvimento político e económico nas regiões do Cáucaso e do Cáspio<sup>419</sup>.

Entretanto, de acordo com Ali Karaosmanoglu<sup>420</sup>, a contrapartida responsável pela priorização nacional deste projecto foi, de facto, a oportunidade de consolidar a sua função como ligação principal e indispensável entre a Europa e a região do Cáspio, que funciona em ambos os sentidos. Desde então, a Turquia tem-se esforçado em aprimorar os seus laços diplomáticos com Tíblissi, que se provou ser um notável país trânsito com interesses convergentes com os de Ancara<sup>421</sup>, Bacu e Asgabade<sup>422</sup>, para firmar a sua posição estratégica para o desenvolvimento do Corredor Meridional, visível pela concretização do BTE e do TANAP, ambos gasodutos.

Apesar do seu forte compromisso para a realização deste eixo de interesses, a Turquia tem também estabelecido acordos de trânsito com os seus competidores regionais directos, a Rússia e o Irão, com o propósito de incrementar o seu estatuto e proveito geoestratégico. Em 1997, assinou com Moscovo um contracto no valor de

---

<sup>419</sup> Idem, pág. 109.

<sup>420</sup> Gennady Chufrin (2001), pág. 157.

<sup>421</sup> Yelena Kalyuzhnova et al (2002), pág. 235.

<sup>422</sup> Com o intuito de atrair as exportações de gás natural turquemenas, via TCP.

vinte biliões de dólares para a construção do gasoduto infra-aquático, *Blue Stream*, que começou a transportar gás natural em 2001, interligando o terminal de Izobilnoye, na Rússia, com a estação de compressão de Beregovaya, na Turquia<sup>423</sup>. O gasoduto Irão-Turquia começou a sua operação em 2001, transferindo gás natural do campo de gás de South Pars para a rede de distribuição perto de Erzurum<sup>424</sup>.

Em suma, para a Turquia, que se encontrava bloqueada na região durante séculos, a desintegração da URSS abriu o caminho para a sua projecção nas regiões recentemente libertadas<sup>425</sup>, como o Cáucaso e o Cáspio. Utilizando o legado étnico e cultural comum, como ferramenta para se aproximar diplomaticamente de Bacu, de Astana, de Asgabade, de Tasquente e de Bisqueque, com o objectivo de aumentar a sua influência na região, Ancara viu os seus esforços serem limitados, sobretudo, pela influência russa que se interpôs durante a era imperialista e soviética e pela falta de convergência de interesses entre as novas nações e a Turquia. Essa limitação conjunta de uma crise política interna empurrou a política externa incidente na região para uma presença quase nula. Só em 1997 é que se assistiu a uma nova euforia diplomática turca na região, quando emergiu a possibilidade de construir o Principal Oleoduto para a Exportação do petróleo azerbaijano em território nacional. A concretização desse projecto marcou o início daquilo a que viria a ser a nova estratégia turca, a utilização da sua posição geoestratégica como ponte alternativa entre a produção de hidrocarbonetos no Cáspio e os mercados energéticos consumidores europeus, coadunando-se com o conjunto dos interesses energéticos ocidentais.

---

<sup>423</sup> Ali Tekin & Paul A. Williams (2011), pág. 151.

<sup>424</sup> Idem.

<sup>425</sup> Daniel Yergin (2011), pág. 97-98.

## 3.4 – A UE no Cáspio e o Desenvolvimento do Corredor Meridional

### 3.4.1 – Os Interesses Energéticos da UE na Região

A emergência de novos estados com o fim da era soviética, detentores de consideráveis reservas de hidrocarbonetos, suscitou o interesse operativo de diversas companhias petrolíferas. Esse interesse foi cativado pelos respectivos chefes de estado, que tinham a intenção de atrair investimento ocidental, por um conjunto de razões económicas e políticas. Desse modo, além de diversas companhias de origem norte-americana, salienta-se a forte presença da BP e da Total, sobretudo na exploração de reservas azerbaijanas e cazaques. À medida que se foram envolvendo crescentemente no sector da exploração energética desses países, estas empresas multinacionais começaram a desenvolver o interesse consequente de que a sua exportação deveria seguir destino, da forma mais competitiva possível, na direcção dos mercados ocidentais. Para tal, seria necessário criar novas rotas que se desviassem do território russo como intermediário. Considerando que o aumento de competitividade sobre o produto também é do interesse das instituições europeias, considerando que beneficia, em última instância, o consumidor final, estas começaram a apoiar, via programa TEN-E<sup>426</sup> e a envolverem-se na prática destes projectos de transporte alternativo.

Como referido anteriormente, a primeira iniciativa política europeia para o estabelecimento de rotas alternativas para o transporte da produção de gás natural, originária do Cáspio, foi o INOGATE, um programa especificamente relacionado com o transporte de petróleo e gás natural, integrante no programa TRACECA. Até

---

<sup>426</sup>O *Trans-European energy networks* consiste num programa de apoio financeiro aos projectos de gasodutos que permitam aumentar a segurança energética europeia (União Europeia. *Trans-European energy networks*. Disponível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/internal\\_energy\\_market/l27066\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/internal_energy_market/l27066_en.htm), acedido em Outubro 4, 2014).

então, o envolvimento das instituições europeias na região fora circunspecto, com resultados parcialmente visíveis relativos a programas de ajuda humanitária<sup>427</sup>. Até o interesse singular de cada estado-membro se limitava a países que eram representados pelas respectivas companhias petrolíferas, como o Reino Unido, a França e a Holanda<sup>428</sup>.

A adesão de dez novos países à UE, em 2004, todos eles localizados na região centro-leste do continente, logo mais conscientes da sua dependência face ao gás natural proveniente da Rússia, transformou substancialmente os interesses de Bruxelas no Cáspio. Desde logo, estes novos membros pressionaram a inclusão dos estados da região do Cáucaso Sul, Arménia, Geórgia e Azerbaijão, no programa da PEV. A Comissária para as Relações Externas e PEV, Benita Ferrero- Waldner, acabou por incluir somente Bacu no programa, devido à sua importância geoestratégica e à sua detenção de recursos energéticos<sup>429</sup>.

Outro marco importante para o aprofundamento das relações multilaterais entre a UE e os estados ex-soviéticos foi a Iniciativa de Bacu, na qual se acordou a necessidade de aprofundar a cooperação energética entre ambas as partes, para aumentar a segurança energética europeia, por um lado, e gradualmente liberalizar a indústria, os mercados desses outros países, por outro<sup>430</sup>. Mas, até 2006, as iniciativas para a cooperação entre estes países e a UE eram formadas através de um ambiente multilateral com resultados muito limitados para a efectivação real de projectos de interesse comum, como os oleodutos e os gasodutos.

O *Green Paper* de 2006 recomenda a dinamização da interacção entre ambas as partes, priorizando a necessidade de estabelecer um maior compromisso

---

<sup>427</sup> Richard Youngs (2009), pág. 104.

<sup>428</sup> BP, Total e Shell, respectivamente.

<sup>429</sup> Richard Youngs (2009), pág. 104.

<sup>430</sup> Idem, pág. 105.

com os países em questão, de forma bilateral<sup>431</sup>, com o objectivo de reforçar a presença dos interesses energéticos europeus na região, na altura maioritariamente disputados entre a Turquia e os EUA, como um eixo, contra os interesses de Moscovo e Pequim<sup>432</sup>. Nesse sentido, foram acordados dois importantes Memorandos de Entendimento entre a UE, o Azerbaijão e o Cazaquistão, em Novembro e Dezembro de 2006, pela ordem respectiva. O Memorando assinado entre o Presidente do Conselho Europeu, Matti Vanhanen, o Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Durão Barroso, e o Presidente da República do Azerbaijão, Ilham Aliyev, marcou o início de um novo processo de cooperação bilateral.

As duas partes encontraram diversas prioridades energéticas convergentes, tais como a diversificação de fontes e mercados para os recursos energéticos, o aprofundamento das reformas sobre os mercados energéticos, o desenvolvimento e a modernização das infra-estruturas relacionadas, a eficiência energética e o incremento da produção energética a partir de fontes renováveis. Dessa forma, resolveram aumentar a cooperação para cumprir quatro objectivos específicos na área da energia, isto é, a harmonização da legislação azerbaijana com a legislação europeia, o incremento dos sistemas de trânsito entre o Azerbaijão e a UE, a inclusão de metas ambientalmente sustentáveis nos programas energéticos azerbaijanos, e o aumento da cooperação em matéria de conhecimento técnico. Considerando o transporte da produção de gás natural azerbaijano para os mercados europeus, salienta-se o ponto 2.3, no presente documento<sup>433</sup>, que reconhece a necessidade

---

<sup>431</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2006), pág. 15.

<sup>432</sup> Como referido nos pontos 3.3.2.2 e 3.3.2.3, respectivamente.

<sup>433</sup> *“With the coming on-stream of new gas supplies from Azerbaijan’s Shah Deniz field, being developed by major oil and gas companies, gas will be exported in 2006 to Turkey and Georgia via the South Caucasus Pipeline. However, plans for further gas development for domestic needs as well*



futura de se desenvolver novas infra-estruturas, se necessário. O ponto seguinte<sup>434</sup> também é muito importante, visto que marca o interesse no envolvimento directo das instituições europeias para o planeamento estratégico de um novo corredor, o Corredor Meridional, de forma conjunta.

### 3.4.2 – O Corredor Meridional

Como presente no final do segundo capítulo, a CE publicou em 2008, em resposta ao pedido do Conselho Europeu, a Segunda Revisão Estratégica da Energia<sup>435</sup>, na qual se encontra a primeira declaração de apoio formal pela parte das instituições europeias ao desenvolvimento do Corredor Meridional de Gás Natural. Este corredor consiste num sistema de gasodutos que interligam os mercados consumidores europeus e diversos países-produtores localizados sobretudo nas regiões do Levante, do Cáucaso Sul e no Cáspio, tais como o Iraque, o Azerbaijão, o Cazaquistão, o Turquemenistão, Israel, Chipre, entre outros, passando por um conjunto de países-trânsito diferenciado, tais como a Turquia e a Geórgia, entre outros. Quando as condições políticas o permitirem, países como o Usbequistão e o Irão também poderão integrar esse núcleo de fornecedores alternativos de gás natural para a UE.

A importância estratégica deste corredor para a Europa consiste, por isso, na criação de uma quarta rota de abastecimento, alternativa às três já existentes e que, como analisado no capítulo I, comportam um conjunto variado de riscos para a segurança do abastecimento, aumentando o leque da diversificação sobre o

---

*as for exports raise the question for rehabilitation of existing, and the development of new, gas infrastructures”* [União Europeia (2006a), pág. 9].

<sup>434</sup> *“In addition, the possibility of gas being supplied from Caspian Sea basin through a new corridor for delivery to Azerbaijan and also for onward transmission to the EU, is the subject of joint studies”* [União Europeia (2006a), pág. 9].

<sup>435</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2008).

fornecimento de gás natural à UE. Todavia, o planeamento e a construção de um gasoduto parte sobretudo de decisões comerciais, de modo mais ou menos relativo, conforme o equilíbrio entre a presença<sup>436</sup> de companhias estatais e companhias privadas num dado consórcio. Como demonstrado ao longo do primeiro capítulo, as companhias petrolíferas perseguem objectivos comerciais que poderão coadunar-se com alguns princípios políticos dos países de origem, mas que, sobretudo, se encontram mais alinhados com os objectivos dos países em que operam, pelo conjunto de benefícios comerciais derivados. A operabilidade das companhias estatais interliga-se com os objectivos políticos do estado a que pertencem, dada a interferência do próprio estado na sua administração. Esta conclusão encontra-se presente de modo genérico na diferença entre as companhias privadas europeias<sup>437</sup> e as companhias estatais, encontradas sobretudo em países produtores ou países-trânsito<sup>438</sup>.

O Corredor Meridional é, por isso, um projecto político que inclui um conjunto de projectos comerciais (gasodutos), relativamente convergentes ou divergentes, conforme o caso, dos objectivos políticos. Os pontos seguintes identificarão e descreverão os principais projectos de gasodutos componentes do corredor.

#### *3.4.2.1 – OSCP*

Como exposto anteriormente, o sucesso diplomático norte-americano e turco, que permitiu a construção do oleoduto Bacu-Tíblissi-Ceyhan, suplantou o seu propósito principal, porque a dimensão estratégica que alcançou permitiu uma maior

---

<sup>436</sup> Entenda-se como presença comercial, representada pela quantidade maior ou menor de quotas no consórcio.

<sup>437</sup> Como a BP (Reino Unido), a Total (França) e a Eni (Itália), entre outras.

<sup>438</sup> Como a Gazprom (Rússia), a Socar (Azerbaijão) e a TPAO (Turquia), entre outras.

facilidade política, técnica e económica para a construção de novos projectos, todos eles integrantes do Corredor Meridional. Após o BTC ficar operacional, em 2007, um gasoduto paralelo ficaria, do mesmo modo, conhecido por SCP. Este gasoduto foi planeado para distribuir cerca de sete bmc anuais, obtidos na primeira fase de exploração de gás natural ocorrida no campo de Shah Deniz<sup>439</sup> para os mercados georgiano e turco, através de 691 quilómetros, dos quais 443 percorrem o Azerbaijão e os restantes 248, a Geórgia, acabando por se interligar com a rede de distribuição turca até Erzurum<sup>440</sup>. O consórcio responsável para a sua construção e manutenção é composto de modo semelhante pelo consórcio do Shah Deniz, ou seja, pela BP (28,8%), pela SOCAR (16,7%), pela Statoil (15,5%), pela Total (10%), pela Lukoil (10%), NIOC (10%) e pela TPAO (9%)<sup>441</sup>.

A segunda fase de exploração do Shah Deniz aumentou a respectiva produção anual para 16 bmc, sendo por isso necessário expandir este gasoduto. O *South Caucasus Pipeline Expansion* (SCPx) compreenderá os acrescentos necessários, como duas novas estações de compressão na Geórgia<sup>442</sup>, com o objectivo de aumentar a sua capacidade distribuidora de gás natural para 25 bmc anuais.

### 3.4.2.2 – O TCP

Outra importante iniciativa americana para a canalização dos hidrocarbonetos produzidos no Cáspio para os mercados ocidentais surgiu em 1999, quando duas empresas de construção norte-americanas assinaram um acordo com o

---

<sup>439</sup> A produção deste campo desde 2006 tem sido cerca de 9 bmc anuais (BP. *Shah Deniz Stage 1*. Disponível em [http://www.bp.com/en\\_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz/SDstage1.html](http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz/SDstage1.html), acedido em Outubro 8, 2014).

<sup>440</sup> BP. *South Caucasus Pipeline*. Disponível em [http://www.bp.com/en\\_az/caspian/operationsprojects/pipelines/SCP.html](http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/pipelines/SCP.html), acedido em Outubro 8, 2014.

<sup>441</sup> Vladimir Socor (2014).

<sup>442</sup> BP. *Shah Deniz Stage 2*. Disponível em [http://www.bp.com/en\\_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz/SDstage2.html](http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz/SDstage2.html), acedido em Outubro 20, 2014.

governo do Turquemenistão. Neste, Asgabade autorizou-as a prosseguir um estudo sobre a viabilidade para a construção de um gasoduto infra-aquático que interligasse directamente Turkmenbashi e Bacu<sup>443</sup>, com a capacidade anual de 30 bmc. Por esta via, o gás natural turquemeno poderia finalmente ser exportado para os mercados ocidentais, de acordo com as próprias expectativas governamentais.

Contudo, o surgimento de dois obstáculos, com origem na falta de consenso relativo ao estatuto do Mar Cáspio, veio a condicionar o desenvolvimento do projecto até ao presente. As disputas territoriais entre Bacu e Asgabade sobre a delimitação dos respectivos sectores no Mar Cáspio têm afectado as relações diplomáticas entre ambos os países, replicando negativamente sobre diversas iniciativas e potenciais formas de cooperação, entre as quais se encontra o desenvolvimento e a implantação do projecto deste gasoduto<sup>444</sup>.

Como explicado anteriormente, ambos os países adoptaram a resolução russa para a divisão sectorial do fundo do mar por linhas equidistantes, deixando todas as actividades e decisões relativas ao volume das águas superficiais para o domínio da decisão conjunta. A preservação ambiental do Mar Cáspio é um dos tópicos integrantes desse sistema de administração conjunta. Tendo em conta que o TCP consiste em uma via autónoma para a interligação do gás natural turquemeno com os mercados ocidentais, evitando a sua passagem quer por território russo, quer por território iraniano, ambas as capitais apresentaram imediatamente contra-argumentos para a sua construção. Estes centraram-se sobretudo no risco de poluição ambiental envolvido, no caso de um acidente com as infra-estruturas<sup>445</sup>.

Como tal, estes dois obstáculos condicionaram o desenvolvimento do projecto até 2006, ano em que surgiram os interesses políticos das instituições

---

<sup>443</sup> Ali Tekin & Paul A. Williams (2011), pág. 153.

<sup>444</sup> Catherine A. Fitzpatrick (2013c).

<sup>445</sup> R. Hrair Dekmejian & Hovann H. Simonian (2003), pág. 27.

européias para a construção de fontes e vias de fornecimento alternativas à Rússia, catalisados pela disputa entre este país e a Ucrânia, em Janeiro de 2009. Todavia, a aproximação europeia a Asgabade mostrou-se lenta e um pouco vaga relativamente ao que seria necessário para agilizar a execução do TCP, visto que só no dia 26 de Maio de 2008, durante a visita oficial do Comissário Europeu para a Energia, Andris Piebalgs, ao Turquemenistão, é que foi assinado um Memorando de Entendimento com o objectivo de reforçar os laços cooperativos entre ambas as entidades para a produção e transporte de energia<sup>446</sup>.

De facto, a estratégia comercial energética do Turquemenistão tem seguido uma linha de orientação constante, assente na preferência multi-vectorial, mas confinada ao seu território, não participando em projectos além das suas fronteiras<sup>447</sup>. Esta limitação condiciona à partida o próprio envolvimento turquemeniano no projecto TCP que, dada a sua natureza, precisará de um forte investimento financeiro. Além disso, existem dois grandes mercados concorrentes com uma atitude e penetração comercial e política salientemente mais agressiva face à europeia: o mercado de re-exportação russo e o mercado consumidor chinês. Em Maio de 2007, Moscovo conseguiu consolidar, através de um acordo, o compromisso turquemeniano de que a sua produção seria distribuída para a Europa via infra-estruturas russas, enfraquecendo a vontade política de Asgabade para a construção do TCP<sup>448</sup>. Também em 2007, Pequim chegou a acordo com Asgabade para o fornecimento anual de 30 bmc de gás natural, via *Turkmenistan-China Pipeline*, que tem a capacidade anual de transportar 65 bmc. Em 2013, foi novamente acordado entre as duas partes o acréscimo de mais 25 bmc anuais.

---

<sup>446</sup> União Europeia (2008), pág. 2.

<sup>447</sup> Natural Gas Europe (2013b).

<sup>448</sup> Richard Youngs (2009), pág. 102.

Somada a esta conjuntura competitiva, a segunda fase de exploração do Shah Deniz, e as decisões decorrentes relativas à escolha dos gasodutos indicados para a interligação entre o Cáspio e a Europa, afastaram novamente a possibilidade concreta de construção do projecto referido, independentemente do conjunto de iniciativas europeias no apoio à sua realização<sup>449</sup>. No entanto, segundo alguns analistas<sup>450</sup>, é possível que, quando o fluxo de gás azerbaijano começara chegar aos mercados europeus, Asgabade tome uma posição mais activa para também escoar a sua produção para a Europa.

#### 3.4.2.3 – O Nabucco e o Nabucco-West

No conjunto de todos os projectos de gasodutos planeados para a interligação dos mercados europeus com a produção de gás natural azerbaijano, o projecto Nabucco foi o mais envolvente, assumindo uma dimensão física e uma complexidade comercial e política muito grande. A sua dimensão projectada, produto do fundamento principal do projecto<sup>451</sup>, condicionou a sua execução pela sua falta de viabilidade comercial e política, culminando na negação da sua escolha como via de transporte preferida. As primeiras negociações para a concepção do projecto começaram em 2002, entre a companhia petrolífera austríaca, *Österreichische Mineralölverwaltung* (OMV), e a turca, BOTAS, que mais tarde incluíram a companhia húngara, *Magyar Olaj* (MOL), a companhia búlgara, *Bulgargaz*, e a companhia romena, *Transgaz*, para a formação da *Nabucco International Company* (NIC)<sup>452</sup>.

---

<sup>449</sup> União Europeia (2011).

<sup>450</sup> Catherine A. Fitzpatrick (2013<sup>a</sup> e 2013c).

<sup>451</sup> Uma enorme diversificação de fontes de extracção.

<sup>452</sup> Ferruh Demirmen (2011).

O envolvimento inicial destas companhias oriundas de um conjunto alargado de países figura o percurso original do gasoduto. Partindo da localidade de Ahiboz, no distrito de Ancara, na Turquia, percorreria cerca de 3900 quilómetros, pela Bulgária, pela Roménia e pela Hungria até *Baumgarten an der March*, na Áustria, com o objectivo de interconectar fontes de fornecimento de gás natural alternativas com os mercados das regiões do centro e sudeste do continente europeu, mais dependentes do abastecimento russo. A sua distribuição anual projectada para cerca de 31 bmc seria originalmente alimentada por uma via Norte, que se interligaria com o terminal do SCP na fronteira turca-georgiana, e por uma via Sul, a principal, que se interligaria com a produção iraquiana e com uma possível extensão do *Arab Gas Pipeline*, que parte do Egipto<sup>453</sup>. Nesse sentido, o projecto Nabucco original incluía uma grande diversificação de mercados abastecedores, como o egípcio, o iraquiano, o azerbaijano, o turquemenos e, possivelmente também, o cazaque.

A importância deste projecto atraiu de imediato o interesse das instituições europeias. Todavia, apesar do interesse institucional europeu neste projecto, existia uma certa reticência, sobretudo por países que privilegiavam acordos de âmbito bilateral com a Gazprom, como a Itália e a Alemanha<sup>454</sup>. Por isso, em 2003, a CE começou por conceder apoio financeiro ao procedimento dos estudos sobre a viabilidade do projecto. Quando estes estudos terminaram, firmou-se um acordo, em 2005, entre as companhias envolvidas para a criação de um novo consórcio, o *Nabucco Gas Pipeline International, Ltd*<sup>455</sup>. Apesar do indício da viabilidade política, comercial e económica do projecto, até então o envolvimento europeu parecia bloqueado pela falta de um consenso relativo ao apoio directo para a avanço do

---

<sup>453</sup> Ali Tekin (2010), pág. 155.

<sup>454</sup> Richard Youngs (2009), pág. 107.

<sup>455</sup> *Pipelines International*.

gasoduto. Tudo mudou em 2007, quando Budapeste declarou que o Nabucco seria tomado como prioridade estratégica nacional, argumentando que este serviria de modo amplo os interesses europeus de diversificação, por um lado, sem conflitar com os interesses de Moscovo<sup>456</sup>, por outro. Posteriormente, em 2007, o Nabucco foi incorporado no programa de apoio financeiro da CE, o TEN-E, quando esta instituição nomeou Jozias van Aartsen para coordenador do projecto<sup>457</sup>.

O apoio directo da Comissão para a execução deste projecto advém sobretudo da semelhança e convergência dos interesses e dos objectivos estratégicos entre ambas as partes. De acordo com a informação disponível no *website* do projecto<sup>458</sup>, os objectivos estratégicos são: a abertura de um novo corredor de fornecimento alternativo para a Europa e para os países envolvidos no projecto de fontes de gás natural muito rentáveis, o aumento da função de trânsito dos países participantes ao longo da sua rota, a contribuição para a segurança energética dos países participantes e para a Europa como um todo e para o aumento da preponderância das diversas redes de distribuição nacional respectivas década país envolvido na sua conexão à rede de gás natural europeia. De facto, parece que este conjunto de objectivos estratégicos foi, de certa maneira, redigido pela CE e não por um consórcio de companhias petrolíferas, com interesses privados, devido ao facto de que todos eles, singular ou conjuntamente, contribuem para o aumento da segurança energética europeia. Desta forma, o Nabucco apresentou-se como um projecto de transporte de gás natural com objectivos comerciais, na sua íntegra, convergentes com os objectivos políticos das instituições europeias.

---

<sup>456</sup> Richard Youngs (2009), pág. 109.

<sup>457</sup> Ali Tekin (2010), pág. 155.

<sup>458</sup> Nabucco Gas Pipeline Project. *Mission Statement / Strategic Goals*. Disponível em <http://web.archive.org/web/20100105200834/http://www.nabucco-pipeline.com/company/mission-statement-strategic-goals/index.html>, acedido em Outubro 26, 2014.



No dia 13 de Julho de 2009, os primeiros-ministros da Turquia, da Bulgária, da Roménia, da Hungria e da Áustria reuniram-se em Ancara, acompanhados pelo Presidente da CE, Durão Barroso, pelo Comissário para a Energia, Andris Piebalgs, por representantes das instituições europeias, pelo enviado especial para a energia do Cáspio, Richard Morningstar, e pelo Senador norte-americano, Richard Lugar, para a assinatura do acordo intergovernamental para o compromisso político para o apoio à execução do projecto<sup>459</sup>. Estes avanços ocorridos ao longo de sete anos evidenciam o crescente apoio político demonstrado pelos países e pelas demais instituições internacionais<sup>460</sup> envolvidas, pela UE e pelos EUA, para a concretização do projecto. Contudo, a sua materialização acabou por ser sucessivamente atrasada pela falta de fornecedores concretos que, conseqüentemente, condicionou também parte do financiamento envolvido.

Considerando que, até então, o projecto continuaria a pressupor duas linhas de abastecimento, que abrangeriam regiões relativamente distanciadas, como o Levante e o Cáspio, apenas um país se comprometeu efectivamente a fornecer gás natural a esse projecto: o Azerbaijão<sup>461</sup>. Os restantes acabariam por encontrar entraves de natureza geopolítica e geoeconómica que afectaram a garantia do elemento fundamental para a concretização do projecto, a existência de fornecimento suficiente. Atendendo a que a capacidade total de transporte do Nabucco foi planeada para 31 bmc anuais, o compromisso azerbaijano em fornecer 10 bmc anuais mostrou-se comercialmente insuficiente para prosseguir o projecto.

Como analisado no ponto anterior, a competitividade chinesa e russa encontrada no Turquemenistão, somada à inflexibilidade política de Asgabade

---

<sup>459</sup> *Turkish Press* (2013).

<sup>460</sup> Demonstrado, por exemplo, na letra de crédito no valor total de 4 biliões de euros concedida pela Corporação Financeira Internacional, pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, para apoiar a construção do Nabucco [Vladimir Socor (2014)].

<sup>461</sup> *Natural Gas Europe* (2011).

relativa à não participação em projectos além-fronteiras obstruíram a construção do TCP que, desta maneira, impossibilitou a exportação da sua produção de gás natural para os mercados ocidentais. Por sua vez, a linha de abastecimento Norte do Nabucco pressupunha a distribuição do gás natural proveniente do TCP que, na sua inexistência, reduziu o fluxo exequível relativo, somente preenchido pela exportação azerbaijana. Preliminarmente, a via Sul, que se interligaria a uma possível extensão do *Arab Gas Pipeline*, seria a principal linha de abastecimento, na qual a exportação iraquiana seria protagonista. Todavia, esta opção seria anulada pela própria conjuntura política iraquiana, imersa numa forte instabilidade política, derivada da própria fragilidade do regime volúvel, da ocupação parcial do território iraquiano pelo EI e dos interesses divergentes do GRC. O que importa salientar é que, naquela altura, ambas as partes não reconheciam o direito da outra de explorar as reservas de hidrocarbonetos encontradas nas regiões a Norte, nem de reter as contrapartidas económicas referentes à sua venda<sup>462</sup>.

Destarte, o consórcio do Nabucco e os respectivos membros abordaram ambas as partes separadamente, procurando o seu compromisso separado. De facto, como Andrea Bonzanni<sup>463</sup> indica, o ex-Primeiro-Ministro iraquiano, Nouri al-Maliki, comprometeu-se a fornecer 15 bmc anuais, na assinatura do acordo intergovernamental de Julho de 2009, em Ancara. A RWE alemã, que aderiu ao consórcio em Fevereiro de 2008, assinou um acordo de cooperação com o GRC, que incluía a venda de 20 bmc para a Turquia, que acabaria por não ser reconhecido pelas autoridades de Bagdade.

Com a falta de compromisso político e, conseqüentemente, comercial dos estados potenciais para a exportação de gás natural via Nabucco, diversos líderes

---

<sup>462</sup> Ali Tekin (2010), pág. 160.

<sup>463</sup> Andrea Bonzanni (2010).

européus consideraram, em larga medida, a abertura do projecto para a inclusão do gás iraniano, defendendo que esta seria a única alternativa para a viabilização do projecto<sup>464</sup>. Talvez essa percepção ajude a compreender parte do facto de as sanções europeias impostas ao Irão serem na prática relativamente limitadas quando comparadas com as norte-americanas e seja também uma boa razão para explicar a resistência dos diversos governos europeus a um eventual ataque militar às instalações nucleares iranianas. Na verdade, se as sanções americanas eram arquitectadas para entravar o desenvolvimento do sector energético iraniano, as sanções europeias, por sua vez, intentavam exercer pressão, mas sem deteriorar os presentes e futuros laços energéticos, entre ambas as partes<sup>465</sup>. Adicionando o Nabucco a este conjunto de interesses europeus, formou-se a opinião comum de que a UE expectava a inclusão do gás iraniano no Corredor Meridional no médio prazo<sup>466</sup>. Contudo, a sua execução antagonizaria os propósitos de Washington para isolar o Irão dos mercados energéticos ocidentais, afectando o apoio norte-americano aos demais projectos regionais<sup>467</sup>.

Como se a falta de compromissos concretos para o fornecimento de gás natural para o gasoduto não bastasse, Moscovo encarou este projecto, desde o seu concebimento, como a composição de interesses antagónicos para o prosseguimento da sua estratégia energética regional. Por isso, num conjunto de interesses renovados, o Kremlin desenvolveu duas linhas de acção com o objectivo de confinar a execução do Nabucco. A primeira, através da consolidação e extensão da sua presença comercial na extracção e transporte de hidrocarbonetos nos estados produtores. A segunda, através da construção de um projecto directamente concorrente, o *South*

---

<sup>464</sup> Jeffrey Mankoff (2009), pág. 21.

<sup>465</sup> Richard Youngs (2009), pág. 71.

<sup>466</sup> Idem.

<sup>467</sup> Jeffrey Mankoff (2009), pág. 21.

*Stream*. Como presente no ponto anterior, Moscovo visou bloquear a disponibilidade de gás natural turquemeniano para o TCP, através da assinatura de um acordo de exclusividade, no qual as infra-estruturas russas seriam as únicas responsáveis pela interligação da produção respectiva com os mercados europeus<sup>468</sup>, eliminando qualquer perspectiva de fornecimento de gás natural de Asgabade para o Nabucco. Em Março de 2008, Moscovo reforçou a intenção de tornar o Nabucco comercialmente menos apelativo para os países exportadores do Cáspio, ao estabelecer um acordo entre o Cazaquistão, o Turquemenistão e o Usbequistão estipulando que o comércio de gás natural seria feito na base do preço médio europeu, ou seja, o preço padrão do gás natural comercializado entre estes países seria idêntico ao que a Europa paga à Rússia<sup>469</sup>.

Contrariamente às tentativas diplomáticas russas para frustrar a execução do BTC, alusivo ao Nabucco, Moscovo optou por tirar partido da competitividade facilitada em larga medida pela sua influência na região. À vista disso, desenvolveu um projecto de gasoduto concorrente ao Nabucco. Com uma capacidade de distribuição anual idêntica, 30 bmc, seria construído por uma parceria entre a Gazprom e a ENI italiana, partindo do terminal Novorossiysk, pelo Mar Negro até à Bulgária, onde se iria dividir em dois sentidos. O sentido Sul, que passaria pela Grécia até à Itália, e o sentido Norte, que passaria pela Sérvia, Hungria e pela Eslovénia até à Áustria. Existem duas leituras diferentes quanto à relação entre estes dois projectos, que partem da mesma premissa. Ambos são, de facto, projectos competidores, visto que ministrarão essencialmente o mesmo gás para os mesmos mercados. A leitura económica sugere que são complementares e que o resultado se traduz num ambiente competitivo que irá diminuir o preço final do gás natural para o

---

<sup>468</sup> Richard Youngs (2009), pág. 102.

<sup>469</sup> Ali Tekin (2010), pág. 157.

consumidor. A leitura política adverte que o *South Stream* procura consolidar a presença energética russa nos mercados dos Balcãs e da Europa Central, que já lhe é altamente dependente.

Tomada em conjunto, esta série de desenvolvimentos relativos à materialização do projecto Nabucco sugere que, apesar do vasto apoio político, legal<sup>470</sup> e institucional que conseguiu reunir, houve sempre uma discrepância entre a quantidade de gás expectada e a quantidade de gás realisticamente disponível. Esta realidade originou atrasos sucessivos para a construção do projecto, inflacionando-a, e isso, conseqüentemente, afastou o interesse de algumas partes envolvidas. Por necessidade, o projecto foi adaptado para uma escala menor, conforme o surgimento de projectos concorrentes, como o *Trans-Adriatic Pipeline* (TAP), o *Interconnector Turkey-Greece-Italy* (ITGI) e, o mais determinante, o *South-East Europe Pipeline* (SEEP).

No limiar do prazo limite para a entrega das propostas de transporte relativas a cada projecto incumbido de distribuir a produção de gás natural azerbaijano ao consórcio de Shah Deniz, a BP entregou uma proposta de gasoduto desconhecido, o SEEP<sup>471</sup>. Tal como o ITGI ou o TAP, o SEEP teria a capacidade anual de transportar cerca de 10 bmc com destino a Áustria, sendo, por isso, uma rota paralela ao Nabucco. Contudo, o SEEP continha uma característica relevante que o tornava comercialmente mais atractivo, pois pressupunha a sua interligação com a antiga rede de gasodutos interna turca, prescindindo em modo comparativo de um novo gasoduto que percorresse toda a Anatólia. Cabe sublinhar que este projecto foi

---

<sup>470</sup> Sobretudo visível pela excepção concedida pela CE ao *Nabucco International Company*, relativa à “separação efectiva entre os operadores das redes de transporte e as actividades de fornecimento e produção” [Comissão das Comunidades Europeias (2007a), pág. 3.], dada a semelhança de interesses relativos à diversificação de fornecimento energético europeu.

<sup>471</sup> Consultar Mapa 9 – O projecto do Corredor Meridional antes da decisão final do Shah Deniz II (SCPx, TANAP, NW, TAP e SEEP), na pág. V dos Anexos.

proposto pela BP, que ainda é o maior accionista e operador do consórcio de Shah Deniz.

No entanto, paralelamente, enquanto o consórcio se decidia sobre o projecto mais vantajoso, houve uma série de decisões comerciais que replicaram efeitos sobre o Nabucco<sup>472</sup>. No dia 25 de Outubro de 2011, em Izmir, os presidentes da SOCAR e da BOTAS assinaram um acordo no qual a SOCAR forneceria 16 bmc anuais à Turquia, 6 dos quais seriam redistribuídos pela BOTAS para consumo nacional e os restantes 10 seriam encaminhados pela Turquia até aos mercados europeus. Posteriormente, no dia 17 de Novembro, durante o *Third Black Sea Energy and Economic Forum*, ocorrido em Istambul, o Presidente da SOCAR, Rovnag Abullayev, anunciou a implementação de um novo gasoduto com capacidade escalável, o *Trans-Anatolian Pipeline* (TANAP), que percorreria toda a região da Anatólia sob a liderança accionista da sua companhia, com o objectivo de conectar directamente o gás natural produzido pelo consórcio de Shah Deniz aos portões de entrada para o continente europeu.

O posterior reconhecimento e ratificação deste projecto pelas autoridades turcas<sup>473</sup> determinou o fim do projecto original Nabucco, impondo uma urgente adaptação à sua dimensão. Essa adequação viria a resultar num projecto menos ambicioso, o Nabucco-West. Esta nova versão consistiu apenas na parte do Nabucco assente em território da UE, com um comprimento de 1300 quilómetros, ou seja, cerca de um terço do original. Com a capacidade renovada de 10 bmc anuais, mas escalável, entendia transportar os 10 bmc de gás natural azerbaijano destinados ao território europeu, através de forma semelhante à do seu antecessor, terminando em

---

<sup>472</sup> Ferruh Demirmen (2013).

<sup>473</sup> Vladimir Socor (2014).

*Baumgarten an der March*, na Áustria<sup>474</sup>. Esta adaptação estimulou diversas entidades políticas e económicas ocidentais, sobretudo porque este era um projecto económica e geopoliticamente mais competitivo do que o seu precedente, resultante da sua nova dimensão, que pouparia custos económicos consideráveis, e, também, do facto de ter herdado o apoio político e legal europeu do seu anterior. Esta nova conjuntura competitiva em torno do NW permitiu-lhe ser um dos dois projectos finais com o intuito de distribuição do gás natural azerbaijano pela UE.

#### 3.4.2.4 – O TANAP

O TANAP, com o comprimento aproximado de 2000 quilómetros, irá percorrer a região da Anatólia, desde a fronteira Geórgia-Turquia, onde se encontra o terminal do SCP, até à fronteira Turquia-Grécia, onde se interconectará com o TAP. Inicialmente, irá distribuir cerca de 16 bmc anuais, dos quais 6 serão retidos na rede interna turca e os restantes 10 exportados para os mercados europeus, embora a sua capacidade seja escalável até 60 bmc anuais<sup>475</sup>, conforme a exportação azerbaijana vá aumentando. Como foi referido no ponto anterior, Bacu iniciou e planeou este projecto em 2011, projecto esse que, através de diversos acordos bilaterais, culminou no pacto bilateral de 2012, no qual ficou estipulado que a SOCAR deteria cerca de 80% das quotas, sobrando 15% para a BOTAS e 5% para a TPAO<sup>476</sup>.

Tendo em conta a análise do parágrafo anterior, conclui-se que, face ao Nabucco, este gasoduto foi pensado como uma iniciativa nacional, envolvendo apenas dois governos num regime bilateral. Comparativamente, o peso estratégico deste projecto e o próprio apoio da sociedade internacional para a sua concretização

---

<sup>474</sup> Consultar Mapa 9 – O projecto do Corredor Meridional antes da decisão final do Shah Deniz II (SCPx, TANAP, NW, TAP e SEEP), na pág. V dos Anexos.

<sup>475</sup> Michael J. G. Cain, Rovshan Ibrahimov e Fevzi Bilgin (2012), pág. 19.

<sup>476</sup> Vladimir Socor (2014).

são consideravelmente menores comparados com os do Nabucco mas, no entanto, foi a primeira fundação para a concretização da estratégia europeia sobre a diversificação na região, embora os motivos turcos e azerbaijanos lhes tenham sido relativamente independentes. Segundo Michael J. G. Cain, Rovshan Ibrahimov e Fevzi Bilgin<sup>477</sup>, este acontecimento revela uma importante mudança naquilo que são os padrões tradicionais das relações energéticas internacionais no século XXI: em que as políticas regionais, quando combinadas com interesses comerciais e com o desenvolvimento dos mercados locais, podem triunfar perante a competição geopolítica internacional sobre os recursos energéticos.

O principal actor deste feito foi a SOCAR, que se rege directamente pelos interesses governamentais de Bacu. Contudo, estes interesses, de acordo com os autores anteriormente referidos, assumem uma inclinação proeminentemente económica, apesar de não descurarem as condições políticas envolventes. Desde a sua independência que Bacu tem convergido ligeiramente para o modelo ocidental, com o intuito de firmar a sua autonomia face à Rússia. No entanto, tem-no feito da forma mais harmoniosa e equilibrada possível, para não dar mostras de qualquer confronto com o Kremlin. De modo específico, a sua política externa energética tem procurado atenuar os efeitos da entrada da sua produção nos mercados europeus, descrita como uma situação de competição directa com a exportação russa, aumentando a sua remessa de gás natural para Novorossyisk<sup>478</sup> e optando por projectos de diversificação mais subtis.

A razão determinante na iniciativa azerbaijana para a concepção do TANAP foi o desejo de estabelecer uma via directa entre a sua produção e os diversos mercados europeus no mais curto prazo possível. Considerando que o Nabucco ainda

---

<sup>477</sup> Michael J. G. Cain, Rovshan Ibrahimov e Fevzi Bilgin (2012), pág. 1.

<sup>478</sup> Michael J. G. Cain, Rovshan Ibrahimov e Fevzi Bilgin (2012), pág. 3.



se encontrava repleto de impasses e adiamentos, o governo de Ilham Aliyev optou por desenvolver uma linha de abastecimento reflectindo os seus interesses estratégicos, que se coadunam com os turcos, em regime bilateral, excluindo, por isso, a complexidade decorrente da inclusão de diversos interesses nacionais. Não obstante ter sido a solução encontrada para a interconexão mais breve possível<sup>479</sup>, este gasoduto cumpre objectivos de longo-prazo devido à sua capacidade física para suportar até 60 bmc anuais, que poderão ser obtidos através das novas explorações ocorridas nos campos azerbaijanos *off-shore* de gás natural, como o de Absheron, Umid e Babak.

Face ao Nabucco, este projecto é bastante mais atractivo para Ancara por duas principais razões. Em primeiro lugar, garante inicialmente o fornecimento de 6 bmc anuais, mais que o Nabucco, para o consumo turco, que tem vindo a crescer de modo diversificado. E em segundo, aumenta a presença do gás natural azerbaijano no quadro geral de fornecedores, no qual a Rússia e o Irão são protagonistas<sup>480</sup>. A operação do TANAP irá concretizar finalmente um dos seus principais objectivos geoestratégicos: ser um eixo no corredor energético alternativo para os mercados europeus. Para a Europa, a dimensão estratégica deste gasoduto, por um lado, é menor quando relacionada com a do Nabucco, pelo facto de conduzir uma menor quantidade de gás natural. Mas, por outro, devido à capacidade de escalação e ao facto de o preço do gás natural que canaliza ser baseado no mercado, foi a opção mais realística para a fundação do Corredor Meridional, contribuindo de modo efectivo para o aumento da segurança energética europeia.

---

<sup>479</sup> Estima-se que o primeiro fluxo de gás natural chegue aos mercados europeus em 2019 [Natural Gas Europe (2014a)].

<sup>480</sup> Michael J. G. Cain, Rovshan Ibrahimov e Fevzi Bilgin (2012), pág. 8.

### 3.4.2.5 – O ITGI e o TAP

O ITGI, proposto como a segunda fase de um gasoduto que une os sistemas de distribuição de gás natural turco e grego, BOTAS e DESFA<sup>481</sup>, respectivamente, foi inaugurado em 2007. O alargamento proposto que antecipava o começo da actividade para 2015, transportaria cerca de 11 bcm anuais para a Itália, após a sua ligação com um interconector com destino à Bulgária<sup>482</sup>. Devido ao facto de ser entendido como uma componente do Corredor Meridional, este gasoduto mereceu o apoio político, legal e financeiro<sup>483</sup> da CE. Apesar de se assumir como o projecto de interligação Turquia-Europa, com a inauguração prevista para mais cedo face aos respectivos concorrentes, NW e TAP, acabaria por ser rejeitado pelo consórcio Shah-Deniz na escolha da via preferida para distribuir a sua produção de gás natural para a Europa<sup>484</sup>.

O projecto para o TAP foi anunciado pelo grupo petrolífero suíço EGL<sup>485</sup> e pela norueguesa Statoil, em 2008, com o objectivo de distribuir 10 bcm anuais de gás natural proveniente da segunda fase do Shah Deniz para a Grécia e para a Itália, embora esteja capacitado para aumentar até 20 bcm anuais<sup>486</sup>. A convergência dos propósitos comerciais energéticos com os objectivos estratégicos europeus sobre a diversificação garantiu-lhe brevemente o apoio político e legal da CE. Este apoio verificou-se de duas formas: pela atribuição do regime de excepção no acesso de

---

<sup>481</sup> Devido à legislação europeia, a DEPA, a entidade nacional grega responsável pela distribuição e venda de gás natural, teve de separar a sua actividade, resultando na DEPA, designada para a venda no mercado interno, e na DESFA, operadora subsidiária para a transmissão e transporte.

<sup>482</sup> Ali Tekin e Paul W. Williams (2010), pág. 151.

<sup>483</sup> Pela sua inserção no programa de apoio TEN-E.

<sup>484</sup> Natural Gas Europe (2012).

<sup>485</sup> Que foi comprado pela Axpo Holding AG em 2012.

<sup>486</sup> Vladimir Socor (2014).

terceiros para a operação de transporte de gás natural<sup>487</sup> e pela sua integração na lista de Projectos de Interesse Comum<sup>488</sup>.

Todavia, este projecto era estrategicamente menos apelativo que o Nabucco, derivado da realidade de que o fornecimento do mercado italiano e grego já era diversificado, contrapondo com o ambiente de elevada dependência incidente nos mercados da região centro e leste da Europa que, por sua vez, beneficiaria especialmente do Nabucco. No meio de uma conjuntura de interesses vários e complexos, importa salientar o elemento comercial determinante para a sua escolha. Esse elemento resultou do peso das alterações comerciais ocorridas no consórcio do TAP, nomeadamente a entrada e a saída de companhias petrolíferas no seu consórcio, que deram origem a novas alianças de interesses que acarretaram a escolha final deste projecto.

Como referido, em 2008, o consórcio responsável pelo projecto TAP constituía-se pela Axpo e pela Statoil, ambos com 50% das quotas<sup>489</sup> que, em 2010, cederam igualmente 15% para a alemã E.ON<sup>490</sup>. Mas, em Agosto de 2012, as principais companhias que integravam o consórcio de Shah Deniz acordaram com o consórcio TAP a sua inclusão, através da aquisição de 50% das suas quotas, que viria a firmar-se em Janeiro de 2014 com a seguinte distribuição associativa: Statoil, BP e SOCAR com 20%, Fluxys com 16%, TOTAL com 10%, E.ON com 9% e a Axpo com 5%<sup>491</sup>.

A importância do acordo relativo à participação destas companhias neste projecto aumentou o compósito de interesses comerciais directamente relacionado

---

<sup>487</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2006).

<sup>488</sup> Comissão Europeia. *PCI Interactive Map*. Disponível em [http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/transparency\\_platform/map-viewer/](http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/transparency_platform/map-viewer/), acessido em Novembro 12, 2014.

<sup>489</sup> Anthea Pitt (2008).

<sup>490</sup> Aleya Begum (2010).

<sup>491</sup> Vladimir Socor (2014).

com o Shah Deniz, que suportava a escolha do TAP em vez do Nabucco, derivado da forte presença associativa das companhias Statoil, SOCAR e BP (20%), todas elas nucleares no consórcio de Shah Deniz<sup>492</sup>. Ainda assim, existia um conjunto de vantagens e desvantagens comparativas entre os dois projectos, de natureza comercial e política, que equilibraram o favoritismo para cada um dos projectos. Considerando o aspecto comercial, importa salientar que, além da composição accionista que beneficiava o TAP, outros elementos pesavam a favor do Nabucco, entre os quais, a maior procura de gás natural e a capacidade de obter um lucro maior nos mercados menos competitivos face a outros mais diversificados<sup>493</sup>. É necessário referir, contudo, a importância da ocorrência de um evento que incutiu efeitos positivos para a escolha do TAP.

Uma semana antes da decisão final do Shah Deniz II, a Sintez, uma companhia ligada à Gazprom, retirou a sua oferta sobre a privatização da DESFA, a rede nacional grega para a distribuição de gás natural, quando a CE insistiu que iria aplicar as directivas sobre a liberalização do mercado existentes no Terceiro Pacote da Energia na Grécia, com o objectivo de prevenir que a Gazprom operasse a rede de distribuição grega em monopólio<sup>494</sup>. Caso a aquisição fosse concluída, o controlo russo sobre a distribuição de gás natural na Grécia iria afectar gravemente todo o propósito estratégico do TAP, como elemento do Corredor Meridional. Ao invés, a retirada da oferta russa permitiu a aquisição da DESFA pela SOCAR, sem qualquer objecção da UE<sup>495</sup>, visto que era a única proposta restante<sup>496</sup>, fortalecendo os interesses e a operabilidade azerbaijana no mercado grego.

---

<sup>492</sup> Sabam Kardas (2013), pág. 3.

<sup>493</sup> Farid Osmanov & Elmar Baghirov (2013a).

<sup>494</sup> David Koranyi & Matthew Bryza (2013).

<sup>495</sup> Tim Boersma (2013a).

<sup>496</sup> Idem.

As vontades políticas de cada um dos principais actores também nutriram efeitos sobre a escolha. Se, pela parte das instituições europeias, o Nabucco era preferível, resultante da sua contribuição para a diversificação dos mercados mais dependentes do fornecimento russo, que já testemunharam penosos períodos de interrupção em 2006 e 2009, pela parte do Azerbaijão e da Turquia, o TAP era o mais desejado porque efectivava o desejo de Bacu para a sua ligação directa com os mercados europeus e cumpria o desejo de Ancara em firmar-se como intermediária dessa rota, conferindo-lhe maior importância geoestratégica, sem afectar em demasia as respectivas relações com a Rússia<sup>497</sup>. Além disso, diversos analistas<sup>498</sup> questionam a eficácia dos actores europeus para o desenvolvimento do projecto Nabucco como uma alternativa real para o estabelecimento de uma linha directa entre Bacu e os mercados europeus, cuja inexistência ficou provada pelos sucessivos atrasos e falta de compromisso de abastecimento. Quando Bacu e Ancara o perceberam, procuraram estabelecer soluções de forma bilateral, condicionando a preservação dos interesses estratégicos europeus, visto que estes interesses, figurados no Nabucco, sob a perspectiva destas capitais, poderiam conflitar com os seus próprios interesses relacionados com a Rússia.

De forma a analisar a falta de eficácia dos actores europeus responsáveis pela viabilização e concretização do Nabucco, estes actores devem ser divididos consoante a sua natureza, ou seja, em actores económicos e em actores políticos. Os actores económicos deste projecto são identificados como as companhias componentes do consórcio NIC: a BOTAS, a *Bulgargaz*, a *Transgaz*, a MOL e a OMV, com uma breve presença da alemã *Rheinisch-Westfälisches Elektrizitätswerk AG (RWE)*, entre Fevereiro de 2008 e Março de 2013, e com a presença final da

---

<sup>497</sup> Sabam Kardas (2013), pág. 4.

<sup>498</sup> Idem, pág. 3.

francesa GDF Suez, iniciada em Maio de 2013<sup>499</sup>, com o intuito de aumentar a credibilidade do consórcio pela inclusão de empresas reconhecidas no ramo<sup>500</sup>. Até à aquisição de 9% das quotas do NIC pela companhia francesa, a credibilidade internacional do consórcio era reduzida, dado que a operação das restantes companhias era confinada à distribuição no respectivo mercado nacional, por isso, nada semelhante à dimensão internacional do projecto Nabucco. Ainda assim, as maiores críticas são direccionadas aos actores políticos europeus. No seu largo conjunto encontram-se os países envolvidos directamente no projecto e, principalmente, as instituições europeias, uns e outras acusados de terem uma presença diplomática reduzida e falta de consenso face ao projecto.

De forma proporcional, a presença diplomática europeia na região em estudo era tão reduzida como os reduzidos interesses existentes. A Alemanha era o único país-membro com embaixadas presentes em todos os países da região da Ásia Central, enquanto a Comissão tinha apenas uma representação em Almaty. Apesar de esta instituição ter enviado delegados para as regiões da Ásia Central e Cáucaso Sul, em 2003 e 2005, respectivamente, estes falharam nos esforços para uma maior consolidação da presença europeia na região<sup>501</sup>.

Como referido anteriormente, a entrada de dez novos países na UE oriundos da região leste do continente despertou a atenção de Bruxelas para a região do Cáucaso e da Ásia Central, integrando o Azerbaijão no quadro da PEV, numa fase inicial, à qual se seguiriam diversas outras iniciativas multilaterais, como a Iniciativa de Bacu. Entretanto, convém sublinhar que um dos objectivos europeus nestas iniciativas, como a exportação da sua própria forma regulatória e funcional enquanto

---

<sup>499</sup> Reuters (2013).

<sup>500</sup> Farid Osmanov e Elmar Baghirov (2013a).

<sup>501</sup> Richard Youngs (2009), pág. 104.

mercado liberalizado para os países produtores-alvo<sup>502</sup>, pode manifestar efeitos contraditórios, podendo prejudicar a efectividade da sua presença na região<sup>503</sup>. Além deste factor, o próprio regime europeu de cooperação diplomática em ambientes multilaterais provou ter resultados práticos muito vagos e limitados com os países da região em estudo, que preferem cooperar em regimes bilaterais. Por isso, esta abordagem europeia foi entendida por alguns destes países como uma falta de interesse político europeu na região para um compromisso sério. Na opinião de vários decisores políticos, a política externa europeia de energia na região parecia derivar da mesma política europeia com a Rússia, como se fosse um subproduto<sup>504</sup>.

Neste contexto, torna-se interessante comparar o envolvimento diplomático europeu face ao americano na região. Enquanto o potencial regional para o fornecimento energético era mais importante para a Europa do que para os EUA, nota-se que o envolvimento diplomático norte-americano foi largamente superior. Enquanto os políticos norte-americanos viajavam pela Ásia Central, implementando novas iniciativas e projectos, estes políticos reiteravam a importância da região para o fornecimento alternativo de hidrocarbonetos para a Europa, representando até, por vezes, os próprios interesses europeus. Um exemplo concreto tornou-se evidente na diferença existente no apoio americano face ao europeu para a concretização do BTC, apesar de que, naquela altura, Washington reunia objectivos geopolíticos para a região mais assentes do que Bruxelas<sup>505</sup>. De facto, nesta data, enquanto a Casa

---

<sup>502</sup> Como referido no ponto 2.3.1, as dinâmicas consequentes de um mercado liberalizado beneficiam em última instância o consumidor através do regime competitivo criado. Contudo, a segurança energética para os produtores que fornecem via *pipeline* determina-se pela procura constante, algo que poderá ser condicionado num ambiente liberalizado, onde existe uma maior competição. Acresce que a totalidade dos países produtores de hidrocarbonetos do Cáspio e Ásia Central são governados por regimes autoritários que, na sua essência política, rejeitam qualquer forma de liberalismo, principalmente, no sector económico que os sustenta.

<sup>503</sup> Richard Youngs (2007), pág. 15.

<sup>504</sup> Richard Youngs (2009), pág. 105.

<sup>505</sup> Relembre-se a transformação que a política externa americana para a região sofreu com a administração de Bill Clinton, explicada anteriormente.

Branca tentava circunscrever a influência do Kremlin na região e tentava promover a sua autonomia, Bruxelas parecia querer negociar em conjunto com o Kremlin o seu acesso à energia da Ásia Central.

Considerando o início das relações bilaterais da UE com o Azerbaijão marcado, em 2006, na assinatura do Memorando de Entendimento pelo Presidente da CE, Durão Barroso, pelo Presidente do Conselho Europeu, Matti Vanhanen, e pelo Presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, só em 2011 é que um alto representante das instituições europeias, neste caso, o mesmo Presidente da CE acompanhado do Comissário para a Energia, Günther Oettinger, visitou oficialmente Baku para a assinatura da Declaração Conjunta sobre a Entrega de Gás Natural à Europa<sup>506</sup>. Ainda que o processo de aproximação diplomática em regime bilateral se tenha iniciado, como se pode verificar, a interacção posterior foi reduzida, quando comparada com a americana antes da decisão sobre a rota do BTC. Consequentemente, a presença e a influência europeia política em todo o processo de decisão foi quase inexistente.

De acordo com Ali Tekin e Paul A. Williams<sup>507</sup>, a política externa europeia da energia tem cedido demasiado espaço aos seus estados-membros e às companhias petrolíferas europeias para prosseguirem com as suas próprias estratégias, o que prejudica a imagem da UE enquanto actor global de política energética. A falta de coesão e uniformidade estratégica para a tomada de uma direcção política é determinada pela fragmentação registada fruto da incompatibilidade dos diversos interesses de cada estado-membro. Apesar de ser uma condição que afecta o desenvolvimento de qualquer política externa energética europeia, analisa-se, neste trabalho, a fragmentação existente respeitante à materialização do Corredor Meridional.

---

<sup>506</sup> Serviço Europeu para a Acção Externa (2011).

<sup>507</sup> Ali Tekin e Paul A. Williams (2010), pág. 63.



As opiniões dividem-se sobretudo conforme a própria localização de cada estado que, neste caso em particular, se pode traduzir conforme a proximidade geográfica e o tipo de relações que este tem com a Rússia. Nessa lógica, o interesse geral dos estados-membros da UE localizados no Sul apela para que o desenvolvimento do Corredor Meridional não desvie atenções ou recursos do Norte de África. A maioria dos estados-membros da Europa Central e de Leste, mais vulneráveis à política externa energética de Moscovo, prefere fortalecer laços de cooperação energética com as fontes alternativas do Cáspio. Existem também alguns que, privilegiando a manutenção das relações bilaterais atingidas com Moscovo<sup>508</sup>, questionam a viabilidade do Corredor Meridional, como projecto concorrente ao domínio comercial russo na região, que começa também a ser disputado pela China<sup>509</sup>.

Em suma, contrariamente aos desejos estratégicos da UE, fortemente conexos à necessidade de diversificação, a concretização do Corredor Meridional desenvolveu-se a partir de projectos com características mais modestas, pela falta de envolvimento político das instituições europeias na região, que substanciaria a representação europeia nos centros regionais de decisão comercial e política. Com uma projecção com características geopolíticas ideais, o Nabucco seria uma grande conquista para a diversificação europeia relativa ao fornecimento de gás natural. Contudo, este projecto foi adiado, adaptado e acabou por não vigorar face aos interesses locais de Bacu e de Ancara, suportados pelos interesses comerciais das grandes companhias do consórcio de Shah Deniz.

---

<sup>508</sup> Como a Alemanha, por exemplo.

<sup>509</sup> Richard Youns (2009), pág. 108-109.

### *3.4.2.6 – O TAP como o Segmento Final do Corredor Meridional*

A decisão final do consórcio responsável pela exploração do campo de Shah Deniz II, no dia 28 de Junho de 2013, foi muito importante, visto que qualquer uma das opções iria dar avanço ao gasoduto que preencheria o último segmento do Corredor Meridional<sup>510</sup>. Das duas opções restantes, como se verificou, o NW teria mais valor geoestratégico devido ao facto de a sua rota passar pelos países mais dependentes do fornecimento russo, em que o TAP distribuiria uma menor quantidade a um conjunto de países já de si diversificados. Ainda assim, dada a conjuntura explicada nos pontos anteriores, o projecto trans-Adriático obteve apoio.

Antes de mais, o que importa salientar é a conclusão da abertura do Corredor Meridional, como o então Comissário Europeu para a Energia, Günther Oettinger, declarou na sua resposta dias depois da decisão tomada<sup>511</sup>. Para alguns analistas<sup>512</sup>, a decisão da escolha do TAP assenta numa perspectiva mais realista, considerando a capacidade inicial limitada de fornecimento do Shah Deniz II. Por isso, a razão da sua escolha projecta-se para o médio e longo-termo<sup>513</sup>, tratando a evolução do Corredor Meridional como uma sequência aberta a novos projectos assim que o fornecimento regional se desenvolva. Este será preenchido pela exploração de novos campos de gás azerbaijanos, esperada para 2020, e também pela adição de novos fornecedores, caso as condições geográficas e políticas o permitam, tanto quanto o Turquemenistão, o Curdistão e o Irão, entre outros. Atentando ao menor valor geoestratégico da rota do TAP, importa salientar o papel dos interconectores para colmatar esse prejuízo, visto servirem de ligação entre os gasodutos internacionais e os sistemas de distribuição nacionais das regiões mais

---

<sup>510</sup> Consultar Mapa 10 – O Corredor Meridional (SCPx, TANAP e TAP), na pág. V dos Anexos.

<sup>511</sup> Günther Oettinger em Natural Gas Europe (2013d).

<sup>512</sup> David Koranyi (2013) e David Koranyi & Matthew Bryza (2013).

<sup>513</sup> Natural Gas Europe (2013h).

fragilizadas, como referido no capítulo II. Esses interconectores, patrocinados pela UE<sup>514</sup>, terão a missão de redistribuir o gás natural de regiões com um fornecimento mais diversificado para regiões mais dependentes de um fornecedor, como a Roménia, a Bulgária, a Hungria e os Balcãs<sup>515</sup>.

### *3.5 - A Contribuição do Corredor Meridional para a Segurança Energética Europeia*

Após a criação do conceito de Corredor Meridional, em 2008<sup>516</sup>, diversos acontecimentos contribuíram para a sua concretização até à decisão tomada pelo consórcio liderado pela BP em favor da construção do TAP como o último segmento para a interligação do gás natural azerbaijano com os mercados consumidores europeus. Como já referido, a importância do Corredor Meridional advém sobretudo da sua dimensão estratégica, pelo facto de ser uma nova rota de fornecimento de gás natural proveniente da bacia do Mar Cáspio, uma região onde a Gazprom tinha intenções de continuar a controlar as exportações para os mercados europeus de forma a sustentar a sua posição monopolista face aos mercados consumidores da Europa. Agora, com o Corredor Meridional, o gás natural azerbaijano irá chegar a esses mercados de forma independente a preços determinados pelos princípios de

---

<sup>514</sup> Günther Oettinger em Natural Gas Europe (2013d).

<sup>515</sup>No âmbito geográfico da tese, importa salientar a importância do *Interconnector Greece Bulgaria* (IGB) e do *Ionian Adriatic Pipeline* (IAP) para a interligação do mercado grego e italiano que têm um fornecimento amplamente diversificado entre mercados com um fornecimento uniformizado, como a Bulgária e alguns países balcânicos (Comissão Europeia. *PCI Interactive Map*. Disponível em [http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/transparency\\_platform/map-viewer/](http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/transparency_platform/map-viewer/), acedido em Dezembro 5, 2014).

<sup>516</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2008).

procura e oferta, ao invés de inflacionados pelo comportamento monopolista da Gazprom<sup>517</sup>.

Embora seja controverso, o propósito original do Corredor Meridional pressupõe a sua interligação aos mercados produtores do Turquemenistão, do Cazaquistão, do Usbequistão, do Iraque, do Irão e da região do Levante. Por isso, este Corredor foi projectado com a capacidade de se expandir, conforme uma maior disponibilidade de gás natural venha a surgir. Essa capacidade de expansão acompanhará, de forma bastante proporcional, o futuro cenário europeu respeitante ao consumo de gás natural que assenta sobretudo em dois pontos. Em primeiro, é aceitável afirmar que a necessidade de importação de gás natural irá aumentar no futuro próximo, como concluído anteriormente, à medida que as reservas convencionais de gás natural sobretudo encontradas *off-shore* nas zonas exclusivas económicas do Reino Unido e da Holanda se forem esgotando e, assim, diminuindo a sua produção. Uma maior necessidade de importação, prevista para cerca de 80%<sup>518</sup>, significará uma maior dependência da importação de gás natural proveniente de terceiros. Em segundo, como se pôde constatar anteriormente, os três maiores fornecedores convencionais da UE comportam um conjunto de riscos diferenciado mas que, em última análise, pode afectar a segurança energética europeia relativa ao gás natural. As reservas norueguesas debatem-se crescentemente com o risco de esgotamento, obrigando ao aperfeiçoamento tecnológico, que implica maiores custos produtivos; a Primavera Árabe e a consequente instabilidade que se instalou na vasta região do Magrebe, conjuntas à própria estrutura uniforme de exportação de gás natural argelina, são factores que poderão condicionar a estabilidade e a constância do fornecimento do gás natural à UE; e, por último, a resiliência da Gazprom na

---

<sup>517</sup> David Koranyi & Matthew Bryza (2013).

<sup>518</sup> Comissão Europeia (2011c), pág. 67.

manutenção da sua posição monopolista nos mercados europeus, utilizando as suas exportações de gás natural como ferramentas geopolíticas nos mercados consumidores e nos mercados exportadores que dela dependem. Ponderando este cenário, a abertura de uma quarta rota de fornecimento, que abranja novas regiões com um enorme potencial de fornecimento, à medida que as condições geoeconómicas e geopolíticas o permitam, assume uma enorme importância estratégica para a diversificação do fornecimento de gás natural à UE. Cabe ainda lembrar que esta nova rota será incluída num mercado cada vez mais integrado e unificado que, numa nova conjuntura legal europeia mais solidária, poderá encaminhar a sua distribuição para regiões distantes da sua passagem<sup>519</sup>.

De acordo com o conceito de segurança energética aplicado e discutido ao longo do primeiro capítulo, a disponibilidade de fornecimento de gás natural que é aumentada pela diversificação não é a única premissa. Essa disponibilidade tem de ser constante. Como analisado, as entidades comerciais envolvidas na construção do maior gasoduto componente do Corredor Meridional, o TANAP, são estatais. Dessa maneira, o compromisso de transportar o gás natural proveniente do campo de Shah Deniz até ao continente europeu inclui uma forte vontade política de Ancara e Bacu. O governo de Ilham Aliyev tenciona desenvolver uma maior cooperação e comércio energético com a UE, embora respeitando o equilíbrio de interesses geopolíticos da Rússia e do Irão, tal como o governo de Recep Tayyip Erdogan se pretende afirmar como o epicentro do comércio energético entre o Cáspio e a Europa. Estes objectivos formam um compromisso político que, neste caso, se manifesta pela garantia do fornecimento sem interrupções motivadas por objectivos políticos.

---

<sup>519</sup> *“Italy is a market that is very well connected, becoming better connected to the rest of Europe. A lot of the buyers of gas from Shah Deniz are trans European – they’re not purely Italian – and have the ability to move gas around with their own portfolio of gas sales and purchases”* [BP’s Andy Lane em Drew Leifheit (2014)].

Outro elemento identificado no conceito de segurança energética remete para o ponto em que o fornecimento constante terá de ser disposto a preços suportáveis. Contudo, a diversificação de fornecimento num determinado mercado cria ou aumenta a sua competitividade, induzindo deflações sobre um determinado bem. No contexto das regiões mais dependentes de um só fornecedor, a adição de novas fontes de gás natural impulsionará a abertura dos mercados para um ambiente mais competitivo em que as companhias já instaladas terão que ajustar os seus preços e as suas estratégias para não perderem mercado. Alusivo a esta questão em particular serve bem o exemplo da Gazprom ter ajustado os seus preços aos consumidores finais na UE, semanas antes da decisão final do consórcio de Shah Deniz, atribuindo descontos no seu preço de 22% à Bulgária, 5% à Roménia, 2% à Hungria e 11% à Áustria, países em que a rota NW passava e, também, atribuindo descontos entre os 11% e os 24% aos países envolvidos na rota do TAP<sup>520</sup>.

Além destas conclusões, que substanciam de forma directa o aumento da segurança energética europeia respectiva ao seu fornecimento de gás natural, existem ramificações de teor político que certamente beneficiarão o desenvolvimento e o prolongamento deste projecto, planeando condições favoráveis para o aumento da segurança energética europeia num médio e longo prazo. De acordo com David Koranyi<sup>521</sup>, o Corredor Meridional será essencial para estabilizar a volatilidade da região do Cáucaso Sul fixando o Azerbaijão na comunidade euro-atlântica, na forma proporcional em que o oleoduto Baku-Tíblissi-Ceyhan desenvolveu as ligações azerbaijanas e georgianas com o mundo ocidental. Essa aproximação tem-se desenvolvido sobretudo na área energética, mas esta tem aberto pontes para outros tipos de cooperação, como presente na participação da Geórgia e do Azerbaijão na

---

<sup>520</sup> Gulmira Rzayeva (2013).

<sup>521</sup> David Koranyi & Matthew Bryza (2013).

Terceira Cimeira da Parceria Oriental em Vilnius, com a assinatura de diversos acordos para uma maior cooperação em diversas áreas<sup>522</sup>.

O aproximar das relações energéticas servirá para desenvolver outras formas de cooperação e desenvolverá uma maior presença europeia e americana na região. Além disso, o estreitamento das relações comerciais e políticas, entre Bruxelas e Bacu, contribuirá para a afirmação dos interesses de Bacu no âmbito regional. O conflito de Nagorno-Karabakh abalou, desde da sua independência, a integridade territorial azerbaijana, implicando efeitos sobre a sua soberania e autonomia. O facto de a disputa territorial ainda não ter sido resolvida deve-se sobretudo ao fraco envolvimento internacional. A mediação deste conflito tem sido protagonizada por Moscovo<sup>523</sup> que, como anteriormente analisado, utiliza o processo de mediação como um meio para equilibrar a autonomia de Bacu segundo os seus interesses geopolíticos. Posto isto, o desenvolvimento das relações energéticas com a UE será um móbil para aumentar a presença política europeia na região que, por sua vez, poderá replicar efeitos construtivos para a resolução do conflito<sup>524</sup>. Além de uma aproximação destas capitais à esfera ocidental, que pode ser muito importante para o seu próprio desenvolvimento e modernização, para a temática específica deste trabalho, o ponto em que uma maior cooperação entre estas partes contribuirá para o aumento da presença europeia na região assume uma grande pertinência para o desenvolvimento da segurança energética europeia, visto que uma maior presença europeia facilitará a inclusão dos seus interesses energéticos em projectos futuros.

---

<sup>522</sup> A declaração conjunta da Parceria Oriental ocorrida em Vilnius pode ser consultada em Lithuanian Presidency of the Council of European Union 2013. *Joint Declaration of the Eastern Partnership Summit, Vilnius, 28-29 November 2013*. Disponível em <http://www.eu2013.lt/en/news/statements/-joint-declaration-of-the-eastern-partnership-summit-vilnius-28-29-november-2013>, acedido em Dezembro 7, 2014).

<sup>523</sup> Alexander Kolyandr (2014).

<sup>524</sup> Natural Gas Europe (2014e).

# Conclusão

---

O primeiro capítulo permite concluir que o gás natural, enquanto fonte de energia primária, tem adquirido importância nos padrões de consumo energético europeu. Outrora considerado um subproduto da exploração de petróleo, propositadamente queimado após a sua extração, é no presente a segunda fonte energética primária mais consumida na UE, depois do petróleo. O gás natural reúne um conjunto de características que o tornam gradativamente atractivo, sobretudo num ambiente global onde se exige uma maior disponibilidade energética versátil e ambientalmente sustentável. Por consequência, espera-se que o consumo global desta energia continue a crescer. Contudo, a consensualidade encontrada nas fontes estatísticas relativas aos valores do consumo energético global não se repete quanto aos valores referentes ao consumo europeu, pelo existir de análises contraditórias. Independentemente da variação do consumo de gás natural na UE-27, o que importa salientar é a sua crescente necessidade de importação para garantir os níveis de consumo. Como já vimos a soma das reservas de gás natural encontradas nesses 27 estados-membros da UE perfazia, em 2010, cerca de 2863 bcm, enquanto o consumo desses países para o mesmo ano foi de cerca de 500 bcm. Considerando a escassez de reservas de gás natural em território europeu, prevê-se que a capacidade produtiva da UE-27 irá cair para metade até 2030, assumindo-se que nessa altura, oitenta por cento do consumo respectivo será garantido por terceiros.

Partindo do princípio de que, quanto maior for a dependência do fornecimento de terceiros, maiores serão os riscos que poderão afectar a garantia do consumo, os valores previstos prefiguram um cenário com um risco de interrupção de fornecimento elevado. Esse risco varia consoante a própria configuração



geopolítica dos fornecedores e dos países-trânsito. O conceito de segurança energética dado pelas instituições europeias é mais complexo que o tradicional, visto que acrescenta uma perspectiva temporal e ambientalmente mais sustentável à disponibilidade física constante e acessível. Como vimos e de acordo com Jonathan Stern, a natureza dos riscos relacionados com a dependência de uma fonte ou de um país-trânsito é política, ou seja, nos casos em que uma interrupção é gerada por interesses ou motivos políticos oriundos do país-trânsito ou do país-fornecedor.

A Noruega, que devido ao seu modelo político e económico, desenvolveu uma relação comercial energética simbiótica com a UE, apresenta um risco de interrupção de fornecimento com origem no esgotamento de reservas. Contudo, os outros dois maiores fornecedores de gás natural à UE reúnem conjunturas políticas, económicas e sociais que poderão determinar uma interrupção do seu fornecimento. A Argélia localiza-se numa região propensa a conflitos, devido à notória assimetria económico-social, à natureza autocrática da maioria dos regimes políticos dos estados nela incluídos, ao contexto da instabilidade social e política derivada do fenómeno da “Primavera Árabe” e à crescente expressão de diversos grupos terroristas. Apesar de estes, no passado, não terem revelado sinais de ameaça contra as infra-estruturas relacionadas com a produção e transporte energético, o ataque ao complexo de extração de gás natural em *In Amenas*, no dia 16 de Janeiro de 2013, alertou para um conjunto de riscos associado à crescente instabilidade da região. A Rússia, o maior fornecedor de gás natural à UE em 2010, utiliza o fornecimento como uma ferramenta de coacção comercial com o propósito de pressionar os países que dela são energeticamente dependentes para o cumprimento dos seus objectivos políticos. Este procedimento assume uma dimensão preocupante, atendendo ao factor em que a proximidade geográfica influencia o grau de dependência do fornecimento

russo. A essa relação acresce ainda o facto de que Moscovo pretende exercer influência na região circundante ao seu território, conhecida por Estrangeiro Próximo.

Tendo em consideração as interrupções do fornecimento russo ocorridas em 2006 e 2009, as entidades políticas nacionais e europeias reconheceram e abordaram esta conjuntura de riscos de uma forma mais previdente. Coube ao segundo capítulo identificar as estratégias seguidas pelas instituições europeias para aumentar a segurança energética relativa ao abastecimento de gás natural dos seus estados-membros. No seu conjunto, estas foram divididas consoante a dimensão em que implicam efeitos: a interna enquadra as estratégias aplicadas com impacto no funcionamento dos mercados europeus, enquanto, a externa agrupa o conjunto de planos prosseguidos envolvendo terceiros. A integração da regulamentação, dos mercados e das infra-estruturas relativas à indústria do gás natural corresponde à estratégia europeia que visa a construção de um mercado único de gás natural. Por sua vez, esta uniformização de interesses energéticos nacionais, derivada da comunhão das políticas internas neste domínio, facilitará a composição de uma política externa energética comum. Esta política é composta por três vectores estratégicos: a extensão do *acquis communautaire* europeu para a arena internacional; o diálogo com os produtores, os países-trânsito e com outros consumidores; e a diversificação.

O primeiro engloba a da extensão da regulamentação europeia, das suas políticas e do seu modelo de mercado energético interno para o exterior, com o objectivo de criar uma comunidade pan-europeia da energia. O segundo vector refere-se ao diálogo com terceiros. Neste se inserem os acordos internacionais e as

parcerias energéticas realizadas com alguns países-produtores, trânsito e consumidores, num ambiente multilateral. O último diz respeito à diversificação. Esta estratégia baseia-se no uso de instrumentos políticos, diplomáticos e financeiros para desenvolver ou criar infra-estruturas de produção e transporte de gás natural alternativas.

O último capítulo procurou justificar a importância do Corredor Meridional, enquanto projecto político europeu que visa a abertura de uma nova linha de abastecimento, interligando os seus mercados consumidores e o gás natural extraído na região do Cáspio. Apesar de se apresentar como uma solução para a necessidade de diversificação europeia, esta região está exposta a um conjunto de riscos que poderá interferir na sua interligação energética com a UE. A falta de consenso dos estados ripários relativo à questão jurídica do Mar Cáspio estimulou a criação de acordos bilaterais em que foram decididas delimitações territoriais deste corpo de água. Estas delimitações são tracejadas com o propósito de atribuir sectores nacionais a cada uma das partes, para que estas possam proceder à exploração das suas reservas *off-shore*. Contudo, esta solução não é definitiva e contribuiu para a degradação das relações diplomáticas entre os estados envolvidos. Consequentemente, deste impasse surgiu um certo clima de desconfiança que, por sua vez, contribuiu para a crescente militarização do Mar Cáspio.

Após a desintegração da URSS surgiram novos países, cujas fronteiras tinham sido traçadas durante a era soviética. Estas fronteiras foram definidas com o propósito de garantir a coesão territorial da união, ignorando as fronteiras históricas ou as afinidades culturais, étnicas ou linguísticas. Desse modo, as regiões do Cáspio Ocidental e do Cáucaso Sul reúnem um conjunto de condições que alimentam

possíveis conflitos de ordem étnica e territorial entre os estados. Entre eles, salientam-se o de Nagorno-Karabakh, o da região separatista da Ossétia do Sul e o dos curdos no Leste da Turquia, que devido à sua proximidade geográfica, podem constrianger o desenvolvimento do Corredor Meridional

A localização das regiões do Cáspio e do Cáucaso Sul entre a Rússia, a China, o Irão e a Turquia, somando os vários interesses de outras potências mais distantes como os EUA, propicia uma competição geopolítica que poderá servir de elemento potenciador e exacerbador dos conflitos regionais já existentes. A China e a Rússia apresentam interesses e necessidades concorrentes ao desenvolvimento do Corredor e Teerão, apesar da dinâmica de contenção e das sanções impostas pelo Ocidente, tem estabelecido uma presença comercial nas parcerias e nos projectos relacionados. Por último, os interesses regionais de Washington e Ancara foram centrais para a abertura das relações de Bacu com a UE.

O último subcapítulo apresenta o Corredor Meridional como um projecto político europeu, pois a sua concepção política deu-se em Bruxelas. Contudo, este projecto consiste num sistema de gasodutos e estes são na sua maioria de cariz comercial. A concretização da primeira linha de interligação está ainda a decorrer, tendo sido objecto de uma longa sequência de recuos e avanços intermitentes. O insucesso da implementação do projecto Nabucco, cujas características e objectivos eram estreitamente conexos aos das instituições europeias, deveu-se sobretudo pela sua falta de credibilidade política e comercial junto dos fornecedores potenciais. Alguns destes preferiram prosseguir com projectos de menor escala com um envolvimento externo mínimo, garantindo a interligação da sua produção com os mercados europeus de forma célere e independente; e, evitando também a sua

participação em projectos conotados com um forte teor político, como era o Nabucco.

Independentemente da materialização do Corredor Meridional ter tido origem em vontades comerciais e políticas relativamente alheias à necessidade de diversificação europeia, sobretudo concentrada nas regiões do Centro e Leste da Europa, pressupõe a existência de uma forte vontade política dos estados envolvidos, sejam estes fornecedores ou trânsito. No caso particular do Azerbaijão, da Geórgia e da Turquia, em que as companhias relacionadas com a actividade do transporte de gás natural são estatais, reflectindo por isso os interesses político-comerciais do estado respectivo, existe *a priori* a garantia da disponibilidade do fornecimento constante. A fundação deste Corredor contribui ainda para uma maior aproximação dos países envolvidos à UE, permitindo o desenvolvimento de maiores regimes de cooperação no âmbito energético e não só. De outro modo, também facilita o estabelecimento de uma crescente presença europeia no Cáspio e no Cáucaso, que por sua vez, poderá contribuir para uma maior penetração comercial europeia junto de outros potenciais fornecedores, como o Turquemenistão, tal como, poderá também contribuir para equilíbrio dos conflitos e das relações geopolíticas encontradas nas regiões discutidas.

Em suma, o estabelecimento de uma quarta rota de abastecimento que abre o acesso a novas regiões com um enorme potencial de fornecimento é um passo importante para a estratégia europeia de diversificação de fornecimento de gás natural.

# Bibliografia

---

## *Documentos Oficiais*

British Petroleum (2013). *Statistical Review of World Energy June 2013*. Acedido em Setembro 10, 2013, disponível em [http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_2013.pdf](http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical_review_of_world_energy_2013.pdf).

Comissão das Comunidades Europeias (1997). *Proposta de Decisão do Conselho e da Comissão relativa à celebração do Acordo de Parceria e de Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Federação Russa, por outro*. COM(97) 557 final. Bruxelas.

Comissão das Comunidades Europeias (1988). *The Internal Energy Market*. COM(88) 238 final, Brussels.

Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Green Paper A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy*. COM(2006) 105 final. Brussels.

Comissão das Comunidades Europeias (2007). *Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 2003/55/EC concerning common rules for the internal market in natural gas*. COM(2007) 529 final. Brussels.

Comissão das Comunidades Europeias (2008). *Second Strategic Energy Review: An EU Energy Security And Solidarity Action Plan*. COM(2008) 781 final. Brussels.

Comissão Europeia (2001). *Green Paper: Towards a European Strategy for the Security of Energy Supply*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

Comissão Europeia (2006). *An External Policy to Serve Europe's Energy Interests Paper from Commission/SG/HR for the European Council*. S160/06. Brussels.

Comissão Europeia (2007). *Energy corridors European Union and Neighbouring countries*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

Comissão Europeia (2010). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Prioridades em infra-estruturas energéticas para 2020 e mais além Matriz para uma rede europeia integrada de energia*. COM(2010) 677 final. Bruxelas.

Comissão Europeia (2011a). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions Energy Efficiency Plan 2011*. COM(2011) 109 final. Brussels.

Comissão Europeia (2011b). *Energy Markets in the European Union in 2011*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Comissão Europeia (2011c). *Impact Assessment Accompanying the document Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions Energy Roadmap 2050 [COM(2011) 885]*. SEC(2011) 1565. Brussels: European Commission.

Comissão Europeia (2012). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions Making the internal energy market work*. COM(2012) 663 final. Brussels: European Commission.

Comissão Europeia & o Governo Russo (2013). *Roadmap EU-Russia Energy Cooperation until 2050*. Acedido em Novembro 8, 2013, disponível em [http://ec.europa.eu/energy/international/russia/doc/2013\\_03\\_eu\\_russia\\_roadmap\\_2050\\_signed.pdf](http://ec.europa.eu/energy/international/russia/doc/2013_03_eu_russia_roadmap_2050_signed.pdf).

Conselho da União Europeia (2009). *European Security Strategy A Secure Europe in a Better World*. Belgium: European Communities.

Conselho Europeu (2011). *European Council 4 February 2011 Conclusions*. EUCO 2/1/11, Brussels.

Conselho Europeu & Parlamento Europeu (2003). *Directive 2003/55/EC of the European Parliament and of the Council of 26 June 2003 concerning common rules for the internal market in natural gas and repealing Directive 98/30/EC*. Official Journal of the European Union.

Direção-Geral das Políticas Internas da União (2011). *EU Energy Strategy in the South Mediterranean*. Brussels: European Parliament.

Directorate-General for Energy (2010). *Europe's energy position: markets and supply*. Acedido em Setembro 12, 2013, disponível em [http://ec.europa.eu/energy/observatory/annual\\_reports/doc/2009\\_annual\\_report.pdf](http://ec.europa.eu/energy/observatory/annual_reports/doc/2009_annual_report.pdf).

Directorate-General for Energy (2011). *Key Figures*. Brussels: European Commission.

Economist Intelligence Unit (2013). *Democracy Index 2013: Democracy in limbo*. Acedido em Outubro 13, 2013, disponível em [https://siyosat.files.wordpress.com/2014/10/democracy\\_index\\_2013\\_web-2.pdf](https://siyosat.files.wordpress.com/2014/10/democracy_index_2013_web-2.pdf).

Energy Information Administration (1999). *Natural Gas 1998 Issues and Trends*. Acedido em Setembro 16, 2013, disponível em [http://www.eia.gov/pub/oil\\_gas/natural\\_gas/analysis\\_publications/natural\\_gas\\_1998\\_issues\\_trends/pdf/it98.pdf](http://www.eia.gov/pub/oil_gas/natural_gas/analysis_publications/natural_gas_1998_issues_trends/pdf/it98.pdf).

Eurogas (2013). *Statistical Report 2013*. Acedido em Janeiro 24, 2014, disponível em [http://www.eurogas.org/uploads/media/Eurogas\\_Statistical\\_Report\\_2013.pdf](http://www.eurogas.org/uploads/media/Eurogas_Statistical_Report_2013.pdf).

Gazprom (2013). *Gazprom in figures 2008-2012 Factbook*. Acedido em Dezembro 12, 2013, disponível em <http://www.gazprom.com/f/posts/53/331565/gazprom-reference-figures-2008-2012-eng.pdf>.



International Energy Agency (2010). *Power Generation from Coal: Measuring and Reporting Efficiency Performance and CO2 Emissions*. Acedido em Setembro 6, 2013, disponível em [http://www.iea.org/ciab/papers/power\\_generation\\_from\\_coal.pdf](http://www.iea.org/ciab/papers/power_generation_from_coal.pdf).

International Gas Union (2010). *Natural Gas Unlocking the Low Carbon Future*. Acedido em Setembro 7, 2013, disponível em [http://www.igu.org/sites/default/files/node-page-field\\_file/Natural%20Gas%20Unlocking%20the%20Low%20Carbon%20Future.pdf](http://www.igu.org/sites/default/files/node-page-field_file/Natural%20Gas%20Unlocking%20the%20Low%20Carbon%20Future.pdf).

OPEC (2013). *Annual Statistical Bulletin*. Acedido em Setembro 06, 2014, disponível em [http://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/ASB2013.pdf](http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB2013.pdf).

União Europeia (2006). *Memorandum of Understanding on a Strategic Partnership Between the European Union and the Republic of Azerbaijan in the Field of Energy*. Brussels.

União Europeia (2008). *Memorandum of Understanding and Co-operation in the field of Energy between the European Union and Turkmenistan*. Ashgabat.

United States Energy Information Administration (2013a). *International Energy Outlook 2013*. Acedido em Setembro 5, 2013, disponível em [http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/0484\(2013\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/0484(2013).pdf).

United States Energy Information Administration (2013b). *Overview of oil and natural gas in the Caspian Sea region*. Acedido em Setembro 7, 2013, disponível em [http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Caspian\\_Sea/caspian\\_sea.pdf](http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Caspian_Sea/caspian_sea.pdf).

United States Energy Information Administration (2013c). *Technically Recoverable Shale Oil and Shale Gas Resources: An Assessment of 137 Shale Formations in 41 Countries Outside the United States*. Acedido em Outubro 8, 2013, disponível em <http://www.eia.gov/analysis/studies/worldshalegas/pdf/fullreport.pdf>.

## Obras

Aalto, Pami (2008). *The Eu-Russian Energy Dialogue: Europe's Future Energy Security*. UK: Ashgate Publishing Limited.

Akiner, Shirin (2004). *The Caspian: Politics, energy and security*. London: RoutledgeCurzon.

Aydin, Mustafa (1999). *Regional Security Issues and Conflicts in the Caucasus and the Caspian Regions*. Studies in Contemporary History and Security Policy Volume 3. Zurich: Center for Security Studies.

Bahgat, Gawdat (2002). *Pipeline Diplomacy: The Geopolitics of the Caspian Sea Region*. International Studies Perspectives 3, 310-327.

Bahgat, Gawdat (2005). *Energy Security: The Caspian Sea*. Minerals & Energy - Raw Materials Report 20:2, 3-15.

Bahgat, Gawdat (2006). *Europe's energy security: challenges and opportunities*. International Affairs 82:5, 961-975.

Balmaceda, Margarita M. (2008). *Energy Dependency, Politics and Corruption in Former Soviet Union: Russia's power, oligarchs' profits and Ukraine's missing energy policy, 1995-2006*. UK: Routledge.

Bannon, Ian & Paul Collier (2003). *Natural Resources and Violent Conflicts Options and Actions*. Washington: The World Bank.

Behrens, Arno (2009). *Learning from the Crisis: A Market Approach to Securing European Natural Gas Supplies*. CEPS Policy Brief No. 183, Center for European Policy Studies.

Belyi, Andrei (2012). *EU External Energy Policies*. Polinares working paper no. 69.

Belkin, Paul (2008). *The EU's Energy Security Challenges*. Congressional Research Service. Acedido em Setembro 6, 2013, disponível em <http://fas.org/sgp/crs/row/RL33636.pdf>.

Birchfield, Vicky L. & John S. Duffield (2011). *Toward a Common European Union Energy Policy Problems, Progress and Prospects*. UK: Palgrave MacMillan.

Burke, Jason (2004). *Al-Qaeda: The True Story of Radical Islam*. London: I.B. Tauris.

Cain, Michael J. G., Rovshan Ibrahimov & Fevzi Bilgin (2012). *Linking The Caspian To Europe: Repercussions Of The Trans-Anatolian Pipeline*. Washington: Rethink Institute.

Cecchi, Arianna (2009). *Gas Interconnectors in Europe: More than a Funding Issue*. CEPS Commentary, Centre for European Policy Studies.

Chevalier, Jean-Marie (2009). *The New Energy Crisis: Climate, Economics and Geopolitics*. UK: Palgrave MacMillan.

Cohen, Saul Bernard (2003). *Geopolitics of the World System*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Committee on Foreign Relations (2012). *Energy and Security from the Caspian to Europe*. Acedido em Setembro 6, 2013, disponível em <http://www.foreign.senate.gov/publications/download/energy-and-security-from-the-caspian-to-europe>.

Denison, Michael (2007). *Turkmenistan in transition: A window for EU engagement?*. Centre For European Policy Studies n° 129.

Dekmejian, R. Hrair & Hovann H. Simonian (2003). *Troubled Waters: The Geopolitics Of The Caspian Region*. London: I.B. Tauris & Co Ltd.

EuropeAid. *Euro-Mediterranean Partnership Regional Co-operation An overview of programmes and projects*. Brussels.

Gala, Francisco Briosa e (2013). *O Fornecimento de Gás Natural à União Europeia: Questões de Segurança Energética*. Coimbra: Coimbra Editora.

Grygiel, Jakub J. (2006). *Great Powers and Geopolitical Change*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Haghighi, Sanam S. (2007). *Energy Security: The External Legal Relations of the European Union with Major Oil and Gas Supplying Countries*. US: Hart Publishing.

Heslin, Sheila N. (1998). *Unlocking The Assets: Energy And The Future Of Central Asia And The Caucasus: Working Papers*. Institute of Public Policy of Rice University.

Higashi, Nobuyuki (2009). *Natural Gas in China Market evolution and strategy*. Energy Markets and Security/2009. International Energy Agency.

Jackson, Robert B., Brooks Rainey Pearson, Stephen G. Osborn, Nathaniel R. Warner & Avner Vengosh (2011). *Research and Policy Recommendations for Hydraulic Fracturing and Shale Gas Extraction*. Center on Global Change, Durham: Duke University.

Jafalian, Annie (2005). *Vers une militarisation de la mer Caspienne? Le project de la CASFOR*. Acedido em Junho 08, 2014, disponível em <http://www.frstrategie.org/barreFRS/publications/notes/2005/20051030.pdf>.

Jong, Sijbren de (2013). *The EU's External natural Gas Policy – Caught Between National Priorities and Supranationalism*. Ph.D. Thesis. Leuven: Faculteit Sociale Wetenschappen.

Kalyuzhnova, Yelena, Amy Myers Jaffe, Dov Lynch & Robin C. Sickles (2002). *Energy in the Caspian Region: Present and Future*. NY: Palgrave.

Kaplan, Robert D. (2012). *The Revenge of Geography: what the map tell us about coming conflicts and the battle against fate*. NY: Random House.

Kardas, Saban (2013). *Turkey and the Southern Corridor after TAP's Selection as the Main Export Route for Caspian Gas*. Acedido em Novembro 4, 2014, disponível em [http://ceas-serbia.org/root/images/%C5%9Eaban\\_Karda%C5%9F -  
\\_Turkey\\_and\\_the\\_Southern\\_Corridor\\_after\\_TAPs\\_selection\\_as\\_the\\_main\\_export\\_ro  
ute\\_for\\_Caspian\\_gas.pdf](http://ceas-serbia.org/root/images/%C5%9Eaban_Karda%C5%9F_-_Turkey_and_the_Southern_Corridor_after_TAPs_selection_as_the_main_export_route_for_Caspian_gas.pdf).

Klare, Michael T. (2008). *Rising Powers, Shrinking Planet: How Scarce Energy Is Creating A New World Order*. Oxford: Oneworld Publications.

Kobzova, Jana & Leila Alieva (2012). *The EU and Azerbaijan: Beyond Oil*. London: European Council on Foreign Relations 57.

Kuhn, Maximilian (2012). *Enabling the Iranian Gas Export Options The Destiny of Iranian Energy Relations in a Tripolar Struggle over Energy Security and Geopolitics*. Germany: Springer.

Laruelle, Marlène & Sébastien Peyrouse (2009). *The Militarisation of the Caspian Sea: "Great Games" and "Small Games" Over the Caspian Fleets*. China and Euroasia Forum Quarterly, Volume 7, No. 2, p. 17-35, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.

Leal, Ana Catarina Pereira Mendes (2008). *Riscos de Instabilidade no Magrebe e a Segurança Energética de Portugal*. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Lévêque, François (2010). *Security of Energy Supply in Europe: Natural Gas, Nuclear and Hydrogen*. United Kingdom: MPG Books Group.

Lovei, Laszlo (1998). *Energy in Europe and Central Asia: A Sector Strategy for the World Bank*. Acedido em Setembro 5, 2013, disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/1998/11/438775/energy-europe-central-asia-sector-strategy-world-bank-group>.

Luciani, Giacomo (2004). *Security of Supply for Natural Gas Markets: What Is It And What It Is Not?*. Indes Working Paper No. 2, Brussels: Centre for European Policy Studies.

Luft, Gal & Anne Korin (2009). *Energy security challenges for the 21<sup>st</sup> century: a reference handbook*. California: Greenwood.

MacDonald, Mott (2010). *Supplying the EU Natural Gas Market Final Report*. UK: Mott MacDonald House.

Makinen, Hanna (2010). *The future of natural gas as the European Union's energy source – risks and possibilities*. Acedido em Setembro 5, 2013, disponível em [http://www.utu.fi/fi/yksikot/tse/yksikot/PEI/raportit-ja-tietopaketit/Documents/M%C3%A4kinen\\_final.pdf](http://www.utu.fi/fi/yksikot/tse/yksikot/PEI/raportit-ja-tietopaketit/Documents/M%C3%A4kinen_final.pdf).

Mankoff, Jeffrey (2009). *Euroasian Energy Security*. Council Special Report No. 43. Council on Foreign Relations

McPherson, Hugo, W. Duncan Wood & Derek M. Robinson (2004). *Emerging Threats to Energy Security and Stability*. NATO Security through Science Series – C: Environmental Security Vol. 1. London: Springer.

Mehdiyoun, Kamyar (2000). *International Law And The Dispute Over Ownership Of Oil And Gas Resources In The Caspian Sea*. The American Journal of International Law Vol. 94, No. 1. US: The American Society of International Law.

Moran, Daniel & James A. Russell (2009). *Energy Security & Global Politics: The militarization of resource management*. London: Routledge .

Oliker, Olga & Thomas S. Szayna (2003). *Faultlines of Conflict in Central Asia and the South Caucasus Implications for the U.S. Army*. US: Rand. Acedido em Outubro 7, 2014, disponível em [http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph\\_reports/2005/RAND\\_MR1598.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2005/RAND_MR1598.pdf).

Pascual, Carlos & Jonathan Elkind (2010). *Energy Security: Economics, Politics, Strategies and Implications*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.

Perry, Marvin & Howard E. Negrin (2008). *The Theory and Practice of Islamic Terrorism An Antology*. NY: Palgrave MacMillan.

Poussenkova, Nina (2010). *The Global Expansion of Russia's Energy Giants*. Journal of International Affairs Vol. 62 No. 2, 103-124. Columbia. Acedido em Novembro 8, 2013, disponível em <http://jia.sipa.columbia.edu/global-expansion-russias-energy-giants/>.

Ratner, Michael (2013). *Europe's Energy Security: Options and Challenges to Natural Gas Supply Diversification*. Congressional Research Service. Acedido em Setembro 4, 2013, disponível em <http://fas.org/sgp/crs/row/R42405.pdf>.

Schuman, Robert (1950). *Schuman Declaration of May 9, 1950*. Acedido em Setembro 16, 2013, disponível em [http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index\\_en.htm](http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_en.htm).

Scott, Richard (1994). *The History of the International Energy Agency. Volume I Origins and Structures*. Acedido em Julho 7 de 2014, disponível em <https://www.iea.org/media/ieahistory.pdf>.

Serviço Europeu para a Acção Externa (2011). *Comission and Azerbaijan sign strategic gas deal*. Acedido em Novembro 8, 2014, disponível em [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-11-30\\_en.htm?locale=FR](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-30_en.htm?locale=FR).

Smith, Keith C. (2006). *Security Implications of Russian Energy Policies*. CEPS Policy Brief No. 90, Brussels: Centre for European Policy Studies.

Stern, Jonathan (2002). *Security of European Natural Gas Supplies The impact of import dependence and liberalization*. UK: Royal Institute of International Affairs.

Tekin, Ali & Paul A. Williams (2011). *Geo-Politics of the Euro-Asia Energy Nexus: The European Union, Russia and Turkey*. UK: Palgrave MacMillan.

Ulmann, Laurent (2011). *Security of Energy Supply in Europe*. Brussels: The European Files.

Verrastro, Frank A., Sarah O. Ladislaw, Matthew Frank & Lisa A. Hyland (2010). *The Geopolitics of Energy: Emerging Trends, Changing Landscapes, Uncertain Times*. Washington D.C.: CSIS.

Yergin, Daniel (2011). *The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*. NY: The Penguin Press.

Youngs, Richard (2007). *Europe's External Energy Policy: Between Geopolitics and the Market*. CEPS Working Document No. 278, Centre for European Policy Studies.

Youngs, Richard (2009). *Energy Security: Europe's New Foreign Policy Challenge*. UK: Routledge.

### *Artigos e Notícias Eletrônicas*

Apa (2013). *Implementation of the Southern Corridor project will be the beginning of the policy to end dependence from Russia*. APA. Acedido em Outubro 4, 2013, disponível em <http://en.apa.az/news/200318>.

Aron, Leon (2013). *The Putin Doctrine – Russia's Quest to Rebuild the Soviet State*. Foreign Affairs. Acedido em Dezembro 20, 2013, disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/139049/leon-aron/the-putin-doctrine>.

Ayat, Karen (2013). *Israel: Export Quotas Decided, Export Routes Debated*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 13, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/israel-gas-exports-lng-or-pipelines>.

Ayat, Karen (2014). *A Closer Look at the Gaza Marine Offshore Field*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 15, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/gaza-marine-offshore-field>.

BBC News Asia (2014). *Xinjiang Profile*. BBC News Asia. Acedido em Janeiro 14, 2015, disponível em <http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-16860974>.



BBC News Europe (2013). *Ukraine president firm over EU 'U-turn' amid protests*. BBC News Europe. Acedido em Janeiro 6, 2014, disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-25087162>.

Begum, Aleya (2010). *E.ON firms TAP stake*. UpstreamOnline. Acedido em Outubro 23, 2014, disponível em <http://www.upstreamonline.com/live/article1196569.ece>.

Boersma, Tim (2013a). *What the Trans-Adriatic Pipeline Means for Europe's Energy Diversity*. Natural Gas Europe. Acedido em Agosto 7, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/trans-adriatic-pipeline-european-energy-diversity>.

Boersma, Tim (2013b). *Four Questions on Shale Gas Development in Europe and the U.S.*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro, 29, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/shale-gas-development-europe>.

Bonzanni, Andrea (2010). *Despite Progress, Nabucco Still Faces Lack Of Suppliers*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 28, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/despite-progress-nabucco-still-faces-lack-of-suppliers>.

Chazam, Guy (2014). *Azerbaijan gas pipeline aims to carve out a niche across Europe*. Financial Times. Acedido em Dezembro 4, 2014, disponível em <http://www.ft.com/cms/s/0/174b403e-6c87-11e3-ad36-00144feabdc0.html#axzz3O4sQsgqq>.

Demirmen, Ferruh (2011). *BP-SOCAR Duo Deliver 'Coup de Grace' to Nabucco*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 2, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/bp-socar-duo-coup-de-grace-to-nabucco>.

Emirates247 (2013). *Algeria warned of gas shortage*. Emirates247. Acedido em Dezembro 7, 2013, disponível em <http://www.emirates247.com/business/algeria-warned-of-gas-shortage-2013-07-02-1.512812>.

EUObserver (2013). *Public opinion stands in way of EU shale gas revolution*. EUObserver. Acedido em Outubro 7, 2013, disponível em <https://euobserver.com/energy/121140>.

Euronews (2013). *Ocalan's farewell to arms brings Turks hopes for peace*. Euronews. Acedido em Julho 7, 2014, disponível em <http://www.euronews.com/2013/03/21/ocalan-s-farewell-to-arms-brings-kurds-hope-for-peace/>.

Expresso (2013). *Segurança energética em risco na Argélia: lições geopolíticas*. Expresso. Acedido em Dezembro 7, 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/seguranca-energetica-em-risco-na-argelia-licoes-geopoliticas=f781028>.

Fitzpatrick, Catherine A. (2013a). *Southern Corridor Moves Ahead Without Turkmenistan, Though It May Catch Up Later*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 7, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/southern-corridor-turkmenistan>.

Fitzpatrick, Catherine A. (2013b). *US, Russia Compete for TAPI Role but China Enjoys Advantage in Turkmenistan*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 31, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/us-russia-tapi-role-china-turkmenistan-advantage>.

Fitzpatrick, Catherine A. (2013c). *Is the Trans Caspian Pipeline Back? Russia Thinks So, and Maybe Turkmenistan Does, Too*. Natural Gas Europe. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 7, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/trans-caspian-pipeline-russia-turkmenistan-sergei-lavrov>.

Floros, Demostenes (2014). *South Stream and TAP: Working to Double Standards?*. Natural Gas Europe. Acedido em Maio 29, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/gazprom-south-stream-tap-socar-double-standards>.

Gloystein, Henning (2013). *Italy, Spain seek new gas to reduce North African risk*. Reuters. Acedido em Dezembro 8, 2013, disponível em <http://www.reuters.com/article/2013/06/04/us-gas-mediterranean-risk-idUSBRE9530QM20130604>.

Gurt, Marat (2009). *S. Korea, China, UAE win Turkmen gas deal – sources*. Reuters. Acedido em Setembro 7, 2014, disponível em <http://in.reuters.com/article/2009/12/29/idINIndia-45046620091229>.

Hulbert, Matthew (2012). *Gas pricing in Europe: Careful what you wish for*. The Economist. Acedido em Outubro 3, 2013, disponível em <http://www.economist.com/node/21558433>.

Jackson, Alex (2013a). *The Gas Fallout from the Cyprus Crisis*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 14, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/the-gas-fallout-from-the-cyprus-crisis>.

Jackson, Alex (2013b). *Assessing the EIA's Caspian Update*. Natural Gas Europe. Acedido em Setembro 12, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/assessing-the-eias-caspian-update>.

Jovanovic, Igor (2013). *Natural Gas – Fuel of the Future*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 29, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/natural-gas-fuel-of-the-future>.

Kaplan, Robert D. & Eugene Chausovsky (2013). *Pipelines of Empire*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 14, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/threats-russia-natural-gas-monopoly-lng-pipelines>.

Kassin, Kamer (2013). *Nagorno-Karabakh conflict overshadows Caucasus energy projects*. Turkish Review. Acedido em Julho 7, 2014, disponível em [http://www.turkishreview.org/newsDetail\\_getNewsById.action?newsId=223331](http://www.turkishreview.org/newsDetail_getNewsById.action?newsId=223331).

Kolyandr, Alexander (2014). *Putin Mediates Talks Between Armenia, Azerbaijan on Nagorno-Karabakh Conflict*. The Wall Street Journal. Acedido em Agosto 12, 2014, disponível em <http://www.wsj.com/articles/putin-mediates-talks-between-armenia-azerbaijan-on-nagorno-karabakh-conflict-1407686523>.

Kopalek, Michael & Tejasvi Raghuvver (2013). *Multiple factors push Western Europe to use less natural gas and more coal*. United States Energy Information Administration. Acedido em Outubro 15, 2013, disponível em <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=13151>.

Koranyi, David (2013). *Southern Gas Corridor: Godot Finally Comes?*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 14, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/southern-gas-corridor-david-koranyi>.

Koranyi, David, Ian Brzezinski & Matthew Bryza (2013). *After Nabucco – Croatia to the Rescue of Central Europe’s Energy Security?*. Natural Gas Europe. Acedido em Setembro 5, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/nabucco-croatia-central-eu-energy-security>.

Koranyi, David & Matthew Bryza (2013). *A Tale of Two Pipelines. Why TAP has Won the Day*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 2, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/southern-corridor-strategic-importance-tap-nabucco>.

Krashakov, Artem (2014). *Perspectives of Trans-Caspian Project: Business View*. Natural Gas Europe. Acedido em Agosto 7, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/perspectives-of-trans-caspian-project-business-view>.

Krutikhin, Mikhail (2013a). *Gazprom and Rosneft: Putin’s Balancing Act*. Natural Gas Europe. Acedido em Setembro 18, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/gazprom-rosneft-putin>.

Krutikhin, Mikhail (2013b). *Russian Energy Projects a ‘Luxury’ Considering the State of its Economy*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 26, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/russian-energy-projects-a-luxury-considering-the-state-of-its-economy>.

Krutikhin, Mikhail (2013c). *A Gas Pipeline Across Afghanistan?*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 1, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/gas-pipeline-afghanistan-pakistan-china>.

Latypov, Eldar (2014). *Caspian Sea Littoral States’ Perspectives On The Southern Gas Corridor, EU Cooperation And Chinese Domination*. Natural Gas Europe. Acedido em Setembro 25, 2014, disponível em

<http://www.naturalgaseurope.com/azerbaijan-turkmenistan-kazakhstan-southern-corridor-eu-cooperation-china>.

Leifheit, Drew (2014a). *Russian Supplies to Europe: Shut-off Unlikely*. Natural Gas Europe, Acedido em Abril 10, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/russian-supplies-europe-shut-off-unlikely-keith-smith>.

Leifheit, Drew (2014b). *Coming Attractions: Souther Corridor Update*. Natural Gas Europe. Acedido em Maio 29, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/coming-attractions-southern-corridor-update>.

Livanios, Anthony (2013). *'Fish or Cut Bait': Is there a Decisive US Policy in the Southern Gas Corridor?*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 6, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/us-policy-southern-gas-corridor>.

Lucas, Edward (2013). *Russia: Winning a Battle, Losing the Gas War*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 11, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/russia-winning-a-battle-losing-the-gas-war>.

Mansurbeg, Howri, Nahro Zagros & Tyler Fisher (2014). *Support for Kurdish autonomy is support for energy security*. The Conversation. Acedido em Agosto 23, 2014, disponível em <http://theconversation.com/support-for-kurdish-autonomy-is-support-for-energy-security-30580>.

Matalucci, Sergio (2013). *What Shale We Think About European Politics?*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 5, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/shale-european-politics>.

Matalucci, Sergio (2014). *Week 21 Overview*. Natural Gas Europe. Acedido em Maio 24, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/gas-in-europe-week-21-overview>.

Natural Gas Europe (2011). *Azerbaijan Commits To Supply Gas To The EU*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 25, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/azerbaijan-commits-supply-gas-eu>.

Natural Gas Europe (2012). *ITGI Loses Out To TAP In Shah Deniz Bid*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 15, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/itgi-dropped-from-southern-corridor-race>.

Natural Gas Europe (2013a). *Turkey to Co-operate in Transport of Turkmen Gas*. Natural Gas Europe. Acedido em Maio 27, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/turkey-to-co-operate-in-transport-of-turkmeni-gas>.

Natural Gas Europe (2013b). *Turkmenistan's Energy Policies Under Spotlight in Paris*. Natural Gas Europe. Acedido em Maio 27, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/turkmenistan-energy-politics-under-spotlight-in-paris>.

Natural Gas Europe (2013c). *Southern Corridor: Azerbaijan Says Both Pipeline Projects Valid*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 18, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/azerbaijan-indifferent-southern-corridor-projects>.

Natural Gas Europe (2013d). *Shah Deniz Decision: More Gas for Europe*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 1, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/shah-deniz-decision-oettinger>.

Natural Gas Europe (2013e). *No Nabucco, No Problem*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 29, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/nabucco-failure-impact-on-cee-gas-supply>.

Natural Gas Europe (2013f). *Gazprom and SOCAR: The Greek Gas Market*. Natural Gas Europe. Acedido em Agosto 5, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/gazprom-and-socar-as-the-movers-of-greek-gas-market>.

Natural Gas Europe (2013g). *CEE Gas Markets: Integration Needed*. Natural Gas Europe. Acedido em Agosto 13, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/cee-gas-markets-integration-needed>.

Natural Gas Europe (2013h). *Trans Adriatic Pipeline Assumes Greater Regional Role*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 14, 2013, disponível em

<http://www.naturalgaseurope.com/trans-adriatic-pipeline-assumes-greater-regional-role>.

Natural Gas Europe (2013i). *Transition From Coal to Natural Gas Can Halt Greenhouse Emissions*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 19, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/transition-coal-to-natural-gas-can-halt-ghg-emissions>.

Natural Gas Europe (2013j). *Slovenia: Yes to the South Stream, but as an EU Member State*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 28, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/slovenia-south-stream-pipeline-conference>.

Natural Gas Europe (2013k). *South Stream: A Big Project? Now!?!?*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 7, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/south-stream-gas-dialogues-slovenia-leonid-grigoryev>.

Natural Gas Europe (2013l). *Euro-Russian Relations: Proposing Ways to De Politicize Gaz*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 18, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/euro-russian-relations-gas-politics-south-stream>.

Natural Gas Europe (2013m). *Geopolitics Happens*. Natural Gas Europe. Acedido em Novembro 18, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/energy-geopolitics-europe>.

Natural Gas Europe (2013n). *Gazprom & the EU: Let's Talk to Each Other*. Natural Gas Europe. Acedido em Dezembro 5, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/gazprom-eu-alexander-medvedev-south-stream>.

Natural Gas Europe (2013o). *Israel's Peripheral Diplomacy Concept and Energy Security in the South Caucasus*. Natural Gas Europe. Acedido em Dezembro 14, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/israel-diplomacy-energy-security-south-caucasus>.

Natural Gas Europe (2013p). *Reconciling 'Crazy Russians' vs. 'Crazy Europeans'*. Natural Gas Europe. Acedido em Dezembro 16, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/south-stream-alan-riley-russia-europe>.

Natural Gas Europe (2014a). *Southern Corridor: TANAP as the Foundation*. Natural Gas Europe. Acedido em Janeiro 16, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/frankfurt-gas-forum-southern-corridor-tanap>.

Natural Gas Europe (2014b). *TANAP: Shah Deniz & Beyond*. Natural Gas Europe. Acedido em Janeiro 31, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/tanap-turkey-shah-deniz-european-gas-conference-2014>.

Natural Gas Europe (2014c). *Towards a Single, Competitive Gas Market*. Natural Gas Europe. Acedido em Fevereiro 13, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/european-gas-conference-2014-klaus-dieter-borchardt>.

Natural Gas Europe (2014d). *CEE Natural Gas: It's a Family Affair*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 30, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/cee-natural-gas-david-viduna-cez-flame-2014>.

Natural Gas Europe (2014e). *EU Seeks Stronger Ties With Azerbaijan*. Natural Gas Europe. Acedido em Setembro 10, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/eu-stronger-ties-azerbaijan>.

Osmanov, Farid & Elmar Baghirov (2013a). *Nabucco West or Trans-Adriatic Pipeline?*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 25, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/nabucco-west-or-trans-adriatic-pipeline>.

Osmanov, Farid & Elmar Baghirov (2013b). *Repercussions of TAP's selection*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 17, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/repercussions-of-taps-selection>.

Oumar, Jemal (2012). *Al-Qaeda centre of gravity shifts to Maghreb*. Maghreb. Acedido em Dezembro 7, 2013, disponível em [http://magharebia.com/en\\_GB/articles/awi/reportage/2012/10/12/reportage-01](http://magharebia.com/en_GB/articles/awi/reportage/2012/10/12/reportage-01).



Paul, Amanda (2011a). *Nagorno-Karabakh: more dangerous than ever*. TodayZaman. Acedido em Julho 8, 2014, disponível em [http://www.todayszaman.com/columnist/amanda-paul/nagorno-karabakh-more-dangerous-than-ever\\_233227.html](http://www.todayszaman.com/columnist/amanda-paul/nagorno-karabakh-more-dangerous-than-ever_233227.html).

Paul, Amanda (2011b). *Azerbaijan's neighbourhood challenge*. TodayZaman. Acedido em Julho 8, 2014, disponível em <http://www.todayszaman.com/newsDetail.action;jsessionid=JXGtf01AxM2TwVHkTiQVFu1E?newsId=265328&columnistId=0>.

Pitt, Anthea (2008). *StatoilHydro takes place at TAP table*. UpstreamOnline. Acedido em Outubro 23, 2014, disponível em <http://www.upstreamonline.com/live/article1152480.ece>.

Reuters (2013). *UPDATE 1-OMV sells 9 pct Nabucco pipeline stake to GDF Suez*. Reuters. Acedido em Novembro 2, 2014, disponível em <http://www.reuters.com/article/2013/05/28/omv-gdf-nabucco-idUSL5N0E90Z220130528>.

Rzayeva, Gulmira (2013). *The Southern Corridor: Who Stands Where?*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 17, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/southern-gas-corridor-gulmira-rzayeva>.

Rzayeva, Gulmira (2014a). *Natural Gas Markets Developments and Marketing in Europe: Ramifications for the Shah Deniz Consortium*. Natural Gas Europe. Acedido em Fevereiro 5, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/marketing-shah-deniz-gas-in-europe>.

Rzayeva, Gulmira (2014b). *Baku's Energy Strategy for Southeast Europe*. Natural Gas Europe. Acedido em Julho 7, 2014, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/azerbaijan-energy-strategy-southeast-europe>.

Pipelines International. *Nabucco gas pipeline project partners sign j-v agreement*. Pipelines International. Acedido em Outubro 22, 2014, disponível em [http://pipelinesinternational.com/news/nabucco\\_gas\\_pipeline\\_project\\_partners\\_sign\\_j\\_v\\_agreement/010298/](http://pipelinesinternational.com/news/nabucco_gas_pipeline_project_partners_sign_j_v_agreement/010298/).

Siradze, Eka & Otabek Suleimanov (2013). *Legal Status of Caspian Sea*. Natural Gas Europe. Acedido em Agosto 6, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/legal-status-of-caspian-sea>.

Smith-Rouch, Linda S. (2006). *Oligocene–Miocene Maykop/Diatom Total Petroleum System of the South Caspian Basin Province, Azerbaijan, Iran, and Turkmenistan*. United States Geological Survey. Acedido em Junho 5, 2014, disponível em <http://pubs.usgs.gov/bul/2201/I/>.

Smith, Rebecca (2010). *Turning Away From Coal Utilities are increasingly looking to natural gas to generate electricity*. The Wall Street Journal. Acedido em Setembro 22, 2013, disponível em <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052748703579804575441683910246338>.

Sobják, Anita (2013). *The Romanian-Moldova Gas Pipeline: A Chance for Moldova to Connect to the EU*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 3, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/romania-moldova-gas-pipeline>.

Socor, Vladimir (2014). *SCP, TANAP, TAP: Segments of the Southern Gas Corridor to Europe*. The Jamestown Foundation. Acedido em Outubro 16, 2014, disponível em [http://www.jamestown.org/single/?tx\\_ttnews%5Bsword%5D=8fd5893941d69d0be3f378576261ae3e&tx\\_ttnews%5Bany\\_of\\_the\\_words%5D=Statoil&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=41821&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=afc2067be4307e56147de91d55eb4da4#.VKxPBSusV1a](http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Bsword%5D=8fd5893941d69d0be3f378576261ae3e&tx_ttnews%5Bany_of_the_words%5D=Statoil&tx_ttnews%5Btt_news%5D=41821&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=afc2067be4307e56147de91d55eb4da4#.VKxPBSusV1a).

Spiegel (2011). *A Revolution for Renewables: Germany Approves End to the Nuclear Era*. Spiegel Online. Acedido em Setembro 27, 2013, disponível em <http://www.spiegel.de/international/germany/a-revolution-for-renewables-germany-approves-end-to-the-nuclear-era-a-771646.html>.

Stoyanov, Valentin (2013). *Dissecting the Prospects for South Stream Beyond the Media Hype*. Natural Gas Europe. Acedido em Outubro 16, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/prospects-south-stream-beyond-media-hype>.

The Economist (2013). *Deep sigh of relief: The shale gas and oil bonanza is transforming America's energy Outlook and boosting its economy*. Special report: America's competitiveness. The Economist. Acedido em Outubro 20, 2013, disponível em <http://www.economist.com/news/special-report/21573279-shale-gas-and-oil-bonanza-transforming-americas-energy-outlook-and-boosting-its>.

The Economist (2014). *Germany's Energy Transition: Sunny, windy, costly and dirty*. The Economist. Acedido em Junho 17, 2014, disponível em <http://www.economist.com/news/europe/21594336-germanys-new-super-minister-energy-and-economy-has-his-work-cut-out-sunny-windy-costly>.

Tucker, Aviezer (2013). *Pipeline Wars or Pipe Dreams?*. Natural Gas Europe. Acedido em Junho 25, 2013, disponível em <http://www.naturalgaseurope.com/aviezer-tucker-pipeline-and-the-cold-war>.

Turkish Press (2013). *Nabucco Summit Begins*. Turkish Press. Acedido em Outubro 24, 2014, disponível em <http://www.turkishpress.com/news/346171/>.

Ulmishek, Gregory F. (2001a). *Petroleum Geology and Resources of the North Caspian Basin, Kazakhstan and Russia*. United States Geological Survey. Acedido em Junho 5, 2014, disponível em <http://pubs.usgs.gov/bul/2201/B/>.

# Anexos

**Mapa 1 – Zonas Económicas Exclusivas no Mar do Norte**



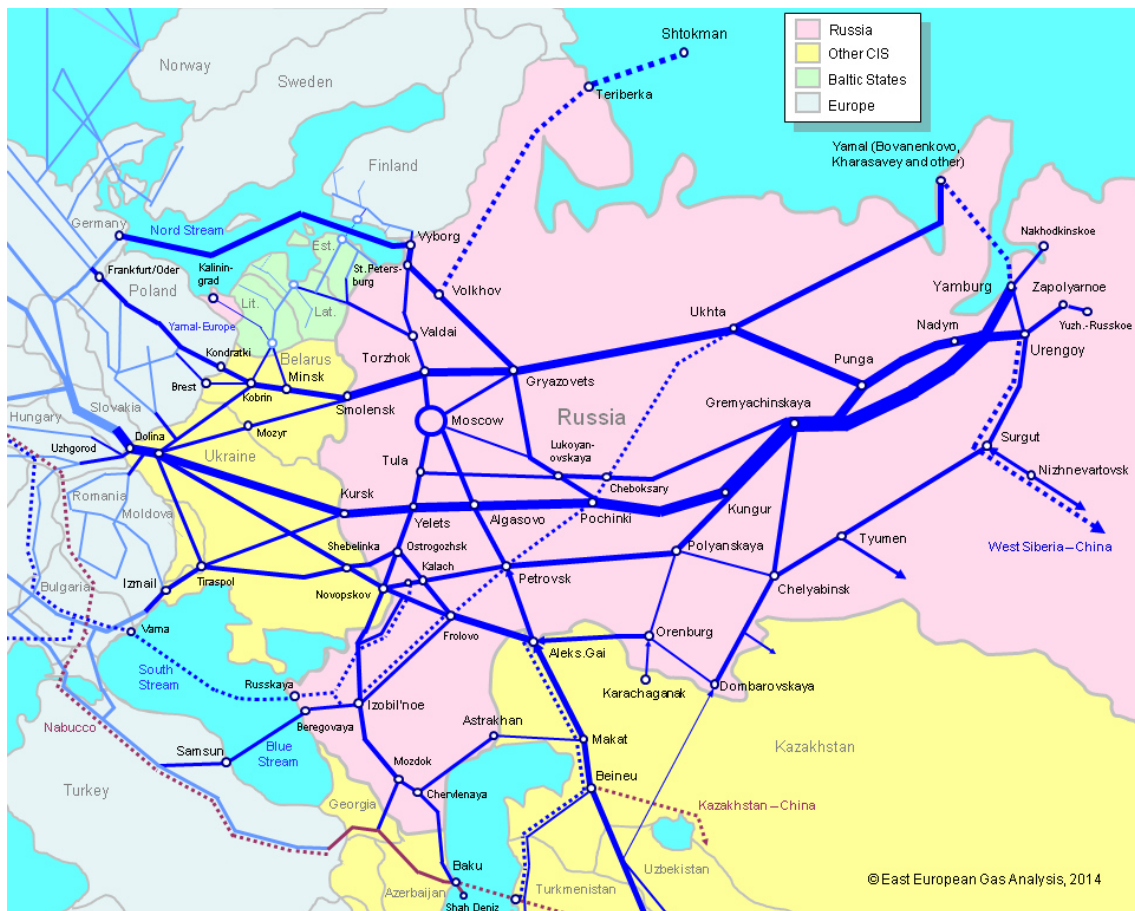
Fonte: Wikimédia (Acedido em Outubro 18, 2013, disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/North\\_Sea#mediaviewer/File:North\\_sea\\_eez.PNG](http://en.wikipedia.org/wiki/North_Sea#mediaviewer/File:North_sea_eez.PNG)).

**Mapa 2 – Rede de gasodutos da Argélia para o continente europeu**



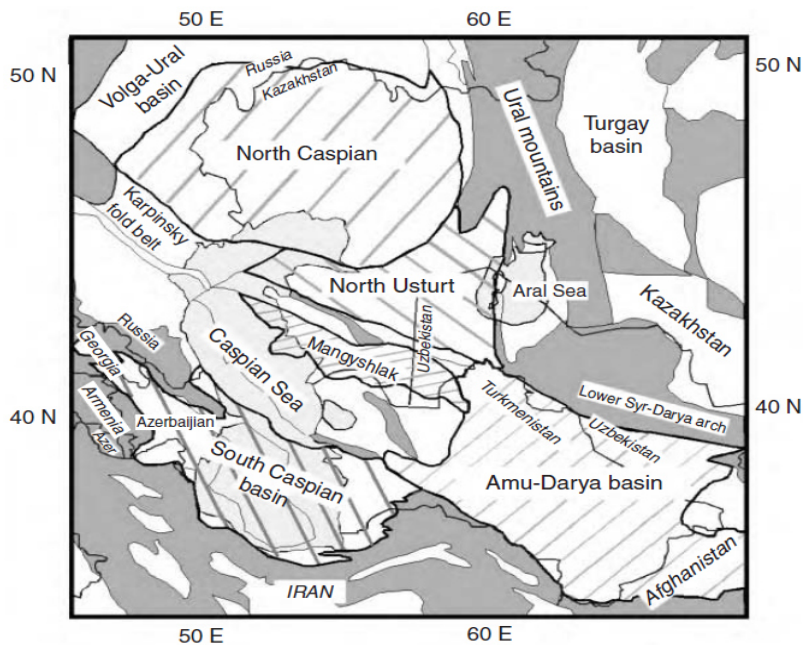
Fonte: Wikimédia (Acedido em Dezembro 8, 2013, disponível em [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7e/Gas\\_pipelines\\_across\\_Mediterranean\\_and\\_Sahara\\_map-en.svg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7e/Gas_pipelines_across_Mediterranean_and_Sahara_map-en.svg)).

### Mapa 3 – Rede de gasodutos provenientes da Rússia para a UE



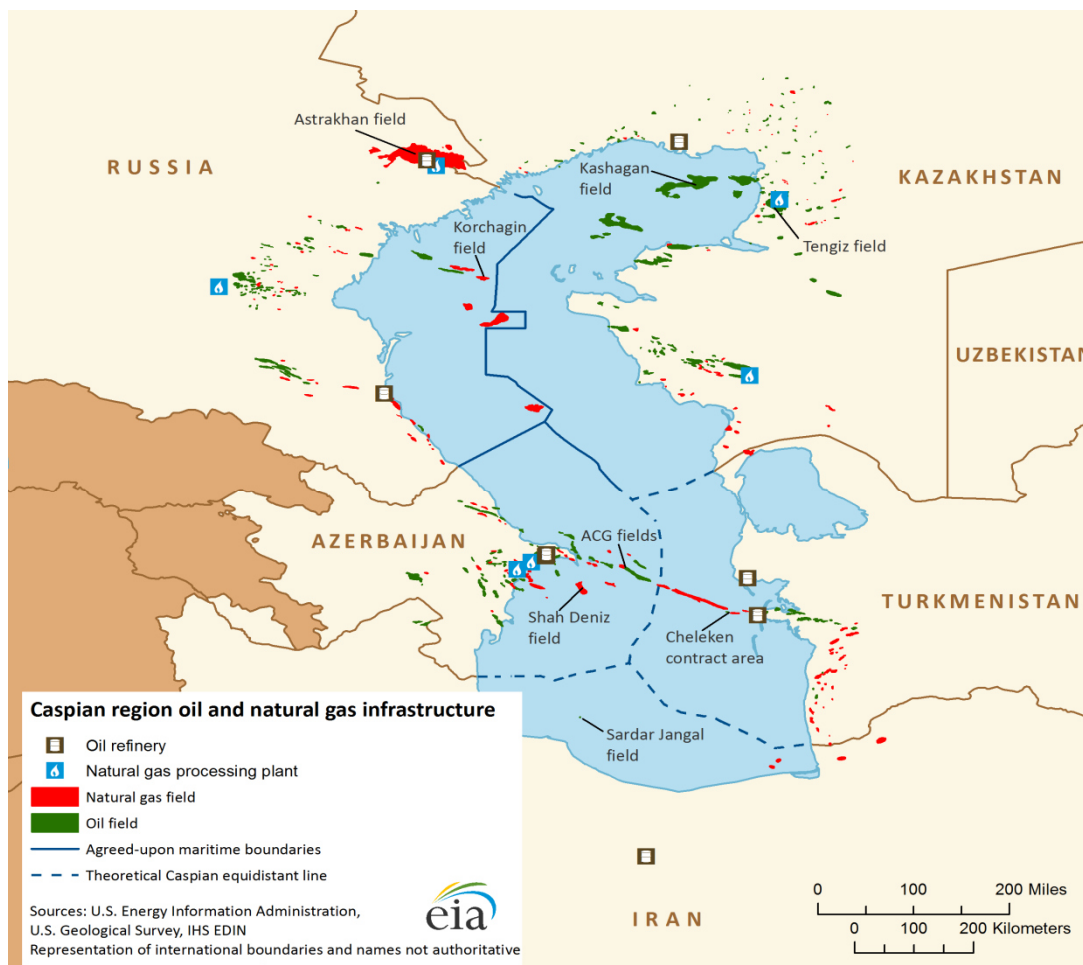
Fonte: East European Gas Analysis (Acedido em Dezembro 17, 2013, disponível em <http://www.eegas.com/fsu.htm>).

### Mapa 4 – Bacias Geológicas do Cáspio



Fonte: Yelena Kalyuzhnova, Amy Myers Jaffe, Dov Lynch & Robin C. Sickles (2002), pág. 14.

## Mapa 5 – Campos de gás natural e as delimitações marítimas previstas nos acordos bilaterais



Fonte: United States Energy Information Administration (Acedida em Agosto 8, 2014, disponível em <http://www.eia.gov/countries/regions-topics.cfm?fips=csp>).

## Mapa 6 – A região de Nagorno-Karabakh e os distritos contíguos ocupados



Fonte: Association for Diplomatic Studies and Training (Acedido em Agosto 17, 2014, disponível em <http://adst.org/2013/08/stalins-legacy-the-nagorno-karabakh-conflict/>).

**Mapa 7 – Principais *pipelines* nas regiões do Cáspio e do Cáucaso, até 1995**



Fonte: Daniel Yergin (2011), pág. 116

**Mapa 8 – A Abecázia e a Ossétia do Sul e a rota do BTC/SCP (negro) pelo território da Geórgia**



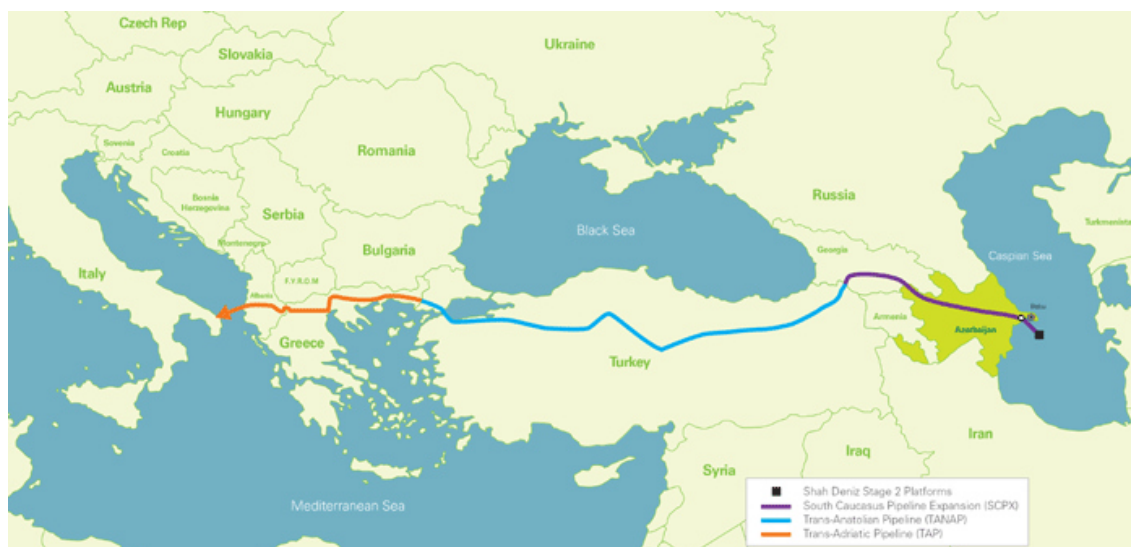
Fonte: UnitedCats (Acedido em Julho 5, 2014, disponível em <https://unitedcats.wordpress.com/2008/08/09/a-primer-georgia-south-ossetia-abkhazia-and-russia/>).

## Mapa 9 – O projecto do Corredor Meridional antes da decisão final do Shah Deniz II (SCPx, TANAP, NW , TAP e SEEP)



Fonte: European Institute (Acedido em Setembro, 17, 2014, disponível em <http://www.europeaninstitute.org/beta/index.php/ei-blog/181-august-2013/1771-azerbaijan-chooses-tap-over-nabucco-to-provide-gas-pipeline-to-europe-88>).

## Mapa 10 – O Corredor Meridional (SCPx, TANAP e TAP)



Fonte: British Petroleum (Acedido em Dezembro 14, 2014, disponível em <http://www.bp.com/en/global/corporate/press/press-releases/shah-deniz-final-investment-decision-paves-way.html>).